



SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS

Arco Norte



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS ARCO NORTE

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel e Michel Misse

MJ
Brasília – DF
2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Temer

MINISTRO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Alexandre de Moraes

SECRETÁRIO EXECUTIVO

José Levi Mello do Amaral Junior

SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Celso Peroli

**DEPARTAMENTO DE ENSINO, PESQUISA, ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Rogério Bernardes Carneiro

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

Ricardo Guanaes Cosso

COORDENADOR-GERAL DE PESQUISA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Gustavo Camilo Baptista

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM SEGURANÇA
PÚBLICA, PROGRAMA E PROJETOS ESPECIAIS**

Alex Jorge das Neves



Ministério da Justiça e Cidadania
Secretaria Nacional de Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS ARCO NORTE

Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)

Organização:
Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista,
Cíntia Liara Engel e Michel Misse

MJ
Brasília – DF
2016

2016@ Secretaria Nacional de Segurança Pública

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para a venda ou qualquer fim comercial. As pesquisas apresentadas refletem as opiniões dos seus autores e não do Ministério da Justiça e Cidadania.

Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede, 5º andar, sala 500, Brasília, DF, CEP 70.064-900.

Disponível em http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/acervo/pagina_outraspublicacoes

Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Norte
Ministério da Justiça e Cidadania – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Organização:

Alex Jorge das Neves, Gustavo Camilo Baptista, Cíntia Liara Engel, Michel Misse

Equipe responsável da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Direção Geral:

Rogério Bernardes Carneiro, Isabel Seixas de Figueiredo, Anael Aymoré Jacob e Cristina Gross Villanova

Coordenação:

Gustavo Camilo Baptista, Cristina Neme, Cíntia Liara Engel, Alex Jorge das Neves e Cristiane Torizu

Equipe de Apoio:

Ana Carolina Cambeses Pareschi, Cléverson Luis Muller, Daniel Garcia, Daniel Pedroso de Lima, Edivaldo Fortunato Pereira, Gileno Euzébio da Silva, Gustavo de Souza Rocha, Hernany Bueno de Araújo, José Camilo da Silva, Julia Loures Nunes, Laíza Mara Neves Spagna, Patrícia Moellmann, Rodolfo Farah Vicente Filho.

Diagramação:

AGCOM

Equipe Técnica

COORDENAÇÃO NACIONAL – EQUIPE NECVU

Coordenador Geral:

Michel Misse – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
/ Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Coordenador Operacional:

Luís Felipe Zilli – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Assistentes de Coordenação Geral:

Heloísa de Oliveira Duarte – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana
(NECVU/UFRJ)

Alexandre Vieira Werneck – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Supervisores Regionais:

Brígida Renoldi – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Universidade Nacional de Misiones, Argentina) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Daniel Veloso Hirata – Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Fernando Rabossi – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Joana Domingues Vargas – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ)

Pesquisadores NECVU:

Klarissa Almeida Silva
Carolina Christoph Grillo
Jeferson de Lara Scabio

Bolsistas NECVU:

Alexandre Pereira
Bruna Silva
Camille Porto
Carolina Luz
Gabriela Paes
Gustavo Muniz
Marcelle Decothé
Natália Alves
Paula Napolião
Paulo Couto Filho
Renan Rodrigues
Thábata Alves

COORDENAÇÕES REGIONAIS

Rio Grande do Sul (RS):

Profª. Drª. Adriana Dorfman – Departamento de Geografia da Universidade Federal do **Rio Grande do Sul (UFRGS)** – Coordenadora

Erika Collischonn – Pesquisadora

Daniela Seixas Grimberg – Pesquisadora

Kim Ueda Soares – Pesquisador

Arthur Borba Colen França – Pesquisador

Gil Passos de Mattos – Pesquisador

Felipe Akauan da Silva – Pesquisador

Paraná (PR) e Santa Catarina (SC):

Prof. Dr. Paulo Roberto Azevedo – Departamento de Sociologia da Universidade do Oeste do **Paraná (UNIOESTE)** – Coordenador

Jaqueline Aparecida Alves dos Santos – Pesquisadora

Sandra Cristiana Kleinschmitt – Pesquisadora

Cristina Maria Quintão Carneiro – Pesquisadora

Sandra Regina Belotto – Pesquisadora

Patrícia Daiana Loebens – Pesquisadora

Mato Grosso do Sul, regional Campo Grande (MS-Campo Grande):

Prof. Dr. Carlos Martins Júnior – Departamento de História da Universidade Federal do **Mato Grosso do Sul (UFMS)** – Coordenador

Marco Aurélio Machado de Oliveira – Pesquisador

Antônio Firmino Oliveira Neto – Pesquisador

Giovani França Oliveira – Pesquisador

Maíra Balieiro – Pesquisadora

Patrick Alif Fertrin Batista – Pesquisador

Rebecca Joplinn Rocha Pinheiro – Pesquisadora

Thays Haiumy dos Santos Falcão – Pesquisadora

Tito Carlos Machado de Oliveira – Pesquisador

Hélio Maciel dos Santos – Pesquisador

Luiza Figueiredo – Pesquisadora

Mato Grosso do Sul, regional Dourados (MS-Dourados):

Profª. Drª. Lisandra Pereira Lamoso – Departamento de Geografia da Universidade Federal da **Grande Dourados (UFGD)** – Coordenadora

Jones Dari Goettert – Pesquisador

André Luiz Faisting – Pesquisador

Ucleber Gomes Costa – Pesquisador

Fábio de Lima – Pesquisador

Larissa Sangalli – Pesquisadora

Mato Grosso (MT):

Prof. Dr. Naldson Ramos da Costa – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do **Mato Grosso (UFMT)** – Coordenador

Lilian Bazzi – Pesquisadora

Luzia Severo Lins Filho – Pesquisadora

Priscila de Oliveira Xavier Scudder – Pesquisadora

Lucas Xavier Rodrigues – Pesquisador

João Batista Alves dos Santos – Pesquisador
Cristiane Alves da Cunha – Pesquisadora

Rondônia (RO):

Profª Drª Raquel Wiggers – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) –
Coordenadora

Araci Maria Labiak – Pesquisadora
Águido Akell Santos de Carvalho – Pesquisador
Natã Souza Lima – Pesquisador
Isabelle Brambilla Honorato – Pesquisadora

Acre (AC):

Profª Drª Marisol de Paula Reis – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Acre (UFAC) –
Coordenadora

João Silva Lima – Pesquisador
Eurenice Oliveira de Lima – Pesquisadora
Leticia Helena Mamed – Pesquisadora
Maria de Jesus dos Santos Silva – Pesquisadora

Amazonas (AM) e Roraima (RR):

Prof. Dr. José Exequiel Basini Rodrigues – Departamento de Antropologia da Universidade Federal do
Amazonas (UFAM) – Coordenador

Raimundo Nonato Pereira da Silva – Pesquisador
Daniel Tavares dos Santos – Pesquisador
Américo Alves de Lyra Junior – Pesquisador
Kalinda Félix de Souza – Pesquisadora
Juliana Rocha dos Santos Porto – Pesquisador
Dheikline Santos Praia – Pesquisadora
Rafael Carletti Marcolino da Silva – Pesquisador
Marcos Flávio Portela Veras – Pesquisador
Lilian Débora Furtado Lima – Pesquisadora
Vagne Costa de Albuquerque – Pesquisador
Paulo Afonso Sampaio de Lima – Pesquisador

Amapá (AP):

Profª Drª Jânia Perla Diógenes Aquino – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) –
Coordenadora

Ed Carlos de Sousa Guimarães – Pesquisador
Miquéias Serrão Marques – Pesquisador
José Luis dos Santos Leal – Pesquisador
Bruno Lucas Camilo dos Santos – Pesquisador

Pará (PA):

Prof. Dr. Wilson José Barp – Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Coordenador

Luis Fernando Cardoso e Cardoso – Pesquisador
Fernanda Valli Nummer – Pesquisadora
Ida Lenir Maria Pena Gonçalves – Pesquisadora
Evillys Martins de Figueiredo – Pesquisadora
Renata Alencar Beckmann de Lima – Pesquisadora

SUMÁRIO

Listagem de Tabelas, Gráficos e Figuras.....	20
---	-----------

APRESENTAÇÃO	23
---------------------------	-----------

ACRE

ACRE.....	27
------------------	-----------

INTRODUÇÃO.....	27
-----------------	----

ASSIS BRASIL	38
---------------------------	-----------

Histórico.....	39
----------------	----

Diagnóstico da Segurança Pública em Assis Brasil.....	40
---	----

Instituições de Segurança Pública.....	40
--	----

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	43
---	----

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	45
--	----

Fotos do Município de Assis Brasil.....	50
---	----

BRASILÉIA	51
------------------------	-----------

Histórico.....	51
----------------	----

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM BRASILÉIA	53
---	----

Instituições de Segurança Pública.....	53
--	----

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	56
---	----

Instituições de Fiscalização: Receita Federal	58
---	----

Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	58
--	----

Fotos do Município de Brasiléia	64
---------------------------------------	----

CRUZEIRO DO SUL	65
------------------------------	-----------

Histórico.....	66
----------------	----

Diagnóstico da Segurança Pública em Cruzeiro do Sul	67
---	----

Instituições de Segurança Pública.....	67
--	----

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	70
---	----

Instituições de Fiscalização: Receita Federal	72
---	----

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	73
Fotos do Município do Cruzeiro do Sul	78
EPITACIOLÂNDIA.....	78
Histórico.....	79
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM EPITACOLÂNDIA	80
Instituições de Segurança Pública.....	80
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	84
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	85
Fotos do Município de Epitaciolândia.....	91
SANTA ROSA DO PURUS	92
Histórico.....	92
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTA ROSA DO PURUS	93
Instituições de Segurança Pública.....	93
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	96
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	97
FOTOS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS.....	101
ACRELÂNDIA	102
Histórico.....	102
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM ACRELÂNDIA.....	103
Instituições de Segurança Pública.....	103
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	106
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	107
CAPIXABA.....	109
Histórico.....	110
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM CAPIXABA.....	110
Instituições de Segurança Pública.....	110
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	113
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	114

FEIJÓ	116
Histórico.....	116
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM FEIJÓ	117
Instituições de Segurança Pública.....	118
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	120
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	122
JORDÃO	123
Histórico.....	124
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM JORDÃO	125
Instituições de Segurança Pública.....	125
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	128
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	129
MÂNCIO LIMA	130
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MÂNCIO LIMA	130
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	133
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	135
MANOEL URBANO	136
Histórico.....	137
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MANOEL URBANO	138
Instituições de Segurança Pública.....	138
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	141
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	142
MARECHAL THAUMATURGO	143
Histórico.....	144
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MARECHAL THAUMATURGO	145
Instituições de Segurança Pública.....	145
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	147
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	148

PLÁCIDO DE CASTRO	150
Histórico.....	150
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PLÁCIDO DE CASTRO	151
Instituições de Segurança Pública.....	152
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	154
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	155
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	156
PORTO WALTER	157
Histórico.....	158
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PORTO WALTER	158
Instituições de Segurança Pública.....	159
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	161
RODRIGUES ALVES	163
Histórico.....	164
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM RODRIGUES ALVES	164
Instituições de Segurança Pública.....	164
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	167
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	169
SENA MADUREIRA.....	170
Histórico.....	171
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM SENA MADUREIRA	171
Instituições de Segurança Pública.....	172
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	176
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179

AMAPÁ

AMAPÁ.....	189
INTRODUÇÃO.....	189
OIAPOQUE	199

Histórico.....	200
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM OIAPOQUE	201
Instituições de Segurança Pública.....	202
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	211
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	212
Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil	213
FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE	222
LARANJAL DO JARI	224
Histórico.....	225
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI.....	226
Instituições de Segurança Pública.....	227
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	234
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	235
FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI	244
AMAPÁ.....	246
Histórico.....	246
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM AMAPÁ	247
Instituições de Segurança Pública.....	247
Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	252
CALÇOENE.....	254
Histórico.....	255
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM CALÇOENE.....	256
Instituições de Segurança Pública.....	256
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	260
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	261
AMAZONAS	
AMAZONAS	266
INTRODUÇÃO.....	266
TABATINGA	278

Histórico.....	279
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM TAGATINGA	279
Instituições de Segurança Pública.....	280
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil Ministério Público	285
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	286
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	287
FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE TABATINGA.....	293
TEFÉ	294
Histórico.....	295
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM TEFÉ.....	296
Instituições de Segurança Pública.....	297
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	301
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	302
FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE TEFÉ	307
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	309
Histórico.....	310
Diagnóstico da Segurança Pública em São Gabriel da Cachoeira	311
Instituições de Segurança Pública.....	311
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	316
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	318
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil.....	318
FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.....	324
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	326
Histórico.....	326
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ.....	327
Instituições de Segurança Pública.....	328
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	330
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil.....	332
ATALAIA DO NORTE.....	336
Histórico.....	336
Diagnóstico da Segurança Pública no Município de Atalaia do Norte	337

Instituições de Segurança Pública.....	338
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	341
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	342
BARCELOS	344
Histórico.....	345
Diagnóstico da Segurança Pública em Barcelos.....	346
Instituições de Segurança Pública.....	346
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	349
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	350
BENJAMIN CONSTANT	352
Histórico.....	353
Diagnóstico da segurança pública no município de Benjamin Constant.....	354
Instituições de Segurança Pública.....	354
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	358
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	360
BOCA DO ACRE	362
Histórico.....	362
Diagnóstico da Segurança Pública em de Boca do Acre	363
Instituições de Segurança Pública.....	364
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	368
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	370
GUAJARÁ.....	371
Histórico.....	372
Diagnóstico da Segurança Pública em Guajará.....	373
Instituições de Segurança Pública.....	373
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	377
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	379
JAPURÁ.....	381
Histórico.....	381

Diagnóstico da segurança pública no município de Japurá	382
Instituições de Segurança Pública.....	383
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	387
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil	388
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	390
Histórico.....	391
Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Isabel do Rio Negro.....	391
Instituições de Segurança Pública.....	392
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	396
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil	398

PARÁ

Pará	409
Introdução	409
Situação da Segurança Pública	412
Óbidos	416
Histórico.....	417
Diagnóstico da Segurança Pública no município de Óbidos.....	418
Instituições de Segurança Pública.....	419
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	424
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	426
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Fiscalização e de Representação da Sociedade Civil	427
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	430
Conclusão	436
Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Óbidos	438
Oriximiná	439
Histórico.....	439
Diagnóstico da segurança pública em Oriximiná.....	440
Instituições de Segurança Pública.....	440
Polícia Civil.....	442
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	443

Instituições de Fiscalização: Receita Federal	444
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização.	445
Alenquer	446
Histórico.....	447
Diagnóstico da Segurança Pública em Alenquer	448
Instituições de Segurança Pública.....	448
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	451
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	452
Almeirim	454
Histórico.....	455
Diagnóstico da segurança pública no município de Almeirim	456
Instituições de Segurança Pública.....	456
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	460
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal de Fiscalização e de Representação da Sociedade Civil	461
Abaetetuba	464
Histórico.....	464
Diagnóstico da Segurança Pública em Abaetetuba	466
Instituições de Segurança Pública.....	467
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	472
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	473
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	473
São Caetano de Odivelas.....	475
Histórico.....	476
Diagnóstico da segurança pública no município de São Caetano de Odivelas	477
Instituições de Segurança Pública.....	477
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	481
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	483

RORAIMA

RORAIMA	487
Introdução	487
Bibliografia de referencia	491
Bonfim	492
Histórico.....	492
Diagnóstico da Segurança Pública em Bonfim	493
Instituições de Segurança Pública.....	493
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	496
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	497
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	498
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	500
Fotos do Município de Bonfim	501
Pacaraima	502
Histórico.....	502
Diagnóstico da Segurança Pública em Pacaraima	503
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	507
Instituições de Fiscalização: Receita Federal	508
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	508
Rorainópolis	511
Histórico.....	512
Diagnóstico da Segurança Pública em Rorainópolis	512
Instituições de Segurança Pública.....	512
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	515
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	516
Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município	518
Fotos do Município de Rorainópolis	519
Caracarái	521
Histórico.....	521
Diagnóstico da Segurança Pública em Caracarái	522
Instituições de Segurança Pública.....	522

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	526
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	527
Normandia	528
Histórico.....	529
Diagnóstico da Segurança Pública em Normandia	529
Instituições de Segurança Pública.....	529
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	532
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização	532
Uiramutã	533
Histórico.....	534
Diagnóstico da Segurança Pública em Uiramutã.....	534
Instituições de Segurança Pública.....	534
Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil	534
Anexo	536

Listagem de Tabelas, Gráficos e Figuras

- Figura 1. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira do Acre
- Figura 2. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Assis Brasil
- Figura 3. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Assis Brasil e Peru
- Figura 4. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Brasiléia
- Figura 5. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Brasiléia e Bolívia
- Figura 6. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Cruzeiro do Sul
- Figura 7. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Cruzeiro do Sul e Peru
- Figura 8. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Epitaciolândia
- Figura 9. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Epitaciolândia e Bolívia
- Figura 10. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Santa Rosa do Purus
- Figura 11. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Santa Rosa do Purus e Peru
- Figura 12. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Acrelândia
- Figura 13. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Capixaba
- Figura 14. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Feijó
- Figura 15. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Jordão
- Figura 16. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Mâncio Lima
- Figura 17. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Manoel Urbano
- Figura 18. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Marechal Thaumaturgo
- Figura 19. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Plácido de Castro
- Figura 20. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Porto Walter
- Figura 21. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Rodrigues Alves
- Figura 22. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Sena Madureira
- Gráfico 1. Número de presos por tráfico no Acre: 2005-2012
- Tabela 1. Número de entrevistas e grupos focais por município
- Tabela 2. Ocorrências, tipo de ocorrências e número de ocorrência no Estado do Acre entre 2006-2012.
- Tabela 3. Apreensões de entorpecentes no Estado do Acre em 2012
- Tabela 4. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Assis Brasil
- Tabela 5. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Assis Brasil
- Tabela 6. Percepção da incidência de crimes no município de Assis Brasil
- Tabela 7. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal em Brasiléia
- Tabela 8. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Brasiléia
- Tabela 9. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Brasiléia
- Tabela 10. Percepção da incidência de crimes no município de Brasiléia
- Tabela 11. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Cruzeiro do Sul
- Tabela 12. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Cruzeiro do Sul
- Tabela 13. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Cruzeiro do Sul
- Tabela 14. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Cruzeiro do Sul

Tabela 15. Percepção da incidência de crimes no município de Cruzeiro do Sul

Tabela 16. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil em Eitaciolândia

Tabela 17. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Eitaciolândia

Tabela 18. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Eitaciolândia

Tabela 19. Percepção da incidência de crimes no município de Eitaciolândia

Tabela 20. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Santa Rosa do Purus

Tabela 21. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Santa Rosa do Purus

Tabela 22. Percepção da incidência de crimes no município de Santa Rosa dos Purus

Tabela 23. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Acrelândia

Tabela 24. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Acrelândia

Tabela 25. Percepção da incidência de crimes no município de Acrelândia

Tabela 26. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Capixaba

Tabela 27. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Capixaba

Tabela 28. Percepção da incidência de crimes no município de Capixaba

Tabela 29. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Feijó

Tabela 30. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Feijó

Tabela 31. Percepção da incidência de crimes no município de Feijó

Tabela 32. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Jordão

Tabela 33. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Jordão

Tabela 34. Percepção da incidência de crimes no município de Jordão

Tabela 35. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Mâncio Lima

Tabela 36. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Mâncio Lima

Tabela 37. Percepção da incidência de crimes no município de Mâncio Lima

Tabela 38. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil em Manoel Urbano

Tabela 39. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Manoel Urbano

Tabela 40. Percepção da incidência de crimes no município de Manoel Urbano

Tabela 41. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Marechal Thaumaturgo

Tabela 42. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar em Marechal Thaumaturgo

Tabela 43. Percepção da incidência de crimes no município de Marechal Thaumaturgo

Tabela 44. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Plácido de Castro

Tabela 45. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Plácido de Castro

Tabela 46. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Plácido de Castro **AQUI O ERRO**

Tabela 47. Percepção da incidência de crimes no município de Plácido de Castro

Tabela 48. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Porto Walter

Tabela 49. Percepção da incidência de crimes no município de Porto Walter

Tabela 50. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Rodrigues Alves

Tabela 51. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Rodrigues Alves

Tabela 52. Percepção da incidência de crimes no município de Rodrigues Alves

Tabela 53. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Sena Madureira

Tabela 54. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Sena Madureira

Tabela 55. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Sena Madureira

Tabela 56. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Sena Madureira

Tabela 57. Percepção da incidência de crimes no município de Sena Madureira

APRESENTAÇÃO

A Pesquisa: Segurança Pública nas Fronteiras desenvolvida pelo grupo de pesquisa NECVU da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico da Faixa de Fronteira, realizado pelo grupo de pesquisa Retis, da mesma universidade, fazem parte do empenho empreendido pelo Governo Federal na perspectiva da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), inserida no Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto 7.496, de 8 de junho de 2011. Os estudos foram idealizados e financiados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania (SENASP/MJ) e tiveram o objetivo de apresentar uma fotografia da fronteira brasileira.

Ao idealizar a política de fronteira, notou-se a lacuna de informações qualificadas acerca dos reais problemas da fronteira, as dinâmicas de criminalidade locais e as especificidades sociais, econômicas e culturais das diversas regiões, estados e municípios.

Desse modo, um dos eixos orientadores da ENAFRON foi investir em diagnósticos e pesquisas que sustentassem a reflexão e atuação política nesses territórios. Foi firmado, assim, um termo de cooperação técnica entre a SENASP e a UFRJ, paralelamente com dois grupos de pesquisa, o NECVU, responsável pela realização de uma pesquisa sobre a segurança pública nas fronteiras e o Retis, responsável pela análise de dados secundários, com a proposição de índices e análises comparadas sobre as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e estruturais de todos os municípios da fronteira.

Ao todo, a pesquisa contou com a participação de mais de 50 pesquisadores, 11 universidades federais e com a participação de incontáveis gestores do governo federal, estadual e municipal, especialmente aqueles responsáveis pela implementação da política de fronteira. Foram dois intensos anos de pesquisa de campo e mais um ano para compor todas as sistematizações, análises e revisões do relatório. Dessa forma, essa é uma das maiores iniciativas de coleta de informações financiadas pelo Ministério da Justiça, sendo, ainda, um marco na produção de dados e reflexões sobre as fronteiras brasileiras.

É, assim, com grande satisfação que a SENASP lança esses resultados. Esperamos com eles qualificar as políticas desenvolvidas e dialogar com gestores em vários níveis de governo. Além disso, almejamos ampliar o debate e produção de pesquisas sobre a temática, aproximando os municípios de fronteira do interesse e elaboração acadêmica e expandir uma rede de pesquisadores e formadores de opinião sobre o tema, nas diversas universidades localizadas nas regiões de fronteira, para que essa produção do conhecimento sobre as nossas fronteiras continue e seja cíclico.

O presente Relatório do Arco Norte apresenta o detalhamento da pesquisa realizada nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Pará, trazendo considerações sobre as especificidades locais de cada município envolvido no diagnóstico, trazendo uma grande quantidade e qualidade de dados sobre a criminalidade e as dinâmicas de sociabilidade dos municípios, além de nos levar, enquanto leitores, para os diversos mundos contidos na extensa fronteira brasileira do Arco Norte do país.

Boa leitura!

Celso Perioli
Secretário Nacional de Segurança Pública



ACRE

ACRE

INTRODUÇÃO

Todos os vinte e dois municípios do Estado do Acre encontram-se na faixa de fronteira. Dentre estes, dezesseis foram eleitos para comporem o projeto “Segurança Pública nas Fronteiras”. São eles: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manuel Urbano, Marechal Taumaturgo, Plácido de Castro, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa dos Purus e Sena Madureira. Em todos esses municípios foram aplicados questionários às instituições de segurança pública como amostra para realização do survey, que foram respondidos por um de seus representantes. Especificamente nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e Santa Rosa dos Purus foi realizado levantamento qualitativo das informações com base em trabalho de campo, entrevistas e grupos focais com representantes das instituições de segurança pública e da sociedade civil.

Figura 1. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira do Acre



Fonte: Cartograma IBGE.

O survey foi realizado a partir de questionários aplicados às instituições de segurança pública, justiça e fiscalização (Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Forças de Segurança Federais, Justiça e Receita Federal). Os questionários foram estruturados em um conjunto de perguntas sobre segurança pública local (unidades, infraestrutura, recursos e equipamento e articulações institucionais) e outro conjunto sobre criminalidade local e situação de fronteira (avaliação da criminalidade local, características da situação e fronteira, fluxos de mercadorias e mercados ilegais). Também foram incorporados dados quantitativos produzidos com base em registros de ocorrências de delegacias e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas em profundidade, grupos focais e registros etnográficos. O objetivo da pesquisa qualitativa foi ampliar o leque de temas abordados (além da estrutura institucional de segurança pública e dos fenômenos da violência e criminalidade, aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica de mercados ilegais e o fluxo de pessoas e mercadorias) assim como o de atores ouvidos (além dos atores institucionais, foram incorporados da sociedade civil). As entrevistas e os grupos focais ficaram assim distribuídos:

Tabela 1. Número de entrevistas e grupos focais por município

	Entrevistas	Grupo Focal
Assis Brasil	15 Entrevistas	1 Grupo Focal
Brasiléia	11 Entrevistas	1 Grupo Focal
Cruzeiro do Sul	11 Entrevistas	1 Grupo Focal
Epitaciolândia	13 Entrevistas	1 Grupo Focal
Santa Rosa do Purus	10 Entrevistas	1 Grupo Focal

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Nas legendas das tabelas apresentadas na descrição de cada município, (*) significa “não se aplica” àquela instituição, (**) significa “instituição não respondeu à questão”, e o (-) significa a informação zero.

Os dados secundários sobre acessos rodoviários, portuários e aeroportuários, além de outras informações de fontes secundárias, podem ser obtidos no banco de dados produzido pelo grupo RETIS para esta pesquisa.

O Estado do Acre é atravessado por importantes rios que compõem a bacia amazônica e onde estão localizados os seus municípios. Não por acaso, seguindo os rios Juruá, Tarauacá, Purus e Acre encontramos a divisão administrativa das Regionais que formam seu conjunto de cidades, cada qual com características específicas na área de segurança pública. De uma forma mais simplificada poderíamos dividir o Estado em dois desses rios, o Juruá e o Purus, ambos com nascente no Peru e afluentes do rio Solimões, portanto estabelecendo as ligações internas e externas mais importantes do Estado do Acre. Às margens do rio Juruá encontramos os municípios de Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul, segunda cidade mais populosa do Estado, enquanto que ao longo do rio Purus encontramos Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano e as cidades situadas nos seus afluentes, o Rio Acre, onde estão Rio Branco, Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia e o rio Iaco, onde está Sena Madureira. A circulação de pessoas e mercadorias feita por estas grandes extensões fluviais é muito antiga e, apesar de pequena se comparado a outros Estados da fronteira brasileira, muito importante para o Estado do Acre.

O principal eixo das trocas do Estado do Acre é formado pelo conjunto de cidades que estão localizadas ao longo do rio Acre, como dito um afluente importante do rio Purus, começando por Assis Brasil onde o rio adentra o território brasileiro e delimita a fronteira com o Peru e a Bolívia, passando na cidade de Brasiléia, conurbada com Epitaciolândia e seguindo até a capital Rio Branco. Ainda que durante a cheia o rio

Acre seja navegável até a cidade de Brasília, as cidades que situam-se neste eixo são também interligadas por vias rodoviárias, fato muito raro na Amazônia. A conclusão da Estrada do Pacífico ou Rodovia Interoceânica em 2011 foi feita logo após o término da construção da ponte binacional entre Assis Brasil e Iñapari em 2006. Do ponto de vista local, foi no bojo da construção da Estrada do Pacífico que a cidade de Assis Brasil passou a ter uma ligação rodoviária mais forte com Brasília e com o restante do Estado do Acre, mas de um ponto de vista mais amplo terminou de estabelecer a ligação entre o Estado do Acre e o Estado de Rondônia e, conseqüentemente, com as rodovias que conduzem ao sudeste do Brasil de onde passaram a vir produtos com destino ao Peru.

Para o Estado do Acre esta importante ligação só fez reforçar a economia das trocas que já ocorria com os países vizinhos, agora mais visível pelo grande número de taxistas que fazem o trecho, pelo incremento de produtos agrícolas, do cimento e da madeira peruana e pela presença maior de viajantes, já que a estrada atravessa a Cordilheira dos Andes. Outra dinâmica fronteiriça importante na direção do Brasil é o uso de serviços e equipamentos de saúde e educação brasileiros por peruanos e bolivianos, assim como a previdência via naturalização dos estrangeiros. Dentre os produtos brasileiros que ganharam maior possibilidade de escoamento estão em primeiro lugar a castanha do Pará, o arroz, a madeira e em seguida a macaxeira, a banana, o queijo o milho e as frutas da estação.

É necessário destacar que a Estrada do Pacífico também intensificou uma conhecida rede de prostituição de jovens e adolescentes brasileiras das zonas rurais e de terras indígenas em direção aos territórios peruano e boliviano, direcionada de um lado à cidade de Puerto Maldonado e de outra cidade de Cobija, onde concentram-se as festas e as casas noturnas. Esta rede foi apontada como uma das principais questões no que diz respeito à área de segurança pública, aparecendo como uma das ocorrências de maior frequência no Conselho Tutelar junto com maus tratos e abandonos de menores. Neste sentido, seria recomendável a atuação conjunta de órgãos municipais tais como a guarda municipal, estaduais como a polícia civil e militar e do judiciário como o conselho tutelar. Cabe ainda destacar que a pesquisa feita in loco identificou que as delegacias especializadas da mulher, de proteção da criança e do adolescente e os núcleos especializados da defensoria pública ainda são quase inexistentes e que o conselho tutelar apresenta na maior parte das cidades visitadas condições de trabalho muito precárias. Estas observações convergem com os dados da "Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública" (MJ/SENASP, 2013), que demonstram que apesar de mais de 63% das 51 delegacias existentes no Estado do Acre localizarem-se no interior, pouco mais de 13% delas são especializadas, sendo de Atendimento à Mulher (1); Criança e Adolescente (1); Entorpecentes (1); Patrimônio (1); Furtos e Roubos de Veículos e/ou Cargas (1) e Outros (1).

Mas a dinâmica das trocas que mais impressiona é aquela impulsionada pela cidade de Cobija, na Bolívia, uma zona franca comercial e industrial que caracteriza a cidade

pela grande concentração de lojas de venda varejista e atacadista de produtos têxteis, de confecção, além de eletroeletrônicos. Os produtos eletrônicos têm proveniência do Panamá, do Chile e da China, sendo comprados de forma coletiva pelos comerciantes bolivianos e posteriormente revendidos de forma fragmentada nas muitas lojas que encontram-se instaladas em Cobija. Como a instalação da área de livre comércio de Brasília não foi realizada até o momento, foi a expansão do crédito e a possibilidade de pagamento a prazo no Brasil que impediu o comércio varejista de acabar na cidade, contudo, isto se restringe àqueles produtos que têm garantia, como por exemplo os eletrônicos.

De outro lado, não são somente os moradores que compram produtos na cidade boliviana: os produtos vendidos em Cobija são comprados por brasileiros provenientes de muitos lugares diferentes, inclusive para a revenda, sendo muito comum as viagens de “sacoleiros” de Rio Branco à Brasília para comprar mercadorias destinados ao comércio formal e informal da capital e outras cidades do Estado do Acre. Como a ponte de Brasília não é alfandegada, não há controle sobre a circulação dessas mercadorias e o limite de compras via de regra não é respeitado, situação que deveria chamar a atenção da Receita Federal.

É importante destacar, contudo, que estas atividades comerciais que podem em alguma medida estar relacionadas ao contrabando não parecem estar associadas à outras dinâmicas criminais nas cidades que fazem parte deste eixo de trocas econômicas.

Tabela 2. Ocorrências, tipo de ocorrências e número de ocorrência no Estado do Acre entre 2006-2012.

UF	OCORRÊNCIAS	TIPO DE OCORRÊNCIA	Número de ocorrências						
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
ACRE	Apreensão de entorpecentes	Apreensão de entorpecentes	317	359	436	87	-	28	0
	Crimes com morte	Homícidio culposo de trânsito	33	13	21	2	-	61	90
		Homícidio doloso	142	168	173	51	-	151	173
		Lesão corporal seguida de morte	1	3	3	0	-	0	2
		Outros crimes resultantes em morte	0	0	0	0	-	2	5
		Outros homicídios culposos	18	2	3	0	-	12	6
		Roubo seguido de morte (latrocínio)	1	1	1	0	-	12	6
	Crimes contra a liberdade sexual	Atentado violento ao pudor	42	70	96	14	-	0	0
		Estrupo	48	94	139	29	-	1	2
		Tentativa de atentado violento ao pudor	2	3	3	3	-	0	0
		Tentativa de estupro	15	30	37	13	-	1	2

ACRE											
Crimes contra a pessoa sem morte	Ameaça	7.777	6.569	765	1.983	-	-	-	459	144	
	Lesão corporal culposa de trânsito	144	325	347	144	-	-	-	215	40	
	Lesão corporal dolosa	6.174	4.287	4.964	1.243	-	-	-	231	88	
	Outras lesões corporais culposas	0	128	118	37	-	-	-	0	1	
	Outros crimes resultantes em lesão corporal	0	2	0	0	-	-	-	14	0	
	Tentativa de homicídio	246	222	286	71	-	-	-	28	1	
	Crimes contra o patrimônio	Estelionato	855	1.120	1.195	307	-	-	-	390	97
		Extorsão mediante sequestro	3	1	1	0	-	-	-	0	0
		Furto a transuente	2.397	1.454	1.678	462	-	-	-	0	102
		Furto de carga	0	0	0	0	-	-	-	0	0
		Furto de veículo	96	255	307	138	-	-	-	16	0
		Furto em residência	4.361	2.814	3.117	672	-	-	-	572	35
		Outros furtos	6.696	8.144	8.673	2.185	-	-	-	1.803	86
		Outros roubos	688	823	746	262	-	-	-	318	3
		Roubo a instituição financeira	1	4	0	0	-	-	-	0	0
		Roubo a ou de veículo de transporte de valores (carro-forte)	0	0	0	0	-	-	-	0	0
		Roubo a transuente	1.054	1.322	1.509	507	-	-	-	1	54
		Roubo com restrição de liberdade da vítima	0	7	15	4	-	-	-	0	0
		Roubo de carga	0	0	0	0	-	-	-	0	0
Roubo de veículo		33	185	172	47	-	-	-	0	0	
Roubo em estabelecimento comercial ou de serviços		576	127	134	40	-	-	-	2	13	
Roubo em residência		196	194	465	551	-	-	-	22	5	
Roubo em transporte coletivo		71	13	12	1	-	-	-	0	0	
Legislação especial		Atos infracionais(criança e adolescente)	460	0	0	0	-	-	-	0	0
		Crimes contra o consumidor	25	0	0	0	-	-	-	0	0
	Crimes contra o meio ambiente	85	46	73	9	-	-	-	1	0	
	Entopercentes (posse e uso)	91	64	78	6	-	-	-	104	0	
	Entopercentes (tráfico)	302	369	405	32	-	-	-	97	17	

ACRE	Legislação especial	Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de crime	1	0	0	0	-	0	0
		Porte ilegal de armas de fogo	158	172	316	73	-	12	3
		Racismo, preconceito e discriminação	2	0	0	0	-	0	0
		Tortura	2	0	0	0	-	0	0
		Violação de direito autoral, marca ou patente	0	0	0	0	-	0	6
	Outras ocorrências com morte	Mortes e esclarecer	6	8	7	1	-	18	63
		Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)	33	61	41	14	-	95	63
		Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)	8	19	10	3	-	30	80
		Suicídio	1	8	5	3	-	32	42
	Outras ocorrências sem morte	Lesão acidental no trânsito (exceto lesão corporal culposa)	14	0	0	0	-	0	0
Outras lesões acidentais (exceto lesão corporal culposa)		0	0	0	0	-	0	0	

Fonte: MJ-SENASP (coordenação geral de pesquisa e análise da informação – SINESPJC- Módulo Polícia Civil 2006-2012)

Segundo uma percepção compartilhada entre operadores das instituições de segurança pública e membros da sociedade civil, houve nos últimos anos um aumento expressivo do consumo de drogas, sobretudo de pasta base de cocaína, entre os segmentos jovens dos moradores dos bairros mais pobres em diversas cidades acreanas. Diferente das práticas de contrabando, associa-se este aumento do consumo de pasta base de cocaína à ocorrência de outros crimes tais como: furto e roubo a residência, ao comércio, a transeuntes e de veículos, especialmente de motos. Tais crimes teriam como motivação a revenda dos produtos para o financiamento do consumo da droga. O consumo de pasta base de cocaína juntamente com o álcool aparece também como razão de parte das ocorrências de lesões corporais dolosas, como as brigas de bar e a violência doméstica.

A polícia militar do estado do Acre, apesar de ser uma das mais antigas de todo o país, é também uma das menores do Brasil segundo os dados da “Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública” (MJ/SENASP, 2012). Estrutura-se em 16 Unidades Operacionais, com 6 bases de Polícia Comunitária fixas e 5 móveis. Ainda, pouco mais de 46 % não dispõe de acesso à internet e, embora o sistema de registro de ocorrências esteja implantado em todas as unidades, a sua abrangência limita-se à capital e região metropolitana. Embora os temas abordados nas ações

de prevenção realizadas em 2011 tenham sido “prevenção ao uso de substâncias psicoativas”, “policiamento comunitário”, “proteção a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social” e “enfrentamento à violência doméstica e de gênero”, talvez as dificuldades organizacionais estejam impedindo a polícia militar de auxiliar nestes casos.

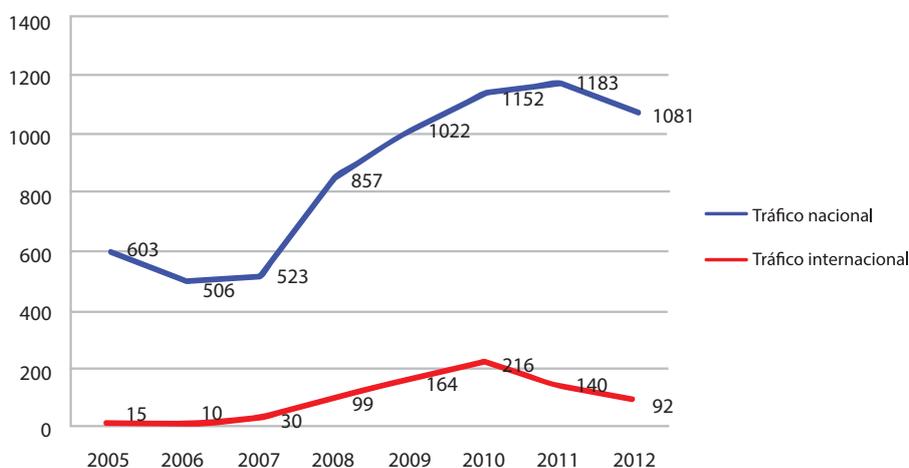
Seria necessário conduzir uma pesquisa mais específica para correlacionar o consumo de drogas e as dinâmicas de criminalidade, o mesmo deveria ser feito para se pensar os impactos da atuação ostensiva das polícias nestes casos. O apontamento das percepções de operadores das instituições de segurança pública e dos membros da sociedade civil foi feito aqui apenas para indicar o contraste em relação ao contrabando, que não é visto como associado a nenhum outro tipo de ocorrência criminal. Neste mesmo sentido, cabe destacar que apesar de muitas vezes os produtos passarem por regiões próximas, não houve indicação de sobreposição de rotas ou de atuação dos mesmos grupos criminais em relação ao contrabando e tráfico de drogas. Também não há indicação de sobreposição entre os grupos criminais que vendem pasta base de cocaína no varejo e aqueles que praticam a venda no atacado. A venda varejista é associada a furtos e roubos diversos, violência doméstica, violência contra menores e brigas de bar; enquanto a venda atacadista de drogas é associada a homicídios ligados a acertos de contas entre traficantes brasileiros e/ou estrangeiros. O que o material coletado em campo permite aferir é que os grupos que vendem pasta base de cocaína no varejo e no atacado são muito diferentes em seu nível de organização e ligações com outras práticas criminais, além de pouco se comunicarem.

Este fluxo de pasta base de cocaína feito no atacado ocorre no Estado do Acre por diversos caminhos. A circulação é feita de forma abrangente no Estado, tanto pelo eixo de trocas composto pelo rio Acre e rio Purus, cujo entreposto central é Sena Madureira, Rio Branco aparecendo como um destino para o consumo, como também ao longo do rio Juruá, onde a cidade de Cruzeiro do Sul tem o papel de centralização dos fluxos. No primeiro caso o transporte das drogas é feito pela rodovia que atravessa o Estado, no segundo por via fluvial, ocasionalmente tendo sido relatado em algumas cidades ao longo do rio Purus o uso de aviões e helicópteros em pequenos aeroportos municipais. Esta diversidade de meios de transporte de drogas em grandes quantidades deve ser levada em conta no caso do incremento das barreiras de fiscalização no Estado do Acre.

Estatísticas do InfoPen, que registra a população penitenciária do país, para o estado do Acre, que a população carcerária em dezembro de 2012 era de 3545 presos, totalizando uma taxa de 483,77 presos por 100.000 habitantes. Em relação a 2011,

houve diminuição da população prisional, cuja taxa era de 521,16, houve diminuição da participação de presos vindos de municípios do interior, bem como uma diminuição de presos por tráfico internacional (de 140 em 2011 para 92 presos em 2012).

Gráfico 1. Número de presos por tráfico no Acre: 2005-2012



Fonte: Infopen

A centralidade de Cruzeiro do Sul no caso do eixo do rio Juruá pode servir de exemplo da importância das ações coordenadas dos órgãos de segurança pública. Os fluxos de drogas que atravessam o município aparentemente se destinam a Manaus, cidade com ligação mais intensa com Cruzeiro do Sul que a própria capital Rio Branco. A passagem de drogas aparentemente não é feita na área urbana do município, aliás como na maior parte dos casos onde ocorre circulação de drogas em grandes quantidades. Ainda mais, a área do município forma um mosaico de áreas protegidas, com Terras indígenas, Parque Nacional e Reservas Extrativistas. Isto ocasiona grandes dificuldades de fiscalização nos rios pelo desvio feito pela mata densa ou pelo muitos igarapés afluentes do rio Juruá, sendo que a quantidade de drogas circulantes aumenta conforme o regime da vazante dos rios. Os operadores das instituições de segurança pública tem uma percepção que o volume de apreensões é pequeno na região em relação à grande quantidade que atravessa o lugar. Por estas características específicas, para que a fiscalização seja efetiva seria importante uma atuação conjunta de órgãos policiais, ambientais, indígenas e destes com as autoridades do Estado do Amazonas.

Tabela 3. Apreensões de entorpecentes no Estado do Acre em 2012

UF	SR/DPF/AC
Inquérito Policial Instaurado	103
Flagrante	62
Portaria	41
Indiciados	84
Cocaína (cloridrato, crack e pasta base) kg	240,11

Maconha (kg)	1.143,69
Haxixe (kg)	-

Fonte: DPF. Mapa de apreensões de entorpecentes por Estado em 2012

Por fim cabe destacar que, em relação à gestão integrada na área de segurança pública, foi reiteradamente demandado pelos membros da sociedade civil a necessidade de construção de algum tipo de instância que contemplasse a participação dos moradores nas políticas de segurança pública para o estado do Acre. Esta demanda encontrou-se associada à atenção especial para as particularidades locais no que diz respeito tanto à questão do desenvolvimento econômico, quanto ao controle da criminalidade e também ao controle externo dos operadores das instituições de segurança pública.

Infelizmente, os relatos apontam para uma direção contrária, de distanciamento da relação dos operadores das instituições de segurança pública com a sociedade civil, podemos citar o fim de um comitê de fronteira na cidade de Assis Brasil, que trabalhou durante certo tempo as possibilidades de ampliação de intercâmbio entre os países com vistas a aproveitar o potencial econômico que existe na região e também resolver problemas de segurança pública na fronteira, também a desativação de outro importante órgão relacionado à prostituição na cidade que trabalhava em cooperação com órgãos peruanos. Em outras cidades existe entre os moradores, sobretudo os indígenas, uma preocupação com a futura implementação de grandes projetos de exploração do petróleo na bacia do alto Juruá e com as estradas em direção ao país vizinho, não havendo clareza sobre os destinos do lugar. Por fim, este distanciamento e a não compreensão dos problemas locais também aparece como razão do pouco tempo de permanência de certos operadores da polícia federal e da receita federal nas cidades do interior.

RECOMENDAÇÕES

- Estimular uma maior participação dos atores sociais nas definições de políticas de Segurança Pública pelo conhecimento mais próximo da realidade cotidiana local, podendo contribuir para um desenho mais eficaz de política pública na área e no auxílio do controle da atividade policial.
- Mapeamento das diversas formas de organização da sociedade civil nos municípios de fronteira com vistas a ampliar os espaços de participação nas políticas de segurança nacionais e estaduais.
- Valorizar e estimular os comitês de fronteira binacionais ou trinacionais e os GGIFs – Gabinetes de gestão integrada de fronteira.
- Qualificar e publicizar a produção de dados criminais, especialmente sobre apreensão de drogas, armas e outras mercadorias ilícitas, distinguindo as fon-

tes (polícia militar, polícia civil, guardas municipais).

- Reconhecer que a maior parte dos conflitos locais e dos problemas de segurança pública, especialmente em suas áreas urbanas ou densamente povoadas, não decorre da existência de tráfico transfronteiriço em grande escala, nacional ou internacional. Tratar esses problemas segundo a experiência policial em lidar com crimes urbanos convencionais, como o furto, o roubo, os conflitos interpessoais, a violência doméstica e contra a mulher e os crimes sexuais.
- Aparelhamento do policiamento de fronteira, com o aumento do efetivo, treinamento especializado e tecnologia, além de melhores salários. Investimentos em boas condições de trabalho para os operadores de segurança em geral e, em particular, para os grupos especializados de fronteira, o que significa locais adequados e preparados para um trabalho efetivo, o que necessariamente inclui meios de comunicação e acesso permanente à internet.
- O recurso à inteligência e à prevenção deve visar também causar o mínimo possível de constrangimento à população local, diferenciando, sempre com base na experiência e na informação qualificada, o que decorre das redes do tráfico no atacado (internacional ou nacional) do micro tráfico operado localmente, que não deve ocupar estrategicamente o trabalho desses grupos especializados.
- Valorizar e aumentar progressivamente o efetivo da Polícia Federal e Receita Federal, a quem cabe a atribuição do controle das fronteiras, de modo a capacitá-la a coordenar esses grupos especializados estaduais.
- Maior controle do tráfego aéreo de aeronaves em baixa altitude, principalmente em áreas de reservas (florestais ou indígenas).
- Estimular programas continuados de redução da vulnerabilidade policial à corrupção.
- Ampliar os programas de enfrentamento à violência e exploração sexual contra criança e adolescentes atualmente existentes.
- Realizar campanhas educativas abrangendo homens e mulheres, adolescentes e adultos para o enfrentamento da violência contra a mulher.
- Investir nas redes de atenção a usuários de drogas.

- Fomentar campanhas que promovam a diminuição do preconceito contra os indígenas.
- Acelerar a demarcação de terras indígenas e promover acesso a informações a respeito do pagamento de indenizações aos proprietários, de maneira a evitar que boatos estimulem o ódio racial.
- Criar guardas indígenas institucionalizadas como forma de resolver o impasse sobre a efetiva atribuição da atividade policial em terras indígenas e, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos povos indígenas. Pensar a melhor maneira de integrar os guardas indígenas ao conjunto de instituições de segurança pública e justiça.
- Planejamento estratégico de atuação nas áreas do desenvolvimento social, econômico e da segurança pública com estímulos ao desenvolvimento sustentável local baseadas nos arranjos produtivos já existentes tanto no meio urbano como rural, auxílio aos empreendimentos locais que necessitam de capacitação ou crédito tanto no meio urbano como rural, rapidez na aprovação das zonas francas e áreas de livre comércio associadas ao fomento das ligações comerciais entre as cidades fronteiriças, facilitação do escoamento da produção em escala local, regional, nacional e internacional.
- Planejamento estratégico de atuação nas áreas da cooperação internacional e da segurança pública: estabelecimento de metas para que equipamentos e serviços públicos possam ser utilizados pelas populações fronteiriças, estimular as diversas festividades que celebram a amizade entre os povos das fronteiras, ampliar a troca de informações das forças policiais e criar um banco de dados comum, criar gabinetes de gestão integrada dos problemas de fronteira de forma a estimular a integração e a cooperação das instituições de segurança dos países vizinhos, criação de um fórum de discussão das diferenças legislativas entre os países para encaminhamento e apreciação das autoridades responsáveis.
- Políticas de descentralização do governo central como forma de extensão da capilaridade administrativa da União, com atuação de funcionários exteriores às comunidades, que rompam os arranjos políticos locais. Toda forma de atuação judiciária e investigativa deve ser feita nesse sentido, como, por exemplo, o combate ao tráfico atacadista de drogas.
- Políticas de desconcentração do governo central como forma de delegação dos poderes centrais para o âmbito local, com atuação de funcionários que

sejam parte das comunidades de pertencimento e apoiem-se nas experiências de vida dos habitantes. Toda forma de atuação preventiva deve ser feita nesse sentido, como, por exemplo, o combate ao tráfico varejista e a delinquência juvenil.

- Consolidar a visão de que o planejamento urbano é uma forma estratégica de enfrentamento dos problemas de segurança pública.
- Promoção da elaboração e da implementação dos planos diretores municipais por meio de consulta pública em relação às necessidades locais e apoio técnico para consolidação da viabilidade técnica das demandas.
- Instalação de Habitações sociais o mais próximo possível dos assentamentos urbanos centrais como forma de promoção da função social da habitação e impedir a segregação urbana.

ASSIS BRASIL

O município de Assis Brasil foi criado por meio da lei estadual número 588 de 14 de Maio de 1976, desmembrando-se do município de Brasiléia. Encontra-se localizado no sul do Estado do Acre na regional do Alto Acre, a 319 km da capital Rio Branco, à qual encontra-se ligada por via rodoviária e aérea. A cidade encontra-se na tríplice fronteira, entre o Brasil, o Peru e a Bolívia, conurbando-se com a cidade peruana de Iñapari e com a vila boliviana de São Pedro de Bolpebra. Esta fronteira é delimitada pelo principal rio que serve o município, o Rio Acre.

Figura 2. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Assis Brasil



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Constituição estadual artigo nº 55, de 01 de março de 1963.

Localização:

Área (2010): 4.974,176 km²

Fronteiras, divisas e limites: Ao norte com Sena Madureira, ao leste com Brasiléia, ao sul com a Bolívia e a oeste com o Peru.

População (2010): 6.072 habitantes

Densidade demográfica: 1,22 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,61

PIB (2010): R\$ 54.642.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 8.994,62

IDH-M (2010): 0,588

Gentílico: Assis-brasiliense

Histórico

O primeiro assentamento de que se tem notícia no local onde atualmente encontra-se Assis Brasil foi o Seringal de Paraguaçu, situado às margens do Rio Acre e próximo ao marco Rondon. Os três irmãos maranhenses Belarmino Freire, Policarpo Freire e Durval Freire fundam o seringal em 1908, quando iniciam a exploração da borracha na localidade.

Em 1958 foi denominada Vila de Assis Brasil em homenagem a Francisco de Assis Brasil, político e diplomata que juntamente com o barão de Rio Branco, ministro de estado das relações exteriores e Plácido de Castro, político e militar, negociaram com o governo boliviano a assinatura de Tratado de Petrópolis, quando foi realizada a incorporação do Acre ao território brasileiro.

Em 14 de Maio de 1976 Assis Brasil eleva-se a categoria de município, desmembrando-se de Brasiléia, sede do município até então.

O extrativismo é característica da região, iniciada com a extração da borracha nas formas do extrativismo tradicional e atualmente feito por meio do agroextrativismo, onde os atores são agricultores familiares e extraem Castanha do Brasil, látex, óleos vegetais, resinas, cipós, frutas silvestres e a taboca. Os agricultores familiares de Assis Brasil praticam agricultura de subsistência, fazendo uso do sistema itinerante de corte e queima da floresta. A atividade pecuária não é diferente dos demais municípios da bacia do Alto Acre, caracterizada pelo manejo extensivo, com baixa lotação animal e uso do fogo para limpeza e renovação das pastagens, além de apresentar baixos níveis tecnológicos e baixos níveis de produtividade. Encontram-se também um pequeno comércio, mercado, padarias, hotéis e pensões.

Diagnóstico da Segurança Pública em Assis Brasil

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 6.308 habitantes

Homicídios (2012): 1

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 421 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 901 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 4. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Assis Brasil

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 6.308 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	6	Praças	14
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antiga e sem condições de reforma		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antiga e sem condições de reforma		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		2	
Impressora	6		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	1		1	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	1		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	4	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Raramente atende às necessidades		Polícia Militar Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		5	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		4	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	-		8	
Colete antibalísticos	3		15	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		2	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		2	
Carabina	-		-	
Espingarda	-		1	
Metralhadora	-		1	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		3	
Revólver	-		3	
Pistola	-		19	
Arma de condutividade elétrica	*		3	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		-	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil *		Polícia Militar Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	10		*	
Média de presos/mês	-		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil -		Polícia Militar *	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Existe no município de Assis Brasil uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade muito lenta, raramente funcional. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Assis Brasil não utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de protocolo, financeiro e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. O entrevistado cita o detalhe de que 4 dos 6 policiais em atividade são idosos, não tem noções de informática; fazem serviços gerais de atendimento, mas não estão em atividade plena de policial.

O único parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas todas as parcerias. A Polícia Civil deste município não participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e também de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Assis Brasil, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações amigáveis, porém de dificuldade linguística, o entrevistado cita que a polícia civil tem uma boa relação com a promotoria peruana. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON).

Polícia Militar

No Batalhão de Assis Brasil estão em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de protocolos e recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2011), controle dos dados criminais através de planilhas e tabelas em papel, além de fichas em papel e fichário de ocorrências. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é boa (SIPAM). Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e brigas por embriaguez.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público e as Forças Armadas. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Em Assis Brasil, a Polícia Militar possui uma relação colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. O entrevistado não soube informar se esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 5. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Assis Brasil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância final		Ministério Público	Conselho Tutelar		
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	11				
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas, adequadas e em boas condições		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Novas, adequadas e em boas condições		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Adequadas	

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Assis Brasil possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Tem 1 vara de juizado especial criminal, uma vara criminal, e uma vara de execução penal. Esta sede judiciária dispõe de dois carros para até cinco pessoas, duas motos e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender muito frequentemente as necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 512 kbps. O entrevistado não respondeu quantos mandatos de prisão expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de estoque, controle de armas, de protocolos e de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2009 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário para apoiar as operações da polícia militar e civil em 2011 e 2012, uma em cada ano.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nessa comarca não há juízo especializado em infância e juventude, nem promotoria especializada, assim como defensoria pública especializada nem equipe interprofissional exclusiva para infância e juventude. O entrevistado não informou se existe estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, nem se existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é o Estado e suas secretarias, e informou que os três atos infracionais mais frequentes nesse município são furto, tráfico de drogas (1 caso) e uso de entorpecentes no ano de 2012.

Ministério Público

Há sede do Ministério Público no município, suas instalações são adequadas para o desempenho do mesmo. Não são produzidas estatísticas de denúncias nesta comarca, e os promotores não participam de coletivos de gestão de segurança pública nem de operações de fronteira. As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Assis Brasil, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: falta de recursos materiais, humanos, falta de comunicação eficiente com outros órgãos, articulação com os outros órgãos de segurança pública e justiça criminal, além de falta do apoio da população.

O entrevistado disse que os promotores não participam, de alguma maneira, das operações de fronteira (no plano estritamente processual) e não sabe quanto ao ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Assis Brasil são a Polícia Federal, o Judiciário Estadual, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar. A atuação mais importante do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços não foi informada, a atuação só se deu a partir de 2013. Os principais problemas no município são: falta de recursos materiais, recursos humanos, falta de comunicação eficiente com outros órgãos, articulação com os outros órgãos de segurança pública e justiça criminal, além de falta de apoio da população.

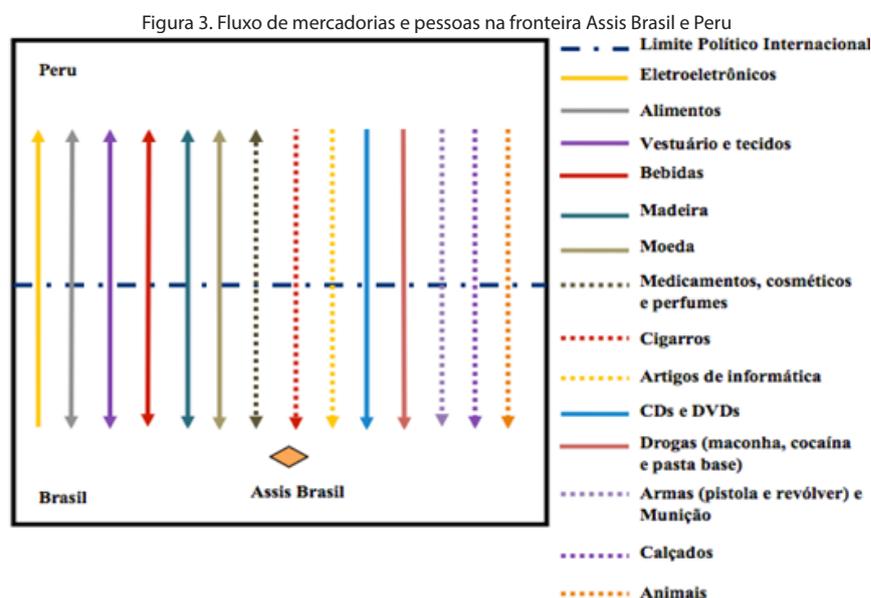
Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Assis Brasil (mas está desativado), assim como conselho tutelar. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda (mais na zona rural), o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; Dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); Dificuldade no relacionamento com o poder executivo.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Apesar de pequena, a cidade de Assis Brasil é o centro da tríplice fronteira com as cidades de Iñapari, do lado peruano e San Pedro de Bolpebra, do lado boliviano. As duas cidades estrangeiras são economicamente dependentes de Assis Brasil, sobretudo a pequena vila boliviana, composta de poucas famílias camponesas que sobrevivem da agricultura de subsistência.



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

A cidade de Iñapari recebe a maior parte dos produtos alimentícios de Assis Brasil, comprados diretamente dos produtores rurais ou nos supermercados da cidade brasileira. Destaca-se a venda brasileira do peixe, da carne bovina, suína e frango caipira, também milho e castanha, enquanto que os peruanos vendem bebidas típicas, algumas frutas e a cebola roxa. Além dos produtos de origem agrícola também circulam entre as cidades produtos do artesanato peruano e roupas e tecidos em geral e produtos para construção civil brasileiros.

Um evento de grande impacto para as relações entre os países foi a conclusão da Estrada do Pacífico ou Rodovia Interoceânica em 2011, que faz a ligação entre o Oceano Atlântico e o Pacífico peruano, concluída logo após o término da construção da ponte binacional entre Assis Brasil e Iñapari em 2006. Do ponto de vista local, foi no bojo da construção da Estrada do Pacífico que a cidade de Assis Brasil passou a ter uma ligação rodoviária mais forte com Brasília e, conseqüentemente, com o restante do Estado do Acre, o mesmo ocorrendo com Iñapari em relação ao Peru. Este novo acesso é visível pelo grande número de taxistas que fazem o trecho, serviço que aumentou muito depois que a estrada foi inaugurada. Logo após a inauguração desta importante ligação regional,

passaram a circular pelas cidades comboios de caminhões da indústria automobilística brasileira levando caminhões e ônibus produzidos no sudeste brasileiro para o Peru, assim como combustível boliviano para a própria Bolívia e o Peru, e um incremento da passagem de cimento e madeira peruana em direção ao Brasil. Do ponto de vista do turismo também houve um aumento de viajantes, já que a estrada atravessa os Andes, ao lado de Cuzco e Macho Picho, chegando até Lima, capital peruana.

Segundo os operadores das instituições de segurança e os membros da sociedade civil as relações entre os países aumentaram de forma considerável neste curto espaço de tempo. Contudo, segundo estes mesmos entrevistados, é a cidade peruana que conseguiu aproveitar melhor a passagem de turistas, construindo rapidamente uma pequena estrutura hoteleira e restaurantes para receber os viajantes de passagem. Mesmo brasileiros de Assis Brasil costumam frequentar os restaurantes peruanos da cidade de Iñapari, pois apreciam a culinária peruana e os festejos, frequentes no local. Outra dinâmica fronteira é o uso de serviços e equipamentos de saúde e educação brasileiros por peruanos e bolivianos, assim como a previdência via naturalização dos estrangeiros. Ao contrário de outras localidades, este uso parece não incomodar de forma nenhuma os habitantes brasileiros, especialmente em relação aos peruanos, cuja relação foi vista de forma unânime pelos entrevistados como muito boa.

O grande problema, apontado frequentemente por membros da sociedade civil e operadores das instituições de segurança pública, é que a estrada não passa por dentro da cidade de Assis Brasil, assim como o posto alfandegado, localizado próximo a ponte. Este fato é visto como um problema para o aproveitamento dos novos fluxos de pessoas e mercadorias pela recém inaugurada ligação, dado que a maior parte dos viajantes parece não perceber a localização da última cidade brasileira antes da fronteira, sendo visto como a razão do declínio da pequena rede hoteleira e de restaurantes da cidade e o consequente aumento em Iñapari.

Mas de modo geral, todos os entrevistados concordam que o fato da cidade estar localizada na fronteira dinamiza a economia local. Contudo, o representante da polícia civil discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, enquanto o da polícia militar concorda. Ambos discordam que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira, mas concordam que a posse de armas é mais comum nesse tipo de região. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Assis Brasil foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infanto-juvenil e a imigração ilegal, além do trabalho escravo, a disputa de terras e os crimes ambientais.

Outra dinâmica recente é o fluxo de haitianos que passam pela cidade, depois de passar de forma geral pela República Dominicana, o Equador e o Peru. Nos últimos anos tem sido também constatado a chegada de africanos, sobretudo senegaleses, que depois de fazer passagens pelo Caribe, seguem os mesmos caminhos dos haitianos na América do Sul. Estes imigrantes são recebidos no posto alfandegado pela Polícia Federal e normalmente utilizam o serviço de táxis que passou a funcionar entre Assis Brasil e Brasília, cidade onde se direcionam na maior parte das vezes para o abrigo estadual.

Criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 6. Percepção da incidência de crimes no município de Assis Brasil

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Um problema recorrentemente citado, tanto por membros da sociedade civil como pelos operadores das instituições de segurança pública, foi o tráfico de drogas, sobretudo a cocaína e o crack. Um relato importante de operadores das instituições de segurança pública é a presença recente de grupos de outros estados, especialmente de São Paulo, procurando ampliar a rede de fornecimento de drogas por meio de negócios com traficantes peruanos, que vendem drogas mais baratas que os fornecedores bolivianos. O aumento de veículos de São Paulo e as apreensões de drogas com traficantes paulistas nos últimos anos são sinais, segundo estes entrevistados, de que novas conexões estão sendo feitas em rotas que atravessam a cidade. O tráfico de drogas atacadista ocorre, segundo membros da sociedade civil, sobretudo por meio de ramais e propriedades localizadas na zona rural, em portos e aeroportos clandestinos. Foi relatado também o envolvimento de indígenas neste tipo de rota.

Ainda assim, as redes de circulação nacionais e o pequeno tráfico de drogas varejista na cidade parecem não se comunicar de forma importante e não mantêm relação com outros problemas de segurança pública no município. Desta forma, tanto

na percepção dos membros da sociedade civil quando dos operadores das instituições de segurança pública são muito mais relevantes a lesão corporal com ou sem uso de armas de fogo, o roubo de gado, a violência doméstica e o abuso sexual.

Ainda que brigas em bares, desavenças pessoais e a violência doméstica apareçam com frequência nos relatos sobre os problemas da segurança pública no município, a prostituição foi apontada por muitos entrevistados como o principal problema da cidade no que diz respeito as questões de segurança pública. A prostituição aparece como uma das ocorrências de maior frequência no Conselho Tutelar junto com maus tratos e abandonos. A ligação que a Estrada do Pacífico criou, possibilitou uma ampliação da atuação de jovens e adolescentes da cidade, das zonas rurais e de terras indígenas em redes de prostituição, cujo centro aparece na maior parte dos relatos ser a cidade de Puerto Maldonado. Segundo estes relatos, esta cidade, muito maior que Assis Brasil e Iñapari, concentra festas e casas noturnas que muitas vezes são os lugares onde a prostituição acontece, atraindo pessoas em redes, por vezes com envolvimento da família e muitas vezes com atuação de grupos mais estruturados.

Foram relatados grupos de Rio Branco para a venda de drogas no estado do Acre, o comércio ilegal de contrabando o roubo de gado e a prostituição, todos em conjunto com grupos de peruanos situados em Puerto Maldonado. Segundo relatos dos membros da sociedade civil, o comércio de eletrônicos em Assis Brasil é feito em lojas cujos proprietários são peruanos, vendendo produtos de procedência duvidosa. Alguns dos operadores das instituições de segurança pública relataram que a forma local de associação criminosa mais comum é aquela voltada para o roubo de gado.

Uma questão importante é que as exportações de produtos brasileiros para o Peru não encontram-se completamente regularizadas, como por exemplo a carne bovina, suína e os frangos, que ao contrário do pescado, ainda não tem possibilidade de serem vendidos formalmente. Isto não impede que os produtos circulem de forma informal, mas geram insegurança comercial e apreensão por parte do produtores locais. Da mesma maneira há preocupação com a circulação da madeira peruana em direção ao Brasil. Alguns entrevistados consideram que a exploração de madeira é feita de forma mais vantajosa no Peru, por meio de planos de manejo que são mais fáceis e menos burocratizados que aqueles feitos no Brasil. De outro, é relatado que não existe nenhum controle ambiental no Peru e que estas madeiras, nas quais encontram-se muitos brasileiros trabalhando, obtém vantagens comparativas em relação ao Brasil por meio dessa legislação mais tolerante com o uso dos recursos naturais.

Há uma discrepância entre os dados fornecidos pelo DATASUS e pelas instituições da Justiça e da Polícia Civil, as quais informam um homicídio por briga de bar, e entre os dados da PM que adiciona um homicídio por vingança. O único crime de estelionato

citado pelos representantes da Polícia Civil e militar são fraudes em operações ilícitas e financeiras (como notas falsas, por exemplo). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

Avaliação das instituições de segurança pública

Foi muito recorrente tanto para os operadores das instituições de segurança pública como para os membros da sociedade civil a precariedade das instalações das polícias civil e militar, a falta de efetivo e de equipamentos para estas duas instituições. Disto decorre uma grande dificuldade para que o trabalho dos policiais seja realmente efetivo, sendo especialmente difícil a presença destes nos bairros mais distantes do assentamento urbano ou nas áreas rurais.

Foi destacado também que outros serviços são precários na cidade, especialmente aqueles de saúde, que não dispõem de uma ambulância em funcionamento. Esta precariedade, relatada por membros da sociedade civil e por operadores das instituições de segurança pública, afeta as ocorrências ligadas a segurança pública em casos de lesão corporal tanto quanto acidentes na zona rural da cidade. Neste sentido, cabe por vezes ao exército, com o 4o batalhão de infantaria de selva, fazer o papel de defesa civil. Este foi o caso em alguns momentos recentes de enchentes, quando o exército realizou não apenas a ajuda às famílias afetadas, como também o transporte de pessoas doentes em outras situações.

A relação dos operadores das instituições de segurança e, especialmente dos membros da sociedade civil com a Polícia Federal e a Receita Federal é distante, pois o posto alfandegário fica longe da cidade, quando não conflitiva. Foi destacado que, por vezes, a fiscalização excessiva dos carros antigos pela Polícia Rodoviária Federal causou problemas na cidade, seja com seus moradores ou com prestadores de serviços públicos. O serviço de transporte público escolar foi impedido de funcionar, assim como o transporte de lixo, ocasionando problemas no provimento desses serviços. Também foram relatados casos de maus tratos com migrantes, sejam eles peruanos, bolivianos ou imigrantes estrangeiros.

Foi reiteradamente demandado pelos membros da sociedade civil a necessidade de construção de algum tipo de fórum que contemplasse a participação dos moradores nas políticas de segurança pública para a cidade. Foi relatada a experiência de um comitê de fronteira, que trabalhou durante certo tempo as possibilidades de ampliação de intercâmbio entre os países com vistas a aproveitar o potencial econômico que existe na região, assim como também resolver problemas da situação de fronteira. Um caso interessante foi a regularização dos chamados toritos (veículos motorizados que fazem a passagem na fronteira), que depois foi desfeita quando da desativação do fórum. Outro exemplo foi a liberação

da passagem de pedestres, que aparentemente foi impedida pela polícia federal, com vistas a diminuição do controle da passagem na fronteira. Como já foi dito anteriormente, os membros da sociedade civil destacam que a passagem dos maiores volumes se fazem na zona rural e nos ramais, onde se localizam portos e aeroportos clandestinos. De outro lado, o fechamento da passagem de pessoas criaria grandes transtornos aos moradores, já que é perigosa e muito mais longa a passagem pela estrada.

Neste mesmo sentido foi relatado também a desativação de outro importante órgão relacionado à prostituição. Durante certo tempo, funcionou um posto avançado de combate ao tráfico de pessoas, que aparentemente forneceu denúncias importantes sobre a maneira de funcionamento das redes que articulavam estes problemas, mas por razões pouco conhecidas deixou de atuar.

Fotos do Município de Assis Brasil

Alfândega



Cidade de Assis Brasil



Prefeitura



Fórum de Justiça

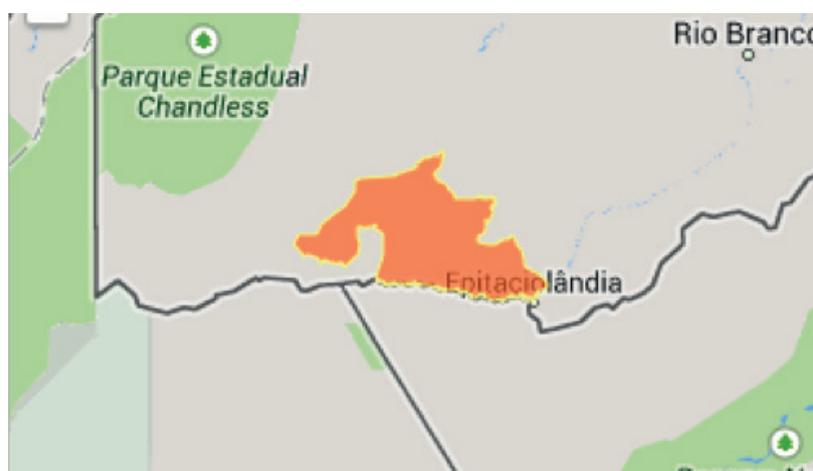


Fonte: Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras. UFRJ/MJ, 2015.

BRASILÉIA

O município de Brasiléia foi criado com a denominação de Brasília em 1910 e posteriormente o nome do município foi alterado, para não se confundir com a Capital Federal. Encontra-se localizado no sul do Estado do Acre na regional do Alto Acre, a 234 km da capital Rio Branco, à qual encontra-se ligado por via rodoviária, fluvial e aérea. O município tem como principais rios o Acre e o Xapuri, o primeiro delimitando as fronteiras com o município de Epitaciolândia e a cidade de Cobija, na Bolívia, ambos conurbados com Brasiléia.

Figura 4. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Brasiléia



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto-lei Federal nº. 6 163, de 31 de dezembro de 1943.
 Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
 Área (2010): 3.916,495 km²
 Fronteiras, divisas e limites: Ao norte com Xapuri, ao sudeste com Epitaciolândia, ao sul com a Bolívia, a sudoeste com Assis Brasil e a noroeste com Sena Madureira.
 População (2010): 21.398 habitantes
 Densidade demográfica: 5,46 hab/km²
 Índice Gini (2010): 0,58
 PIB (2010): R\$ 228.256.000,00
 PIB per capita (2010): R\$ 10.647,26
 IDH-M (2010): 0,614
 Gentílico: Brasileense
 Instituições de segurança presentes no município: material não recebido até 23/09/2013.

Histórico

Brasília, como era chamada Brasiléia, foi fundada nas terras dos índios Catianas e Maitenecas, no Seringal Carmem, quando o Acre já era território do Brasil. Foi criada por homens da classe dominante da sociedade acreana da época, seringalistas e autoridades constituídas, que habitavam no Alto Acre e eram vinculados à exportação de borracha em Belém e Manaus.

No Seringal Carmem foi escolhida uma área para instalação da justiça do 3º Termo Judiciário da Comarca de Xapuri e do Juiz Fulgêncio de Paiva, que já havia sido expulso das terras do Seringal Nazaré. Eram os primeiros passos da fundação de Brasília, que contou com a participação de brasileiros como João Cordeiro Barbosa, José Antônio de Almeida, Olegário de Araújo França, Augusto de Melo Azevedo, Dr. Luiz Barreto Correa de Menezes, Dr. Ronaldo Melo, Raimundo Furtado, Fulgêncio Cruz, José Bernardo e outros. Brasília foi assentada à margem esquerda do Rio Acre, de frente à cidade boliviana de Cobija, onde moravam a maioria dos brasileiros que a fundaram no dia 03 de julho de 1910, data em que braços de seringueiros, sob as ordens dos doutores e seringalistas, derrubaram as primeiras árvores no local em que hoje está situada a cidade de Brasília.

Distrito criado com a denominação de Brasília, pela Resolução n.º 22, de 09-05-1911, subordinado ao município de Alto Acre. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Brasília, figura no município de Alto Acre. O Decreto-Lei Federal n.º 9.831, de 23-10-1912, transfere o distrito Brasília do município de Alto Acre para o novo município de Xapuri. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Brasília figura no município de Xapuri. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas 31-12-1936 e 31-12-1937. Elevado à categoria de município com a denominação de Brasília, pelo Decreto-Lei Federal n.º 968, de 21-12-1938, desmembrado dos municípios de Xapuri e Sena Madureira. Sede na Vila de Brasília. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1939. Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído do distrito sede.

Atualmente a principal atividade econômica do município é o comércio, sobretudo de turistas que vem à cidade para fazer compras na cidade vizinha de Cobija o que ajuda um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. Apesar de instituída como Área de Livre Comércio, a mesma não foi regulamentada, mantendo portanto forte dependência do dinamismo da cidade boliviana. A agricultura, com importância para o cultivo de mandioca e frutas, além da pesca, também importante. Encontram-se também algumas serralherias e fábricas de móveis apesar do potencial madeireiro já ter se esgotado, além de usinas de beneficiamento de frutas, olarias e confecções. A pecuária tem um número significativo de cabeças de gado bovino e a avicultura é apoiada pelo complexo industrial de aves.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM BRASILÉIA

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 22. 261 habitantes

Homicídios (2012): 4

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Receita Federal.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 247 habitantes
População/efetivo da polícia civil 1 policial para 1060 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 22.261 habitantes Homicídios (2012): 4				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	4
	Agentes	20	Praças	86
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antiga, mas precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura nova, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antiga, mas precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura nova, mas inadequada ou precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		6	
Impressora	6		2	
Telefone fixo	2		2	
Fax	2		-	
Scanner	4		2	
Internet	2		2	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		3	
Aparelho de TV	1		4	
Gravadores	-		4	
Máquina Fotográfica	5		1	
Filmadora	3			

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	3	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	1
Moto	2	-	9	2
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	2	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Raramente atende às necessidades		Polícia Militar Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		3	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-	
Rádio portátil (HT)	6		29	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		4	
Arquivos em ficha de papel	1		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	4		14	
Colete antibalísticos	14		90	
Escudos	-		4	
Capacetes	-		10	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		14	
Carabina	1		2	
Espingarda	2		2	
Metralhadora	-		4	
Submetralhadora	2		4	
Fuzil	-		6	
Revólver	10		20	
Pistola	11		64	
Arma de condutividade elétrica	-		6	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Quantidades e tipos de munição suficientes.		Polícia Militar Tipos e quantidades de munição insuficientes.	

Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	12	*
Média de presos/mês	60	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Existe no município de Brasiléia uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Brasiléia não utiliza sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, dados em tabelas ou listas em papel, além da inclusão no Infoseg. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Judiciário, a Receita Federal e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, todas as parcerias deveriam ser incrementadas pela melhoria da segurança pública. A Polícia Civil deste município participa de um coletivo de gestão de segurança pública, o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Brasiléia, existem relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho, e elas são predominantemente colaborativas com trocas de informações e com a realização de missões conjuntas. A Polícia Civil de Brasiléia apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), porém não tem participação nas Operações Sentinelas.

Polícia Militar

No Batalhão de Brasiléia não existe o uso de sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados), controle dos dados criminais através de planilhas e tabelas em papel; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais desde 2010, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é lenta, segundo o entrevistado. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram violência doméstica e perturbação da tranquilidade.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, a Polícia Rodoviária Federal e os bombeiros, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, todas essas parcerias deveriam ser incrementadas para melhorar as ações de segurança pública na fronteira. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o ENAFRON. A Polícia Militar do município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Brasília, a Polícia Militar possui troca de informações com órgãos de segurança pública do país vizinho, elas são predominantemente colaborativas com troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 8. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Brasília

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância final	Ministério Público	Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes 1 Funcionários 54	Promotores 2	Conselheiros 5	
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas, adequadas e em boas condições	Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antiga, mas em boas condições	Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Brasília possui uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas e varas mistas. O entrevistado especificou que as varas mistas especializadas existentes na comarca são a Vara Cível: da Infância e Juventude e Fazenda Pública. Esta sede judiciária dispõe de veículos oficiais funcionando, sendo eles um carro para até cinco pessoas e uma moto.

O entrevistado especificou que há internet na sede judiciária, e a velocidade é de 1MB. O representante da Justiça não soube responder a estimativa dos mandatos de prisão que foram expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo e de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), além de existir a produção e a divulgação pública e regular das estatísticas produzidas, o Banco de Dados do Município está integrado a outro sistema de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de outro coletivo de gestão. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário, sendo especificado o ENAFRON.

Ministério Público

As quatro maiores dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Brasília, segundo o representante entrevistado, são a falta de apoio da população, a falta de recursos humanos, a falta de apoio do poder público municipal e a falta de articulação com outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. Não foi informado pelo entrevistado, se o Ministério Público do município vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública, o entrevistado não soube responder se há participação da sede judiciária nas operações de fronteira (no plano estritamente processual) e da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Brasília são a Polícia Militar, a Força Nacional, a Polícia Federal e o Judiciário Estadual. Segundo o entrevistado, a parceria mais incrementada deveria ser a Polícia Civil. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionada a crimes fronteiriços, foi à desarticulação de um grupo organizado que atuava na região. Os seis principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o tráfico de armas, a exploração sexual infanto-juvenil, a imigração ilegal, as disputas de terras e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Brasília. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública e o despreparo dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandono, abandono da escola e envolvimento com o ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 9. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Brasília

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
Efetivo	Auditores	4
	Técnicos	2
	Terceirizados	12
	Analistas-tributários	1
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Brasília dispõe de 2 carros oficiais, muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, mas o entrevistado informou que a velocidade da conexão é boa (afirma se tratar de uma internet banda larga). A Receita Federal de Brasília participa de um coletivo de segurança pública: Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação não melhora e nem piora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da Operação Ágata.

Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para compreender as relações fronteiriças da cidade de Brasília, a cidade de Cobija é central. Trata-se da capital do departamento de Pando, uma área pouco habitada da Bolívia, que por um lado preferiu estabelecer conexões com o Brasil em detrimento de suas relações com o restante da Bolívia e, por outro, tira proveito de sua posição administrativa privilegiada no país para mobilizar recursos superiores aos de Brasília. Outro dado muito importante da caracterização da relação entre Brasília e Cobija é que a cidade boliviana é uma zona franca comercial e industrial, o que oferece oportunidades de desenvolvimento econômico muito importantes. Estas oportunidades são visíveis e caracterizam a cidade por meio de uma grande concentração de lojas de venda varejista e atacadista de produtos têxteis, de confecção, além de eletro-eletrônicos.

As relações comerciais das cidades são fortemente marcadas por esta dinâmica comercial. A possibilidade de pagamento a prazo do lado brasileiro é o que impediu o comércio varejista de acabar em Brasília. Nos últimos anos o pagamento a prestação aumentou muito na cidade, fato que fez que os moradores da cidade passem a comprar menos em Cobija, já que na cidade boliviana a venda só é feita à vista. Contudo, este impacto recente da expansão do crédito no Brasil aparentemente se restringe à venda

de produtos que têm garantia, como por exemplo os eletrônicos. De outro lado, tecidos e perfumes não foram afetados pela possibilidade de pagamento a crédito, sendo ainda muito consumidos pelos moradores da cidade. Como contrapartida, o congelamento de câmbio é uma prática muito recorrente pelos comerciantes de Cobija para que as mercadorias estocadas tenham uma circulação mais constante mesmo em momentos que a diferença das moedas brasileiras e bolivianas não favorece a compra.

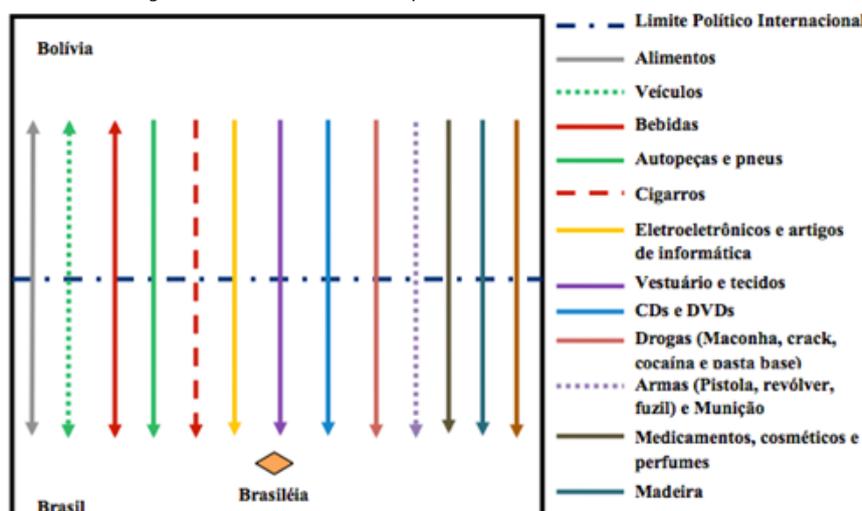
A ponte binacional Wilson Pinheiro, nome em homenagem ao grande líder do sindicato dos trabalhadores rurais, permite atravessar o rio Acre em direção a cidade boliviana. Foi inaugurada em 2004 com presenças de autoridades do Brasil, Bolívia e Peru, mas ainda não é alfandegada e a partir das 22 hs a ponte é fechada para circulação, aparentemente como uma medida de segurança. Segundo parte dos moradores, a ponte pouco favoreceu o desenvolvimento econômico da cidade, salvo os serviços de táxi para comerciantes que transportam a grande quantidade de turistas e comerciantes que desejam passar o dia em Cobija para fazer compras.

Do lado brasileiro e, como desdobramento da criação da Zona Franca de Manaus, a partir de 1989 o município de Brasiléia fazia parte das Áreas de Livre Comércio. O objetivo, segundo a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que administra o modelo e abriga em sua área de jurisdição as Áreas de Livre Comércio na região, foi “promover o desenvolvimento de municípios que são fronteiras internacionais na Amazônia e integrá-los ao restante do país, por meio da extensão de alguns benefícios fiscais do modelo Zona Franca de Manaus, da melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias e do fortalecimento do setor comercial, agroindustrial e extrativo¹¹”. Os moradores e comerciantes não são muito claros em relação a quais foram os problemas para a instalação efetiva do projeto ou porque não foi possível por meio destes incentivos o desenvolvimento econômico da cidade. Mas foi relatado em diversas oportunidades que os trâmites burocráticos do lado brasileiro são muito mais complexos que do lado boliviano, assim como a fiscalização da passagem de produtos impossibilita a formação de uma área comercial semelhante a encontrada na Bolívia. Atualmente a possibilidade aventada de inauguração de *free shops* em Brasiléia tem despertado grandes expectativas em diversos entrevistados, vislumbrando o aumento de empregos e de fluxo de capitais na cidade. Como decorrência desta especulação, alguns entrevistados relataram que comerciantes bolivianos começaram a comprar terrenos no Brasil com vista a instalação destas lojas.

Se os produtos que mais circulam da Bolívia para o Brasil são eletrônicos, têxtil e de confecções, no sentido contrário o destaque são os produtos alimentares. As feiras em Brasiléia são muito frequentadas por bolivianos, que procuram os produtos cultivados na zona rural da cidade como a banana, a macaxeira, o queijo, o milho e frutas da estação. Estes produtos são comprados em grandes quantidades no Brasil para serem revendidos na Bolívia, sobretudo na cidade de Cobija.

¹¹ Ver https://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm (acessado dia 28 de abril de 2014)

Figura 5. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Brasiléia e Bolívia



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

A migração haitiana é um fenômeno muito importante para os moradores da cidade. É muito frequente o relato da falta de estrutura da cidade para o acolhimento desses migrantes. A relação dos moradores em geral é muito ambígua em relação aos haitianos. De um lado reconhecem as dificuldades encontradas no país de origem, assim como acham necessário que eles sejam bem recebidos por todos, até porque sempre enfatizam que não há qualquer relação entre os problemas de segurança pública em nenhum nível com a presença haitiana. De outro lado, consideram que os migrantes têm benefícios que são superiores aqueles dos moradores da cidade, que instituições públicas e privadas, como os bancos, hospitais e a receita federal, encontram-se sobrecarregados com os haitianos, causando desconforto para os brasileiros que precisam desses serviços. Ocasionalmente foi relatado que os haitianos retiram oportunidades de brasileiros em relação à postos no mercado de trabalho.

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos concordam que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados discordaram que a posse de arma de fogo em Brasileia é mais frequente do que em outros municípios, os representantes da Polícia Civil e da Justiça estão mais de acordo com esta afirmação, já o representante da Polícia Militar relata estar mais em desacordo. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Brasileia foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, de criança, de mulheres, exploração sexual infanto-juvenil, disputas de terras e crimes ambientais. Foram destacados pela Polícia Civil e Militar o tráfico de drogas, tráfico de armas e a exploração sexual infanto-juvenil.

Criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 10. Percepção da incidência de crimes no município de Brasiléia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Devido as relações fronteiriças descritas acima, ocorre um fluxo intenso de produtos informais e ilegais. De um lado, grande circulação de produtos eletrônicos contrabandeados, cuja proveniência geralmente associada ao Panamá, ao Chile e à China. Tais produtos são comprados de forma coletiva pelos comerciantes bolivianos e posteriormente revendidos de forma fragmentada nas muitas lojas que encontram-se instaladas em Cobija. Os produtos são comprados por brasileiros provenientes de muitos lugares diferentes, inclusive para a revenda. É amplamente relatado a viagem de “sacoleiros” de Rio Branco se deslocarem a Brasiléia para comprar produtos destinados ao comércio formal e informal da capital. Como a ponte Wilson Pinheiro não é alfandegada, o limite de compras via de regra não é respeitado e não havendo controle sobre a circulação dessas mercadorias.

De outro lado foi muito relatado o comércio de pasta base. Este tipo de mercadoria foi descrito como circulando, na maior parte das vezes, através de pequenos atravessadores, tráfico feito pelas chamadas “formiguinhas”, o que não impede que muitas suspeitas de grandes organizações estejam presentes nesta forma de atravessar a fronteira aparentemente improvisado. De outro lado, o consumo de drogas na cidade por jovens e adolescentes é relatado de forma muito intensa, mas desvinculado dos grandes carregamentos de drogas. Segundo a percepção tanto dos operadores das instituições de segurança pública quanto dos membros da sociedade civil, alguns bairros próximos à fronteira com a Bolívia oferecem oportunidades de passagem de produtos informais e ilegais, sendo citados recorrentemente o bairro de Samaúma e de Eldorado.

Associa-se o furto e o roubo na cidade a este consumo de drogas, seja para o pagamento do uso de tais substâncias ou mesmo como forma inconsequente de práticas dado o consumo. O furto e roubo de motos é uma preocupação muito generalizada na cidade. Os entrevistados associam tais crimes à revenda e troca dessas motos por drogas na cidade boliviana.

Outra prática frequentemente descrita é a prostituição de brasileiras na cidade de Cobija. Segundo diversos relatos, tanto dos operadores das instituições de segurança pública como de membros da sociedade civil, meninas são levadas por taxistas para boates que funcionam em Cobija e outras cidades bolivianas.

As relações com a população boliviana é descrita como muito boa, inclusive com muitos casamentos e relações entre os moradores das duas cidades. Não foram relatados quaisquer problemas entre bolivianos e brasileiros, circunscritas apenas a episódios específicos. Cabe destacar um conflito decorrente das relações de fronteira relatado por alguns entrevistados em 2008. Isto ocorreu quando da entrada de muitos bolivianos de diversas localidades do Departamento de Pando, opositores ao presidente Evo Morales, passaram a viver em Brasília. Segundo relatos houve momentos em que foram vistos militares bolivianos à paisana na cidade, o que gerou apreensão da população. As relações com os exilados políticos, entretanto, foi tranquila e amistosa por parte da população residente em Brasília.

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residência, a transeunte, ao comércio, a bicicletas e a motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foi mencionada a extorsão simples e a mediante sequestro; fraudes no comércio e empréstimos realizados em nome de terceiros. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, na zona rural, em situação doméstica e em conflitos de vizinhos. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Brasília são o estupro ou abuso sexual de criança ou menores de idade, os atos libidinosos, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e o tráfico de pessoas para fins sexuais (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furto, lesão corporal por violência doméstica e crime de trânsito resultando os últimos três, frequentemente, em condenação). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos e envolvimento com o ato infracional

Avaliação das instituições de Segurança Pública

Apesar de evidentemente não fazer parte das instituições de segurança pública brasileiras, a corrupção da polícia boliviana foi muito relatada, sobretudo em relação a infrações de trânsito. Esta atitude da polícia boliviana contrasta com a boa imagem que os membros da sociedade civil fazem dos policiais brasileiros em relação à corrupção. De outro lado, também foi relatado que a falta de conhecimento dos brasileiros das regras de trânsito também colabora o mercado da corrupção na cidade de Cobija.

Muitos membros da sociedade civil relatam que quando das operações da polícia federal na fronteira os celulares deixam de funcionar. Ao mesmo tempo que reclamam do incômodo que isto ocasiona na cidade, dizem que este é o primeiro “alerta” para traficantes e contrabandistas deixarem ou evitarem atravessar a fronteira.

Foi demandado também diversas vezes que as recentes intervenções no Rio Acre poderiam ter sido utilizadas para a urbanização do bairro de Sumaúma, um dos lugares de passagens de produtos informais e ilegais.

A necessidade de cooperação não apenas das instituições de segurança, como também órgãos diplomáticos é uma questão importante na cidade. Diversas vezes foi relatado que o consulado da Bolívia não tem estrutura suficiente para resolver todas as questões que são enfrentadas pelos moradores. O traslado de corpos quando da morte de um brasileiro em território boliviano é muito moroso, o que cria transtornos para os parentes e amigos.

Por fim, diversos entrevistados relataram que seria necessária a participação da população da cidade na formulação de políticas para o lugar, assim como uma atenção especial para as particularidades locais no que diz respeito tanto a questão do desenvolvimento econômico como o controle da criminalidade.

Fotos do Município de Brasíliaia

Cidade de Brasíliaia



Cidade de Brasíliaia



Abrigo de Imigrantes



Aduana

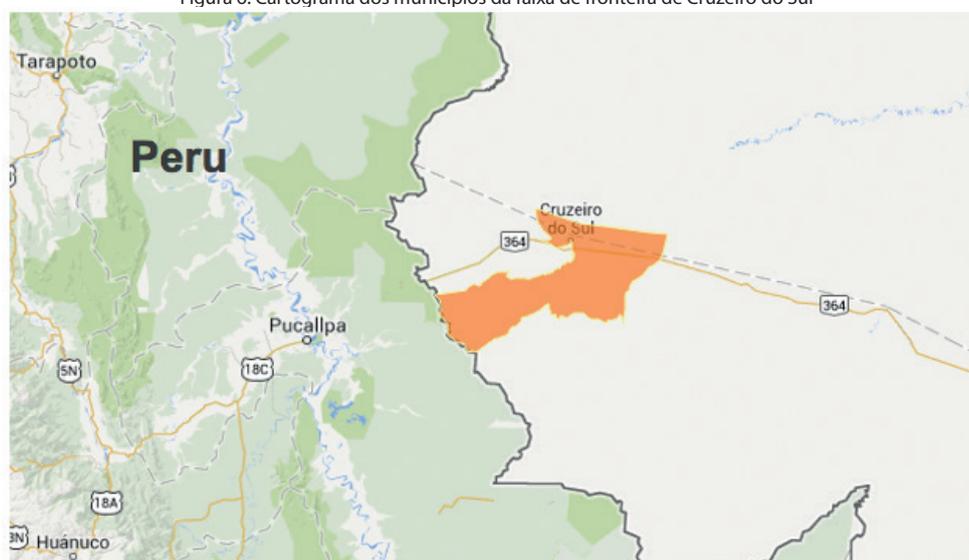


Fonte: Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras. UFRJ/MJ, 2015.

CRUZEIRO DO SUL

O município de Cruzeiro do Sul foi criado por meio do decreto municipal número 8 de 28 de Setembro de 1904, quando da transferência da sede do antigo Departamento Alto Juruá para as terras do ex-seringal Centro Brasil. Encontra-se localizado no interior do Estado do Acre na região do Alto Juruá, a 632 km da capital Rio Branco, à qual encontra-se ligado por via rodoviária, fluvial e aérea. Trata-se de um dos mais antigos municípios do Estado do Acre, sendo atualmente o segundo maior e mais populoso do Estado, somente atrás da capital Rio Branco. O município situa-se na margem esquerda do Rio Juruá, um dos mais importantes do Estado do Acre.

Figura 6. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Cruzeiro do Sul



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto do prefeito nº 34, de 31 de maio de 1906

Localização:

Área (2010): 8.779,391km²

Fronteiras, divisas e limites: Ao norte com Mâncio Lima e o estado do Amazonas, ao leste com Tauaracá, ao sul com Porto Walter e a oeste com o Peru e Rodrigues Alves.

População (2010): 78.507 habitantes

Densidade demográfica: 8,94 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,64

PIB (2010): R\$ 834.876.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 10.642,95

IDH-M (2010): 0,664

Gentílico: Cruzeirense

Histórico

A região do rio Juruá era habitada anteriormente por indígenas do tronco Arawak ou Aruak, que se dividiam em diversos grupos localizados sobretudo no chamado Estirão, trecho do rio que corre em linha reta. Aparentemente, no final do século XIX o grupo Náua era especialmente dominante no lugar, tendo feito retroceder a expedição do cientista inglês William Chandlesse e depois abandonando a localidade rumo aos altos rios do Peru em consequência de uma terrível epidemia.

Com o tratado de Petrópolis, firmado em 17 de Novembro de 1903, o Estado do Acre passa a pertencer definitivamente ao Brasil. A lei número 1.181 de 25 de fevereiro de 1904 dividiu o Acre em três Departamentos administrativos: Alto Purus, Alto Acre e Alto Juruá. O departamento do Alto Juruá tinha como sede a localidade de Centro Brasil, vila composta por algumas casas e um considerável movimento comercial. Foi exatamente neste lugar que a cidade de Cruzeiro do Sul tornaria-se a sede definitiva do Departamento em 25 de Setembro de 1904.

A exploração da borracha iniciou outro povoamento, feito por meio da instalação de seringais que atraíam migrantes nordestinos, especialmente do Ceará. Cabe destacar a formação do seringal Centro Brasil, povoado por brasileiros que entraram em conflito em diversas oportunidades com caucheiros peruanos que também procuravam se estabelecer na região. Com declínio da produção da borracha depois da segunda guerra mundial e, aliado às dificuldades de acesso à região e implementação de alternativas econômicas viáveis, a cidade passou por dificuldades até meados dos anos 1960. Cabe destacar que em conjunto à exploração da borracha, que continuou mesmo depois da crise de preços do produto, inicia-se também a pesca, a caça e a agricultura de subsistência, destacando-se a criação de animais por meio da pecuária.

Atualmente a principal atividade econômica do município continua sendo a pequena agricultura de subsistência, a caça e o extrativismo de borracha e madeira, que se tornou importante ao longo dos anos. A farinha de mandioca é o principal produto da atividade econômica municipal, sendo muito apreciada em toda a região e no sul do Brasil. Encontram-se também um pequeno comércio, mercado, padarias, hotéis e pensões. É importante destacar também que o município possui uma importante presença de população indígena, além de migrantes nordestinos, sírio-libaneses e atualmente de peruanos. Uma parte importante da extensão do seu território localiza-se dentro de terras indígenas, um parque nacional e reservas extrativistas.

Diagnóstico da Segurança Pública em Cruzeiro do Sul

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 79.819 habitantes

Homicídios (2012): 23

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Receita Federal.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 292 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 1.535 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 11. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Cruzeiro do Sul

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar		
População (estimativa em 2012): 79.819 habitantes		
Homicídios (2012): 23		
Unidades	Polícia Civil 2 delegacias	Polícia Militar 1 batalhão 7 postos 1 quartel
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	1
Rádio portátil (HT)	-	30
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	1
Arquivos em ficha de papel	-	Sim
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	10
Carabina	3	3
Espingarda	-	-
Metralhadora	3	2
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	15	12
Pistola	20	276
Arma de condutividade elétrica	*	6
Bomba de efeito moral	*	2
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	2
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Polícia Militar Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Não	**
Capacidade	*	**
Média de presos/mês	*	**
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 100	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Tabela 12. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Cruzeiro do Sul

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 batalhão		
Efetivo		Oficiais	2
		Praças	50
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura de transporte de pessoa	2	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
Veículos	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	1
	Motocicleta	3	-
	Embarcações sem motor	-	-
Veículos	Embarcação de pequeno porte com motor	2	1
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	1º	
	Explosões	7º	
	Acidentes de trânsito	5º	
	Acidentes ambientais	6º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (atendimento clínico)	3º	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Cruzeiro do Sul duas delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 48 kbps, via estado, e 400 kbps, via Ministério da Defesa. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Cruzeiro do Sul utiliza sistemas de administração de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2011, são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada

de Fronteira (GGIF), do Centro Regional de Inteligência, e outro coletivo que o representante não informou. Em Cruzeiro do Sul, não há relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Segundo o representante entrevistado, o único grupo de patrulhamento em operações na fronteira que a Polícia Civil de Cruzeiro do Sul apoia é a ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública), tendo participado deste no ano de 2012. A Polícia Civil de Cruzeiro do Sul não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Cruzeiro do Sul não há sistemas de administração, pois, segundo o representante entrevistado, tais procedimentos são realizados pelo Comando Geral, sediado em Rio Branco, não tendo o Batalhão autonomia financeira. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados); são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais e administrativas, que não são incluídas no Infoseg, mas divulgadas regularmente, e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. O órgão produz estatísticas desde 2009. No que diz respeito à internet, o representante declarou que não sabe informar a velocidade da conexão, mas disse que é muito ruim. Disse também que é uma antena do Projeto SIPAM que distribui a internet. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram furtos, roubos, porte de drogas, acidente de trânsito por embriaguez, agressão física e violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Ministério Público, o Judiciário, as Forças Armadas e a Polícia Federal, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal, sendo que esta última não existe no município. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o Pelotão Florestal (que atua especificamente na fronteira), as ações do exército (61 Bis) e as ações do CMBIO. Participa, também, do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Cruzeiro do Sul, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Cruzeiro do Sul, a quantidade de equipamentos de proteção individual, de equipamentos de salvamento e resgate, de equipamentos para atendimento a produtos perigosos, de equipamentos para o

combate a incêndio florestal e de armamento em uso foram consideradas insuficientes. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade também foi considerada insuficiente. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 1 mega. Esta unidade do Corpo de Bombeiros não faz registro de ocorrências no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios florestais, salvamento, busca e resgate, e atividades técnicas de vistorias em estabelecimentos comerciais.

O Corpo de Bombeiros de Cruzeiro do Sul participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, sendo estes grupos a Polícia Federal, a Polícia Civil e o exército. Participou da ENAFRON no ano de 2012, e também tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Cruzeiro do Sul não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público o IBAMA e as Forças Armadas. Na opinião do representante, as parcerias como IBAMA/ICMBIO – PERVFOGO, e com a Polícia Federal deveriam ser incrementadas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 13. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Cruzeiro do Sul

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância final		Ministério Público	Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes Funcionários	4 86	Promotores 4	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas, adequadas e em boas condições		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Nova e em boas condições		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Cruzeiro do Sul possui uma comarca de entrância final com vara mista. As especialidades cobertas por esta Vara Mista são: 1ª Vara Criminal: competência para ações criminais, em geral Juizado Criminal e Tribunal do Júri; 2ª vara Criminal: competência para ações criminais, em geral Juizado criminal, Execução Penal e tráfico de drogas; 1ª Vara Cível; 2ª Vara Cível; Juizado Especial Cível; Juizado da Infância e da Juventude. Com relação ao número de juizados e varas especializadas

em crimes e infrações existentes nessa comarca o representante não respondeu. Esta sede judiciária dispõe de dois carros para até cinco pessoas, uma moto e também de um barco com motor, alugado, e considera que a quantidade de combustível disponível costuma atender, muito frequentemente, as necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade de 4 MB/s. A estimativa de mandatos de prisão expedidos em média no ano de 2012 ficou a ser fornecida por e-mail. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de controle de viaturas, de controle de armas, sistema de protocolo e sistema de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), e há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2008 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há nesta comarca Juizado especializado em infância e juventude, mas não há promotoria, defensoria e equipe interprofissional exclusiva. O entrevistado informou que a estimativa do número de adolescentes que passaram por esse juizado ou juízo em 2012 é de 200 jovens. A estimativa do número de adolescentes que receberam medida em internação é de 35 jovens, e em semi- liberdade é de 4 jovens, em 2012. E ainda que, a estimativa de adolescentes que receberam medida em meio aberto é de 80 jovens, em 2012. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviço a comunidade (PSC) é a prefeitura. Segundo o entrevistado os atos infracionais mais frequentes nesse município, no ano de 2012, foram furto e roubo.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Cruzeiro do Sul, em ordem de importância, segundo o representante entrevistado são: falta de apoio do poder público municipal e falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. A produção de estatísticas de denúncias é feita desde 2011, pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

O coletivo de gestão de Segurança Pública do qual os promotores que atuam na área criminal participam é a ENAFRON. Os promotores desta comarca participam ou apoiam de alguma maneira as operações de fronteira, mas o entrevistado não mencionou denominações específicas. No ano de 2012, o Ministério Público participou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Cruzeiro do Sul são o Judiciário Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o DETRAN. Na opinião do entrevistado, as parcerias que deveriam ser incrementadas seriam com as Forças Armadas e com a Polícia Rodoviária Federal. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico de drogas. Os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta são: tráfico de drogas e de armas, exploração sexual infanto-juvenil e crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Cruzeiro do Sul. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o poder executivo; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Além destas, o entrevistado apontou que os outros órgão estaduais e municipais precisam saber qual a atribuição do Conselho Tutelar quanto a prioridade em prestar atendimento. Dentre os direitos violados registrados os tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos, e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 14. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Cruzeiro do Sul

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
Efetivo	Audidores	1
	Técnicos	3
	Terceirizados	5
	Analistas-tributários	1
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Cruzeiro do Sul dispõe de dois carros oficiais. Muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, e a velocidade da conexão é de 1 mega. A Receita Federal de Cruzeiro do Sul participa de um coletivo de segurança pública, sendo este a Comissão de

Segurança Aeroportuária do aeroporto de Cruzeiro do Sul. O auditor fiscal entrevistado está mais de acordo com a ideia de que esse coletivo modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou ou apoiou nenhum grupo de patrulhamento operação de fronteira.

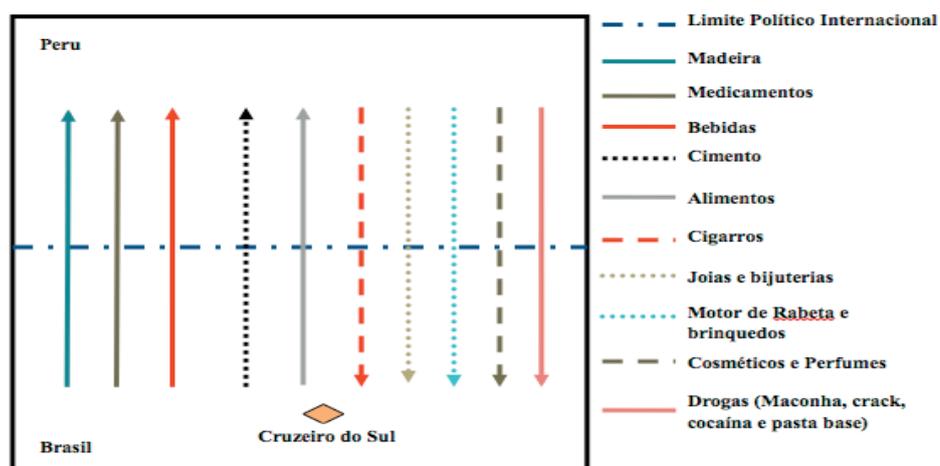
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

As relações de fronteira da cidade de Cruzeiro do Sul sempre foram marcadas pelo importante papel que cumpre o Rio Juruá. Este rio foi o principal meio para que a cidade de Cruzeiro do Sul conseguisse estabelecer vínculos comerciais com as outras cidades da região fronteira entre o Brasil e o Peru, onde cumpre papel comercial de destaque, mas também com cidades um pouco mais distantes. Essas relações comerciais mais distantes foram construídas na ligação que este rio estabelece entre o Peru e Manaus, cidade com relações comerciais mais intensas com o município que a própria capital do Estado do Acre, Rio Branco. Este vínculo construído por meio do Rio Juruá é feito até hoje em grandes embarcações, que fazem o transporte de mercadorias entre o Brasil e o Peru, contudo, esta ligação sempre dependeu do regime das vazantes do Rio Juruá ao longo do ano, alterando a navegabilidade do rio durante as estações. Com o término da construção da BR 364 e, sobretudo, quando esta foi asfaltada e tornou-se permanentemente utilizável em 2011, a cidade passou a integrar-se de forma mais importante com a capital Rio Branco e com o restante do país.

Sempre houve uma importante circulação de verduras do Peru, com destaque para a importação de batata, cebola, cenoura, beterraba, cujo destino em princípio foi fornecer alimentos para o 61º Batalhão do Exército, mas que também servia a população civil residente. A partir de 2009 é relatado um trabalho de aproximação para se testar a viabilidade da extensão deste intercâmbio comercial com o Peru Brasil através de Cruzeiro do Sul. Os produtos de maior destaque, cuja proveniência é o Peru continuam a ser os de origem agrícola, mas também encontram-se alguns bens industrializados, como pilhas, baterias, veneno para insetos, ratos, pequenos utensílios agrícolas, botas e até alguns tipos de motores. Apesar da cidade ser a segunda mais populosa do Estado do Acre e ser historicamente um importante entreposto comercial regional, o pouco desenvolvimento das indústrias locais faz da cultura da farinha a principal atividade econômica do município, sendo exportada para o entorno próximo, mas também para lugares mais distantes do Brasil e para o Peru. Também são exportados para o Peru principalmente a madeira e o cimento, mas também alimentos industrializados, medicamentos e bebidas.

Figura 7. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Cruzeiro do Sul e Peru



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Atualmente existe entre os moradores da cidade, sobretudo os indígenas, preocupação com a futura implementação de grandes projetos que podem trazer um desenvolvimento de forma não muito bem planejada, vista por alguns como solução para o baixo grau de desenvolvimento econômico dos últimos anos, como a exploração do petróleo na bacia do alto Juruá e as estradas em direção ao país vizinho. Neste sentido, questiona-se a exploração das riquezas naturais e da diversidade ecológica da região.

Dentre os produtos de circulação legal, destacam-se o cigarro e as drogas, como a cocaína e a pasta base do Peru para o Brasil em grandes quantidades e a madeira para o Peru em pequenas quantidades. A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Foi unânime entre os entrevistados a opinião de que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em Cruzeiro do Sul não é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Cruzeiro do Sul foram assinalados: tráfico de drogas e crimes ambientais.

Criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos, roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 15. Percepção da incidência de crimes no município de Cruzeiro do Sul

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Na percepção dos operadores das instituições de segurança pública, como também dos membros da sociedade civil, o tráfico de drogas por vezes é feito por famílias já estabelecidas neste comércio e em outros casos pelos chamados “aventureiros”, que se arriscam para conseguir fazer passagens eventuais. Na percepção dos entrevistados foi muito presente a sensação de insegurança no município. Esta percepção pode ser dividida em diferentes problemas que atingem a parte urbana do município, mas também as regiões mais distantes.

Nas áreas urbanas é relatado um aumento da presença de drogas em muitos bairros de Cruzeiro do Sul, com uma ampliação dos pontos de venda na cidade. A percepção é de que as pessoas têm acesso mais fácil às drogas atualmente que antes. O problema é visto como mais grave entre adolescentes e crianças, que usam drogas durante festas, sobretudo, nos bairros periféricos de Cruzeiro do Sul. Existe tanto entre os operadores das instituições de segurança pública como nos membros da sociedade civil, a associação entre consumo de drogas e roubos e furtos em residência, para possibilitar a compra de droga. Isto aparece quando perguntados quais tipos mais frequentes de roubo e de furto, sendo listados: a residência, ao comércio e a transeunte.

Da mesma maneira foram relatados casos de lesões corporais nas famílias pelo consumo de drogas. Ainda assim, os homicídios e soluções violentas são vistas em sua maior parte como decorrência de brigas de bar, desavenças entre pessoas que consumiram álcool em excesso ou conflitos referentes a propriedade, sendo muito raras situações resultantes de conflitos que envolvem mercados ilícitos. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: homicídio, roubo e furto. Seja em casos de lesão corporal como na ocorrência de homicídios, a utilização de armas brancas foi vista como muito mais frequente que armas de fogo.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas falso sorteio, concurso ou premiação, pequenos golpes populares, cheques sem fundo e fraudes populares. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes

em Cruzeiro do Sul são o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, estupro ou abuso sexual de menores de idade e atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que compõem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual.

Nas regiões mais afastadas, áreas rurais ou terras indígenas foi relatado com frequência a prática de invasões de peruanos em território brasileiro para explorar a chamada madeira de lei. Da mesma forma, moradores que moram nas cabeceiras dos rios e na linha de fronteira relataram a presença de narcotraficantes. Com algumas terras indígenas localizam-se no caminho de rota do narcotráfico, houveram relatos de pessoas aliciadas para realizar essas passagens, em afluentes e no próprio rio Juruá e na região de Marechal Thaumaturgo. Ainda que exista um trabalho das próprias comunidades para monitorar estas práticas, que não incluem nunca o uso.

Um fato que merece ser destacado é que ocorreu uma ameaça de liderança indígena por ter informado dessa movimentação do narcotráfico em terras indígenas, sendo que esta pessoa acabou sendo ameaçada por conta destas informações.

Avaliação das instituições de Segurança Pública

Atualmente a área do município de Cruzeiro do Sul distribui a sua extensão formando um mosaico de áreas protegidas, com Terras indígenas, Parque Nacional e Reservas Extrativistas. Isto ocasiona grandes dificuldades de fiscalização nos rios pelo desvio feito pela mata densa ou pelos muitos igarapés afluentes do rio Juruá. Por essa razão, a quantidade de drogas circulantes aumenta conforme o regime da vazante dos rios. Os operadores das instituições de segurança pública tem uma percepção que o volume de apreensões é pequeno na região em relação à grande quantidade que atravessa o lugar. Segundo os operadores das instituições de segurança pública, vários rios que levam a fronteiras com o Peru não são guarnecidos, mas quando a Polícia Federal faz alguma operação nesses rios quase sempre consegue prender traficantes e produtos ilícitos. O grande problema visto pelos membros da sociedade civil é a fragilidade das fronteiras, que é muito extensa para que duas guarnições possa cobrir de forma efetiva. Entre os operadores das instituições de segurança pública, a dificuldade para estabelecer mais guarnições seria o custo, sendo muito oneroso a instalação e permanência das bases dessas instituições nesses municípios de fronteira pelas dificuldades geográficas.

Na percepção dos membros da sociedade civil, só são pegos os “mulas”, não os “verdadeiros traficantes”, não se conhecem os grandes traficante da região do Juruá. Segundo os operadores das instituições de segurança pública, esta percepção decorre do fato que, no momento da compra das drogas no Peru saem grandes quantidades que, ao longo do rio e dependendo da instalação dos postos de fiscalização se “ramificam” em quantidades cada vez menores para conseguirem fazer as passagens.

A falta de efetivo e equipamento necessário também contribui para estas dificuldades de fiscalização, percepção tanto membros da sociedade civil quanto operadores das instituições de segurança. Nesse sentido foram relatados quatro pontos de forma mais evidente: em primeiro lugar a grande expectativa com o sistema de sensores para detectar movimentações, futuramente implementados por meio do SISFFRON. Em segundo a necessidade de planejamento das ações na área de segurança pública guiadas por estatísticas, para que fosse possível uma maior precisão nas ações. Em terceiro a prioridade para que as vagas em concursos fossem preenchidas por moradores da cidade, dado que a percepção é que as “pessoas de fora da região” demoram para entender quais os problemas locais, tem muita dificuldade para se adaptar e procuram ser realocados assim que possível.

Por fim também foi destacada a necessidade de uma interação maior entre as instituições de segurança pública e fiscalização, por exemplo entre a FUNAI e a Polícia Federal, o que poderia ser facilitado por programa comum de segurança integrada que fosse formalizado, já que de forma informal isso já ocorre. Esta necessidade de integração também foi destacada pelos membros da sociedade civil, especialmente a abertura da participação da FUNAI em operações de segurança, dificuldade que segundo os entrevistados foi construída historicamente por relações conflitivas entre as instituições.

Foi muito recorrente entre os membros da sociedade civil o relato de situações de abuso de autoridade e violência policial na relação com os moradores, fato que atribuem ao despreparo ou a má formação dos policiais.

Fotos do Município do Cruzeiro do Sul

Cidade de Cruzeiro do Sul



Cidade de Cruzeiro do Sul



Mercado e Porto



Ponte



Fonte: Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras. UFRJ/MJ, 2015.

EPITACIOLÂNDIA

O município de Epitaciolândia foi criado por meio da lei estadual 1026 de 28 de Abril de 1992, desmembrando-se do município de Brasiléia. Encontra-se localizado no sul do Estado do Acre, na regional do Alto Acre, distante 243 km da capital Rio Branco, à qual encontra-se ligada por via rodoviária e fluvial. O município é o menor do Estado do Acre com 1 655 km² e o rio Acre delimita suas fronteiras com o município de Brasiléia e com a cidade de Cobija, na Bolívia, ambos conurbados com Epitaciolândia.

Figura 8. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Epitaciolândia



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS	
Criação do Município:	Constituição estadual de 01 de março de 1963
Localização:	
Área (2010):	1.654,768 km ²
Fronteiras, divisas e limites:	Ao norte com Xapuri, ao sul com a Bolívia e a noroeste com Brasiléia
População (2010):	15.100 habitantes
Densidade demográfica:	9,13 hab/km ²
Índice Gini (2010):	0,6
PIB (2010):	R\$ 149.949.000,00
PIB per capita (2010):	R\$ 9.913,33
IDH-M (2010):	0,653
Gentílico:	Epitaciolandense

Histórico

A sede do município se estabeleceu originalmente nas terras do antigo Seringal Bela Flor, na margem direita do rio Acre, onde foi fundada a vila Epitácio Pessoa, ligada à cidade de Brasiléia. O nome é referência e homenagem ao Presidente da República Epitácio Pessoa. A Vila Epitácio Pessoa adquiriu com o tempo as condições institucionais para se transformar em município. No dia 13 de abril de 1992 realizou-se um Plebiscito sobre a criação do município, onde a população da vila foi convidada a votar, direta e secretamente. A população decidiu, com um percentual de 95% dos votos válidos, pelo "Sim" à sua emancipação política e administrativa. Epitaciolândia tornou-se município, respaldado pela lei número 1.026/92, de 28 de abril de 1992.

Sua área urbana é contígua não apenas a antiga sede, Brasiléia, como também a cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando, na Bolívia. Estas três cidades juntas abrigam uma população de cerca de 50 mil habitantes, sendo que as 2 brasileiras formam o terceiro conglomerado urbano do estado do Acre.

Atualmente a principal atividade econômica do município é o comércio, sobretudo de turistas que vem a cidade para fazer compras na cidade vizinha de Cobija o que auxilia a manutenção de um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. Apesar de instituída como Área de Livre Comércio, a mesma não foi regulamentada, mantendo portanto forte dependência do dinamismo da cidade boliviana. A pesca e a agricultura são também importantes, com importância para o cultivo de mandioca e frutas. Encontram-se também algumas serralherias e fábricas de móveis apesar do potencial madeireiro já ter se esgotado, além de usinas de beneficiamento de frutas, olarias e confecções. A pecuária tem um número muito significativo de cabeças de gado bovino. O extrativismo, característica marcante de todo o Alto Acre, tornou-se ainda mais central quando da incorporação da Reserva Extrativista Chico Mendes ao município após o estabelecimento dos novos limites territoriais do Estado do Acre.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM EPITACOLÂNDIA

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 15.679 habitantes

Homicídios (2012): 7

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros, Justiça e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 0 policial para 15.679 habitantes (o policiamento que atua em Epitaciolândia esta situado em Brasília)

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 1.045 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 16. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil em Epitaciolândia

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil		
População (estimativa em 2012): 15.679 habitantes; Homicídios (2012): 7		
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia	
Efetivo	Delegados	1
	Agentes	14
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil	
Computador	6	
Impressora	6	
Telefone fixo	2	
Fax	1	
Scanner	4	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	-	
Estação de rádio digital	1	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	-	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	2	
Filmadora	2	
Tipos de veículos	Polícia Civil	
	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	2	-
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-
Rádio portátil (HT)	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	1	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	
Algemas	3	-
Colete antibalísticos	5	-
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-

Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	3	-
Espingarda	-	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	3	-
Pistola	-	-
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	
Tem carceragem?	Sim	
Capacidade	16	
Média de presos/mês	20	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 43	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Tabela 17. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Epitaciolândia

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 batalhão		
Efetivo	Oficiais	2	
	Praças	14	
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura de transporte de pessoa	3	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	1	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	1	-
	Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente	
Atividades mais frequentes	Incêndios	-	
	Incêndios florestais	2º	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	3º	
Outros (atendimento clínico)	-		

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Existe no município de Epitaciolândia uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet, mas o entrevistado não soube precisar a velocidade, dizendo apenas que é razoável. No que diz respeito à gestão dos dados da Polícia Civil de Epitaciolândia, o representante afirmou que os sistemas de administração são realizados por Rio Branco. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2009, são produzidas estatísticas, não havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, todas essas parcerias deveriam ser incrementadas. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Epitaciolândia, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos

de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações. A Polícia Civil de Eptaciolândia apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações permanentes com a Polícia Militar e a Polícia Civil. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e, segundo o entrevistado, tem participado às vezes nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

A Polícia Militar que atua em Eptaciolândia está situada em Brasília (ver campo PM do município de Brasília).

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Eptaciolândia, a quantidade de equipamentos de proteção individual foi considerada insuficiente, sendo a principal necessidade a ser suprida a aquisição de roupas de aproximação a incêndios. A quantidade de equipamentos de atendimento e resgate foi considerada insuficiente, sendo as principais necessidades fuzil, tirfor, tripé, lança retinida, polias e tauna. A quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos foi considerada insuficiente, sendo as principais necessidades máscara de respiração autônoma e roupa para produto químico. A quantidade de equipamentos para o combate a incêndio florestal foi considerada insuficiente, sendo as principais necessidades UTRs e bomba costal. A quantidade de armamentos foi considerada insuficiente, mas o entrevistado não informou as principais necessidades. A quantidade de equipamentos de comunicação foi considerada insuficiente, sendo as principais necessidades rádios HTs e torre adequada. Esta unidade possui computadores ligados à internet, e o entrevistado declarou que a velocidade é baixa, sem informá-la. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado disse que essa unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito; incêndios florestais e salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Eptaciolândia participa do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), além de outro coletivo da Defesa Civil. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar e Polícia Civil. O entrevistado não respondeu se a instituição participou da ENAFRON, em 2012, mas disse que tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Eptaciolândia troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Essas relações são amigáveis e colaborativas,

com a realização de missões conjuntas e troca de informações. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário, as Forças Armadas e a Polícia Federal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 18. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Eptaciolândia

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância final		Ministério Público	Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes Funcionários	1 23	Promotores 1	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Ministério Público **	Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Nova, mas precisando de reformas		Ministério Público **	Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Justiça

O município de Eptaciolândia possui uma comarca de entrância final com vara única. Existe 1 juizado especial criminal e 1 vara criminal. Esta sede judiciária dispõe de 1 carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade.

O entrevistado declarou que há internet, e que a velocidade é razoável, quando funciona. Não foi informada a quantidade de mandados expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo e de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). Há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, não são divulgadas publicamente. O representante não soube informar desde quando as estatísticas de inquérito e processos são produzidas, e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O entrevistado não sabe se estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado, Promotoria e Defensoria especializados na infância e juventude, assim como não há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. Não foi informado o número de adolescentes que passaram por esse juizado ou júízo em 2012, assim como não foi informada a estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado informou que os órgãos executores das medidas de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade são o juizado, a prefeitura e o estado e suas secretarias. Os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012, foram: furto e tráfico de drogas.

Ministério Público

A sede do Ministério Público de Eptaciolândia é em Brasileia (Ver campo Ministério Público do município de Brasília).

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Eptaciolândia. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; o despreparo dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos; abuso sexual ou exploração sexual; envolvimento com ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para compreender as relações fronteiriças da cidade de Eptaciolândia, a cidade de Cobija é central. Trata-se da capital do departamento de Pando, uma área pouco habitada da Bolívia, que por um lado preferiu estabelecer conexões com o Brasil em detrimento de suas relações com o restante da Bolívia e, por outro, tira proveito de sua posição administrativa privilegiada no país para mobilizar recursos superiores aos de Eptaciolândia. Outro dado muito importante da caracterização da relação entre Eptaciolândia e Cobija é que a cidade boliviana é uma zona franca comercial e industrial, o que oferece oportunidades de desenvolvimento econômico muito

importantes. Estas oportunidades são visíveis e caracterizam a cidade por meio de uma grande concentração de lojas de venda varejista e atacadista de produtos têxteis, de confecção, além de eletro-eletrônicos.

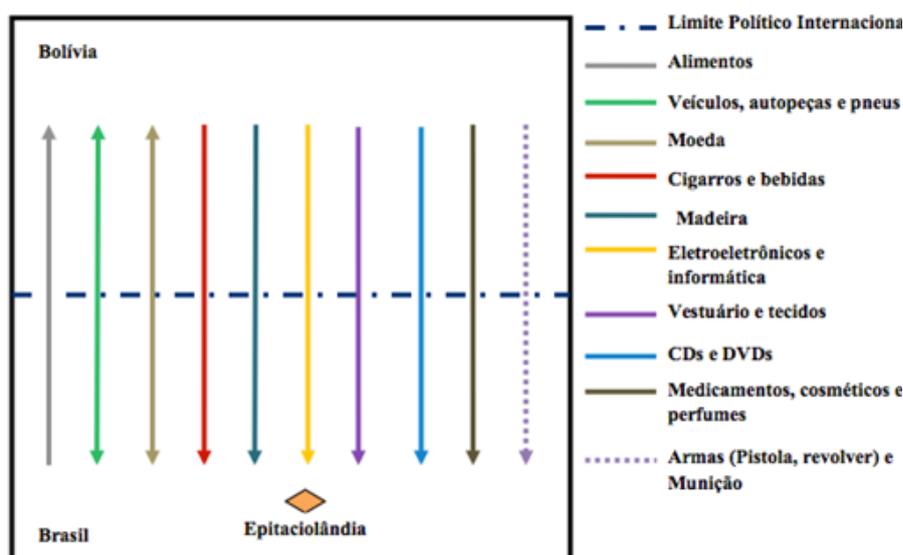
As relações comerciais das cidades são fortemente marcadas por esta dinâmica comercial. A possibilidade de pagamento a prazo do lado brasileiro é o que impediu o comércio varejista de acabar em Etitaciolândia. Nos últimos anos o pagamento a prestação aumentou muito na cidade, fato que fez que os moradores da cidade passem a comprar menos em Cobija, já que na cidade boliviana a venda só é feita à vista. Contudo, este impacto recente da expansão do crédito no Brasil aparentemente se restringe aquela venda de produtos que têm garantia, como por exemplo os eletrônicos. De outro lado, perfumes, tecidos e perfumes não foram afetados pela possibilidade de pagamento a crédito, sendo ainda muito consumidos pelos moradores da cidade. Como contrapartida, o congelamento de câmbio é uma prática muito recorrente pelos comerciantes de Cobija para que as mercadorias estocadas tenham uma circulação mais constante mesmo em momentos que a diferença das moedas brasileiras e bolivianas não favorece a compra.

Ao contrário de Brasília, a ponte que faz a ligação com a Bolívia é alfandegada e portanto, ocorre oficialmente o controle de pessoas e mercadorias. Para a passagem de pessoas é feito o registro de entrada/saída em ambos os sentidos no posto da Polícia Federal. O controle de mercadorias é feito no posto da Receita Federal, para que as pessoas não excedam a quota limite permitida pela Receita Federal. Trata-se de uma fronteira de certa forma particular na região Amazônica, pois existe ligação rodoviária não apenas entre as cidades de fronteira, mas entre estas e o restante dos países por meio da rodovia transoceânica. A rodovia transoceânica é vista pelos moradores como uma importante forma de romper o isolamento das cidades de fronteira.

Foram relatados pelos membros da sociedade civil o fechamento da fronteira por comerciantes bolivianos, o chamado “fechamento da tranca”, para exercer pressão política ao governo central boliviano o que prejudica o comércio entre as cidades. Normalmente isto ocorre quando o fornecimento de gás e combustível acontece na cidade, fato que provoca normalmente o reestabelecimento do fornecimento em alguns dias.

Se as mercadorias que mais circulam da Bolívia para o Brasil são produtos eletrônicos, têxtil e de confecções, no sentido contrário o destaque são os produtos alimentares. As feiras em Etitaciolândia são muito frequentadas por bolivianos, que procuram os produtos cultivados na zona rural da cidade como a banana, a macaxeira, o queijo, o milho e frutas da estação. Estes produtos são comprados em grandes quantidades no Brasil para serem revendidos na Bolívia, sobretudo na cidade de Cobija.

Figura 9. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Epitaciolândia e Bolívia



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Foi muito frequente o relato de brasileiros trabalharem em Cobija, sobretudo na área de construção civil e em empregos domésticos. Em relação a estes trabalhadores, a descrição é de condições de trabalho difíceis porque não tem direitos trabalhistas bolivianos e também brasileiros, vivendo em um espaço sem proteção social. Também foi relatado que é muito comum o pedido de naturalização de bolivianos e peruanos para que possam obter acesso a serviços assistenciais, também aos equipamentos de saúde e educação.

Com relação à afirmação de que apesar de ilícitas atividades como contrabando e tráfico de mercadorias dinamizam a economia, os entrevistados divergem, e não há um consenso. Os entrevistados concordam que estar próximo à fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Epitaciolândia é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infanto-juvenil e a imigração ilegal, tendo sido citados ainda os crimes ambientais e as disputas de terras.

Criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 19. Percepção da incidência de crimes no município de Eptaciolândia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Devido as relações fronteiriças descritas acima, ocorre um fluxo intenso de produtos informais e ilegais. De um lado, grande circulação de produtos eletrônicos contrabandeados, cuja proveniência geralmente associada ao Panamá, o Chile e a China. Tais produtos são comprados de forma coletiva pelos comerciantes bolivianos e posteriormente revendidos de forma fragmentada nas muitas lojas que encontram-se instaladas em Cobija. Os produtos são comprados por brasileiros provenientes de muitos lugares diferentes, inclusive para a revenda. É amplamente relatado a viagem de “sacoleiros” de Rio Branco se deslocarem a Eptaciolândia para comprar produtos destinados ao comércio formal e informal da capital. O fato da ponte binacional ser alfandegada não impede de que, para muitos moradores, o principal problema da cidade seja visto como o contrabando, feito aparentemente por pessoas que não são vistas como pertencentes a grupos organizados. De outro lado, foi também descrito a participação de comerciantes brasileiros e bolivianos, locais ou de Rio Branco, em redes de circulação dos produtos provenientes do contrabando.

De outro lado foi muito relatado o comércio de pasta base. Este tipo de mercadoria foi descrito como circulando, na maior parte das vezes, através de pequenos atravessadores, tráfico feito pelas chamadas “formiguinhas”, o que não impede que muitas suspeitas de grandes organizações estejam presentes nesta forma de atravessar a fronteira aparentemente improvisado. De outro lado, o consumo de drogas na cidade por jovens e adolescentes é relatado de forma muito intensa, mas desvinculado dos grandes carregamentos de drogas. Segundo a percepção tanto dos operadores das instituições de segurança pública quanto os membros da sociedade civil, alguns bairros próximos à fronteira com a Bolívia oferecem oportunidades de passagem de produtos informais e ilegais, sendo citados recorrentemente os bairros de José Acém e Liberdade.

Associa-se o furto e o roubo na cidade a este consumo de drogas, seja para o pagamento do uso de tais substâncias ou mesmo como forma inconsequente de práticas dado o consumo. O furto e roubo de motos é uma preocupação muito

generalizada na cidade. Os entrevistados associam tais crimes a revenda e troca dessas motos por drogas na cidade boliviana.

Outra prática frequentemente descrita é a prostituição de brasileiras na cidade de Cobija. Segundo diversos relatos, tanto dos operadores das instituições de segurança pública como de membros da sociedade civil, meninas são levadas por taxistas para boates que funcionam em Cobija e outras cidades bolivianas.

Cabe destacar a grande presença de camelôs bolivianos nas feiras em Eptaciolândia, mas o mesmo não ocorre do lado boliviano porque a polícia não permite a instalação de tabladros, barracas ou qualquer outro tipo de recurso que permita a venda de produtos por brasileiros em Cobija. Também foi relatado que muitos comerciantes bolivianos abrem lojas no Brasil para facilitar a venda de seus produtos, o que caracterizaria contrabando já que vendem produtos irregulares no Brasil. Ao contrário desses comerciantes, em relação aos camelôs, segundo os membros da sociedade civil, já houveram tentativas de retirada dos mesmos das ruas em ações da Polícia Federal e da Receita Federal, mas não foram bem sucedidas porque estes sempre retornam e há uma demanda muito grande pelos produtos que são comercializados.

Por fim, foram relatados também diversos casos de mortes decorrentes do roubo de gado. De fato, parte dos membros da sociedade civil avaliam que as mortes decorrentes deste tipo de crime são mais frequentes que aqueles relacionados aos mercados informais e ilegais na cidade.

Os tipos mais frequentes de furto são a residência, ao comércio, sendo citado também o furto de motocicletas e de gado. Os tipos mais frequentes de roubos são a transeunte, a estabelecimento comercial, a residência e de moto. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas as fraudes no comércio e os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar, tendo sido mencionadas aquelas decorrentes de conflitos de mercados ilegais. Dentre as causas assinaladas para os homicídios dolosos, foram apontadas as brigas de bar, acertos de contas entre criminosos, além de conflitos relacionados a mercados ilegais. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Eptaciolândia são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furtos, tráfico de drogas e lesão corporal. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Avaliação das Instituições de Segurança Pública

Apesar de evidentemente não fazer parte das instituições de segurança pública brasileiras, a corrupção da polícia boliviana foi muito relatada, sobretudo em relação a infrações de trânsito. Esta atitude da polícia boliviana contrasta com a boa imagem que os membros da sociedade civil fazem dos policiais brasileiros em relação a corrupção. De outro lado, também foi relatado que a falta de conhecimento dos brasileiros das regras de trânsito também colabora o mercado da corrupção na cidade de Cobija.

Alguns membros da sociedade civil apontam para a necessidade de fiscalização não apenas na ponte, mas também nos ramais, fronteiras rurais, igarapés e nos bairros mais pobres que fazem fronteira com a Bolívia, sendo o mais citado o bairro da Liberdade, usados como passagens alternativas de drogas e produtos contrabandeados.

Também foi muito destacado a necessidade de cooperação não apenas das instituições de segurança, como também órgãos diplomáticos. Diversas vezes foi relatado que o consulado da Bolívia não tem estrutura suficiente para resolver todas as questões que são enfrentadas pelos moradores. De fato, existem formas informais de cooperação, como por exemplo entre o Conselho Tutelar de Epitaciolândia e a Defensoria de Ninos da cidade boliviana. Esta cooperação, entretanto, é vista como limitada, seja pelas diferenças de leis nos dois países ou pela maneira de atuação de tais órgãos.

Por fim, diversos entrevistados relataram que seria necessária a participação da população da cidade na formulação de políticas para o lugar, assim como uma atenção especial para as particularidades locais no que diz respeito tanto a questão do desenvolvimento econômico como o controle da criminalidade.

Fotos do Município de Epitaciolândia

Alfândega



Polícia Federal



Sindicato dos Trabalhadores Rurais Escola

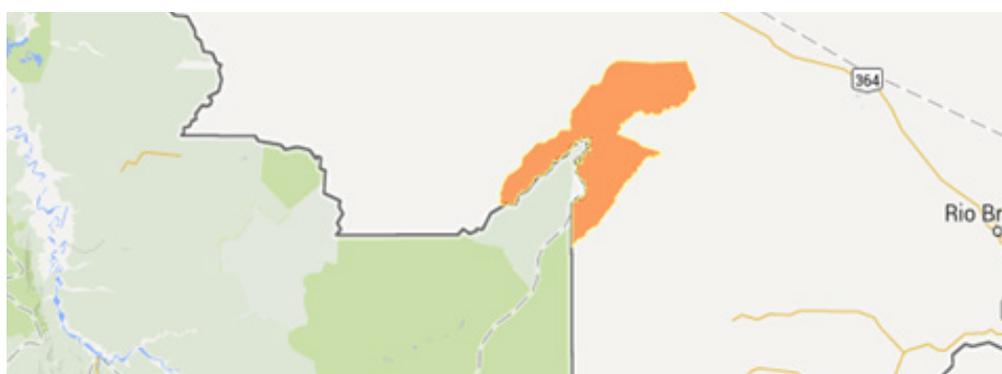


Fonte: Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras. UFRJ/MJ, 2015.

SANTA ROSA DO PURUS

O município de Santa Rosa do Purus foi criado por meio da lei estadual no 1028 de 28 de Abril de 1992, desmembrando-se do município de Manoel Urbano. Encontra-se localizado no centro do Estado do Acre na regional do Alto Purus, a 300 km da capital Rio Branco, à qual encontra-se ligado por via fluvial e aérea. Trata-se de um município pequeno, pouco povoado e relativamente isolado. O município é o ponto de entrada do Rio Purus no território brasileiro e situa-se às suas margens.

Figura 10. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Santa Rosa do Purus



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei estadual nº 1063, de 09 de setembro de 1992.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 6.145,610 km²

Fronteiras: Peru e municípios de Feijó e Manoel Urbano

População (2010): 4.691 habitantes

Densidade demográfica: 0,76 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,78

PIB (2010): R\$ 35.735.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 7.748,29

IDH-M (2010): 0,517

Gentílico: Santarosense

Histórico

O rio Purus, o maior do Estado do Acre, desde do século XVII despertou a curiosidade e a imaginação de cronistas, religiosos e viajantes da região amazônica. O mistério acerca de seu traçado foi cercado de registros lendários sobre homens gigantes e ricos em ouro que habitavam a região.

Durante o ciclo da borracha foi a extração do látex que dinamizou economicamente boa parte da Amazônia, contudo, na região do Alto Purus a atividade não foi muito intensa pela falta da formação natural de seringais. Dessa maneira, se neste período grande parte do Estado do Acre teve sua economia assentada sobre a borracha e a castanha, os ribeirinhos das localidades próximas ao local da futura cidade de Santa Rosa do Purus trabalharam sobretudo na extração da madeira, na pesca do pirarucu e na caça, que além do ser consumida vendia-se a pele. Os madeireiros extraíam a madeira de dentro do Rio Santa Rosa, utilizando o trabalho de muitos índios e alguns brancos, de modo a vender o produto junto com a caça e a pesca à viajantes brasileiros e peruanos que faziam o trajeto entre a cidade peruana de Puerto Esperanza e Manaus.

A principal atividade econômica do município continua sendo a pequena agricultura de subsistência, a caça e o extrativismo. Encontram-se também um pequeno comércio, mercado, padarias, hotéis e pensões. É importante destacar também que o município possui uma grande população indígena, com predominância das etnias Kulina e Kaxinawá, que representam mais de 53% do total de habitantes. Uma parte importante da extensão do seu território localiza-se dentro de terras indígenas.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTA ROSA DO PURUS

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 5.061 habitantes

Homicídios (2012): 0

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.012 habitantes
População/efetivo da polícia civil 1 policial para 2.531 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 20. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Santa Rosa do Purus

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar		
População (estimativa em 2012): 5.061 habitantes; Homicídios (2011): 0		
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia	Polícia Militar 1 batalhão 1 unidade 1 quartel

Efetivo	Delegados Agentes	1 1	Oficiais Praças	- 5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		**	
Impressora	2		**	
Telefone fixo	1		**	
Fax	1		**	
Scanner	1		**	
Internet	Com acesso		**	
Estação de rádio analógica	-		**	
Estação de rádio digital	-		**	
Equipamento de visão noturna	-		**	
Aparelho de TV	1		**	
Gravadores	-		**	
Máquina Fotográfica	-		**	
Filmadora	-		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	-	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	1
Moto	1	1	-	2
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Ocasionalmente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	3		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2		5	
Colete antibalísticos	2		4	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	

Tonfa, cassetete ou similar	*	2
Carabina	-	-
Espingarda	-	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	1
Revólver	2	4
Pistola	1	4
Arma de condutividade elétrica	*	1
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	1	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Quantidade e tipos de munição suficientes	Polícia Militar Tipos e quantidades de munição suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Sim
Capacidade	2	6
Média de presos/mês	10 a 12	10
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Existe no município de Santa Rosa dos Purus uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial possui uma velocidade de conexão considerada razoável pelo entrevistado. No que diz respeito aos sistemas de informação, a Polícia Civil de Santa Rosa dos Purus possui banco de dados, embora não esteja integrado a outro sistema de informação, e produção de estatísticas criminais desde 2008.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com todas estas instituições. A Polícia Civil de Santa Rosa dos Purus apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, em conjunto com o Exército, a Polícia Militar e a Polícia Federal. Entretanto, a instituição não troca informação ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e nem tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Santa Rosa dos Purus estão em uso sistemas de informação como fichas em papel e fichários ou boletins de ocorrências. O seu sistema de informação não está integrado a outros sistemas de informação. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é considerada boa pelo entrevistado, quando funciona. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram referentes à lei Maria da Penha e ao uso de entorpecentes.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, a Polícia Federal, o Judiciário e as Forças Armadas, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. O entrevistado não sabe informar se a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Entretanto, não participa de coletivo de gestão de segurança pública. Em Santa Rosa dos Purus, a Polícia Militar possui uma relação colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 21. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Tabela

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça **		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juizes	**	Promotores	**	Conselheiros	5
	Funcionários	2				
Qualidade das instalações internas	Justiça Antiga, precisando de reformas		Ministério Público **		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antiga, precisando de reformas		Ministério Público **		Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Justiça

O município de Santa Rosa dos Purus não dispõe de veículos oficiais em funcionamento. Quanto à internet, o entrevistado não soube informar a velocidade da conexão, mas afirmou que é precária. Estima-se que 1 mandato de prisão tenha sido

expedido no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são de controle e manutenção de equipamentos. Há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, além de fichas em papel e fichários. O sistema de informação não está integrado a outro sistema.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira realizadas pelo Exército.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Os três atos infracionais mais frequentes nesse município, no ano de 2012, foram: furto, roubo e uso de entorpecentes e álcool.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Santa Rosa dos Purus. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a dificuldade no relacionamento com o Ministério Público. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono na escola.

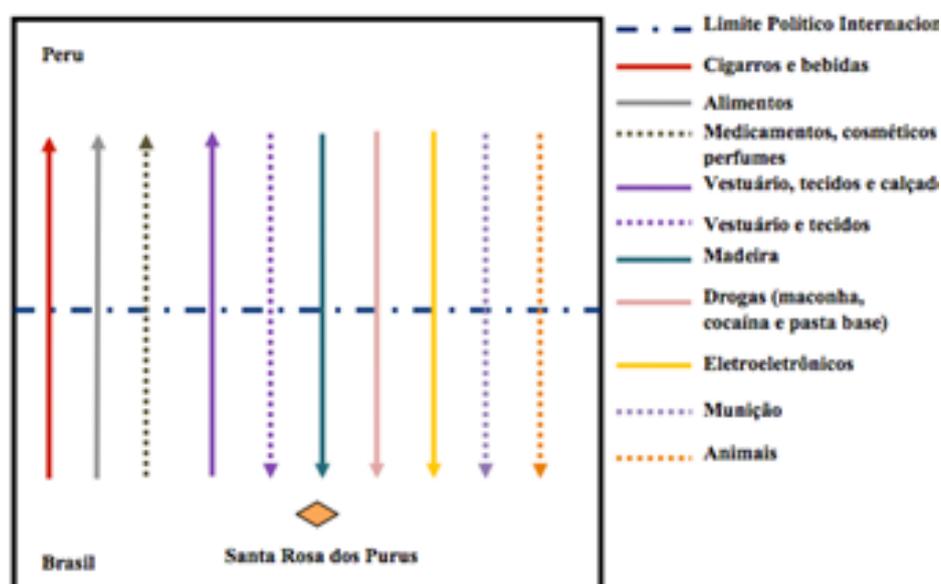
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Santa Rosa do Purus faz divisa com dois outros municípios do estado do Acre, Manoel Urbano e Feijó, além ser município fronteiro com o Peru, onde encontra-se o povoado de Palestina e, um pouco mais à frente, a pequena cidade de Puerto Esperanza. Contudo, é recorrente o relato tanto dos membros da sociedade civil como dos operadores das instituições de segurança associando a cidade a isolamento. De fato, a como não existem vias rodoviárias, a cidade é acessada de maneira geral pelos barcos, que chegam por meio do rio Purus, ou em pequenas aeronaves que utilizam a pista de pouso do município. Ainda assim, a pista de pouso é estreita, o que não permite o pouso de aeronaves maiores e, dada dinâmica de cheia e vazante do rio, existe uma dificuldade da navegação das embarcações de maior porte durante uma parte do ano.

Frente a estas dificuldades de acesso a cidade, as atividades econômicas são muito pouco desenvolvidas, restringindo-se à caça, à pesca e ao extrativismo. Encontra-se ainda uma pequena agricultura de subsistência que quase não consegue escoar a produção local para outros lugares e alguma troca comercial com os dois municípios brasileiros que fazem divisa com Santa Rosa do Purus e as cidades peruanas de Palestina e Puerto Esperanza. Se do lado brasileiro a cidade de referência para os habitantes é Manoel Urbano, antiga sede do antigo distrito de Santa Rosa, pelo lado peruano ocorre o inverso, sendo a cidade de Santa Rosa de Purus o mais importante centro para a população peruana dessa fronteira. O consumo de gêneros alimentícios e de vestuário dessas cidades é abastecido fortemente pela cidade brasileira, assim como é relatado o uso dos equipamentos de saúde e educação por peruanos dada a precariedade desses serviços públicos no Peru.

Figura 11. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Santa Rosa do Purus e Peru



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Cabe destacar que são os peruanos e índios Kulina e Kaxinawá quem fazem circular de forma um pouco mais intensa as mercadorias do insipiente comércio de Santa Rosa do Purus. A cidade é cercada de terras indígenas, parte desta população frequenta a cidade de forma muito constante e dois terços dos moradores residentes de Santa Rosa do Purus são indígenas. Por meio das relações de índios brasileiros e peruanos algumas mercadorias circulam também no sentido inverso, do Peru para o Brasil. Este comércio se torna mais intenso durante as festas de natal e ano novo, quando a demanda por presentes faz que o fluxo de mercadorias aumente um pouco. Estes produtos são vendidos a um alto custo para o consumidor final dado a dificuldade do acesso, o que é visto por alguns como um problema para seus moradores que não possuem rendimentos compatíveis com o preço a que são vendidos.

É consenso entre membros da sociedade civil e operadores das instituições de segurança pública que seria desejável o incremento das relações da cidade com o

restante do estado e com o Peru. A expectativa é que com a facilitação do acesso e o aumento do fluxo mercantil, os moradores se beneficiariam com maiores oportunidades de trabalho, além de romper o isolamento que muitos dos entrevistados não consideram positivo para suas vidas.

A maioria dos entrevistados considera que, apesar de ilegais, atividades como contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia. Os entrevistados discordam com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira, também quanto à afirmativa de que atividades ilícitas dinamizam a economia do município: enquanto o representante da Polícia Civil não soube responder, o da Polícia Militar concorda com a afirmativa e o da Justiça discorda. Os entrevistados discordam que a posse de arma de fogo em Santa Rosa dos Purus é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Santa Rosa dos Purus foram assinalados: tráfico de drogas, crimes ambientais, contrabando e exploração sexual infanto-juvenil.

Criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 22. Percepção da incidência de crimes no município de Santa Rosa dos Purus

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Jamais	Raramente	Jamais	**

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

(*): questão não se aplica à instituição

Os tipos mais frequentes de furto são no comércio e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas as fraudes no comércio. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

Um primeiro tipo de problema que é frequentemente relatado, tanto pelos membros da sociedade civil quando por operadores das instituições de segurança pública, é o tráfico de drogas. Durante as entrevistas, foi muito claro uma diferença de percepção da maneira pela qual esta atividade ocorre na cidade. Entre os membros da sociedade civil o tráfico de drogas é muitas vezes descrito como uma atividade que

ocorre livremente na cidade. Não se trata do tráfico varejista, dado que o consumo de drogas na cidade é percebido como muito pouco significativo, mas sim de grandes carregamentos que atravessam as ligações fluviais e aéreas da cidade por conta da pouca fiscalização no lugar. Foi relatado que o aeroporto municipal recebe aviões de procedência do Peru com grandes quantidades de pasta base, assim como também os barcos que chegam na cidade. Já entre os operadores das instituições de segurança pública, o tráfico de drogas é visto como pouco significativo na cidade quando comparado com outras localidades no Estado, como por exemplo Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia. Para estes entrevistados, não existe a presença de grupos organizados na cidade, apenas passagens ocasionais de pasta base, além das quantidades serem vistas como feitas em pequena escala.

Apesar desta clara discordância na percepção de membros da sociedade civil e dos operadores das instituições de segurança pública, existe uma percepção comum de que grupos conjuntos de peruanos e brasileiros organizam este transporte, como também a suspeita de que entre os brasileiros estariam envolvidos membros da política e/ou do comércio local. Também é convergente a percepção que este tipo de circulação de produtos ilícitos não é geradora de problemas de segurança para os moradores, raramente resultando em mortes e conflitos violentos. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas ocorrem em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos de propriedade. A única causa assinalada para os homicídios dolosos foi referente a desavenças antigas.

Um segundo tipo de problema frequentemente relatado foram aqueles vistos como associados ao uso abusivo do álcool, por indígenas e não indígenas, como brigas, afogamentos e violência doméstica. Nenhum entrevistado associou estes problemas ao consumo de drogas.

Por fim, também foram relatados com muita frequência casos de pedofilia e prostituição. Dentre os crimes sexuais, são considerados os mais frequentes em Santa Rosa dos Purus o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infanto-juvenil. As situações registradas que compõem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono na escola.

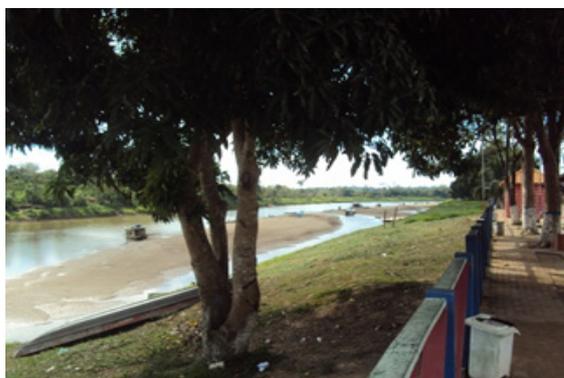
Avaliação das instituições de segurança pública

De modo relativamente generalizado, dentre os representantes da sociedade civil, as ações na área de segurança pública são vistas como muito pouco frequentes e com muitas dificuldades de serem efetivadas. A falta de controle da circulação de produtos ilícitos foi muito citada como um problema da cidade, seja por falta de

infraestrutura frente à extensão da floresta ou por falta de comprometimento ou do envolvimento dos operadores das instituições de segurança pública e dos políticos locais em tais práticas. A ausência de um fórum de justiça em Santa Rosa do Purus é visto pelos membros da sociedade civil como uma dificuldade particularmente importante, vista como associada a não punição de diversos tipos de crimes e a reincidência dos mesmos. Mesmo casos graves, como homicídios, foram descritos como práticas que não são punidas, mesmo quando os casos são levados ao júri popular. Cabe dizer ainda que foi recorrente a descrição, por membros da sociedade civil, de casos de mortes por conflitos interpessoais que não teriam sido registrados nas ocorrências policiais, inclusive com o desaparecimento dos corpos das vítimas. Também a violência policial foi citada como uma prática recorrente, vista como parte da falta de controle da instituição. Por fim, a atuação do exército também foi criticada por dificultar práticas tradicionais de subsistência dos moradores, como a caça.

FOTOS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PURUS

Cidade de Santa Rosa do Purus



Prefeitura



Polícia Civil



Liderança Indígena



Fonte: Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras. UFRJ/MJ, 2015.

ACRELÂNDIA

Figura 12. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Acrelândia



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei estadual nº 1025, de 28 de abril de 1992.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 1.807,916 km²

Fronteiras: Ao norte com o estado de Rondônia e o do Amazonas, ao sul com a Bolívia, a sudoeste com Plácido de Castro e a oeste com Senador Guiomard.

População (2010): 12.538 habitantes

Densidade demográfica: 6,94 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,54

PIB (2010): R\$ 187.532.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 14.957,09

IDH-M (2010): 0,604

Gentílico: Acrelandense

Histórico

Acrelândia, situada à margem esquerda da Rodovia AC 401 km 33, Cidade Acreana cujo nome foi dado pelo Pioneiro João Bernardo Parente, iniciada no Projeto de assentamento estadual, efetuando através da COLONACRE e Companhia de Desenvolvimento Agrário e obteve sua autonomia com o Decreto nº 1025 de 28 de Abril de 1992, pelo então Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto. Possui hoje um total de 2565 km, com 06 Projetos de Assentamento do INCRA, ultrapassando os índices do último censo, que aquela época declarou

a população urbana de Acrelândia com 866 habitantes. A área urbana conta hoje com 650 habitações cadastradas com uma taxa média de ocupação de 5 habitantes por domicílio, o que evidencia a população urbana em 3250 habitantes, faixa esta que utilizaremos no decorrer do plano. Tendo como limites municipais as localidades de Califórnia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Amazonas e com a República da Bolívia. Distante 33 km de Plácido de Castro, através da Rodovia AC- 401 que interliga o Município de Plácido de Castro à BR 364, altura do Novo Acordo. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Acrelândia, pela lei estadual nº 1025, de 28-04-1992, alterado em seus limites pela lei estadual nº 1060, de 09-12-1992, desmembrado dos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard. Sede no atual distrito de Acrelândia ex-localidade. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM ACRELÂNDIA

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimada para 2012):	13.011 habitantes
Homicídios (2012):	1
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.
Razão:	População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 500 habitantes População/efetivo da polícia civil 1 policial para 2.169 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 23. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Acrelândia

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 13.011 habitantes; Homicídios (2012): 1				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	5	Praças	24
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		-	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		-	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	1	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	1		1	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	5		6	
Colete antibalísticos	4		26	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		-	
Carabina	-		-	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	1		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		2	
Revólver	2		7	
Pistola	4		22	
Arma de condutividade elétrica	*		2	

Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	1	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 22	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Existe no município de Acrelândia uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet, mas o entrevistado não soube informar a velocidade, classificando-a apenas como precária. No que diz respeito à gestão de dados, os sistemas de administração são feitos em Rio Branco. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquiridos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão, precária, de dados no Infoseg e, desde 2007, são produzidas estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Prefeitura. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública, mas o entrevistado acredita que tal participação melhoraria as condições de atuação da instituição. Em Acrelândia, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) mas não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Acrelândia está em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2009), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg; há também controle dos dados criminais através de planilhas, tabelas ou

fichas em papel. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é da CIRETRAN e para acessá-la é preciso pedir autorização; funciona precariamente. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram: ocorrência com menores (35); perturbação da ordem (27); violência doméstica (27); e vias de fato (25).

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal e os Bombeiros – inexistentes em Acrelândia. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira; não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho; não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 24. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Acrelândia

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público	Conselho Tutelar		
Efetivo	Juizes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	14				
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas, precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Adequadas		
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas, precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Adequadas		

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Acrelândia possui uma comarca de entrância inicial de vara única. São um juizado especial criminal, uma vara criminal e 1 vara de infância e juventude. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e uma moto; considera-se que a quantidade de combustível disponível ocasionalmente atende as necessidades desta unidade.

O entrevistado não soube informar com precisão a velocidade da conexão de internet, mas a avaliou como razoável. As estatísticas são produzidas desde 2006 e o sistema de informação está integrado ao sistema do Ministério Público, mas não com as delegacias.

O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Este juiz participa ou apoia operações regulares de combate à prostituição infantil e ao trabalho escravo de menores; tais operações são feitas em conjunto com o Ministério Público e a Polícia Civil; são feitas, em média, 5 operações por ano.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Acrelândia, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: falta de apoio do poder público municipal; a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; e a falta de recursos humanos.

O oficial de gabinete entrevistado não soube responder quanto a participação da instituição em coletivos de segurança pública, bem como quais seriam os maiores parceiros do Ministério Público no município. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando e a imigração ilegal.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Acrelândia. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: abuso sexual ou exploração sexual; violência doméstica e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Houve consenso também quanto a situação fronteira não ser um fator positivo para o desenvolvimento da cidade; todos apontaram o baixo desenvolvimento econômico

da Bolívia como o motivo. Os entrevistados concordaram que a posse de arma de fogo em Acrelândia é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Acrelândia foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infanto-juvenil, a disputa de terras e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tabela 25. Percepção da incidência de crimes no município de Acrelândia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são à residência, ao comércio, de veículos e de gado; os roubos mais comuns são de veículos, estabelecimentos comerciais, de motos e à residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas as extorsões simples e mediante posse de foto de situação privada. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em roubos(latrocínio) e em situação doméstica.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Acrelândia são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: homicídios; roubos e furtos). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

CAPIXABA

Figura 13. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Capixaba



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei estadual nº 1027, de 28 de abril de 1992.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 1.702,577 km²

Fronteiras: Ao norte com Rio Branco, ao leste com Plácido de Castro, ao sul com a Bolívia e a oeste com Xapuri.

População (2010): 8.798 habitantes

Densidade demográfica: 5,17 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,56

PIB (2010): R\$ 136.845.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 15.532,97

IDH-M (2010): 0,575

Gentílico: Capixabense

Histórico

Durante as primeiras migrações no começo do século 20 chegou uma família de Espírito Santo com uma serraria manual, conhecida como Pica-Pau no então Seringal Gavião no km 77 de Rio Branco. A moradia desta família foi nomeada pelos vizinhos de Serraria do Capixaba.

Num plebiscito realizado para a escolha de um novo nome, Vila Capixaba ou Vila Santo Antônio (Padroeiro da cidade), votava a comunidade colocando na urna um caroço de milho quem queria o nome Vila Santo Antônio, e um caroço de feijão quem preferia Vila Capixaba. Após a contagem dos grãos, ao final da votação, ganhou o feijão. Hoje o nome oficial é Município de Capixaba. O município de Capixaba foi criado no dia 28 de fevereiro de 1992 pela Lei 1.096, diante do desenvolvimento das áreas municipais vizinhas de Rio Branco e Xapuri.

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Capixaba, pela lei estadual nº 1027, de 28-04-1992, alterado em seus limites pela lei estadual nº 1062, de 09-12-1992, desmembrado de Rio Branco e Xapuri. Sede no atual distrito de Capixaba ex-localidade. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM CAPIXABA

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimada para 2012):	9.368 habitantes
Homicídios (2012):	3
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça e Conselho Tutelar.
Razão: População/ efetivo da polícia militar	1 policial para 721 habitantes
	População/efetivo da polícia civil
	1 policial para 1.874 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 26. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Capixaba

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 9.369 habitantes; Homicídios (2012): 3				
Unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	1 delegacia		1 batalhão 1 unidade 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	4	Praças	12
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas	Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil	Polícia Militar
Computador	6	2
Impressora	3	2
Telefone fixo	1	2
Fax	1	1
Scanner	2	1
Internet	Com acesso	Com acesso
Estação de rádio analógica	1	1
Estação de rádio digital	-	-
Equipamento de visão noturna	-	-
Aparelho de TV	-	-
Gravadores	-	-
Máquina Fotográfica	2	1
Filmadora	1	-
Tipos de veículos	Polícia Civil Em funcionamento Avariado	Polícia Militar Em funcionamento Avariado
Viatura até cinco pessoas	1 -	1 -
Viatura para mais de cinco pessoas	- -	- -
Moto	- -	2 -
Embarcação sem motor	- -	- -
Embarcação de pequeno porte com motor	- -	- -
Avião	- -	- -
Helicóptero	- -	- -
Cavalo	- -	- -
Bicicleta	- -	- -
Outros	- -	- -
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Ocasionalmente atende as necessidades	Polícia Militar Frequentemente atende as necessidades
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	1	1
Rádio portátil (HT)	2	7
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	3	7
Colete antibalísticos	4	28
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	7
Carabina	1	-
Espingarda	-	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	3
Revólver	1	6
Pistola	4	27
Arma de condutividade elétrica	*	2

Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Escopeta calibre 12	1
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos suficientes mas quantidades insuficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	10	*
Média de presos/mês	12	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Existe no município de Capixaba uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet, via Floresta Digital, do governo federal; a velocidade, quando funciona, é de 100kb/s. No que diz respeito à gestão de dados, os sistemas de administração são operados pela Secretaria Geral de Polícia Civil, localizada na capital Rio Branco. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de inquéritos, além da organização de dados em tabelas ou listas em papel. Há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2011, são produzidas estatísticas, enviadas à Polícia Militar para organização e sistematização. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O único parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas todas as parcerias possíveis. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF); o entrevistado acredita que tal participação, quando funciona corretamente, melhora as condições de atuação da instituição. Em Capixaba, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. No ano de 2012 participou, em conjunto com a Polícia Militar, da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON); foram feitas cerca de 4 operações, predominantemente em áreas rurais.

Polícia Militar

No Batalhão de Capixaba não existem de sistemas de administração, apenas subsistemas; todo o controle é feito pela Polícia Militar de Rio Branco. Quanto aos sistemas

de informação são utilizados bancos de dados; a unidade possui GPSs, mas não o software necessário para realização de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2011); há também controle dos dados criminais através de planilhas, tabelas ou fichas em papel. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é fornecida pelo programa Floresta Digital; funciona precariamente. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram violência doméstica e brigas de bar.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Conselho Tutelar. O entrevistado listou uma série de parcerias que deveriam ser incrementadas, como: Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário, Força Nacional e Forças Armadas. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão de segurança pública melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição esporadicamente troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 27. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Capixaba

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância inicial	Ministério Público	Defensoria Pública	Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes 1 Funcionários 12	Promotores 2	Defensores 1	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas mas precisando de reformas	Ministério Público **	Defensoria Pública *	Conselho Tutelar Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Novas mas precisando de reformas	Ministério Público **	Defensoria Pública *	Conselho Tutelar Adequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Justiça

O município de Capixaba possui uma comarca de entrância inicial de vara única. Existem juizado especial criminal e vara criminal. Esta sede judiciária dispõe de uma moto; considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente atende as necessidades desta unidade.

A conexão de internet foi considerada boa pelo entrevistado, com velocidade de 2 GB/s. As estatísticas são produzidas desde 2008, quando foi implementado o sistema de automação do Judiciário; o sistema de informação está integrado ao sistema de outras instituições.

O juiz que atua na área criminal desta comarca participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), sendo que o entrevistado concorda que tal participação vem produzindo melhorias nas condições de atuação do juizado. A instituição participa de operações conjuntas do Exército, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério público e Conselho Tutelar; são em média 4 operações por ano.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Capixaba. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de formação adequada dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, do maior para o menor, são: abuso sexual ou exploração sexual; maus tratos e abandono; e envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e da afirmativa de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Quanto à situação fronteiriça ser um fator positivo para o desenvolvimento econômico da cidade as opiniões variaram: os que discordam destacaram as poucas opções comerciais oferecidas por Vila Mapajo, cidade boliviana vizinha; os que concordaram com a afirmativa ressaltaram a atividade econômica de brasileiras em solo boliviano, fomentadora do comércio local. A maioria dos entrevistados discordou que a posse de arma de fogo em Capixaba seja mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Capixaba foram assinalados: contrabando; tráfico de drogas e armas; exploração sexual infanto-juvenil; imigração ilegal; disputa de terras e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tabela 28. Percepção da incidência de crimes no município de Capixaba

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são, respectivamente, a residência, ao comércio, e de gado; os roubos mais comuns são a transeuntes e a residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares e o uso de moeda falsa; um dos entrevistados indicou a ocorrência de extorsão simples. As situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são principalmente em situação doméstica e brigas de bar; as mesmas causas foram assinaladas para os homicídios dolosos.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os três mais frequentes em Capixaba são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas e a exploração sexual infanto-juvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: furtos, violência doméstica e tráfico de drogas). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

FEIJÓ

Figura 14. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Feijó



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto-lei Federal nº 968, de 21 de dezembro de 1938.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 27.974,890 km²

Fronteiras: Peru, estado do Amazonas, e municípios de Manoel Urbano, Santa Rosa dos Purus, Jordão e Tauaracá

População (2010): 32.412 habitantes

Densidade demográfica: 1,16 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,68

PIB (2010): R\$ 264.531.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 8.187,02

IDH-M (2010): 0,539

Gentílico: Feijoense

Histórico

Habitavam as terras do atual município de Feijó os povos Jaminauás e Chacauás. A primeira penetração de não indígenas data de 1879, com a chegada, à foz do rio Envira, do navio Munducus, que trouxe para a região grande número de imigrantes

nordestinos. Houve lutas com os naturais, mas, aos poucos, os nordestinos desbravaram o lugar. Subindo os rios e igarapés, começaram a demarcar seus “domínios”. Surgiram os atuais seringais. Entre eles, o denominado “Porto Alegre”, de propriedade de Francisco Barroso Cordeiro, em cuja sede foram, gradativamente, surgindo casas, novos moradores se instalando até que o General Taumaturgo de Azevedo, então Prefeito do Departamento de homenagem ao grande vulto de nossa Pátria.

O decreto-lei nº 968, de 1928, concedeu foro de Cidade à citada Vila. O município de Feijó, entretanto, só veio a ser instalado no ano seguinte, 1939, com terras desmembradas dos município acreanos de Santa Madureira e Tarauacá, sendo seu primeiro Prefeito e organizador Raimundo Augusto Araújo. Elevado à categoria de vila com a denominação de Feijó, por decreto do prefeito nº 31, de 03-05-1906, sede na vila de Feijó. Constituído do distrito sede. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede. Pela resolução nº 15, de 14-05-1913, do prefeito do departamento do Tarvacá, dividindo o dito departamento em 15 distritos. Elevado à condição de cidade, pelo decreto-lei nº 968, de 1928. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede. Pelo decreto territorial nº 43, de 29-03-1938, o município é extinto, sendo seu território anexado ao município de Seabra ex-Tarauacá. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Feijó, pelo decreto-lei Federal nº 968, de 21-12-1938. Desembrado de Seabra. No antigo distrito de Feijó. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1939. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído do distrito sede. Composto das zonas de Feijó, Ajubim, Bom Sucesso, Califórnia, Foz do Jurupari, Porto Brasil e Porto Rubim. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM FEIJÓ

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 32.560 habitantes

Homicídios (2012): 10

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 465 habitantes
População/efetivo da polícia civil 1 policial para 2.960 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 29. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Feijó

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 32.560 habitantes				
Homicídios (2012): 10				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 unidade 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	30
	Agentes	10	Praças	40
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		1	
Impressora	5		2	
Telefone fixo	2		1	
Fax	2		-	
Scanner	2		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	4		-	
Filmadora	2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	6	-
Embarcação sem motor	-	-	-	1
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Muito frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Muito frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	2		10	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	3		sim	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	

Algemas	5	24
Colete antibalísticos	3	-
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	10
Carabina	1	2
Espingarda	-	2
Metralhadora	-	1
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	19
Revólver	6	42
Pistola	8	2
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	1 escopeta	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	5	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 3	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Existe no município de Feijó uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial possui conexão à internet com velocidade muito lenta, de acordo com o entrevistado. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Feijó não utiliza sistemas de administração, entretanto, realiza os controles administrativos da unidade em fichas de papel para gerir os recursos humanos, o protocolo, o estoque, o controle de munição, armas e manutenção de equipamentos.

Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Há inclusão de dados no Infoseg e são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e os Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa de coletivo de gestão de

segurança pública. Em Feijó, a Polícia Civil não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta unidade apoia grupos de patrulhamento no rio. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas não tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

Na Unidade de Feijó o controle administrativo é feito de forma manual em arquivos de papel. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2011), com divulgação pública e regular, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. O controle dos dados criminais também é feito através de planilhas e fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, o serviço é fornecido pelo Sepam. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto e tentativa de homicídio.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal e a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão não melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Também não participa de coletivo de gestão de segurança pública. Em Feijó, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 30. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Feijó

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público	Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1
	Funcionários	45		Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Justiça Antiga e sem condições de reformas		Ministério Público Inadequadas	Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antiga e sem condições de reformas		Ministério Público Inadequadas	Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Feijó possui uma comarca de entrância inicial com varas especializadas separadas. Há uma vara criminal. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e duas motos. Considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam de coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação não produz melhorias nas condições de atuação do juizado.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca não há juizado, promotoria ou defensoria pública especializada em infância e juventude, tampouco há uma equipe interprofissional exclusiva para tal. O entrevistado não soube informar o número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, e nem o número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado também não soube informar qual é órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Os três atos infracionais mais frequentes neste município, respectivamente, no ano de 2012 foram: furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Feijó, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: falta de recursos humanos; falta de recursos materiais, e falta de apoio da população. Desde o início de 2013 o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública, e também não participaram da ENAFRON, em 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Feijó são o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, Polícia Militar e Civil. Os três principais problemas no município são nesta ordem: tráfico de drogas, exploração sexual infanto-juvenil e crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Feijó. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; e a

falta de entidades para receber crianças e atender famílias. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono na escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizam a economia do município e discorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Todos os entrevistados discordam que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. A maioria dos entrevistados concorda que a posse de arma de fogo em Feijó é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Feijó foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 31. Percepção da incidência de crimes no município de Feijó

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são de bicicletas, celulares, no comércio e em residência. Quanto aos roubos, os tipos mais citados foram a transeunte e estabelecimento comercial. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e falso

sorteio, concurso ou premiação. O único tipo de extorsão citado foi o simples. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais ou crime organizado. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acertos de contas entre criminosos e em situação doméstica. Dentre os crimes sexuais, o mais frequente em Feijó é o estupro ou abuso sexual de menores de idade (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: tráfico de drogas, furtos e lesão corporal). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e abandono na escola.

JORDÃO

Figura 15. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Jordão



DADOS GERAIS

Criação do Município: Constituição estadual de 01 de março de 1963.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 5.357,282 km²

Fronteiras: Ao norte com Tauracá, a leste com Feijó, ao sul com o Peru e a oeste com Marechal Thaumaturgo.

População (2010): 6.577 habitantes

Densidade demográfica: 1,23 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,71

PIB (2010): R\$ 48.355.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 48.355.000,00

IDH-M (2010): 0,469

Gentílico: Jordãoense

Histórico

Onde é localizado hoje o Município de Jordão, era denominado Seringal Duas Nações, de propriedade do Sr. Levi Saveda, e pertencia ao Município de Tarauacá que, em 1956 passou a ser denominada Vila Jordão e seu primeiro sub-Prefeito foi o Sr. Manoel Rodrigues de Farias, nomeado pelo Exmo. Sr. Municipal de Tarauacá Arnaldo Gomes de Farias, tendo como fonte de renda principal a extração do látex sob forma de extrativismo.

Em 29 de março de 1992, seu povo se reuniu e resolveram tornar a Vila em Município, com o apoio do Prefeito de Tarauacá, Esperidião Menezes Júnior, do Juiz eleitoral da Comarca de Tarauacá Dr. Francisco Djalma da Silva e do Governador do Estado Sr. Romildo Magalhães da Silva e, houve um plebiscito, que por maioria absoluta de votos passou a categoria de Município de Jordão e, que no dia 03 de outubro do mesmo ano foi eleito o primeiro Prefeito através do voto popular o Sr. Hilário de Holanda Melo. Em 03 de outubro de 1996 foram eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-prefeito os senhores Esperidião Menezes Júnior e Francisco Turiano de Farias.

Hoje o Município conta com 37 escolar e 1.347 alunos devidamente matriculados, uma creche municipal, um precário sistema de abastecimento de água e esgoto, um posto de saúde Municipal, um médico, dois auxiliares de enfermagem. A principal fonte de renda de seu povo é a agricultura e a prefeitura mantém frentes de trabalho para manter o povo com pequenos rendimentos para subsistência de suas famílias. As vias de acesso são aéreas e fluviais, sendo que na época das cheias dos rios dura 6 dias em média de viagem de Tarauacá à Jordão. Em divisão territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Tarauacá o distrito de Jordão. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Jordão figura no município de Seabra. Pelo decreto fixado para vigorar no período de 1944-1949, o distrito de Jordão permanece no município de Taravacá. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Jordão permanece no município de Tarauacá. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Jordão ex-Foz do Jordão, pela constituição estadual de 01-03-1963, desmembrado de Taravacá. Sede no antigo distrito de Foz de Jordão atual Jordão. Constituído do distrito sede. Instalado, sem data de instalação. Elevado à categoria de município com a denominação de Jordão, pela lei estadual nº 1034, de 28-04-1992, desmembrados de Tarauacá. Sede no antigo distrito de Jordão. Constituído do distrito sede. Instalado em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM JORDÃO

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 6.898 habitantes

Homicídios (2012): 3

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.380 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 6.898 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 32. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Jordão

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 6.898 habitantes				
Homicídios (2012): 3				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 pelotão 1 quartel	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		1	
Impressora	1		-	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		-	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	1	-	-	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3		2	
Colete antibalísticos	2		2	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		3	
Carabina	-		-	
Espingarda	-		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		2	
Revólver	1		5	
Pistola	1		5	
Arma de condutividade elétrica	*		1	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes		Polícia Militar Insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	4		*	
Média de presos/mês	5		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil *		Polícia Militar *	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Existe no município de Jordão um posto policial; o delegado responsável fica em Tarauacá, vai raramente ao município, quem responde é o chefe do posto (policial civil). No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet, mas o entrevistado não soube precisar a velocidade, classificando-a como boa. No que diz respeito à gestão de dados, os sistemas de administração são feitos em Tarauacá. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel. Não há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2012, são produzidas estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O único parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas todas as parcerias possíveis. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública, mas o entrevistado acredita que tal participação melhoraria as condições de atuação da instituição. Em Jordão, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) nem nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Jordão não se utilizam sistemas de administração; toda gestão é realizada em Tarauacá. Quanto aos sistemas de informação, se utiliza fichas em papel e fichários de ocorrências. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário, mas a unidade produz estatísticas desde 2013. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é cedida pela prefeitura; o entrevistado ressaltou que a qualidade da conexão é péssima. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram posse de arma branca, uso de droga e embriagues.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, toda parceria possível deveria ser incrementada, por conta da situação fronteiriça. Apesar de não participar de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, acredita-se que a participação melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira; não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho; não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 33. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar em Jordão

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância inicial		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juizes	-	Conselheiros	5
	Funcionários	1		
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas em boas condições		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Novas em boas condições		Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

A comarca do município de Jordão é vinculada a comarca de Tarauacá, esta de entrância inicial. Em Jordão há um juizado especial criminal(JECRIN). Esta sede judiciária dispõe de uma moto; considera-se que a quantidade de combustível disponível ocasionalmente atende as necessidades desta unidade.

O entrevistado não soube informar com precisão a velocidade da conexão de internet, cedida pela prefeitura, mas a avaliou como razoável (aproximadamente 2 GB/s).Não se produz estatísticas de inquéritos e processos nesta comarca.

O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O entrevistado não soube afirmar se o juiz da comarca participa ou apoia operações de fronteira.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Jordão. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a dificuldade no relacionamento com o poder executivo; a dificuldade no relacionamento com o poder judiciário, pela falta de um juiz; a dificuldade no relacionamento o Ministério Público, pela falta de um promotor; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: violência doméstica; envolvimento com o ato infracional e maus tratos e abandonos.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, mas discorda da afirmativa de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Houve consenso também quanto a situação fronteiriça não ser um fator positivo para o desenvolvimento da cidade; todos apontaram a longa distância que separa Jordão do município vizinho. A maioria dos entrevistados discorda que a posse de arma de fogo em Jordão é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Jordão foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tabela 34. Percepção da incidência de crimes no município de Jordão

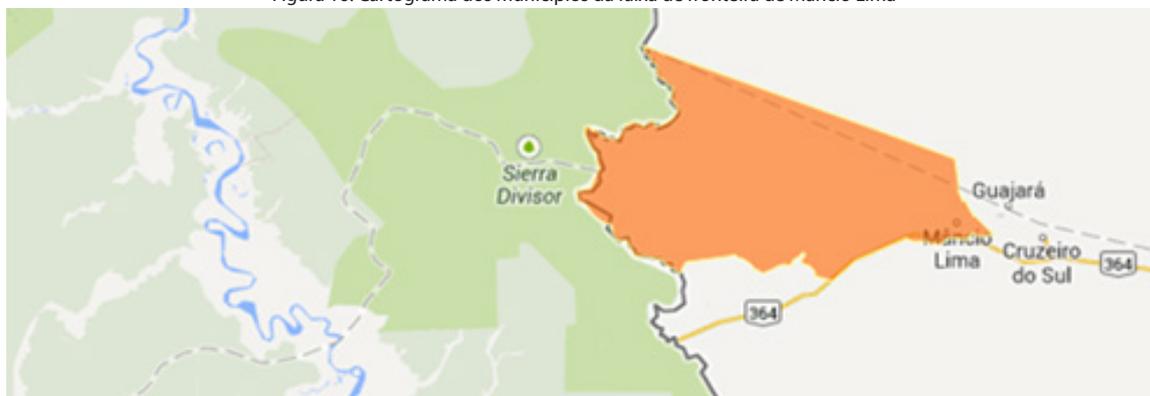
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Raramente

Os tipos mais frequentes de furto são a residência e ao comércio; o único roubo citado foi a estabelecimento comercial. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica e brigas de bar. Já as únicas causas assinaladas para os homicídios dolosos foram em brigas de bar e em uma bebedeira no Seringal.

Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os dois que ocorrem em Jordão são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: lesão corporal; calúnia e difamação e ameaças). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

MÂNCIO LIMA

Figura 16. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Mâncio Lima



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Constituição estadual de 01 de março de 1963.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 5.453,073 km²

Fronteiras: Peru, estado do Amazonas, e municípios de Cruzeiro do Sul e Rodrigues Alves Peru.

População (2010): 15.206 habitantes

Densidade demográfica: 2,79 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,61

PIB (2010): R\$ 123.659.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 8.110,93

IDH-M (2010): 0.625

Gentílico: Mancio-limense

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MÂNCIO LIMA

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 15.890 habitantes

Homicídios (2012): 1

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 993 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 883 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 35. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Mâncio Lima

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 15.890 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão 1 unidade 1 quartel	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	17	Praças	15
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		2	
Impressora	1		2	
Telefone fixo	-		2	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	Com acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	3	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Raramente atende as necessidades		Polícia Militar Muito frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		3	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	10		10	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	2	4
Colete antibalísticos	3	22
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	22
Carabina	1	9
Espingarda	-	-
Metralhadora	1	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	2
Revólver	2	4
Pistola	2	15
Arma de condutividade elétrica	*	2
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	4 balas de borracha
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Insuficientes	Polícia Militar Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	4	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil *	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Existem no município de Mâncio Lima uma delegacia. Quanto aos sistemas de informação, há divulgação pública e regular das estatísticas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o IBAMA/IMAC. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar, através de maior efetivo. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Mâncio Lima, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações e realização de missões conjuntas. A Polícia Civil de Mâncio Lima apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON), mas não tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Mâncio Lima está em uso uma série de sistemas de informação, tais como georreferenciamento de crimes, produção de informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica e lesão corporal.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o IBAMA, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa de grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa, entretanto, de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Mâncio Lima, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 36. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Mâncio Lima

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	17				
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas, mas em boas condições		Ministério Público Adequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas, mas em boas condições		Ministério Público Adequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Mâncio Lima possui uma comarca de entrância inicial com vara única e vara mista, cujas especialidades cobertas por esta são: Juizado Especial Cível e Criminal; Fazenda Pública; e Secretaria Criminal e Cível. Esta sede judiciária dispõe

de um carro para até cinco pessoas, uma moto e barcos com barqueiros para subir o rio. Considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade.

Há internet, com velocidade lenta, do sistema SAJE. Estima-se que por volta de 50 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, financeiro, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, além de diário de justiça. As estatísticas são produzidas desde 2012 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e nem de operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012 foram: furto, roubo e tráfico de drogas.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Mâncio Lima, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: falta de apoio da população; falta de recursos humanos; comunicação deficiente com os outros órgãos; falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; e falta de apoio do poder público municipal. O Ministério Público do município vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivo de gestão de segurança pública, embora participem, de alguma maneira, das operações de fronteira e da ENAFRON, em todas as iniciativas que constataram crimes. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Mâncio Lima são a Polícia Civil, Militar, Bombeiros e Judiciário Estadual. O entrevistado considera que a parceria com as Forças Armadas deveriam ser incrementadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram o combate ao tráfico, aos crimes ambientais e questões fundiárias. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, de armas e disputas de terras.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Mâncio Lima. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e todos discordam com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. A maioria dos entrevistados discorda que a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, porque não há integração econômica. A maioria dos entrevistados discorda que a posse de arma de fogo em Mâncio Lima é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados: tráfico de drogas e armas, crimes ambientais e exploração sexual infanto-juvenil.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 37. Percepção da incidência de crimes no município de Mâncio Lima

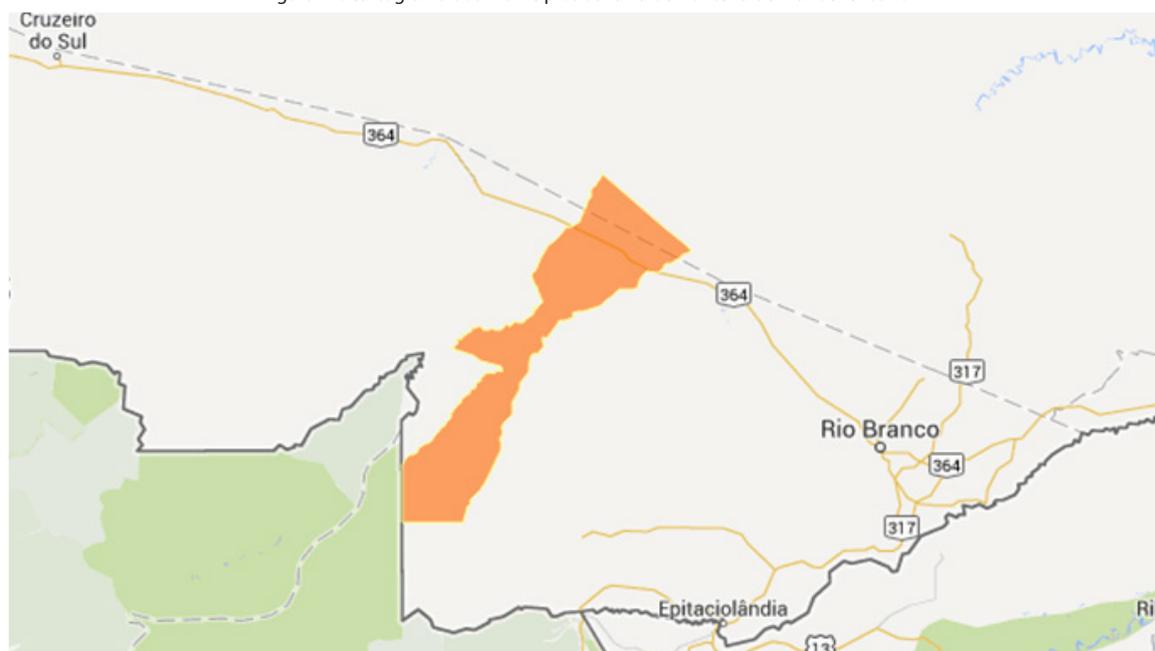
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Frequentemente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são de bicicleta, no comércio, em residência e a transeunte. Quanto aos roubos, os tipos mais citados foram a estabelecimento comercial e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares, falso sorteio, concurso ou premiação, fraudes no comércio e fraudes financeiras ou comerciais. O único tipo de extorsão citado foi o simples. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: disputas antigas, latrocínio, situação doméstica, conflito de vizinhos, brigas de bar e conflitos relacionados a mercados ilegais. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Mâncio Lima são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infanto-juvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: violência doméstica e tráfico de drogas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e violência doméstica.

MANOEL URBANO

Figura 17. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Manoel Urbano



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Constituição do Acre de 01 de março de 1963.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 10.634,462 km²

Fronteiras: Ao norte com Feijó e o estado do Amazonas, na região que abrange do leste ao sul com Sena Madureira e a oeste com o Peru e com Santa Rosa dos Purus.

Acesso aéreo: Sim

Acesso portuário: Sim

Acesso viário: Sim

População (2010): 7.981 habitantes

Densidade demográfica: 0,75 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,59

PIB (2010): R\$ 67.533.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 8.453,30

IDH-M (2010): 0,551

Gentílico: Manoel-urbanense

Histórico

A propriedade Castelo, dos irmãos Jacinto e Valentim Ferreira Lima, obteve sua instalação como Vila, em 18 de maio de 1922, ainda pertencendo ao Município de Sena Madureira. O nome de Castelo foi emprestado do primeiro navio que ali aportou. Vila Castelo foi desmembrada do Município de Sena Madureira, através da Lei Federal nº 6.163, de dezembro de 1943, passando a chamar-se Manoel Urbano. Em 1º de março de 1963 foi elevada a Município e obteve sua autonomia através da Lei Estadual nº 588, de 14 de maio de 1976.

Com uma área de 21.055 km², situada à margem esquerda do Rio Purus, concentrando uma população aproximada de 6.261 habitantes. Está ligada a Sena Madureira por 83 km da BR 364 e mais 7 km da Estrada Municipal São João e distante da Capital 235 km pela BR 364. Limita-se ao Norte, com o Estado do Amazonas; ao Sul com o Município de Sena Madureira e a República dos Peru; a Oeste, com o Município de Feijó e a Leste com o Município de Sena Madureira. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figurando no município de Sena Madureira o distrito de Castelo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Castelo permanece no município de Sena Madureira.

Pelo decreto-lei federal nº 6163, de 31-12-1943, o distrito de Castelo passou a denominar-se Manuel Urbano.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Manual Urbano figura no município de Sena Madureira. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação Manoel Urbano, pela Constituição do Acre de 01-03-1963, desmembrado de Sena Madureira. Sede no antigo distrito de Manoel Urbano. Constituído do distrito sede. Instalado em 28-03-1977.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Alteração toponímica distrital Castelo para Manuel alterado, pelo decreto-lei federal nº 6163, 31-12-1963.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MANOEL URBANO

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 8.224 habitantes

Homicídios (2012): 2

Instituições de segurança: Polícia Civil, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 0 policial para 8224 habitantes
População/efetivo da polícia civil 1 policial para 748 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 38. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil em Manoel Urbano

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil		
População (estimativa em 2012): 8.224 habitantes		
Homicídios (2012): 2		
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia	
Efetivo	Delegados	1
	Agentes	10
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga sem condições de reformas.	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga sem condições de reformas.	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil	

Computador	4	
Impressora	4	
Telefone fixo	2	
Fax	2	
Scanner	1	
Internet	Com acesso	
Estação de rádio analógica	1	
Estação de rádio digital	-	
Equipamento de visão noturna	-	
Aparelho de TV	1	
Gravadores	-	
Máquina Fotográfica	2	
Filmadora	1	
	Polícia Civil	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
Moto	2	2
Embarcação sem motor	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	1	1
Avião	-	-
Helicóptero	-	-
Cavalo	-	-
Bicicleta	-	-
Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil	Ocasionalmente atende as necessidades
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	
Celulares corporativos	-	
Rádio em viaturas (digital)	-	
Rádio em viaturas (analógico)	1	
Rádio portátil (HT)	1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	
Notebooks	-	
Arquivos em ficha de papel	2	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	
Algemas	2	
Colete antibalísticos	2	
Escudos	-	
Capacetes	-	
Placa balística	-	
Outros	-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	

Tonfa, cassetete ou similar	*
Carabina	1
Espingarda	-
Metralhadora	-
Submetralhadora	1
Fuzil	-
Revólver	6
Pistola	4
Arma de condutividade elétrica	*
Bomba de efeito moral	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-
Outro	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil
Tem carceragem?	Sim
Capacidade	2
Média de presos/mês	15
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 56

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Existe no município de Manoel Urbano uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 250KB/s. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública, mas o entrevistado acredita que tal participação melhoraria as condições de atuação da instituição. Em Manoel Urbano, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 39. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Manoel Urbano

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público	Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes Funcionários	1 12	Promotores 1	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas, precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas, precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Justiça

O município de Manoel Urbano possui uma comarca de entrância inicial de vara única. Esta sede judiciária dispõe de uma moto; considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente atende as necessidades desta unidade.

O entrevistado não soube informar com precisão a velocidade da conexão de internet, definindo-a como rápida. As estatísticas são produzidas desde 2012 e o sistema de informação está integrado a outros sistemas como do Ministério Público ou de delegacias.

O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Manoel Urbano, em ordem de importância, são segundo o representante entrevistado: falta de apoio do poder público municipal; a falta de segurança no trabalho; a falta de apoio da população; e o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais.

Os três principais problemas no município, do maior para o menor, são: o tráfico de drogas, a exploração sexual infanto-juvenil e as disputas de terras.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Manoel Urbano. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; e o despreparo dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos; abandono da escola; e envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concordam com a afirmativa de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Houve consenso também quanto a situação fronteira não ser um fator relevante para o desenvolvimento econômico da cidade; não há atividade comercial sendo desenvolvida e falta infraestrutura básica. Entretanto, não houve consenso quanto a afirmativa de que a posse de arma de fogo em Manoel Urbano é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Manoel Urbano foram assinalados: tráfico de drogas; exploração sexual infanto-juvenil; imigração ilegal; disputa de terras e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tabela 40. Percepção da incidência de crimes no município de Manoel Urbano

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

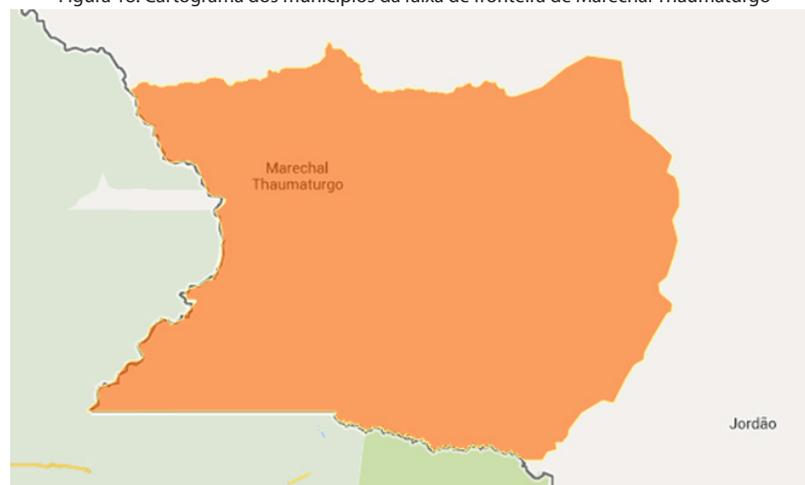
Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são a residência, ao comércio, a transeuntes e de gado; os roubos mais comuns são á transeuntes, a estabelecimentos comerciais, e à residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas as fraudes comerciais e financeiras; extorsões simples e mediante posse de foto de situação privada também foram citadas. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em acertos de contas entre criminosos, em situação doméstica, e em brigas de bar.

Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Manoel Urbano são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infanto-juvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: “crimes de tóxicos”; violência doméstica e furtos). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

MARECHAL THAUMATURGO

Figura 18. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Marechal Thaumaturgo



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Constituição estadual de 01 de março de 1963.
 Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
 Área (2010): 8.191,694 km²
 Fronteiras: Ao norte com Porto Walter e Tauaracá, a sudeste com Jordão e na região que vai do sul ao noroeste com o Peru.
 População (2010): 14.227 habitantes
 Densidade demográfica: 1,74 hab/km²
 Índice Gini (2010): 0,59
 PIB (2010): R\$ 113.424.000,00
 PIB per capita (2010): R\$ 7.987,59
 IDH-M (2010): 0,551
 Gentílico: Thaumaturguense

Histórico

Marechal Thaumaturgo (1896-1979), que dá nome à cidade é pernambucano, nascido no que é hoje o Município de Igarassú (Região Metropolitana de Pernambuco), que chegou àquela região em 1929 como representante das Forças Armadas, tendo iniciado a criação da primeira comunidade naquelas terras, originando-se, assim, o agora Município de Marechal Thaumaturgo. Seu nome original é João Thaumaturgo de Albuquerque, filho de Epítácio Figueiredo Albuquerque (1867/1932), português e Maria Taumaturgo de Albuquerque (1880/1918), portuguesa, filha de João Fidélis Taumaturgo e Maria Estelina Silva. O nome de sua mãe é grafado Taumaturgo, mas seu registro foi efetivado como Thaumaturgo, inserindo-se a letra “h”. Ele nasceu em 1896 e tinha apenas um irmão que tornou-se padre e também deixou o interior do pernambuco, radicando-se, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Seu irmão era o padre Joaquim Taumaturgo de Albuquerque, nascido em 1902 e falecido em 1979. Marechal Thaumaturgo faleceu no mesmo ano do irmão, apesar de nunca mais terem se encontrado.

Distrito criado com a denominação de Thaumaturgo ex-localidade de Zos do Amônia, em 1905, confirmada pelo decreto do Prefeito nº 39, de 11-07-1906, subordinado ao Departamento do Alto Juruá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, distrito de Thaumaturgo, permanece no Departamento de Juruá. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 43, de 29-03-1938, o distrito de Thaumaturgo deixa de pertencer ao Departamento de Juruá para ser anexado ao município de Cruzeiro do Sul. Pelo decreto-lei estadual nº 6163, de 31-12-1943, o distrito de Thaumaturgo adquiriu parte do distrito de Foz do Jordão do município Tarauacá ex-Seabra. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Thaumaturgo permanece no município de Cruzeiro do Sul. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Marechal Thaumaturgo, pela Constituição estadual de 01-03-1963, desmembrado de Cruzeiro do Sul. Sede no atual distrito Marechal Thaumaturgo ex-Thamaturgo. Constituído do distrito sede. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, Thaumaturgo ex-Marechal Thaumaturgo aparece como distrito de município de Cruzeiro do Sul, pois o mesmo fora criado e não instalado.

Pelo decreto estadual nº 73, de 11-06-1976, o distrito de Thaumaturgo passou a denominar-se Marechal Thaumaturgo. Em divisão territorial datada de 1-1-1979, o distrito de Thaumaturgo, figura no município de Cruzeiro do Sul. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Marechal Thaumaturgo pela lei estadual nº 1029, de 28-04-1992,

alterado em seus limites pela lei estadual nº 1064, de 09-12-1992, desmembrado de Cruzeiro do Sul. Sede no atual distrito de Marechal Thaumaturgo ex-Thaumaturgo. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Alteração toponímica distrital Thaumaturgo para Marechal Thaumaturgo, alterado pelo decreto estadual nº 73, de 11-06-1976.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MARECHAL THAUMATURGO

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 15.123 habitantes

Homicídios (2012): 0

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 2.160 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 5.041 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 41. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Marechal Thaumaturgo

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 15.123 habitantes				
Homicídios (2012): 0				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão 1 quartel	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	2	Praças	6
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, sem condições de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, sem condições de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	-		-	
Impressora	-		-	
Telefone fixo	-		-	
Fax	-		-	
Scanner	-		-	
Internet	Sem acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	1	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	1	1	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2		6	
Colete antibalísticos	3		6	
Escudos	-		-	
Capacetes	2		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		6	
Carabina	-		-	
Espingarda	1		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		2	
Revólver	1		-	
Pistola	-		6	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes		Polícia Militar Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	2		*	
Média de presos/mês	8		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 5		Polícia Militar *	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Existe no município de Marechal Thaumaturgo uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada não possui conexão de internet. No que diz respeito à gestão de dados, todo sistema de controle é feito em Cruz do Sul. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, através de um boletim manual.

O único parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar; segundo o representante entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com o Ministério Público e o Judiciário. A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública. Em Marechal Thaumaturgo, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. No ano de 2012, a unidade não participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) nem tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Marechal Thaumaturgo não se utilizam sistemas de administração; toda gestão é realizada em Cruzeiro do Sul. O mesmo ocorre quanto aos sistemas de informação. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi de violência doméstica contra mulheres e crianças.

O entrevistado não ressaltou nenhuma instituição parceira da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira; não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho; não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 42. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar em Marechal Thaumaturgo

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça **		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes	**	Conselheiros	5
	Funcionários	2		
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas e em boas condições		Conselho Tutelar Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Novas e em boas condições		Conselho Tutelar Adequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(**): questão não foi respondida pela instituição

Justiça

Esta sede judiciária dispõe de uma moto (quase não utilizada); considera-se que a quantidade de combustível disponível muito frequentemente atende as necessidades desta unidade.

Quanto a conexão com a internet, a velocidade é de 1 GB/s. Todas as estatísticas são produzidas na comarca de Cruzeiro do Sul.

O entrevistado não soube afirmar quanto à participação da instituição em coletivos de gestão de segurança pública ou operações de fronteira realizadas recentemente.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Marechal Thaumaturgo. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; e a falta de formação dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: abuso sexual ou exploração sexual; maus tratos e abandono; e envolvimento com o ato infracional.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e discordam da afirmativa de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Houve consenso também quanto à situação fronteiriça não ser um fator positivo para o desenvolvimento da cidade; o isolamento do município e o baixo desenvolvimento da cidade estrangeira mais próxima foram as justificativas apresentadas. A maioria discordou que a posse de arma de fogo em Marechal Thaumaturgo é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Marechal Thaumaturgo foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, imigração ilegal, a disputa de terras e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tabela 43. Percepção da incidência de crimes no município de Marechal Thaumaturgo

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente

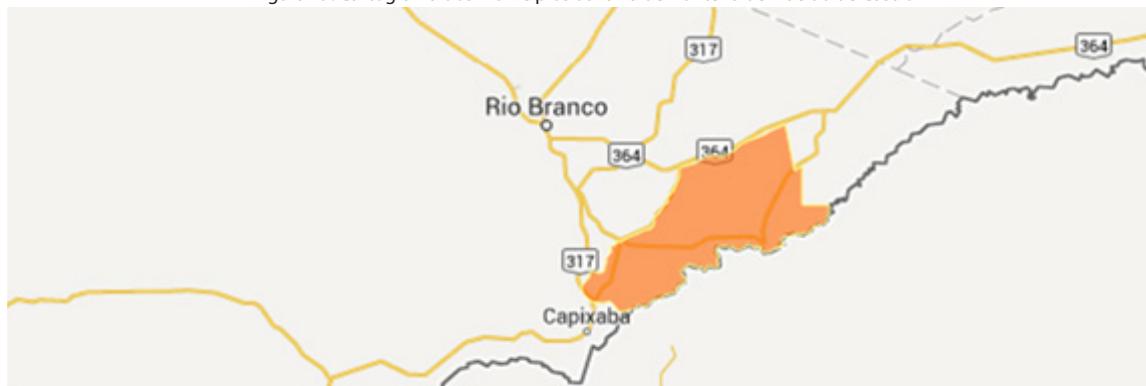
Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são à residência e ao comércio; os roubos mais comuns são a transeuntes (houve um caso de roubo à instituição financeira). Não foram registradas ocorrências de estelionato ou fraude. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, situação doméstica, conflito de vizinhos e acerto de conta entre criminosos.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Marechal Thaumaturgo são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, a exploração sexual infanto-juvenil e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são os crimes contra a vida e os crimes ambientais). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

PLÁCIDO DE CASTRO

Figura 19. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Plácido de Castro



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei constituição estadual de 01 de março de 1963.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 1.943,245 km²

Fronteiras: Bolívia e municípios de Senador Guimard, Acrelândia, Capixaba e Rio Branco.

População (2010): 17.209 habitantes

Densidade demográfica: 8,86 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,55

PIB (2010): R\$ 200.173.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 11.635,92

IDH-M (2010): 0,622

Gentílico: Placidiano

Histórico

Inicialmente o local era uma colocação de seringueiro, passando posteriormente a depósito de seringal São Gabriel, com o nome de Pacatuba. Em 1922 com o crescimento do povoado, surgiu a Vila Pacatuba que logo depois recebeu o nome de Plácido de Castro, em homenagem ao herói da Revolução Acreana. Seu surgimento deu-se em razão da posição comercialmente estratégica para compra de borracha (*hevea brasiliensis*) e castanha (*bertholletia excelsa*) e fornecimento de mercadorias, função de entreposto que concentrava toda produção da rica e vasta região boliviana.

Ultimamente, com o asfaltamento dos 95 quilômetros da AC-40, a população de Rio Branco passou a utilizá-la para passeios. O fluxo de pessoas levou os vizinhos bolivianos a trazerem mercadorias da zona Franca de Cobija para vender aos brasileiros. O comércio se desenvolveu, dando origem a um povoado estritamente comercial, no território boliviano, margem oposta do rio Abunã. Tal fato refletiu-se no lado brasileiro, estimulando várias atividades comerciais e de serviços, para atender as necessidades dos comerciantes bolivianos e dos turistas brasileiros.

Hoje Plácido de Castro é uma grande atração para turismo de compra. Em divisões territoriais datada de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Rio Branco o distrito de Plácido de Castro. Assim permanecendo em divisão territorial datada de I-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Plácido de Castro, pela lei constituição estadual de 01-03-1963, desmembrado de Rio Branco. Sede no antigo distrito de Plácido de Castro. Constituído do distrito sede. Instalado em 29-03-1977. Em divisão territorial datada de I-I-1979, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PLÁCIDO DE CASTRO

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 17.587 habitantes

Homicídios (2012): 7

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Receita Federal.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.099 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 1.599 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 17.587 habitantes				
Homicídios (2012): 7				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão 1 RP	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	10	Praças	15
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	7		2	
Impressora	4		2	
Telefone fixo	2		-	
Fax	1		-	
Scanner	4		-	
Internet	Com acesso		*	
Estação de rádio analógica	-		*	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	3		-	
Filmadora	2		-	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	2	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	2		-	
Rádio portátil (HT)	4		9	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	4		15	

Tabela 44. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Plácido de Castro

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	8	10
Colete antibalísticos	8	15
Escudos	-	-
Capacetes	-	4
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	20
Carabina	1	-
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	1
Fuzil	-	2
Revólver	2	-
Pistola	6	30
Arma de condutividade elétrica	*	3
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Polícia Militar Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	**
Capacidade	25	*
Média de presos/mês	40	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil *	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Existe no município de Plácido de Castro uma delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade de 100 MB/s. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel, e divulgação pública e regular das estatísticas. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário. Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Federal, o Ministério Público, o Judiciário e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e do Centro Regional de Inteligência. Em Plácido de Castro, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações e realização de missões conjuntas. A Polícia Civil de Plácido de Castro apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Plácido de Castro está em uso uma série de sistemas de informação, tais como sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2011), efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Além dos sistemas informatizados, o controle dos dados criminais também é feito através de fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, a unidade possui acesso à internet banda larga através da Floresta Digital. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto e tráfico de drogas. Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, as Forças Armadas e Polícia Federal, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a ENAFRON. Em Plácido de Castro, a Polícia Militar não troca informação com os órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 45. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Plácido de Castro

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes	-	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	21				
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas e em boas condições		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Novas e em boas condições		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Plácido de Castro possui uma comarca de entrância inicial com vara mista, cujas especialidades cobrem a vara cível e criminal, havendo também juizado especial criminal e vara de infância e juventude. Considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender às necessidades desta unidade. Há internet com velocidade de 100 MPS. Estima-se que por volta de 80 mandatos de prisão tenham

sido expedidos no ano de 2012. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e, desde 1996, a Corregedoria produz estatísticas de inquéritos e processos. O sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, e nem de operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juízo, nem Promotoria, e nem Defensoria Especializada na Infância e Juventude, tampouco existe equipe interprofissional exclusiva para esta área. Os atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012 foram furto e tráfico de drogas.

Ministério Público

O Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias, através do Sistema SAGE. Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivo de gestão de segurança pública, e nem de operações de fronteira. O principal problema no município foi considerado o tráfico de drogas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Plácido de Castro. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: excesso de demanda, que dificulta o atendimento adequado; falta de entidades para receber crianças e atender famílias; falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: abandono na escola, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 46. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Plácido de Castro

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Plácido de Castro possui internet com velocidade de 1 GB/s. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da operação do Exército.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam com a afirmação de que atividades ilícitas dinamizam a economia do município e com o fato de Plácido de Castro apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Foi considerado que a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Os entrevistados discordam entre si quanto à afirmativa de que a posse de arma de fogo no município é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Plácido de Castro foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 47. Percepção da incidência de crimes no município de Plácido de Castro

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são no comércio, em residência e de gado. Quanto aos roubos, os tipos mais citados foram a transeunte, a estabelecimento comercial e de bicicleta. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados apenas os pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: situação doméstica, acertos de contas entre

criminosos, conflitos entre desafetos e em brigas de bar. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os mais frequentes em Plácido de Castro são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são abandono na escola, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

PORTO WALTER

Figura 20. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Porto Walter



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei municipal 1033, de 28 de abril de 1992.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 6.443,826 km²²

Fronteiras: Peru e municípios de Cruzeiro do Sul, Tauracá e Marechal Thaumaturgo.

População (2010): 9.176 habitantes

Densidade demográfica: 1,42 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,61

PIB (2010): R\$ 86.823.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 9.466,12

IDH-M (2010): 0.532

Gentílico: Portowaltense

Histórico

Porto Walter, antes de ser município, era formado pelos seringais Tavares de Lira, Humaitá e Cruzeiro do Vale, congregando grande número de brasileiros (na maioria nordestinos), e até mesmo estrangeiros em busca de riquezas trazidas pela borracha. No ano de 1910, aproximadamente em 25 de Junho, um batelão de grande porte encontrava-se nessa região, mas precisamente na margem esquerda coberta de rica vegetação. O comandante deste barco era o Coronel Absolon Moreira, que fixou residência na parte mais alta denominada terra firme. De caráter austero e trabalhador, foi ele quem inciou o desbravamento desta região.

Mais tarde, em cumprimento à Lei nº 1.033 de 28 de abril de 1992, foi criado o município de Porto Walter, com sede na cidade do mesmo nome. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município Juruá o distrito de Humaitá. Pela lei nº 43, de 29-03-1938, o distrito de Humaitá deixa de pertencer ao município de Juruá para ser anexado ao município de Cruzeiro do Sul. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Humaitá figura no município Cruzeiro do Sul. Pelo Decreto-Lei Federal nº 6163, de 31-12-1943, o distrito de Humaitá passou a denominar-se Porto Walter. Em divisão territorial datada de I-VII-1960, o distrito de Porto Walter, ex-Humaitá, figura no município de Cruzeiro do Sul. Assim, permanecendo em divisão territorial datada de 1988.

Elevado à categoria de município com a denominação de Porto Walter, pela lei municipal 1033, de 28-04-1992, desmembrado de Cruzeiro do Sul. Sede na localidade de Emso. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. Alteração toponímica distrital Humaitá para Porto Walter, alterado pelo Decreto-Lei Federal nº 6163, de 31-12-1943.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PORTO WALTER

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 9.711 habitantes

Homicídios (2012): 3

Instituições de segurança: Polícia Civil e Polícia Militar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.214 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 3.237 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 48. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Porto Walter

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 9.711 habitantes				
Homicídios (2011): 3				
Unidades	Polícia Civil 1		Polícia Militar 1 posto	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	2	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar **	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas		Polícia Militar **	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		-	
Impressora	1		-	
Telefone fixo	1		-	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	1		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Ocasionalmente atende as necessidades		Polícia Militar Frequentemente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	3	-
Colete antibalísticos	2	-
Escudos	-	-
Capacetes	4	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	-
Carabina	-	-
Espingarda	-	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	3	-
Pistola	1	-
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	Polícia Militar Suficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	2	*
Média de presos/mês	20	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 3	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Existe no município de Porto Walter uma delegacia. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil do município não utiliza sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário, a Receita Federal e a Polícia Federal. A Polícia Civil deste município não participa de coletivo de gestão de segurança pública. A Polícia Civil de Porto Walter não apoia grupo de patrulhamento ou operação na fronteira. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

Na unidade de Porto Walter está em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de controle de viaturas, de armas, de munição, e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de crimes contra a vida e tráfico de drogas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o IBAMA e a Polícia Federal, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, assim como não participa de coletivo de gestão de segurança pública. Em Porto Walter, a Polícia Militar possui uma relação amigável com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

O representante da Polícia Militar discorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira, já o representante entrevistado da Polícia civil, está mais de acordo com esta afirmação. Todos os representantes entrevistados discordam com o fato de que estar próximo à fronteira é mais positivo para o desenvolvimento

econômico do município do que se não estivesse, principalmente porque não existe uma interligação e vínculo social e comercial com o país vizinho. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Porto Walter foram assinalados o tráfico de drogas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência a percepção do entrevistado da instituição pesquisada, os crimes mais frequentes foram de furto, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 49. Percepção da incidência de crimes no município de Porto Walter

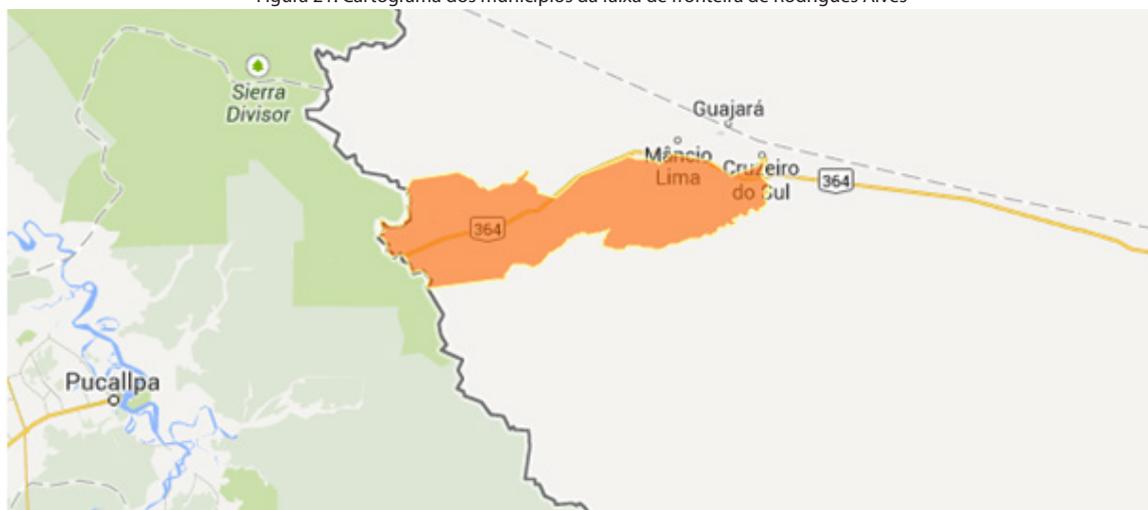
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Raramente	Raramente	Jamais	-	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são no comércio e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foi mencionado o cheque sem fundos e as fraudes no comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e em brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos também foram as brigas de bar e conflitos de vizinhos. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os dois mais frequentes em Porto Walter são o estupro ou abuso sexual de menores de idade. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

RODRIGUES ALVES

Figura 21. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Rodrigues Alves



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei estadual nº 1067, de 09 de dezembro de 1992.

Localização: não informada

Área (2010): 3.076,950 km².

Fronteiras: Ao norte com Mâncio Lima, em uma faixa que abrange a região de leste a sul com Cruzeiro do Sul e a oeste com o Peru.

População (2010): 14.389 habitantes

Densidade demográfica: 4,68 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,63

PIB (2010): R\$ 234.732.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 16.375,92

IDH-M (2010): 0,567

Gentílico: Rodriguesalvense

Histórico

O Município de Rodrigues Alves - Acre, criado pela Lei Estadual nº 1.032, de 28 de Abril de 1992, teve sua origem de uma colônia de pescadores e ex-seringueiros. Localizados às margens do Rio Juruá e Paraná dos Mouras, possui 78% de sua população na zona rural, cuja atividade econômica principal é a produção de farinha. No, entanto, a baixa produtividade verificada ao longo dos anos, os baixos preços dos produtos agrícolas e pescado oferecido ao mercado consumidor, aliados ao precário sistema de escoamento e armazenamento da produção, faz com que o sistema não seja capaz de assegurar o produtor em sua propriedade rural e ribeirinha, causando como consequência o aumento do êxodo rural. O atendimento às comunidades ribeirinhas é feito por barco em transportes diferenciados para épocas de verão e inverno, em vistas as cheias dos rios e suas vazantes, pois os rios de nossa região na época de estiagem se apresenta com leito raso, permitindo navegabilidade apenas a barcos de pequeno calado, dificultando o transporte e a comunicação com as comunidades mais distantes. Os meios de comunicação mais utilizados são o sistema telefônico com a sede e o rádio com as comunidades adjacentes.

Elevado à categoria de município com a denominação de Rodrigues Alves, pela lei estadual nº 1067, de 09-12-1992, desmembrado de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. Sede no distrito de Rodrigues Alves ex-Localidade. Sede no antigo distrito de sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM RODRIGUES ALVES

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimada para 2012):	15.260 habitantes
Homicídios (2012):	1
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.
Razão:	População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 610 habitantes População/efetivo da polícia civil 1 policial para 1.696 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 15.260 habitantes; Homicídios (2011): 1				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	7	Praças	24

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas e em boas condições		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas e em boas condições		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	2		2	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		1	
Internet	1		-	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	2	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	2	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente		Polícia Militar Muito frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	-		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	4		3	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	2		4	
Colete antibalísticos	5		3	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		4	
Placa balística	-		1	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		5	
Carabina	1		1	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	

Revólver	2	3
Pistola	-	24
Arma de condutividade elétrica	*	2
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade Tem carceragem?	Polícia Civil Sim	Polícia Militar Não
Capacidade	15	*
Média de presos/mês	15	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 60	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

A delegacia de Polícia Civil de Rodrigues Alves é responsável pela circunscrição composta pelos municípios de Rodrigues Alves, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo. Assim, o único delegado do município é também responsável pelas outras cidades citadas. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet - o sistema utilizado é o Floresta Digital -, mas o entrevistado não soube precisar a velocidade, classificando-a apenas como ruim. No que diz respeito à gestão de dados, os sistemas de administração são operados na delegacia de Cruzeiro do Sul, que comanda as atividades da Regional do Juruá. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados dados em tabelas, fichas ou listas em papel. As estatísticas produzidas pela unidade são repassadas para a delegacia de Cruzeiro do sul, que as encaminha para a Secretaria de Segurança Pública do Estado, onde é feita a divulgação oficial dos dados. As estatísticas são produzidas desde 2011, mas parte do acervo foi danificado ou perdido durante a mudança de sede da unidade, ocorrida recentemente.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, as Forças Armadas, a Polícia Federal e os Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Federal, as Forças Armadas, a Polícia Rodoviária Federal e com a Receita Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF); o entrevistado acredita que tal participação vem melhorando as condições de atuação da instituição. Em Rodrigues Alves, não há relações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) mas não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Rodrigues Alves está em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque, controle de armas e munição, controle de viaturas e de manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2011), há também o georeferenciamento de crimes e o controle dos dados criminais através de planilhas, tabelas ou fichas em papel e fichários de ocorrência. Os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o entrevistado não soube responder a velocidade da conexão, mas informou que é do sistema Floresta Digital, cujo sinal é fraco. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram relativos a violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Judiciário e o Ministério Público – inexistentes em Rodrigues Alves. O representante entrevistado não soube responder se a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tal quais as ações do Exército e o Pelotão Florestal que atua especificamente na fronteira; não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho; o entrevistado não soube responder se a instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, a Polícia Militar do município não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 51. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Rodrigues Alves

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar					
Unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar
	Entrância inicial				
Efetivo	Juízes	**	Promotores	**	Conselheiros 5
	Funcionários	3			
Qualidade das instalações internas	Justiça	**	Ministério Público	Inadequadas	Conselho Tutelar Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça	**	Ministério Público	Inadequadas	Conselho Tutelar Adequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O representante entrevistado declarou que no município de Rodrigues Alves a comarca foi apenas criada, mas não foi instalada. Não há fórum de justiça no município, assim a comarca do município de Mâncio Lima engloba a de Rodrigues Alves. Desse modo, o veículo que atende a demanda do município é o veículo da comarca de Mâncio Lima. Com a frequência de aproximadamente uma vez por semana, o carro de Mâncio Lima vai até Rodrigues Alves pegar e levar processos e outros documentos de rotina. A distância estimada entre os dois municípios é de 60km.

Ministério Público

Segundo o representante entrevistado, o Ministério Público não possui instalações no município de Rodrigues Alves. A entrevista foi realizada com o promotor de Mâncio Lima. As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público do município, em ordem de importância, são: falta de apoio da população; falta de recursos humanos; comunicação deficiente com outros órgãos; falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; e a falta de apoio do poder público municipal.

Os maiores parceiros do Ministério Público no município são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e os Bombeiros, na opinião do entrevistado deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, tráfico de armas e as disputas de terra. Segundo o promotor entrevistado, toda a atividade de fronteira que constata crimes tem por finalidade a apresentação delas ao ministério público.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Rodrigues Alves. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; falta de entidades para receber crianças e atender famílias; falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; dificuldade no relacionamento com o poder judiciário; dificuldade no relacionamento com o Ministério Público; e a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, respectivamente, são: maus tratos e abandonos; envolvimento com o ato infracional; e exploração do trabalho infantil.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Houve consenso também quanto a situação fronteiriça não ser um fator positivo para o desenvolvimento da cidade; todos apontaram que a fronteira é muito extensa e desprotegida, não dispõe de estrutura para subsidiar algum tipo de desenvolvimento econômico. A maioria dos entrevistados discordou que a posse de arma de fogo em Rodrigues Alves é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Rodrigues Alves foram assinalados: tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infanto-juvenil, a disputa de terras e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tabela 52. Percepção da incidência de crimes no município de Rodrigues Alves

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente

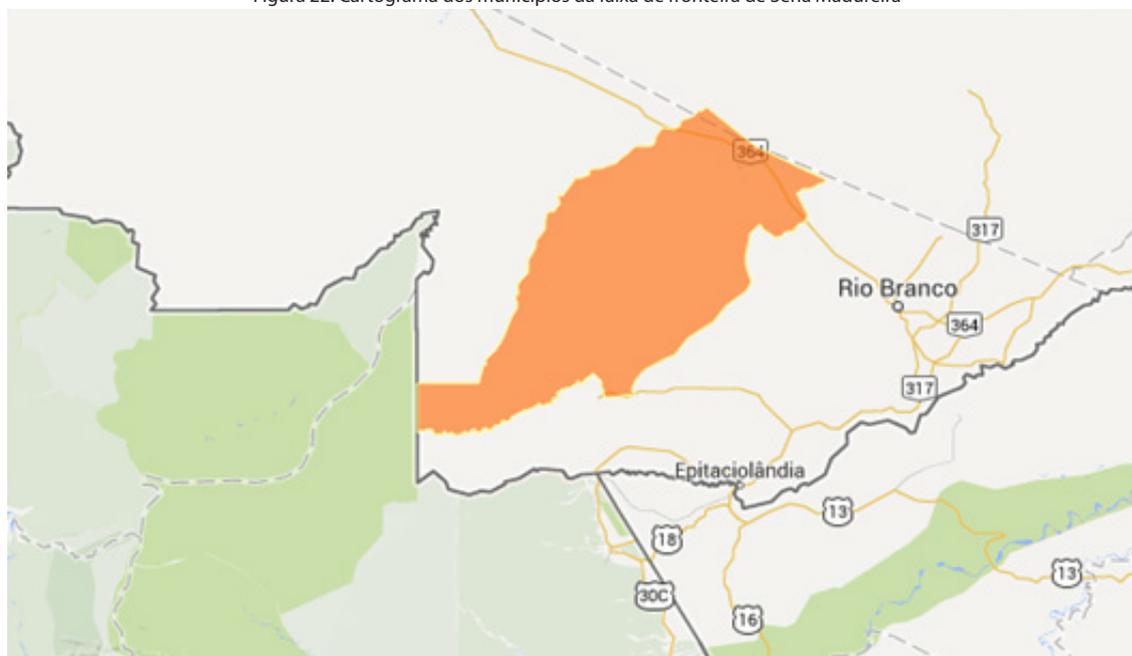
Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Os tipos mais frequentes de furto são a residência, ao comércio, de veículos e de gado; os roubos mais comuns são de veículos, a estabelecimento comercial, de bicicletas e à residências. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas as extorsões simples e mediante furto de documentos privados; pequenos golpes populares e fraudes em operações imobiliária. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais ou crimes organizados. Já as assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em acerto de contas entre criminosos e em conflito de vizinhos.

Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os quatro mais frequentes em Rodrigues Alves são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, e a exploração sexual infanto - juvenil (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: violência doméstica e tráfico de drogas). Resultando todos, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

SENA MADUREIRA

Figura 22. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Sena Madureira



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto nº 3, de 01 de julho de 1912.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 23.751,474 km²

Fronteiras: Peru, estado do Amazonas e municípios de Manoel Urbano, Bujari, Rio Branco, Xapuri, Brasiléia e Assis Brasil.

População (2010): 38.029 habitantes

Densidade demográfica: 1,6 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,54

PIB (2010): R\$ 393.483.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 10.356,72

IDH-M (2010): 0.603

Gentílico: Sena-madureirense

Histórico

As expedições de destemidos nordestinos, para a exploração de seringais da região, deram-se por volta de 1861, chefiadas por Manoel Urbano da Encarnação e João Gabriel de Melo, próximo à foz do rio Chambuiaco, no alto Rio Purus, em território peruano. Enquanto Manoel Urbano da Encarnação explorou os seringais do Rio Purus João Gabriel explorava os rios Acre e Iaco, além de seus afluentes. Da jornada tomaram parte, no Rio Iaco, os cearenses Francisco Barbosa, Augusto Escócio e Benjamin Duarte Ponte Franco; no rio Macauã, Custódio Miguel dos Anjos e José Procópio e, no rio Caeté, João da Costa Gadelha e Manoel Trindade Corrêa. Nos idos de 1878, intensificou-se o povoamento desses rios com a vinda de novos nordestinos, fugindo da seca e com isto incrementando a exploração de importantes riquezas regionais.

Após a celebração do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, o General Silveira de Meneses, cumprindo missão, chegou em 25 de setembro de 1904 às terras do seringal Santa Fé, às margens do rio Iaco, fundando ali a Cidade de Sena Madureira, sede também do Departamento do Alto Purus, sendo designada Capital do Território do Acre. Em 1908, foram instaladas na cidade várias representações de órgãos. Através de Decreto do Governo Federal, de 1º de outubro de 1920, Sena Madureira deixou de ser a Capital do Acre, transferida para Rio Branco. Elevado à categoria de vila com a denominação de Sena Madureira, por ato do Prefeito de 25-09-1904. Elevado à condição de sede no antigo distrito de departamento de Alto Purus, pelo decreto federal nº 5188, de 07-04-1904. Instalado em 25-09-1904. Elevado à condição de cidade, pela resolução do preferido decreto nº 3, de 01-07-1912. Sob o mesmo decreto a sede do município teve sua denominação alterado de Alto Purus para Sena Madureira. Constituído de 5 distritos: Sena Madureira, São Bento, Iracoma, Granja e Mercês.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM SENA MADUREIRA

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 39.366 habitantes

Homicídios (2012): 16

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Bombeiros, Justiça, Ministério Público e Receita Federal.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 375 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 1.357 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 53. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Sena Madureira

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 39.366 habitantes				
Homicídios (2012): 16				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão 4 unidades 1 quartel	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	2
	Agentes	26	Praças	103
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antiga, precisando de reformas		Polícia Militar Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		6	
Impressora	2		4	
Telefone fixo	1		2	
Fax	1		1	
Scanner	1		-	
Internet	Acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		2	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	9	2
Viatura para mais de cinco pessoas	1	-	1	-
Moto	2	-	9	3
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	3	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades		Polícia Militar Muito frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		2	
Rádio em viaturas (analógico)	3		4	
Rádio portátil (HT)	-		18	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		1	
Arquivos em ficha de papel	5		3	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	-	23
Colete antibalísticos	10	90
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	10
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	20
Carabina	1	-
Espingarda	1	6
Metralhadora	-	1
Submetralhadora	2	1
Fuzil	-	5
Revólver	**	30
Pistola	**	80
Arma de condutividade elétrica	*	4
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos suficientes, mas quantidade insuficiente	Polícia Militar Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	40	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Tabela 54. Recursos humanos e materiais do Corpo de Bombeiros em Sena Madureira

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 batalhão		
Efetivo	Oficiais	2	
	Praças	12	
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura de transporte de pessoa	1	**
	Viatura de combate a incêndio	1	**
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	**
	Viatura com escada ou plataforma	-	**
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	**
	Motocicleta	1	**
	Embarcações sem motor	-	**
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	**
	Avião	-	**
	Helicóptero	-	**
	Outros	-	**
	Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente	

Atividades mais frequentes	Incêndios	1º
	Incêndios florestais	4º
	Explosões	6º
	Acidentes de trânsito	2º
	Acidentes ambientais	5º
	Salvamento, busca e resgate	3º
	Outros (atendimento clínico)	7º

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Existe no município de Foz do Iguaçu 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada possui conexão à internet com velocidade "lenta" de 100 MB/s. Quanto aos sistemas de informação, há inclusão de dados no Infoseg e, desde 2011, são produzidas estatísticas criminais. Os dados também são armazenados em tabelas e fichários em papel, além de notícias crimes no Word. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Federal e os Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF). Em Sena Madureira, a Polícia Civil não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. A Polícia Civil de Sena Madureira apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, tais como as operações Sentinela. No ano de 2012, também participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON).

Polícia Militar

No Batalhão de Sena Madureira os sistemas de administração utilizados são controlados através do Word. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2011), com divulgação pública e regular. Além dos sistemas informatizados, o controle dos dados criminais também ocorre através de planilhas e fichários de ocorrências. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade possui velocidade é de 1 MB/s.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e os Bombeiros, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como a ENAFRON. Participa, também, de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Sena Madureira, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com os órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Sena Madureira, considera-se que a quantidade de equipamentos de proteção individual e de salvamento e resgate é suficiente. Enquanto a quantidade de equipamentos para atendimento a produtos perigosos e para o combate a incêndio florestal são insuficientes. Sendo suas principais necessidades, respectivamente: LGE, misturador, viaturas para combater incêndios florestais e quadriciclos. A quantidade de armamento em uso nesta unidade é considerada suficiente. A quantidade de equipamentos de comunicação, entretanto, é insuficiente, na medida em que precisa de: rádio de comunicação (HT), GPS, bússola, telefone e satélite, para o GPS funcionar. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 1 MB/s. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: incêndios residual e florestal, além de salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Sena Madureira participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). O entrevistado não soube responder se a participação em coletivo de gestão melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Assim como não participou da ENAFRON no ano de 2012 e não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Sena Madureira não troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, Militar, o IBAMA, e o Ministério Público.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 55. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Sena Madureira

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância final		Ministério Público	Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes Funcionários	2 40	Promotores 2	Conselheiros **
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas, mas precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar **
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas, precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Conselho Tutelar **

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(**): questão não foi respondida pela instituição

Justiça

O município de Sena Madureira possui uma comarca de entrância final com varas especializadas separadas: vara cível, que engloba os juizados cíveis e a Infância e Juventude; e a vara criminal, que engloba os juizados criminais e a execução penal. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e uma moto, sendo que considera-se a quantidade de combustível disponível raramente capaz de atender às necessidades desta unidade. Há internet com velocidade de 1 MB/s. Estima-se que por volta de 83 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. O único sistema de administração em uso é o de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos. As estatísticas são produzidas desde 2007 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012, foram tráfico de drogas, porte de armas de fogo e homicídio.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Sena Madureira, segundo o representante entrevistado, são: falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho; a falta de recursos humanos; a falta de apoio da população; a falta de segurança no trabalho; e a falta de apoio do poder público municipal. Os promotores que atuam na área criminal participam da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Sena Madureira são a Polícia Civil, Militar, Judiciário Estadual, Bombeiros e Polícia Rodoviária Federal. O entrevistado considera que deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram encaminhamento de denúncias e o acompanhamento dos julgamentos. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, a exploração sexual infanto-juvenil e o tráfico de armas.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 56. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Sena Madureira

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	-
	Técnicos	-
	Terceirizados	2
	Analistas-tributários	1
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de Sena Madureira dispõe de 1 carro oficial funcionando, e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, cuja velocidade da conexão é de 1 MB/s. A Receita Federal de Sena Madureira participa em reuniões frequentes da ENAFRON. Há previsão de implantação de Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), do qual a agência da Receita Federal participará. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou de grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, participando das reuniões para a definição das ações estratégicas; não participou da operação, de fato, devido à falta de efetivo.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam que atividades ilícitas dinamizam a economia do município, e a maioria concorda que Sena Madureira apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. A proximidade com a fronteira é não é considerado um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, em razão da entrada de drogas, armas e mercadorias não tributadas, prejudicando a segurança pública e a atividade comercial lícita. Também foram citados os fatos de que o município apresenta uma economia frágil e dependente do poder público, e que o centro comercial de Sena Madureira é distante do centro comercial mais próximo localizado no Peru. A maioria dos entrevistados concorda que a posse de arma de fogo em Sena Madureira é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Sena Madureira foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, exploração sexual infanto-juvenil e os crimes ambientais. Também foi ressaltada a questão da problemática indígena.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 57. Percepção da incidência de crimes no município de Sena Madureira

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Os tipos mais frequentes de furto são em residência, ao comércio e de bicicleta. Quanto aos roubos, os tipos mais citados foram de motocicleta e celular, em estabelecimento comercial, a transeunte e em residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados os pequenos golpes populares, as fraudes em operações imobiliárias e as relacionadas aos cartões bancários e de aposentadoria. O único tipo de extorsão citado foi o simples. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em brigas de bar, em situação doméstica e decorrente de conflitos de mercados ilegais. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em acertos de contas entre criminosos, situação de tráfico, em situação doméstica e conflitos relacionados a mercados ilegais. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Sena Madureira são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e a exploração sexual infanto-juvenil. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: homicídio e tentativa do mesmo. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Carlos. **Stretching the border. Smuggling practices and the control of illegality in South America**. CGST New Voices Series, nº9, 2010.

ANTUNES, Camila Sissa. **Às margens da cidade: experiências e cotidiano nas periferias de Chapecó (SC)**. Trabalho apresentado no III Seminário Integrado: Ensino, Pesquisa e Extensão Ética e Ciência nas Diferentes Dimensões da Educação Superior. Chapeco: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2011

ARAÚJO, Aldemar Santos de (2009). **O Barco da educação**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

BECKER, B.K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, nº 19 (53), 2005.

BENETTI, Larissa; Eliandra SOLIVO; Andréia DEMARCO e Irma Salete BONAMIGO. **Violência e gênero no Oeste Catarinense**. Trabalho apresentado no III Seminário Integrado: Ensino, Pesquisa e Extensão Ética e Ciência nas Diferentes Dimensões da Educação Superior. Chapeco: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2011.

BIGO, D.. **Frontiers, Territoire, Souveraineté**. Disponível em <http://ceriscope.science-po.ufr/trint/12>, 2010.

BONAMIGO, Irme Salete e Luiz Carlos CHAVES (org.). **Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais**. Chapecó (SC): Argos, 2013.

BONAMIGO, Irme Salete; Karin BRUXEL; Daiana Cristina SEBENELLO; Marcia Regina FAVARETTO; Ana Maria ZANCHET e Franciane BORTOLI. **Dispositivos de controle e gestão de violências na contemporaneidade**. In: *Psico*, 40(3):392-399. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

BRASIL. **Controle Intermitente do Território Amazônico**. Revista Território nº 1(2), 1997.

BRASIL. **Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica brasileira**. Cadernos do IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XXI, n 1, 2007.

BRASIL. **Faixa de fronteira - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais/Ministério da Integração Nacional, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais. Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. **Calha Norte 25 Anos. Amazônia desenvolvida e segura**. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/livro/pcn_livro.pdf

BRASIL. IBGE Cidades. **Histórico dos municípios**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARAES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 4ª ed. Campo Grande - MS: Papelaria Brasília, 1995.

CAMPOS NETO, M.F. **Mulas Humanas no Narcotráfico Internacional Bolívia-Brasil**. Editora Millenium, 2011.

CAMPOS, Sérgio Flores de. **Ações integradas: segurança pública em área de fronteira**. Revista Brasileira de Segurança Pública, 3(4): 152-164, 2009.

CAPIBERIBE, A. M. G. **Nas duas margens do rio: Alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana francesa**. Tese de Doutorado em Antropologia Social/ UFRJ, 2009.

CARDIN, Eric Gustavo. **A formação do ser social e a informalidade na Tríplice Fronteira**

(Brasil, Paraguai e Argentina). In: Congreso Internacional de Estudios del Trabajo. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <www.aset.org.ar>. Acesso em: 24 set. 2013.

CARDIN, Eric. **Laranjas e sacoleiros na Tríplice Fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**, Cascavel, UNIOESTE, 2011.

CARDIN, Eric. **Sociedade e indivíduos: convivendo com a violência na fronteira**, Em Eric Cardin (Org.) **As múltiplas faces das fronteiras**, Editora CRV, Curitiba, 2013.

CARVALHO, G.. **La Integración Sudamericana y el Brasil: el protagonismo brasileño en la implementación de la IIRSA**. Action Aid. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

Centro Indigenista Missionário (CIMI), **Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil**. Brasília, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **O Crack na fronteira brasileira**. Brasília: CNM, 2013.
DAN, V.L. **O acesso à cidade: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira**. Dissertação de Mestrado – Unioeste – Campus Foz do Iguacú, 2010.

DIETZ, Circe Inês. **Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infra-estruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração trans-fronteiriça**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2008.

DORFMAN, Adriana e Arthur Borba Colen FRANÇA. 2013. **“Espaço Segurança pública na fronteira Gaúcha.”** Revista Geonorte, 7(3): 1095-1115.

DORFMAN, Adriana e Carmen J. REKOWSKY. 2011. **“Geografia do contrabando de agrotóxico na fronteira gaúcha.”** Revista Geográfica de América Central (Online), 2(47).

DORFMAN, Adriana. 2009. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

DREYFUS, Pablo. 2007. La Triple Frontera: zona de encuentros y desencuentros. In: HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLIS, Luis Guillermo (Org.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 105-134. Disponível em: <<http://www.flacso.org/fileadmin/usuarios/David/05.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

FERNANDES NETO, Pedro. **Caracterização geográfica da faixa de fronteira continental norte do Brasil**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia [Monografia de Graduação em Geografia], 2003.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FREITAS, G. **“Proposta de cálculo para fixação de efetivo policial militar por município no Estado do Paraná”**. Universidade Federal do Paraná, Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Curitiba, 2011 [Projeto Técnico apresentado para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública].

FUJITA, Camila. **Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense**. In: Geo UERJ, Ano 15, 24(1): 312-338, 2013.

GRASSIOLI, Maiane Spessatto. **A (des)centralização nos municípios de abrangência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste: possibilidades e impedimentos**. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico município de Foz do Iguaçu, 2012**. Curitiba: IparDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85850>>. Acesso em: 24 set. 2013.

IPEC. **Gran Atlas de Misiones**. Posadas: Instituto Provincial de Estadísticas y Censos, 2012.

ITAIPU BINACIONAL. **Complexo turístico de Itaipu tem aumento de 14% no movimento de visitantes**. 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www.itaipuemfozdoiguacu.com/itaipu/complexo-turistico-de-itaipu-tem-aumento-de-14-no-movimento-de-visitantes/>>. Acesso em: 24 set. 2013.

MACHADO, L. O. **Sistemas, fronteiras e território**. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia da UFRJ, s/d. (mimeo)

MACHADO, Lia Osorio. **Região, fronteiras e redes ilegais: Estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana**. Limes: Revista Italiana di Geopolitica, Quaderni Speciali, Supplemento, nº3, 2007.

MACHADO, Lia Osório. **Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança.** In: Geopolítica das Drogas (Textos Acadêmicos); Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2013.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern, orgs.. **As relações internacionais na fronteira norte do Brasil.** Boa Vista, Editora UFRR, 2011.

MÉLO, José Luiz Bica de. **O 'velho' e o 'novo' da violência rural na fronteira Brasil-Uruguay.** Sociedade e Estado, 19(1):121-150, 2004.

MENDES DA SILVA, Evaldo. **Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos mbya e nhandéva (guaraní) na Tríplice Fronteira.** Cascavel: Edunioeste, 2010.

MISSE, M. **Trocas ilícitas e mercadorias políticas.** Brasília, Anuário Antropológico, n. 1, n.s., 2010.

MUCCHIELLI, L. **Matériaux pour une étude des délinquances en Guyane.** Etudes et travaux de l'ORDCS(6), 1-28, 2013.

NÚCLEO REGIONAL DE INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA. **Plano de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul - PDIF/RS.** Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

PIMENTEL, Geysa Alves e OLIVEIRA, Rafael. **Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial na fronteira Brasil-Venezuela: o caso da BR 174.** In Vários autores – Tráfico de pessoas e violência sexual. Brasília, VIOLES/SER, Universidade de Brasília, 2007.

PNUD Brasil. **ATLAS do Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>

PONTES FILHO, Almir. **O direito indígena dos guaranis na área da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai e Argentina).** In: Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curitiba, 15: 228-257 vol.1, 2011.

PORTO, Adélia Rosaura; DOS SANTOS, Jaqueline; LINCH, Luís Fernando; ALVES, Thaís da Rosa. **Femicídio: um tema para debate (um raio x dos femicídios nos cinco anos da Lei nº 11.340/06).** Porto Alegre: Secretaria da Segurança Pública/RS, 2012.

PORTO, J.L.R.; DURBENS, M.N. (orgs). **Interações fronteiriças no Platô das Guianas. Novas construções, novas territorialidades.** Macapá: Editora, 2010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. **Dados gerais, 2013.** Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/dados_gerais.asp>. Acesso em: 24 set. 2013.

RABOSSI, Fernando. **Como pensamos a Tríplice Fronteira?** In: Macagno, Lorenzo; Silvia Montenegro y Verónica Giménez Beliveau (comps.) *A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais*, Curitiba, Editora UFPR, p. 39-61, 2011.

RABOSSI, Fernando. **Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretação.** In: *Mundos em Movimento: Ensaio sobre migrações*. SEYFERTH, Giralda, 2007.

RENOLDI, Brígida. **Fronteras que caminan: relaciones y movimiento en la frontera tripartita de Argentina, Paraguay y Brasil.** In: *Revista Transporte y Territorio*, Universidad de Buenos Aires, Dossier "Fronteras y movilidades", coordinado por Alejandro Benedetti, p. 123-140, 2013.

RENOLDI, Brígida. **Organización, crimen y acción: relatos policiales de la Triple Frontera.** In: César Barreira (org.) *Violência, Illegalismos e lugares morais*, Pontes de Campinas, Campinas, 2013.

REUTER, P. **Can the border be sealed?** Santa Monica, Califórnia, Rand Corporation, 1998.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira.** In: *Encuentro de Geógrafos da América Latina*, 2009, Montevideu. 12 *Encuentro de Geógrafos da América Latina*, 2009.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C.; OI, A. H., 2011, **Homicídios na Faixa de Fronteira do Brasil, 2000 2007.** (Relatório de Pesquisa do Projeto Violência e Fronteiras – FAPESP / CNPq). São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP).

SCHÖNENBERG, R.. **Drug Trafficking in the Brazilian Amazon.** In: UNESCO - Globalisation, Drugs and Criminalisation <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001276/127644e.pdf>

SENASP. **Pesquisa perfil das instituições de segurança pública.** Brasília: Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013.

SILVA, A.R.F.. **Perspectivas das Políticas territoriais na Faixa de Fronteira Internacional da Amazônia Oriental Brasileira. Estados do Pará e do Amapá.** Tese de Doutorado em Geografia PPG - Universidade Federal do Pará, 2011.

SILVA, Gutemberg de V.; RÜCKERT, Aldomar A.. **A Fronteira Brasil-França: mudanças**

de uso político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR). Confins, Revue franco-brésilienne de géographie. Nº 7, 2009.

SILVA, J.G.C.. **Uma Parábola na Floresta – Estado, integração e conflito na fronteira do Amapá e Guiana Francesa.** Belém, 2006.

SILVA, R.B.. **Os Chiquitano de Mato Grosso estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia.** Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2007.

SIMÃO, A.V. **Juventude em discurso: História de vida de jovens aprisionados no município de Cáceres/MT.** Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, PPGE, 2014.

STEIMAN, R.. **A geografia das cidades de fronteira. Um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia).** Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

TOMMASINO, Kimiye. **Os sentidos da territorialização dos Kaingang nas cidades.** Trabalho apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba: Universidade Federal de Paraná, 2001.

TOMMASINO, Kimiye. **Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani de Araçáí (volume I – Laudo Antropológico).** Espaço Ameríndio, 7(2): 277-556. Porto Alegre, 2013.

TUMELERO, Michele Rodrigues. **A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova” Chapecó-SC (1940-1960).** Dissertação de Mestrado em Historia. Programa de Pós-Graduação em Historia. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

Fontes consultadas

Atlas do desenvolvimento humano/PNUD

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=120005&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico> (acessado dia 28 de Abril de 2014).

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/723> (acessado dia 28 de abril de 2014).

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=120010&search=|brasileia> (acessado dia 28 de Abril de 2014).

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/723> (acessado dia 28 de abril de 2014).

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=120020&search=||infogr%E1ficos:-hist%F3rico> (acessado dia 28 de Abril de 2014).

<http://www.cruzeirosul.ac.gov.br/wps/conheca-cruzeiro-do-sul/relembrando-nossa-historia/> (acessado dia 28 de Abril de 2014).

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=120025&search=acre|epitaciolandia|infograficos:-historico> (acessado dia 28 de Abril de 2014).

<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/723> (acessado dia 28 de abril de 2014).

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=120043&search=acre|santa-rosa-do-purus|infograficos:-historico> (acessado dia 28 de Abril de 2014).

<http://www.santarosadopurus.ac.cnm.org.br/portal1/intro.asp?ldMun=100112018> (acessado dia 28 de Abril de 2014).

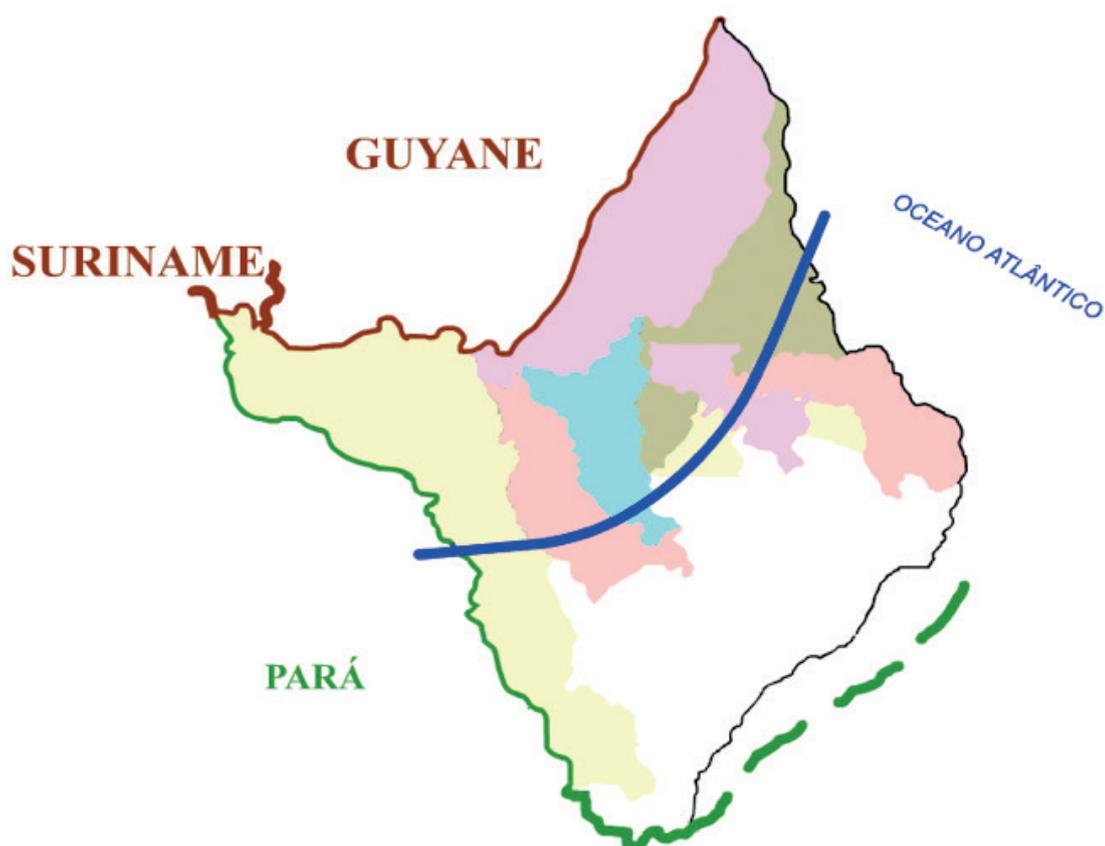
AMAPÁ

AMAPÁ

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 transformou o Território do Amapá em unidade da federação conferindo-lhe autonomia e uma nova organização espacial com a criação de novos municípios. Oito dos dezesseis municípios do Amapá encontram-se na faixa de fronteira: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Serra do Navio.

Figura 1. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira do Amapá



Fonte: Cartograma IBGE

Na Pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras” os municípios de Amapá, Calçoene, Laranjal do Jari e Oiapoque foram eleitos como amostra para realização de um survey para embasar o diagnóstico. Em Oiapoque, que é cidade gêmea de Saint-

Georges de L'Oyapock - Guiana Francesa - e em Laranjal do Jari, além das informações quantitativas levantadas, procedeu-se também ao levantamento de um conjunto de informações qualitativas.

O survey foi realizado a partir de questionários aplicados às instituições de segurança pública, justiça e fiscalização (Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Forças de Segurança Federais, Justiça e Receita Federal). Os questionários foram estruturados em um conjunto de perguntas sobre segurança pública local (unidades, infraestrutura, recursos e equipamento e articulações institucionais) e outro conjunto sobre criminalidade local e situação de fronteira (avaliação da criminalidade local, características da situação e fronteira, fluxos de mercadorias e mercados ilegais). Também foram incorporados dados quantitativos produzidos com base em registros de ocorrências de delegacias e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas em profundidade, grupos focais e registros etnográficos. O objetivo da pesquisa qualitativa foi ampliar o leque de temas abordados (além da estrutura institucional de segurança pública e dos fenômenos da violência e criminalidade, aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica de mercados ilegais e o fluxo de pessoas e mercadorias) assim como o de atores ouvidos (além dos atores institucionais, foram incorporados os da sociedade civil). As entrevistas e os grupos focais ficaram assim distribuídos:

Tabela 1. Número de entrevistas e grupos focais por município

Municípios	Entrevistas	Grupo focal
Laranjal do Jari	24	8 participantes
Oiapoque	20	9 participantes

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Nas legendas das tabelas apresentadas na descrição de cada município, (*) significa "não se aplica" àquela instituição, (**) significa "instituição não respondeu à questão", e o (-) significa a informação zero.

Os dados secundários sobre acessos rodoviários, portuários e aeroportuários, além de outras informações de fontes secundárias, podem ser obtidos no banco de dados produzido pelo grupo RETIS para esta pesquisa.

Particularidades do Estado do Amapá e de sua situação de fronteira

No período colonial, a região do vale amazônico, à qual se integra o que é hoje conhecido como o Amapá, foi palco de intensos conflitos. Ainda no século XVII, os espanhóis, ingleses e holandeses, ali instalados, acabaram expulsos pelos portugueses. Os franceses permaneceram e a posse pela porção mais setentrional do que é hoje território nacional foi disputada ao longo de quase três séculos, ora

em luta armada, ora em chancelaria. O desfecho final foi diplomático, com a posse do território contestado dada ao Brasil em 1900, por decisão do laudo suíço emitido para arbitrar a causa. A decisão do contestado despertou o governo brasileiro para as populações de fronteira, considerando urgente “abrasileirar os seus costumes” (Vidal, 2009). Com o objetivo de neutralizar a influência francesa na região, foi criada, em 1922 a colônia agrícola de Clevelândia. Dois anos depois e até 1927, a colônia foi transformada em local de desterro e presídio de presos comuns e de presos políticos envolvidos em revoltas tenentistas e anarquistas. A partir de 1940, Clevelândia tornou-se colônia militar, sendo ali instalada a Companhia de Fuzileiros da Selva (Brito, 2008). Em 1985 com a implantação do projeto Calha Norte, iniciativa do governo federal voltada para a defesa e proteção da fronteira norte da Amazônia, foram reforçados a sede do 34o Batalhão de Infantaria da Selva, em Macapá e a Companhia de Clevelândia do Norte, unidade do Exército a ela subordinada e encarregada de guarnecer a fronteira com a Guiana Francesa. Em Oiapoque, a vinte quilômetros da colônia militar, foram também instalados, a Polícia Federal e o escritório da FUNAI (Santos, 2012).

Desde o início da mineração do ouro no território contestado franco-brasileiro, este e outros minérios foram explorados em surtos de curta ou de longa duração, constituindo a principal atividade econômica do Amapá e desempenhando um importante papel em seu desenvolvimento. Em 1943, o Amapá é desmembrado do Pará tornando-se Território Federal. Essa configuração administrativa visava garantir a defesa nacional, a proteção das fronteiras norte do país, demograficamente vazias, e a preservação das suas riquezas minerais². De 1943 até 1975 desenvolveu-se o primeiro grande projeto de mineração em larga escala, a ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S/A), no município de Serra do Navio. Ao final dos anos de 1960, projetos de exploração mineral e de agronegócios capitaneados pelo Estado e/ou pelo capital internacional ganharam fôlego durante o Regime Militar. O complexo Jari Celulose, do bilionário americano Daniel Ludwig, instalado em 1967 na fronteira do Pará com o sul do Amapá, é um exemplo paradigmático de empreendimento deste tipo. Como parte do projeto, a cidade de Monte Dourado foi concebida para receber os trabalhadores da fábrica de celulose. Em flagrante contraste, o lado amapaense do rio Jari sofreu ocupação espontânea. Essa ocupação que foi tomando a forma de uma enorme favela em palafitas foi denominada, ainda na década de 1970, de Beiradão, por ser zona de prostituição e local de outras tantas atividades ilícitas. Em 1987, em decorrência de seu rápido crescimento, a ocupação foi transformada no município de Laranjal do Jari.

² A divisão administrativa de Território Federal implica ter suas diretrizes – no concernente à organização espacial, econômica, política, social e administrativa – traçadas pelo governo central via Ministério do Interior e implementadas por governador nomeado pelo Presidente da República.

A década de 1990 foi marcada no Estado pelo avanço de outros setores, como a pesca (industrial e artesanal), beneficiamento de madeira, a ampliação do número de empresas em Santana, a expansão de gado (bubalino, principalmente) e da área de pastagem da pecuária. Em 1992 foi instalada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Esta iniciativa atraiu um grande contingente de migrantes, particularmente advindos do Maranhão e do Pará e contribuiu para o crescimento desordenado dessas e de outras cidades do estado.

A principal rodovia do Amapá é a BR-156 com cerca de 800 km de extensão. Seu traçado se dá do sudoeste ao norte do estado, passando pela capital, Macapá, localizada no leste. A rodovia tem início em Laranjal do Jari e termina em Oiapoque que dista por esta rodovia de 570 km da capital. Aproximadamente 150 km desta estrada, ainda não foi pavimentada, dificultando o seu tráfego, particularmente durante o período de chuvas. A estrada corta diversas terras indígenas demarcadas e homologadas.

Uma ponte binacional que liga o Brasil à Guiana Francesa foi construída. O lado francês está pronto para a inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque. Do lado brasileiro, falta apenas a instalação dos postos de fronteira da Receita Federal, da Vigilância Sanitária e da Polícia Federal. São previstas no Amapá a construção de outras pontes, dentre elas a do rio Jari que ligará o município de Laranjal do Jari ao de Almeirim (Monte Dourado) no Pará. Outro eixo rodoviário importante é a BR 210 que corta o território amapaense no sentido transversal, no sentido leste – oeste. A precariedade do sistema rodoviário do Amapá é compensada pelo intenso sistema de transporte fluvial, que se faz por rios perenes navegáveis, com o que ocorre, aliás, com toda a região amazônica. Se a pavimentação prevista do eixo rodoviário da BR-156 e a abertura da ponte deverão interligar a região à Guiana Francesa e a outros países do norte da América do Sul, tais como o Suriname e a Venezuela, as vias fluviais ainda permanecem como meios essenciais de deslocamento de pessoas e mercadorias na região.

O Amapá abriga várias etnias indígenas, distribuídas em 49 aldeias. Segundo o censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena (auto-declarada) do estado do Amapá é de 7.408 habitantes. E apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual (entre 2000 e 2010) de 4,1% (a taxa nacional é de 1,1%). Oiapoque se destaca como o município com maior proporção de população indígena, 77,2% (5.569 indivíduos). Essa população mantém contato frequente com os moradores da cidade e qualquer projeto de intervenção na região deve dar conta da sua forte presença, bem como dos aspectos peculiares de cada grupo indígena presente na região assim como as características que são comuns a todos os grupos (Vidal, 2009).

A área total das unidades de conservação existentes no Amapá até 2002 já fazia dele um estado conservado, visto que cerca de 32% do seu território era protegido

legalmente. Esse percentual aumentou para 48,7% com a criação, pelo governo federal em 2002, do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. A área do parque incorpora no Amapá parte dos municípios de Oiapoque, Calçoene, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Laranjal do Jari, além de uma pequena área do município de Almeirim, no Pará. Uma das críticas feitas à criação do Parque do Tumucumaque é a de que este afetou a organização espacial do estado, engessando as economias dos municípios que nele foram incluídos. Muitos políticos da região defendem medidas compensatórias para o estado, enquanto outros apostam no seu desenvolvimento sustentável buscando conciliar preservação ambiental e agenda social e econômica.

Seja como for, a criação das áreas de conservação, (do Parque Nacional do Cabo Orange ainda em 1980 e, mais recentemente, do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque) e a proibição do garimpo nessas áreas, geraram ainda mais a fuga desta atividade para a Guiana Francesa e para o Suriname. Deste modo, a movimentação de brasileiros para o outro lado da fronteira em busca da “sorte grande” e da sobrevivência, trabalhando em atividades, que são criminalizadas de forma diferenciada nos dois países, vem gerando grandes tensões na região. Além do ouro também funcionam como atrativo para migrar, a diferença de moeda, de normas e legislações e de condição diferenciada de cidadania que caracterizam as relações de fronteira nessa região, que poder ser qualificada como uma fronteira norte/sul. A imigração de brasileiros para o lado francês, em busca de trabalho, data ainda dos anos de 1960, quando da construção da base aeroespacial de Kourou na Guiana, sendo este fluxo de trabalhadores fortemente estimulado pela França na ocasião, tendo em vista a carência de mão de obra na região. Até o advento do real e dada a diferença de moeda, ir trabalhar na Guiana era um prêmio almejado por muitos brasileiros na região, movimento que o governo francês, passada a necessidade de mão de obra, tratou de reprimir. Mais recentemente, entretanto, e principalmente desde o governo Sarkozy, o ir e vir das pessoas passou a ser fortemente controlado, prejudicando as relações de parentesco e de afetividade entre guianenses e brasileiros. Do mesmo modo, o fluxo migratório de brasileiros clandestinos em direção à Guiana Francesa que atuam em trabalhos precários ou em atividades ilegais que giram em torno do garimpo vem sendo reprimido com força. Por outro lado, e também como consequência da forte repressão, o arrefecimento desta atividade vem se fazendo sentir na economia da cidade do Oiapoque ainda muito dependente da economia do ouro. Observa-se, contudo, que nessas relações transfronteiriças estão em jogo, mais do que questões relativas à soberania e à preservação ambiental, de um lado, e à sobrevivência, de outro. Por parte do norte, além da exploração do trabalho de garimpeiros brasileiros e mesmo, eventualmente, a eliminação destes, com o intuito de tomar-lhes o ouro, há também a exploração da mão de obra doméstica clandestina e o turismo sexual. Quanto ao sul, há tráfico de pessoas, eventualmente trabalho escravo e também a presença de quadrilhas ou de indivíduos armados predadores das atividades que giram em torno do ouro.

Em 1996, foi celebrado em Paris o Acordo-Quadro de cooperação entre o Brasil e a França. O acordo continha uma cláusula que permitia a cooperação regional. Assim, o acordo permitiu estreitar relações entre os países e as regiões envolvidas, favorecendo os contatos políticos sob vários aspectos, assim como reforçando o desenvolvimento de cooperação econômica, cultural, científica e técnica na região. Decidiu-se pela reunião bianual de uma comissão geral franco-brasileira, com a missão de promover o diálogo político, de coordenar os diferentes aspectos das relações bilaterais e de estabelecer um programa de trabalho conjunto para o biênio seguinte. Diferentes formas de cooperação nas áreas de educação, saúde, agricultura, energia, transporte, meio ambiente e segurança foram projetadas. Lentamente as resistências do lado guianense, para a realização do acordo, foram sendo quebradas e em 1997, fato inédito na região e graças aos esforços do então governador do Amapá João Capiberibe e de Antoine Karan que ocupava cargo equivalente na Guiana, os presidentes Fernando Henrique e Jacques Chirac encontraram-se às margens do Oiapoque³.

Anos depois, novo acordo foi estabelecido em 2008, entre os presidentes Lula e Sarkozy ampliando a cooperação na segurança e adotando medidas ainda mais duras na luta contra a exploração ilegal do ouro. No entanto, além deste acordo se mostrar pouco efetivo do lado brasileiro, há um entendimento de que proibição e a repressão pura e simples não têm como funcionar em uma região tão imensa como a que perfaz a fronteira do Brasil com a França. Por outro lado, a cooperação vem se esfriando em razão da intransigência francesa em relação à exigência de visto para brasileiros adentrarem na Guiana Francesa.

Como resultado desses acordos e também como parte da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), a ponte internacional ligando Oiapoque, no estado do Amapá, à cidade de Saint George de L'Oyapock no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa trará certamente uma nova dinâmica à região com essa aproximação física (Silva & Ruckert, 2009). Entretanto, os possíveis impactos da existência da ponte na região ainda são difíceis de serem avaliados. Se por um lado, as relações transfronteiriças tornar-se-ão mais próximas, por outro, é provável também que reconhecidos problemas, tais como o garimpo de ouro e a imigração ilegal permanecerão sendo tratados da mesma maneira pelo lado francês. A geração de oportunidades para a articulação de pontos de comércio, legal e ilegal, tenderá, certamente a se aprofundar, colocando novos desafios para a atuação dos dois Estados nos seus diferentes níveis governamentais e mais notadamente nos seus territórios fronteiriços.

Como já dito, propostas de cooperação tornaram-se parte da agenda do Brasil e da França também na área da segurança. Uma iniciativa nesta direção, como veremos, foi a criação, no lado francês, de centros de que permite trocas de informações. Todavia, fronteiras cooperativas ainda são um desafio, principalmente no tocante à passagem de

³ Entrevista gentilmente concedida pelo Senador João Capiberibe.

pessoas. Políticas públicas articuladas são desejáveis tendo em vista vários problemas comuns enfrentados, não apenas os relativos ao garimpo ilegal e toda a economia legal e ilegal que gira em torno dele, o tráfico de drogas de abastecimento local, como também elevadas taxas de homicídios e de violência doméstica, prostituição, doenças sexualmente transmissíveis etc. (Mucchielli, 2013).

Criminalidade e situação da Segurança Pública

Mineração ilegal e todas as outras ilegalidades a ela associadas: homicídio, contrabando de ouro, agressão ao meio ambiente, tráfico de pessoas, prostituição, exploração sexual, circulação de drogas e armas caracterizam a criminalidade na fronteira internacional do Amapá, em Oiapoque, no extremo norte do Brasil. Também foi citado como problema no município a imigração clandestina e o contrabando. A mineração ilegal apareceu como problema em outros municípios (Calçoene e Laranjal do Jari) e além dela, o contrabando (Amapá, Oiapoque); crimes ambientais (Amapá, Calçoene e Laranjal do Jari); exploração sexual de crianças e adolescentes (Laranjal do Jari, Oiapoque); conflitos decorrentes de disputas de terra (Amapá). Em geral, a percepção sobre a venda de drogas (ou tráfico de drogas) e tráfico de armas nos municípios da fronteira do Amapá, inclusive em Oiapoque, é muito mais dramatizada do que real, conforme se pode apurar em entrevistas e nas estatísticas levantadas. O tráfico de armas parece ser restrito a carabinas de calibre 12 mm que se adquire no país vizinho e o de drogas é praticamente insignificante, circulando apenas para o consumo local.

A situação de fronteira no Amapá só tem reflexo em Oiapoque. A fronteira não impacta os outros municípios. A fala que revela que a fronteira do Oiapoque é a única que o Brasil pode dar as costas sem que isso acarrete grandes problemas, emitida por um dos entrevistados parece sintetizar bem a situação dos ilícitos fronteiriços a afetar a região, já que o tráfico de armas é pequeno e o de drogas é praticamente insignificante, circulando apenas para o consumo local. Mas nessa mesma fala e em muitas outras, a ênfase é dada ao enorme problema, de natureza social, existente na região, que faz com que a atividade de mineração ilegal seja essencial para a economia local. Não apenas a falta de alternativas econômicas e a ausência de projetos sociais caracterizaram a região, mas também a falta de informação, a prevalência de uma cultura do Brasil profundo muitas vezes em conflito com a cultura do país vizinho e também com um Brasil que quer se modernizar, inclusive em relação a suas forças de segurança.

Em Laranjal do Jari a situação de fronteira com o Suriname e com a Guiana Francesa não se coloca tendo em vista a sua distância e a presença da Unidade de Conservação do Parque do Tumucumaque. Por outro lado, a fronteira com o Estado do Pará é altamente significativa. O rio Jari foi considerado uma movimentada ponte entre os estados brasileiros do Amapá e do Pará, contribuindo para o desenvolvimento

econômico da região sendo também, segundo alguns, local de transporte de drogas ilícitas. Na criminalidade cotidiana local, destaca-se como problema os homicídios, a violência doméstica e a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Não há atividade criminal organizada ou de grande porte no município. Contudo, mostrou-se necessária uma maior atenção das forças de segurança pública às vias fluviais da região. De um lado, para fazer frente à criminalidade local, de outro, pela importância do rio Jari e de sua proximidade com o Amazonas, onde rota de tráfico internacional já foi, no passado, identificada. No que se refere à criminalidade local, a precariedade e pouca atuação das forças de segurança tem levado a população a buscar alternativas privadas para se proteger de crimes que se tornaram frequentes nessas vias. O município também carece de atenção por funcionar como porta terrestre de saída e de entrada do estado do Amapá. No que diz respeito aos problemas de estrutura das instituições de segurança pública foram apontados de maneira geral para os municípios em estudo precariedade dos meios de comunicação (internet), escassez de recursos e necessidade de maior capacitação dos efetivos e nos municípios de Laranjal do Jari e de Amapá, o aumento de efetivo da Polícia Militar.

Tabela 2. Razão policial militar e população para o Estado do Amapá e municípios selecionados em 2012.

Estado/Município	Razão policial militar/população
Estado do Amapá ¹	1 policial para 190
Oiapoque	1 policial para 298
Laranjal do Jari	1 policial para 443
Amapá	1 policial para 483
Calçoene	1 policial para 292

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

*Perfil das Instituições de Segurança Pública (MJ/SENASP, 2013) referente a 2011.

RECOMENDAÇÕES

- Maior atenção do Poder Público Federal e Estadual à região do Rio Jari;
- Criar um destacamento flutuante para o policiamento nos rios na região do Jari;
- Aumentar o efetivo policial dos municípios de Laranjal do Jari (prioritariamente) e do Amapá;
- Reconhecer que a maior parte dos conflitos locais e dos problemas de segurança pública, especialmente em suas áreas urbanas ou densamente povoadas, não decorre da existência de tráfico transfronteiriço em grande escala, nacional ou internacional. Tratar esses problemas segundo a experiência policial em lidar com crimes urbanos convencionais, como o furto, o roubo, os conflitos

interpessoais, a violência doméstica e contra a mulher e os crimes sexuais;

- Disseminar padrões de policiamento comunitário nos municípios de fronteira, visando a segurança local;
- Disseminar padrões de entrosamento entre policiamento ostensivo e atividade investigativa nos municípios de fronteira;
- Disseminar padrões de entrosamento entre as polícias estaduais e federais;
- Estimular programas continuados de redução da vulnerabilidade policial à corrupção;
- Estimular a capacitação policial em operação de inteligência e geografia das fronteiras
- Estimular a capacitação policial em administração de conflitos de gênero e envolvendo jovens;
- Investimentos em boas condições de trabalho para os operadores de segurança em geral, o que significa locais adequados e preparados para um trabalho efetivo, o que necessariamente inclui meios de comunicação e acesso permanente à internet;
- Valorizar e aumentar progressivamente o efetivo da Polícia Federal, a quem cabe a atribuição do controle das fronteiras e capacitá-la a coordenar esses grupos especializados estaduais;
- Disseminar padrões de organização da sociedade civil nos municípios de fronteira para auxiliar no provimento e controle da segurança dos cidadãos;
- Estimular uma maior participação dos atores sociais nas definições de políticas de Segurança Pública, nacionais e estaduais, adotadas nos municípios de fronteira que conhecem melhor a realidade cotidiana local, podendo contribuir para um desenho mais eficaz de política pública na área;
- Ampliar Programas de enfrentamento à violência e exploração sexual contra criança e adolescentes;
- Realizar campanhas educativas abrangendo homens e mulheres, adolescentes e adultos para o enfrentamento da violência conjugal de gênero;
- Disseminar padrões de respeito aos cidadãos e à diversidade cultural na ocasião da abordagem e revista;

- Disseminar padrões de registro e sistematização de informações sobre os municípios de fronteira;
- Ampliar a troca de informações das forças policiais e criar um banco de dados comum;
- Disseminar padrões de direitos humanos e acesso à justiça aos envolvidos em mercados ilegais;
- Maior atenção da Polícia Federal aos delitos políticos e econômicos da região;
- Criar postos de policiamento comunitário em aldeias indígenas;
- Fomentar campanhas que promovam a diminuição do preconceito contra os indígenas;
- Criar guardas indígenas institucionalizadas como forma de resolver o impasse sobre a efetiva atribuição da atividade policial em terras indígenas e, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos povos indígenas. Pensar a melhor maneira de integrar os guardas indígenas ao conjunto de instituições de segurança pública e justiça.
- Planejamento estratégico de atuação nas áreas do desenvolvimento social, econômico e da segurança pública com estímulos ao desenvolvimento sustentável local baseadas nos arranjos produtivos locais já existentes tanto no meio urbano como rural, auxílio aos empreendimentos locais que necessitam de capacitação ou crédito tanto no meio urbano como rural, facilitação do escoamento da produção em escala local, regional, nacional e internacional.
- Planejamento estratégico de atuação nas áreas da cooperação internacional e da segurança pública: estabelecimento de metas para que equipamentos e serviços públicos possam ser utilizados pelas populações fronteiriças, estimular as diversas festividades que celebram a amizade entre os povos das fronteiras,
- Consolidar a visão de que o planejamento urbano é uma forma estratégica de enfrentamento dos problemas de segurança pública;
- Melhorar o transporte público nas cidades de fronteira, de maneira a evitar a dependência em motos irregulares como meio predominante de transporte;
- Ordenamento da mobilidade urbana com vistas à prevenção das muitas mortes decorrentes de acidentes de carros e motos. A criação de postos itinerantes do DENATRAN pode ser uma solução rápida e pouco custosa para regularização das carteiras nacionais de habilitação e, ao mesmo tempo, uma forma de exigir o curso de formação sobre leis e regras de trânsito, assim como de perícia

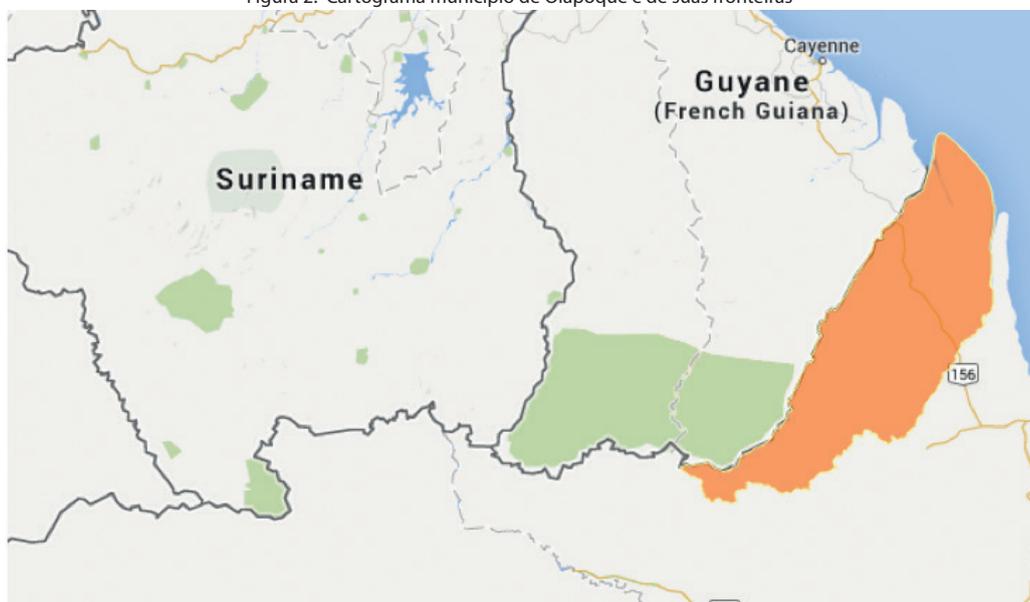
do equipamento automotivo. O mesmo deve ser feito para as embarcações fluviais em determinadas regiões do país;

- Construção de áreas de lazer com vistas a oferecer alternativas às populações fronteiriças. Equipamentos culturais e esportivos são formas preventivas de atuação frente aos problemas com a juventude e devem estar associados ao trabalho da assistência social.

OIAPOQUE

O Município de Oiapoque foi criado pela Lei no 7.578, em 23 de maio de 1945. Está localizado no extremo norte do estado, a 580 km da capital Macapá, à qual está ligado por via rodoviária (BR-154), por via marítima e aérea. O município é formado pela cidade de Oiapoque, pelos distritos de Clevelândia do Norte, Vila Velha e Taperabá, localidades como Cassiporé e povoados indígenas: Manga, Santa Isabel, Espírito Santo, Açaízal, Urucaira e Kumurumã. Estabelece linha de fronteira com a cidade gêmea de Saint Georges de L'Oyapock e limite internacional fluvial com a Guiana Francesa, por meio do rio Oiapoque que deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange.

Figura 2. Cartograma município de Oiapoque e de suas fronteiras*



Fonte: Cartograma IBGE

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto-lei Federal n.º 7.578, de 23-05-1945.

Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 22.625,182 km²

Fronteiras: Guiana Francesa e municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari

Acesso aéreo: Sim

Acesso portuário: Sim

Acesso viário: Sim

População (2010): 20.509 habitantes

Densidade demográfica: 0,91 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,69

PIB (2010): R\$ 236.269.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 11.567,08

IDH-M (2010): 0,658

Gentílico: oiapoquenses

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O termo Oiapoque, origina-se da língua Tupi (oyap oca), que significa “Casa dos Oiampis” ou “casa dos guerreiros ou parentes”. Consta que o lugar onde é hoje a cidade de Oiapoque foi, inicialmente, uma aldeia dos índios Oiampis. Posteriormente, durante a febre de ouro do final do século XIX, foi transformado em vila por imigrantes cróles e antilhanos, recebendo a denominação de Martinica. A vila desenvolveu-se servindo de ponto de apoio e de lazer para os garimpeiros e do trabalho dos seus habitantes em usinas de extração de essências de madeiras existentes ao longo do rio Oiapoque. Com o objetivo de neutralizar a influência francesa na região, contestada durante três séculos com a França, foi criada, em 1922, a colônia agrícola de Clevelândia. Em 1927, com a decadência da colônia planejada, a população do núcleo vizinho transferiu-se para a vila Martinica que passou a ser chamada de Vila do Espírito Santo. Em razão da atividade econômica ali desenvolvida e das relações e redes sociais estabelecidas com os habitantes do outro lado do rio, essas populações transfronteiriças caracterizaram-se pelo movimento constante e por trocas legais e ilegais historicamente estabelecidas. Ao longo do tempo, essas relações foram se tornando assimétricas e hoje os brasileiros são vistos como problema pela população guianense em geral, pelo governo local e em particular pela polícia que hoje adota uma política draconiana de cerceamento do ir e vir dos brasileiros que não encontra reciprocidade em relação aos guianenses do lado brasileiro.

Hoje a economia de Oiapoque no setor primário está concentrada na criação de gado bovino, bubalino e suíno e na cultura de mandioca (farinha), laranja, milho, cana-de-açúcar e outros. No setor secundário destacam-se a extração de ouro, o artesanato, incluindo-se a fabricação de joias de ouro, com uso de cassiterita, marcassita e pedras preciosas. No setor terciário, destaca-se o comércio de alimentos e bebidas, de máquinas e equipamentos para o garimpo, de venda de vestuário em geral, de combustível, além de compra de ouro e joalherias nas principais ruas e avenidas comerciais. Hotéis, pensões e pousadas estão espalhadas pelo centro e periferia da cidade. A extração clandestina de ouro impulsiona a economia da cidade, onde muitas transações são feitas em ouro. Associada ou não à garimpagem ilegal, a circulação de euro, a moeda do país vizinho, é bastante recorrente. As atividades de câmbio são intensas, tanto nas casas credenciadas quanto no mercado informal, onde moradores da cidade efetuam compras e vendas de euro e real. O funcionalismo público também contribui para a sustentação econômica do município.

Na região encontram-se as maiores tribos indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), os Galibi do Oiapoque, os Galibi Marwono e os Palikur. Estas diferentes etnias constituem um segmento populacional consideravelmente representativo no contingente populacional do município. Estão situadas nas terras indígenas Uaça, Galibi e Jumenã, demarcadas e homologadas, configurando uma grande área contínua cortada a oeste pela BR 156 que liga Macapá a Oiapoque (Vidal, 2009). Na BR 156, aproximadamente 150 km da estrada ainda não foram pavimentados, dificultando o seu tráfego, particularmente durante o período de chuvas. É importante ressaltar que a maior parte da população do Oiapoque é formada por migrantes oriundos de diferentes cidades e regiões federação, sendo mais numerosos os procedentes do Pará e do Maranhão.

Uma ponte binacional que liga o Brasil (Oiapoque) à Guiana Francesa (Saint-Georges) foi construída. O lado francês está pronto para a inauguração. Do lado brasileiro, falta ainda a instalação dos postos de fronteira da Receita Federal, da Vigilância Sanitária e da Polícia Federal.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM OIAPOQUE

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimativa 2012): 21.661 habitantes

Homicídios (2012): 8

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Justiça, Conselho Tutelar, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.

Razão: População/Efetivo da polícia militar = 1 para 298 habitantes

População/Efetivo da polícia civil = 1 para 985 habitantes

A razão população/efetivo da polícia militar é mais baixa do que aquela registrada no estado do Amapá de 190 habitantes para cada policial, segundo a pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (MJ/SENASP, 2013). Ainda assim, há alta densidade institucional de segurança pública no município com Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Receita Federal. Ainda nas proximidades, em Clevelândia, há uma Companhia Especial de Fronteira.

Instituições de Segurança Pública

Tabela 3. Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal de Oiapoque em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal				
População (estimativa em 2012) = 21.661 habitantes				
Homicídios (2012) = 8				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia	Polícia Militar 1 batalhão	Polícia Federal 1 delegacia 1 posto	Polícia Rodoviária Federal 1 posto
Efetivo	Delegados 3 Agentes 19	Oficiais 8 Praças 65	Delegados ** Agentes **	Agentes 12
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura antiga, precisando de reformas	Polícia Militar Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas	Polícia Federal Estrutura antiga, precisando de reformas	Polícia Rodoviária Federal Novas e em boas condições
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Adequadas e em boas condições	Polícia Militar Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas	Polícia Federal Estrutura antiga, precisando de reformas	Polícia Rodoviária Federal Novas e em boas condições
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Computador	6	3	Sim	2
Impressora	6	1	Sim	1
Telefone fixo	2	2	Sim	1
Fax	1	1	Sim	1
Scanner	4	-	Sim	1
Internet	Com acesso	Com acesso	Com acesso	Com acesso
Estação de rádio analógica	-	1	-	1
Estação de rádio digital	-	-	-	-
Equipamento de visão noturna	-	1	-	-
Aparelho de TV	4	1	Sim	-
Gravadores	2	-	-	-
Máquina Fotográfica	2	-	-	1
Filmadora	1	-	-	-

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	5	-	3	2	Sim	-	5	-
Viatura para mais de cinco pessoas	1	-	-	-	-	-	-	-
Moto	1	-	4	-	Sim	-	-	-
Embarcação sem motor	1	-	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	1	-	1	-	Sim	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre combustível A quantidade atende às necessidades	Polícia Civil Frequentemente		Polícia Militar Ocasionalmente		Polícia Federal Frequentemente		Polícia Rodoviária Federal *	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Celulares corporativos	-	-	1	-	-	-	1	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	-	-	-	-	4	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	5	-	-	-	-	-
Rádio portátil (HT)	-	-	6	-	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	3	-	-	-	-	-	-	-
Notebooks	4	-	-	-	Sim	-	1	-
Arquivos em ficha de papel	3	-	4	-	Sim	-	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Algemas	15	-	14	-	Sim	-	12	-
Colete antibalísticos	20	-	30	-	Sim	-	12	-
Escudos	-	-	-	-	-	-	-	-
Capacetes	-	-	4	-	-	-	-	-
Placa balística	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	16	-	**	-	1	-
Carabina	2	-	2	-	**	-	1	-
Espingarda	3	-	-	-	**	-	-	-
Metralhadora	2	-	-	-	**	-	-	-
Submetralhadora	1	-	-	-	**	-	1	-
Fuzil	2	-	1	-	**	-	1	-
Revólver	4	-	-	-	**	-	-	-
Pistola	8	-	45	-	**	-	2	-
Arma de condutividade elétrica	*	-	-	-	**	-	-	-
Bomba de efeito moral	-	-	*	-	**	-	-	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	-	-	**	-	-	-
Outro	Granadas de efeito moral 15	-	*	-	**	-	Taser 1	-
	Spray de pimenta 12	-	-	-	-	-	Espargidores de pimenta 2	-

Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Insuficientes	Polícia Militar Suficientes	Polícia Federal Suficientes	Polícia Rodoviária Federal Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	Sim	*
Capacidade	30	*	4	*
Média de presos/mês	10 a 12	*	0	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 120 a 130	Polícia Militar *	Polícia Federal 30	Polícia Rodoviária Federal *

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Tabela 4. Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros em Oiapoque em 2012

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Cia		
Efetivo	Oficiais		3
	Praças		26
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	-	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	1
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
Veículos	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	6º	
	Explosões	7º	
	Acidentes de trânsito	3º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
Outros (atendimento clínico)	1º		

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Tabela 5. Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional em Oiapoque em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional		
Início da Atuação	2011	
Efetivo	2 Oficiais	13 Agentes
Veículos	Em funcionamento 0	Avariados 4
Principais Atividades	Combate ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas Combate aos crimes ambientais Combate ao contrabando Combate à mineração ilegal	

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Polícia Civil

A delegacia de Oiapoque leva a denominação de Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) e conta hoje com uma equipe de jovens delegados recém concursados. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro possui conexão à internet com velocidade de 3G. Entretanto, o sinal vem da Guiana, por meio de uma conexão paga pelos próprios delegados, que a avaliam como razoável. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de controle de viaturas e de protocolo. Os sistemas de controle de munição e armas ainda estão em desenvolvimento. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e arquivos e há sistema de registro de ocorrências, mas a inclusão no Infoseg não é realizada devido à inexistência de internet oficial. Portanto o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais apenas desde 2011.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Poder Judiciário, pois falta um maior entrosamento.

A Polícia Civil deste município participa de comandos binacionais de segurança e esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. No Oiapoque, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos colaborativas e amigáveis. A Polícia Civil do Oiapoque apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando de patrulhamentos da Força Nacional e Polícia Militar. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Cabe ressaltar que os agentes da Politec estão instalados em uma sala nas dependências da Polícia Civil que não apresenta as condições, nem os equipamentos adequados para a realização de suas atividades periciais.

Os dados estatísticos obtidos em campo, com base no “Mapa estatístico mensal das ocorrências registradas no CIOSP/OIAPOQUE”, são referentes apenas aos meses de janeiro a maio de 2012 e não permitem uma avaliação acurada das ocorrências registradas no município. E isto porque um número considerável de registros é categorizado apenas como “apresentação de pessoas” e “comunicação”. Dos crimes contra a pessoa, o de maior frequência nos registros tipificados é a lesão corporal (uma média de 17 casos por mês), perpetrada, principalmente com o uso de mão, faca e terçado. Nesse período foram registradas três tentativas de homicídio. Há alguns registros categorizados como “violência doméstica” (uma média de quase 3 casos por mês). É possível (mas não se tem como afirmar) que esse tipo de ocorrência esteja sendo categorizada também como lesão corporal. Foram registrados cinco estupros no período em foco e foram raros os registros de abuso sexual e de aliciamento. Nos crimes contra o patrimônio, destacam-se os furtos registrados (média de 34 furtos por mês). Os roubos são bem menos frequentes (média de 3 por mês). Outras queixas frequentemente registradas são de ameaça, injúria e difamação, além de perturbação do sossego. Não há registros tipificados referentes à posse ou uso de drogas.

Polícia Militar

No Batalhão do Oiapoque encontra-se em uso uma série de sistemas de administração e computadores que são utilizados para gerir o sistema financeiro, protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, há pelo menos oito anos, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é discada e, embora considerada razoável, ocasionalmente, há perda do sinal. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel. Os boletins de ocorrência e natureza das ocorrências são analisados, digitalizados e enviados mensalmente ao ENAFRON. Os bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, furto e aqueles relativos ao trânsito.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, os Bombeiros, a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as

condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, mas participa de comandos binacionais de segurança. Em Oiapoque, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela. Dos dados estatísticos obtidos com a Polícia Militar, selecionamos algumas das ocorrências registradas em 2012.

Tabela 6. Principais ocorrências registradas no 12o Batalhão da Polícia Militar de Oiapoque em 2012

Registros de Ocorrências	Quant.	Registro de Ocorrências	Quant.
Violência doméstica	65	Perturbação do sossego	24
Dirigir sem CNH	50	Porte de entorpecente	13
Lesão corporal	45	Captura de foragido	11
Furto	40	Roubo	11
Vias de Fato	37	Homicídio	4
Ameaça	35	Tentativa de homicídio	7
Desacato	30	Estupro	6
Porte de arma branca	30	Prostituição infantil	1

Fonte: 12o BPM de Oiapoque

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro do Oiapoque, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso foi considerada suficiente. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate não o foi, sendo necessário motosserra, motolenha, EPR (cilindro de ar), corda, freio 8, roldana, fitas, cabo solteiro, cadeirinha, luvas, cordin. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade foi tida como insuficiente, não existindo nada para atendimento a produtos perigosos. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. As principais necessidades são: máscaras, EPI, material de sapa, abatedor, mochilas costais, pinga-fogo, motosserra, machados lenhador.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades principais são: Hts e capacetes. Esta unidade não possui computadores ligados à internet. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: atendimentos clínicos (não há SAMU no município), cortes de árvores e retirada de animais em poços; traumas de trânsito.

O Corpo de Bombeiros de Oiapoque participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de comandos binacionais de segurança. Para o entrevistado, a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira – em cooperação com Saint George –, participou da ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, tem participado das Operações Sentinela e troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Essas relações são amigáveis, apesar da dificuldade linguística. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar e a Prefeitura, sendo desejável o incremento de parcerias com a Defesa Civil da Prefeitura.

Polícia Federal

A delegacia da Polícia Federal em Oiapoque foi inaugurada há mais de 20 anos. A rotatividade de pessoal é muito alta, sendo que os policiais que ficam mais tempo são aqueles que não conseguem transferência. Além disto, muitos policiais partem em missões em outras regiões do Brasil diminuindo a disponibilidade de efetivo local. Nesta unidade, os sistemas de administração em uso são sistema de estoque e de protocolo, sendo o controle de armas, manual. Já o sistema de recursos humanos é gerido pela superintendência na capital. Nesta delegacia, há conexão com a internet, mas a velocidade é baixa. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são de registro de ocorrências, registro de inquéritos, além de fichas de papel em fichários, havendo divulgação pública e regular de estatísticas. O banco de dados desta unidade está integrado, aos sistemas de informação da SENASP, da Polícia Federal e a departamentos de vários tipos.

Dentre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais em ordem de importância foram o combate à corrupção, ao tráfico de drogas e ao contrabando. A Polícia Federal do município do Oiapoque não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que tal participação, na avaliação do respondente, modifica e melhora as suas condições de atuação. Esta unidade também não participou do ENAFRON nem do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. Neste mesmo ano, as unidades da Polícia Federal do Oiapoque participaram da Operação Ágata e de várias outras operações não nominadas e sem visibilidade midiática, consideradas igualmente importantes pelo entrevistado. Quanto às Operações Sentinela, foram designados dois policiais federais para participar em apoio à Força Nacional. A Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) não atua neste município.

Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com o Ministério Público Estadual, o Judiciário Estadual, a Justiça Federal, a Receita Federal, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional, as Forças Armadas, a Polícia Militar, a Polícia Civil e os

Bombeiros. Para o entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Civil e as Forças Armadas. Há também cooperação com as polícias de outros países, sendo as relações com tais instituições amigáveis e colaborativas, baseadas em troca de informações. A polícia Federal participa conjuntamente com policiais franceses do Centro de Cooperação Integrado, situado na unidade da Gendarmerie Nationale em Saint-Georges⁴.

Polícia Rodoviária Federal

Na unidade da Polícia Rodoviária Federal do Oiapoque, os sistemas de administração existentes e em uso são os de controle de viaturas, de controle e manutenção de equipamentos e de protocolo. Os sistemas de informação existentes e em uso são banco de dados e georreferenciamento, havendo integração do banco de dados ao sistema da Polícia Rodoviária Federal de Macapá, ao Infoseg e ao Serpro. O posto dispõe de internet, porém a conexão é muito lenta, praticamente inoperante. As viaturas não possuem GPS.

Esta unidade da Polícia Rodoviária Federal participou, no ano de 2012, das operações ENAFRON, Sentinela e OTENAR. Oito de seus policiais foram designados para participar das operações Sentinela. Os quatro maiores parceiros deste órgão nas operações realizadas no Oiapoque foram a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Na opinião do entrevistado deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Em Oiapoque há uma barreira fixa da Polícia Rodoviária Federal.

Força Nacional de Segurança Pública

No município do Oiapoque, a Força Nacional utiliza como base para as suas operações a delegacia da Polícia Federal e o quartel do Exército. Não tem alojamento próprio e usa um anexo da Polícia Federal. A principal origem institucional dos agentes da Força Nacional é a Polícia Militar. Atualmente há dois oficiais atuando, sendo um capitão e um tenente. As atividades da Força Nacional na fronteira são o combate ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o combate aos crimes ambientais, ao contrabando à mineração ilegal, oferecendo apoio ao seu principal parceiro a Polícia Federal, bem como a demais órgão de segurança, sobretudo o Exército que solicita apoio ao programa ICMBIO. No ano de 2012 a força nacional atuou na ENAFRON, assim como em todas as operações para as quais foi solicitada pela Polícia Federal desde 2011. Os quatro maiores parceiros da Força Nacional deste município são o Judiciário Estadual, o IBAMA, a Polícia Federal e as Forças Armadas.

⁴ A polícia francesa divide-se em Gendarmerie Nationale, que atua em toda a França e Police Nationale que atua nos grandes centros urbanos.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 7. Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Oiapoque em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público	Defensoria Pública	Conselho Tutelar			
Efetivo	Juízes	2	Promotores	2	Defensores	2	Conselheiros	5
	Funcionários	25						
Qualidade da estrutura física	Justiça		Ministério Público	Defensoria Pública	Conselho Tutelar			
	Externas	Novas, adequadas e em boas condições	Inadequadas	*	Adequadas			
	Internas	Novas, precisando de reformas						

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

Justiça

O município do Oiapoque possui uma comarca de entrância inicial com Varas Especializadas separadas, Criminal e Civil, além de um Juizado Especial Criminal. Esta sede judiciária dispõe de dois carros e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade. Há internet, porém o acesso é restrito e a velocidade é baixa. Estima-se que por volta de 50 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Não há sistemas de administração em uso nesta comarca, todavia, os dados são enviados para a capital Macapá. Há, contudo, sistema de informação computadorizado e produção e divulgação pública e regular de estatística, estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas há mais de uma década. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado discorda de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Ministério Público

As únicas dificuldades enfrentadas no Ministério Público do Oiapoque são, segundo o representante entrevistado, a falta de recursos materiais e de recursos humanos. Desde o ano de 2011, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias com relação à violência contra a mulher e para os relatórios internos da instituição. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas no Oiapoque são: a

Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Conselho Tutelar. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA, dada a grande quantidade de crimes ambientais na região. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi o combate à exploração sexual infanto-juvenil, em parceria com a Polícia Civil e o Conselho Tutelar.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município do Oiapoque encontra dificuldade no relacionamento com o poder executivo e carece de entidades para receber crianças e atender famílias. Falta, também, transporte adequado para conduzir as crianças vítimas de abandono às instituições de acolhimento existentes apenas em Macapá. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, em ordem de maior para menor frequência, são: violência doméstica, abandono da escola, abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 8. Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal em Oiapoque em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal	
Unidades	Inspetoria Classe C
Efetivo	Auditores 3
	Técnicos 3
	Terceirizados 4
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

A Receita Federal do Oiapoque dispõe de um carro oficial funcionando e frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. A principal necessidade da Receita Federal no Oiapoque é uma lancha que venha a possibilitar a fiscalização no leito do rio Oiapoque. Há internet, com velocidade de 300KB/segundo.

A Receita Federal do Oiapoque não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da operação intitulada Fronteira Blindada.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município do Oiapoque estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Operadores das instituições entrevistados concordam que o comércio local está fundamentalmente voltado para o abastecimento dos garimpos ilegais situados na Guiana. Da mesma maneira, a maioria concordou com as seguintes afirmativas:

- 1) “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
- 2) “o município do Oiapoque possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
- 3) “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no Oiapoque foram assinalados: mineração ilegal, imigração ilegal, tráfico de crianças e exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de mulheres, crimes ambientais, tráfico de drogas e armas, contrabando de ouro.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 9. Percepção da incidência de crimes no município de Oiapoque em 2012

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente

Fonte: Survey pesquisa ‘Segurança Pública nas fronteiras’

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio e, em terceiro lugar, a transeunte. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, em residência e a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os

pequenos golpes populares, fraudes em operações mobiliárias e fraudes financeiras ou comerciais. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ocorrem. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes no Oiapoque são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o tráfico de pessoas para fins sexuais e a exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade no Oiapoque, segundo a percepção dos entrevistados, são furto, roubo e uso de entorpecentes.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Quando indagados sobre a sensação de segurança ou insegurança em suas atividades cotidianas, os moradores da cidade que concederam entrevistas ou participaram dos grupos focais afirmaram que não sentem medo de transitar pela cidade, (inclusive à noite), nem presenciaram ocorrências de violência com frequência. As modalidades de crimes que parecem modelar a percepção dos moradores do município sobre este fenômeno são os furtos e roubos. Foram relatados furtos de objetos como celulares e também grandes assaltos envolvendo pessoas que portavam elevadas quantias de ouro ou dinheiro. Também foram mencionados homicídios ocorridos em anos anteriores, que teriam chocado a cidade, pessoas que foram assassinadas e seus matadores não chegaram a ser identificados pelas polícias locais. Também foi muito recorrente que nossos entrevistados mencionassem crimes sexuais. A exploração sexual de menores associada à prática da prostituição não foi apresentada em tom de gravidade. A percepção predominante é de que as adolescentes na região iniciam-se cedo nas práticas sexuais. Parte dos entrevistados foi de funcionários públicos que não moram na região há muito tempo e alertaram para o fato de ser recorrente entre os homens do Oiapoque e outras cidades amapaenses, inclusive integrantes das elites políticas, a preferência por adolescentes nas práticas sexuais. No entanto, o estupro apareceu nas falas de vários entrevistados como sendo um crime recorrente e grave.

No que se refere às drogas, a população se mostrou assustada com o uso de drogas, sobretudo, o crack, por uma parte dos jovens da cidade. Foram mencionados alguns pontos de venda de droga. Os entrevistados, no entanto, não acreditam que haja circulação em grandes quantidades de drogas na cidade. Um tema que ganhou relevo nas entrevistas e no grupo focal foi a corrupção política tida como disseminada na administração pública do Oiapoque e de outros municípios do estado do Amapá. Um dos entrevistados chamou a atenção para a cassação de quatro prefeitos do município nos últimos quatro anos. Também,

foi citado como recorrentes que vereadores e ocupantes de cargos comissionados na prefeitura sejam cassados por causa de desvio de verbas e por mau uso do dinheiro público.

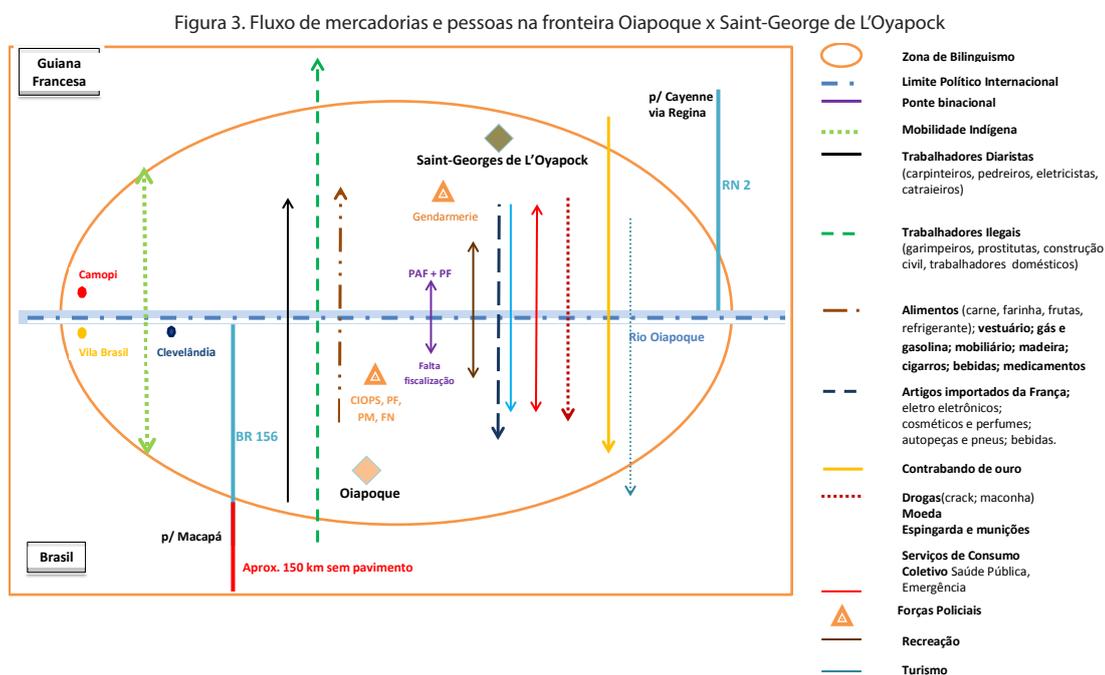
Os participantes do grupo focal reconhecem a presença de várias modalidades de Polícia na cidade e a elas se referem como bem equipadas. No entanto, a presença de tantas forças policiais diferentes confunde a população que não sabe a qual Polícia recorrer em situações que precisam de atendimento. Não há clareza sobre a divisão de trabalho e atribuições de cada uma das polícias atuantes no Município. Alguns se queixaram da Polícia Militar, apresentada como ineficiente e corrupta. Uma parte dos entrevistados acredita que essa polícia mantém acordos com quadrilhas de assaltantes e traficantes do lugar e os indícios deste vínculo ilegal seriam, segundo ela, a dificuldade que a PM encontra para localizar e prender pessoas que são conhecidas no lugar por assaltar ou vender droga. A Polícia Civil também foi criticada por também ter dificuldades em identificar e prender assaltantes e traficantes atuantes na cidade, mas, sobretudo, pela ineficiência nas investigações de alguns casos de homicídios ocorridos em 2012 que teriam causado comoção na cidade. A Polícia Rodoviária Federal, recém instalada, foi mencionada quanto a sua relevância para conter o contrabando das mais diversas mercadorias e o tráfico de drogas e armas pela via terrestre. Dentre todas as instituições de segurança mencionadas, o BOPE é o que obteve avaliação mais positiva⁵. Alguns entrevistados ressaltaram que o BOPE consegue localizar, prender, e não raro, matar assaltantes e traficantes que as polícias locais já tinham identificado, mas não havia se empenhado em prender.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura, que se segue, ilustra as principais dinâmicas existentes entre as cidades de Saint-Georges e de Oiapoque. Atualmente a circulação entre os dois países é realizada por catraia que leva de 10 a 15 minutos entre as duas cidades. Em Saint-Georges os oiapoquenses frequentemente vão fazer compras, em virtude das vantagens quanto ao preço e qualidade dos produtos, principalmente dos eletrodomésticos, além dos uísques, vinhos, perfumes etc. Já o comércio de Oiapoque abastece a cidade vizinha de alimentos, cigarros, móveis e medicamentos. Oiapoque é local de espera para a entrada clandestina na Guiana Francesa, para a atividade do garimpo de ouro ilegal ou para aqueles que buscam trabalho nas cidades de Caiena e Kourou. As principais mercadorias, em circulação do país vizinho para o Brasil são: ouro, moeda, bebidas, eletroeletrônicos, cosméticos e perfumes, munição e armas, mais particularmente a espingarda. As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram crack, espingarda e munição. Os tipos de drogas apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack, maconha, cocaína, sintéticos e

⁵ O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar – BOPE – atua em todo o estado do Amapá em missões específicas.

pasta base. Contudo, de maneira geral, foi reconhecido que o tráfico de drogas não é significativo no município.



As dinâmicas sociais e econômicas do município de Oiapoque estão fortemente vinculados à fronteira com um departamento ultramarino francês - em que a cidade guianense de Saint George é porta de entrada -, e às demandas das regiões onde se desenvolve a mineração ilegal do ouro. As primeiras levas migratórias de brasileiros para a Guiana Francesa datam ainda da década de 1960, estimuladas pelo governo francês para a construção da base espacial de Kourou. Rejeitado a partir dos anos 80, o movimento migratório permaneceu contínuo, motivado pela diferença de moeda, oferta de serviços públicos em geral e médicos em particular, direitos e, mais recentemente, por outras vantagens decorrentes do pertencimento à União Europeia.

Mas foi a partir das demandas relacionadas à mineração ilegal e como ponto logístico de passagem para a Guiana que a cidade de Oiapoque de fato cresceu, respondendo aos surtos da mineração e atendendo ao garimpo ilegal, funcionando como seu centro de abastecimento, de opção de lazer dos garimpeiros e de local de investimento em bens móveis e imóveis daqueles que conseguiram juntar ouro em grande quantidade. Em razão disto, o desenvolvimento urbano de Oiapoque, em contraste com a sua congênere francesa, deu-se desordenadamente, com construções e traçados de avenidas que não seguem padrões arquitetônicos ou urbanísticos. Ainda hoje, parte das ruas não é asfaltada, tampouco apresenta calçamento. As vias públicas são precariamente sinalizadas e vários trechos não dispõem de iluminação.

O saneamento básico é insatisfatório ou inexistente em algumas regiões da cidade e a energia elétrica nem sempre é eficiente, sendo recorrentes as quedas e apagões. Embora seja contemplada com várias modalidades de instituições de segurança pública e do Poder Judiciário, além de escolas públicas de primeiro e segundo grau, universidades e pós-graduações particulares, a cidade é deficiente em serviços e equipamentos urbanos, bem como de lazer e atividades culturais.

Segundo relatos de entrevistados, referindo-se a um passado recente da cidade, a população e os turistas convergiam durante a noite para uma praça localizada ao lado da prefeitura, contornada por barracas e “trailers” onde bebidas alcoólicas eram vendidas. Na praça havia sons e músicas dançantes, sendo muito recorrente a presença de adolescentes oferecendo serviços sexuais aos homens da cidade, garimpeiros e turistas guianenses. A recorrência da prostituição de maiores e da exploração sexual de menores na única praça da cidade gerou a insatisfação de moradores, de alguns políticos, bem como de autoridades locais e representantes religiosos, levando o prefeito da cidade a desativar a praça, sob alegação de pretender efetuar uma reforma. O lugar foi aterrado e passou a ser utilizado durante as tardes por jovens, sobretudo, do sexo masculino, para a prática do futebol. Hoje, além de alguns bares, a única atração visível de lazer noturno na cidade é um cabaré localizado nas proximidades da praça que foi desativada. Nos fins de semana, os moradores costumam adotar, como lazer, o banho em algumas cachoeiras localizadas próximas à sede do município. Não há opções na cidade para um turismo de qualidade, voltado para os guianenses; este acaba reduzido à compra de mantimentos e ao turismo sexual.

Uma característica marcante da população do Oiapoque, além de ser composta por vastos contingentes de imigrantes, é ser itinerante. Há um intenso movimento dos indígenas que, há décadas, mantêm contatos frequentes com os moradores das duas cidades gêmeas, vendendo os seus produtos agrícolas. Há um fluxo intenso e contínuo de pessoas indo ou vindo do país vizinho, seja em busca de se inserir na mineração legal ou ilegal, seja em busca de outras oportunidades de trabalho na Guiana Francesa. Também itinerantes na cidade são os funcionários públicos, visto que boa parte deles presta concursos estaduais ou federais para instituições públicas no Oiapoque, mas aguardam uma oportunidade para serem transferidos. Alguns entrevistados argumentaram que a condição temporária de uma parte dos moradores da cidade e a grande quantidade de pessoas que passam pelo município a caminho do país vizinho são, em parte, responsáveis pelo atraso na infraestrutura física e na precariedade de serviços básicos. Sem o intuito de permanecer no lugar não haveria o interesse em reivindicar, dos poderes constituídos, uma ação mais efetiva.

Ilícitos transfronteiriços

O principal ilícito transfronteiriço do município de Oiapoque é o garimpo ilegal do ouro. Outros ilícitos, tais como contrabando de ouro, tráfico de pessoas, contrabando de armas, contrabando de gêneros alimentícios, circulação de drogas e crimes, como os de roubo e de homicídios, estão, em boa medida, relacionados a esta atividade. Na atualidade, como a atividade de garimpo vem ocorrendo especialmente nas matas e nos rios guianenses e tendo em vista o aumento das forças de repressão e a desativação, na cidade, das atividades de lazer voltadas para esse público, boa parte dos problemas a ele associados encontram-se hoje situada no lado guianense e em localidades fora da sede do município, embora este seja partícipe importante da situação que os configuram.

O garimpo e outros ilícitos associados

O garimpo no Oiapoque teve início ainda em meados dos anos de 1980. Naquela época, o ouro era extraído, tanto do lado brasileiro quanto do lado francês, por meio de balsas instaladas no rio binacional. Nos anos 90, a reação tardia dos governos do Brasil e da França já era insuficiente para fazer frente ao fenômeno, impulsionado com a revelação de um estudo do governo francês confirmando a presença abundante do ouro na região. Com a propagação da notícia, as matas guianenses e o rio Sikini (que deságua no rio Oiapoque) não tardaram a serem invadidos por garimpeiros brasileiros. A maioria, originária de localidades pobres dos estados do Pará e do Maranhão e desejosa de tirar a “sorte grande” no garimpo (praticamente única forma de mobilidade social para essas populações). Em razão do controle (especialmente do lado francês e na década de 2000), outras localidades desenvolveram-se em apoio ao garimpo, como é o caso de Vila Brasil e Ilha Bela, ambas situadas aproximadamente a 100 quilômetros da sede do município e em frente à vila indígena de Camopi.

O garimpeiro é visto como um trabalhador capaz de atos hercúleos para alcançar o seu intento. Trabalha de sol a sol, adentra quilômetros de mata, enfrenta doenças e, muitas vezes, acaba ganhando uma ninharia. Do ouro apurado, só 30% fica com aqueles que fazem o trabalho pesado, (a ser repartido entre eles), uma parcela fica com o gerente e o restante, e maior parte, fica com o dono das máquinas e dos equipamentos – o patrão -, que às vezes nem aparece no garimpo. Além dos garimpeiros, há muitos outros personagens e atividades associadas aos garimpos. Homens que comercializam os mais variados produtos na corruptela, mulheres que para lá se deslocam no intuito de desenvolver atividades comerciais, serviços domésticos e prostituição, além de meninas menores de idade que são aliciadas para trabalhar nos cabarés oferecendo serviços sexuais aos garimpeiros; todos realizando as suas trocas em ouro.

Também há homens e coletivos de homens que ingressam nas cidades guianenses e no universo do garimpo no intuito de praticar assaltos. Seus alvos são os mais variados: garimpeiros que juntam grande quantidade de ouro, compradores de ouro, vendedores que trocam suas mercadorias com os garimpeiros por ouro, etc. Já os assaltantes brasileiros nas cidades da Guiana costumam roubar residências e estabelecimentos comerciais, atividade relativamente fácil, já que a população guianense ainda tem o hábito de sair de casa sem trancar portas ou travar portões de suas residências. Neste sentido as diferentes circunstâncias e personagens por meios dos quais circulam o ouro tornam-se alvo das quadrilhas que migram para os garimpos e corruptelas.

Em Oiapoque, garimpeiros e compradores de ouro e donos de joalherias são também alvos de assaltantes que tendem a se evadirem nas matas. O mesmo ocorrendo com comerciantes que enviam ouro contrabandeado de Oiapoque para Macapá ou que tenham joalheiras de São Paulo como destino final. O trajeto do ouro até Macapá costuma ser feito em transportes ilegais. Até recentemente, ocorria de veículos que transportavam a mercadoria serem interceptados por numerosas quadrilhas de assaltantes armados. Um maior controle exercido na estrada que liga à Macapá, especialmente pela Polícia Rodoviária Federal, tem buscado coibir o contrabando e impedir a ocorrência de roubos.

Quanto às redes de aliciamento de meninas menores, um dos entrevistados, corroborando o que se vem descobrindo a respeito deste tipo de tráfico, afirmou ser muito difícil identificar e desbaratá-las. E a razão desta dificuldade reside no fato de que as meninas não denunciam, porque depois que começam a ganhar, elas mesmas se tornam parte do esquema. Em geral, são meninas, com idade a partir dos 13 anos, muito pobres, trazidas por aliciadores do interior do Amapá, do interior do Pará e do Maranhão, conforme a demanda dos donos de cabaré e com base no sistema de dívidas contraídas com despesas de deslocamentos, alimentação e vestuários, muitas das quais realizadas na cidade. O mais comum é as meninas não serem obrigadas a permanecer na atividade e, após saldarem a dívida, passarem a administrá-la sozinhas.

Controle e repressão ao garimpo

A partir dos anos 2000, a criação do lado brasileiro de áreas de conservação, tal como o Parque de Tumucumaque e, na região do Oiapoque, uma ação mais articulada entre as instituições de segurança pública, de defesa e do meio ambiente (Instituto Chico Mendes e, com destaque, as ações do IBAMA), têm resultado em um maior controle das áreas brasileiras de garimpo. Ocasionalmente são identificadas algumas incidências de mineração ilegal no Parque do Tumucumaque, embora pouco produtiva. Do lado francês, dada a intensidade da atividade (hoje as autoridades francesas estimam em 10.000 o número de garimpeiros brasileiros ali instalados) e

a dificuldade de acesso aos sítios de exploração, a estratégia utilizada na repressão tem sido a queima e destruição do abastecimento e do transporte voltados para a realização desta atividade (barcos, combustíveis, alimentos, motores, maquinário, etc.), realizada no lado francês do rio Oiapoque.

Em 2008, segundo um dos entrevistados, mais de 150 locais de garimpo haviam sido identificados pelas autoridades francesas. Hoje, apesar do acordo assinado entre os presidentes Lula e Sarkozy para acabar com o garimpo na região e mesmo com forte repressão à atividade⁶, especialmente do lado francês, a cidade de Oiapoque permanece como o principal centro de abastecimento desta atividade clandestina. Nas entrevistas realizadas, não raro, os moradores da cidade afirmaram ser a cidade de Oiapoque uma “corruptela” de garimpo, em referência à aglomeração formada de um conjunto de comércios e serviços localizados nas proximidades aos garimpos visando atender a suas diferentes necessidades. De acordo com um dos relatos, há um fluxo de pelo menos 30 garimpeiros chegando todos os dias à cidade, seja para vender ouro, seja para fazer compras ou para se divertir em um dos prostíbulos da cidade, isso sem contar todo o comércio que gira em torno do abastecimento, movimentando a economia da cidade.

Para muitos, a força do ouro hoje já não é mais a mesma do passado. Este foi um discurso recorrente, formulado por diferentes entrevistados que se referiram à decadência da atividade. Para outros, o ouro continua sendo o carro-chefe que movimenta a cidade, porém de forma mais acobertada. A falta de alternativas para o desenvolvimento da região é apontada como uma das principais dificuldades para se proceder ao estrangulamento do abastecimento do garimpo em Oiapoque. Teme-se com isto, que a cidade pare, criando um problema social gigantesco do lado brasileiro.

Ainda assim, as forças de segurança pública, defesa e instituições ambientais vêm atuando, nessa direção, buscando realizar um maior controle nos postos avançados de abastecimento de Vila Brasil e de Ilha Bela. O acesso ao local não é fácil, dada a existência de trechos encachoeirados, mas um pequeno destacamento do exército encontra-se na área, desde 2008, atuando no controle. Depois de idas e vindas, sobre como controlar, a orientação mais recente tem sido de não apreender as mercadorias (por mais que se saiba que são destinadas ao garimpo), visto se tratar de mercadorias compradas legalmente.

O garimpo do ponto de vista da Polícia francesa

De todos os ilícitos que giram em torno do garimpo, os franceses se sentem especialmente atingidos pelo uso descontrolado do mercúrio, responsável pela contaminação dos rios e pela alteração na biodiversidade da floresta. A Gendarmerie

⁶ Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta Contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

francesa vê-se confrontada, também, aos crimes de homicídio e de roubos típicos do garimpo e incomum para os padrões de crimes na metrópole francesa⁷. Segundo o comando desta instituição em Saint-Georges, em 2012 foram registrados na Guiana Francesa 80 homicídios, para uma população de 250.000 habitantes, a maioria deles ocorridos na selva em disputas envolvendo garimpeiros brasileiros. E isso sem contar o encontro de ossadas. Os conflitos mais comuns, que resultam em morte, são disputas por mulheres e desentendimentos (geralmente na presença de álcool e eventualmente de crack), justiçamentos, dentre outros. É nesse contexto que o contrabando de arma ganha expressão. Legal na Guiana Francesa, a espingarda de calibre 12 mm, utilizada particularmente pelos indígenas para caçar, acaba sendo letal no garimpo.

Centro de Cooperação Policial

Encontra-se instalado na unidade da Gendarmerie, em Saint-Georges, um centro de cooperação policial que conta com um oficial de ligação brasileiro, da Polícia Federal, e um oficial de ligação francês, da Gendarmerie. O centro é inspirado na Interpol – organização policial internacional – e é hoje prática comum de cooperação entre os países europeus. A cooperação no centro consiste principalmente em trocas de informações em tempo real. Os policiais franceses, conforme por eles explicitado, são impossibilitados de realizar investigações no Brasil e confirmar informações, geralmente obtidas com a detenção de suspeitos, o mesmo sendo válido para a polícia brasileira em território francês. Por meio dos oficiais, as informações em bancos de dados ou inteligência do outro país são acessadas legalmente. Os oficiais que atuam no centro não realizam investigações, mas trocam informações que permitem progredir mais rápido nessas investigações. Em futuro próximo prevê-se a participação da Aduana, como ocorre nesses centros na França. Pedido para que a Receita Federal esteja presente foi feito na última reunião da comissão mista de fronteira que se reúne anualmente⁸. A iniciativa é vista positivamente do lado brasileiro, porém há o entendimento de que prevalecem os interesses franceses na cooperação e que este centro só existe porque o interesse deles é maior do que o nosso. De fato, são inúmeras as ocasiões em que a polícia francesa procura uma maior aproximação e a realização de operações conjuntas, não apenas com a Polícia Federal, mas com todas as forças nacionais ali presentes.

Respostas à violação das leis francesas

Como afirmou um entrevistado: “Brasileiro vai para a Guiana praticar crimes, porque tudo lá é crime, garimpo é crime, prostituição é crime, trabalho ilegal é crime”.

⁷ Em Saint-Georges, a unidade da Gendarmerie conta com 5 sargentos, 2 soldados cabos e o apoio de três sargentos da polícia de choque. Na repressão ao garimpo ilegal, além da PAF que é especializada na luta contra a imigração clandestina, conta ainda com o apoio da polícia de choque de Caiena e da Legião estrangeira.

⁸ A Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil/França (CMT) é uma instância de cooperação diplomática que visa facilitar as relações entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá.

A lei francesa reforçou a expulsão, desde 2005, com o código que regula a entrada e permanência de estrangeiros no país (CESEDA)⁹. A partir de 2007, o código passou a ser aplicado com mais vigor ainda na Guiana Francesa e, segundo a quantidade de entradas ilegais, determinando a recondução, prisão, julgamento (de acordo com alguns relatos, sem intérprete) e deportação. Esse endurecimento em relação ao garimpo e ao seu abastecimento, e também em relação à imigração ilegal, vai de par com o aumento das forças de repressão francesa na região, tanto aquelas referentes à *Police aux Frontières* (PAF) quanto à *Gendarmerie*. A PAF, por exemplo, que chegou a Saint-Georges com a abertura da estrada RN2, vinda de Régina, teve o seu contingente ampliado desde então. Hoje a Guiana é o local de maior relação polícia população da França.

Também na visão do comando da PAF, o garimpeiro é um explorado. Sujeito a trabalho quase escravo e a contrair malária, ele constituiria o elo fraco da rede (a base da pirâmide desse negócio ilícito). E, por isso, ele não deve ser o principal alvo da repressão. Maior severidade deve ser dirigida àqueles que alimentam o negócio, vendendo gêneros necessários a preços exorbitantes e àqueles que são donos dos garimpos (as cabeças) que, segundo o entrevistado, são comerciantes que moram em Oiapoque e em Calçoene. Mas, argumenta ainda o comando, mesmo tendo informações e fotos dessas pessoas, como elas nunca colocam o pé na França, não é possível pegá-las.

Os discursos do lado brasileiro, em boa medida, dão conta de que muitos daqueles envolvidos na atividade de abastecimento são também trabalhadores que buscam formas de sobrevivência e que não poucas vezes se revoltam com os víveres e equipamentos destruídos. Não raro os conflitos entre a polícia francesa e aqueles pequenos varejistas, que abastecem em loco o garimpo, terminam em tragédia. Em junho de 2013, por exemplo, as polícias Civil e Federal de Oiapoque confirmaram que um catraieiro, de nacionalidade brasileira, foi morto por um policial francês. Segundo a Polícia Civil, o catraieiro fazia transporte de produtos clandestinos e de índios da comunidade Camopi para o garimpo de Sikini, localizado na Guiana Francesa¹⁰.

A alternativa de legalização de garimpos (já existem vários na Guiana) ou de criação de cooperativas, como forma de controlar o uso do mercúrio e tirar da clandestinidade muitos brasileiros, não parece estar no horizonte do governo francês que tem por prioridade não a extração do ouro, mas a proteção da biodiversidade das suas florestas. O quanto eles conseguirão ser bem sucedidos no controle e repressão a esta atividade, em uma área tão extensa e com densa cobertura de florestas que é esta região, é uma questão em aberto. Do lado brasileiro a grande demanda é por alternativas de desenvolvimento para a região, por estímulo de atividades econômicas que possam

⁹ Trata-se do código francês relativo aos estrangeiros que foi criado em 2004.

¹⁰ Cf. notícia disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/06/catraieiro-morre-em-territorio-frances-corpo-sera-levado-ao-ap.html>. Acesso em: 23/10/2013.

substituir o garimpo e também agora, com a abertura da ponte binacional, que possam substituir a atividade dos catraieiros que será drasticamente reduzida, tirando-os assim do risco de se voltarem para a atividade do garimpo ilegal¹¹.

Em geral, observa-se, em Oiapoque, correspondência entre os registros de crimes e a percepção dos agentes institucionais e da sociedade civil sobre a criminalidade local. Isto à exceção da venda de drogas (ou tráfico de drogas) que é muito mais dramatizada nas falas (particularmente daquelas captadas com a enquete quantitativa) do que real. Com tintas fortes também são descritos os roubos e homicídios relacionados à atividade de mineração ilegal ali instalada que adquiriu feição própria por se dar em um país fronteiriço peculiar: um departamento francês ultramarino. Foi observado que a ilegalidade da atividade do garimpo faz com que a ela se associe uma série de outras ilegalidades: contrabando do ouro, agressão ao meio ambiente, tráfico de pessoas, prostituição, circulação de drogas e armas. Além dos ilícitos, outros problemas estão a ela relacionados, dentre eles, ausência de direitos trabalhistas e persistência de sistema de barracão (com dependência por dívida) que prevalece nessa e nas atividades comerciais que a acompanham; precariedade de serviços de saúde e de educação, bem como a falta de mobilização para se obter esses benefícios, já que a intensa mobilidade relacionada a esta atividade dificulta um maior associativismo, inclusive para fazer frente à corrupção na política local. Mas nessa mesma fala e em muitas outras, a ênfase é dada ao enorme problema, de natureza social, existente na região, que faz com que essa atividade ilícita seja essencial para a economia local.

FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

Polícia Militar



Polícia Federal

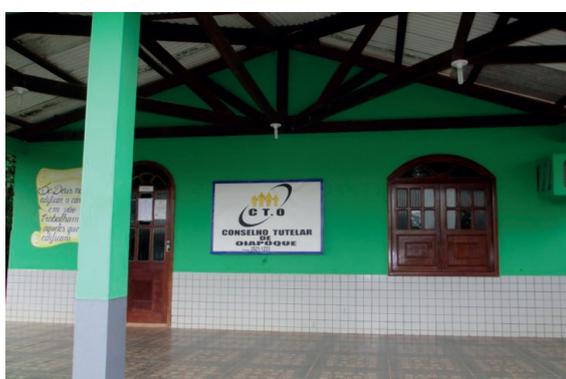


¹¹ Os Catraieiros têm protagonizado algumas situações de conflitos violentos, envolvendo inclusive as instituições de Segurança Pública do Oiapoque. No ano de 2011, esse movimento social organizou uma greve de 48 horas, paralisando suas atividades e atendendo apenas casos de emergência. A iniciativa teria contado com amplo apoio da população local, mas acabou havendo um acirrado conflito com a Polícia Federal.

Força Nacional de Segurança Pública Fórum



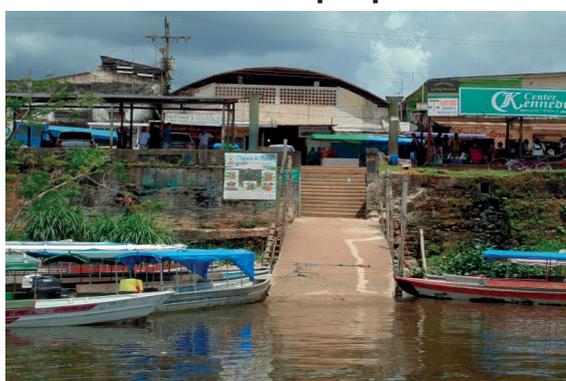
Conselho Tutelar



Corpo de Bombeiros



Acesso fluvial a Oiapoque



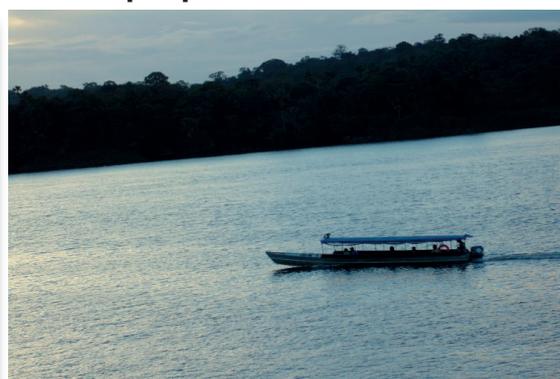
Divisa entre Oiapoque e Clevelândia



Ponte Binacional



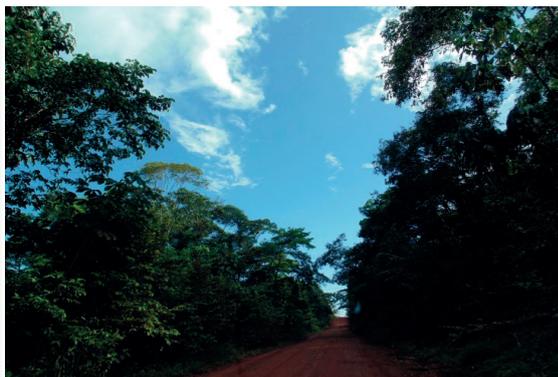
Rio Oiapoque



Vista aérea de Oiapoque



Trecho não pavimentado da BR-156



Fonte: Pesquisa Segurança Pública nas Fronteiras. UFRJ/MJ, 2015.

LARANJAL DO JARI

O município de Laranjal do Jari foi criado pela Lei no 7.639, em 06 de dezembro de 1987, está localizado ao Sul do estado (Mesorregião Sul), a 320 km da Cidade de Macapá. Limita-se com os municípios amapaenses de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Vitória do Jari, e com o Estado do Pará, (ficando bem em frente à cidade de Laranjal do Jari a cidade de Monte Dourado, que pertence ao Município de Almeirim), e ainda com Suriname e com a Guiana Francesa.

Figura 4. Cartograma do município de Laranjal do Jari e de suas fronteiras



Fonte: Cartograma IBGE

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei no 7.639, em 06 de dezembro de 1987.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 30.971,898 km²

Fronteiras: Guiana Francesa, Suriname, Pará, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque

Acesso aéreo: Não

Acesso portuário: Sim

Acesso viário: Sim

População (2010): 39.942 habitantes

Densidade demográfica: 1,29 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,55

PIB (2010): R\$ 355.747.000,00

PIB per capita (2010): R\$ 8.937,25

IDH-M (2010): 0,665

Gentílico: laranjalense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico¹²

A denominação de Laranjal deve-se a um pequeno laranjal que existia às proximidades, quando da instalação do povoado, por ocasião da implantação do Projeto Jari Celulose. O Projeto Jari foi o maior latifúndio já pretendido no planeta. O norte-americano Daniel Ludwig comprou mais de um milhão e meio de hectares de terras onde cultivou arroz, criou gado bubalino e instalou a sua fábrica de celulose. Esta fábrica, juntamente com uma usina termoelétrica, foi transportada em plataformas flutuantes que navegaram durante três meses do Japão ao Brasil, aportando no Rio Jari em 1978. O município fica localizado à margem esquerda do rio Jari, em frente à cidade de Monte Dourado - PA, separado pelo rio por apenas 243 metros. Monte Dourado foi concebido para receber os trabalhadores da fábrica de celulose. Projetada com traçados de vias largas, nela foi instalada uma série equipamentos urbanos, tais como escola, hospital, supermercado, etc. Em flagrante contraste, o lado amapaense do rio Jari sofreu ocupação espontânea composta pelos não contemplados no projeto, pelos que perderam o emprego ou que lá se instalaram em busca de trabalho temporário. Essa ocupação que foi tomando a forma de uma enorme favela em palafitas foi denominada, ainda na década de 1970, de Beiradão, por ser zona de prostituição e local de outras tantas atividades ilícitas. Em 1987, em decorrência de seu rápido crescimento, a ocupação foi transformada no município de Laranjal do Jari. Hoje é o terceiro município mais populoso do estado (considerado também a primeira e maior favela do Amapá) e sua infraestrutura

¹² Fonte: SOUZA, Manoel Dorandins Costa de. A Evolução Política, Demográfica e Sócio-Econômica do Amapá. Coordenação do Curso de História. Universidade Federal do Amapá. Macapá/AP, 1995. 101 p. (trabalho de conclusão de curso). Autor do Histórico: Joel Lima da Silva.

está muito avançada para o que era, com ruas e avenidas asfaltadas, moradias com água tratada, luz elétrica e a estrada, - BR-156 - que interliga a sede à capital Macapá. O rio Jari que é divisor entre os estados do Amapá e Pará é navegável e é muito utilizado, não apenas para escoamento de produção, quanto para o transporte de passageiros. Um dos deslocamentos cotidianos das pessoas que cruzam o rio para irem trabalhar se faz em barco da sede de Laranjal do Jari/AP para Monte Dourado/PA.

No setor primário, destaca-se a criação do gado bovino e bubalino, em maior proporção, além da cultura do arroz, do abacaxi, da banana, do cupuaçu, do feijão, de laranja, do milho, da melancia, da mandioca (produz farinha na região de Água Branca), etc. No setor secundário prevalece a extração e fabricação de palmitos de açaí (Flórida) e, com destaque, a extração da castanha-do-brasil, que hoje é exportada para a Europa (França), para a fabricação de óleo comestível e cosmético. Essas reservas extrativista Sabrem novas perspectivas para as comunidades tradicionais da floresta e ribeirinhas do município que também praticam a pesca e a caça. Prevelem ainda, neste setor, fábricas de tijolos (boa parte exportados para o Pará) e movelarias consideradas, hoje, de boa qualidade. No setor terciário se sobressai o comércio, que, mesmo de pequeno porte, foi fator importantíssimo para o desenvolvimento da região, além de várias boates e alguns hotéis.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimativa 2012): 41.668 habitantes

Homicídios (2012): 19

Instituições de segurança: Polícia Civil; Polícia Militar; Guarda Municipal; Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar; Corpo de Bombeiros.

Razão: População/Efetivo da polícia militar = 1 para 443 habitantes

População/Efetivo da polícia civil = 1 para 1984 habitantes

A razão população/efetivo da polícia militar é muito mais baixa do que aquela registrada no estado do Amapá de 190 habitantes para cada policial, segundo a pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (MJ/SENASP, 2013).

Instituições de Segurança Pública

Tabela 10. Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar de Laranjal do Jari em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 41.668 habitantes; Homicídios (2012) = 19				
Unidades	Polícia Civil 3 delegacias		Polícia Militar 1 batalhão 1 posto fixo 1 quartel	
Efetivo	Delegados	4	Oficiais	6
	Agentes	17		
	Peritos	5		
	Legistas	3	Praças	88
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antiga, mas em boas condições		Polícia Militar Antigas, mas em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antigas, mas adequadas e em boas condições		Polícia Militar Antigas, mas adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	8		9	
Impressora	8		5	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		1	
Scanner	4		5	
Internet	Com acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		1	
Equipamento de visão noturna	1		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	2		-	
Máquina Fotográfica	5		1	
Filmadora	2		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	5	-	8	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	2	-
Moto	2	-	5	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Atende às necessidades muito frequentemente		Polícia Militar Atende às necessidades muito frequentemente	

Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	5
Rádio em viaturas (analógico)	-	-
Rádio portátil (HT)	-	16
GPS em viaturas	*	1
Equipamentos de interceptação telefônica	1	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	1	-
Notebooks	3	2
Arquivos em ficha de papel	-	5
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	2	26
Colete antibalísticos	-	68
Escudos	-	16
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
	*	25
Tonfa, cassetete ou similar	-	2
Carabina	1	2
Espingarda	1	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	2
Fuzil	2	53
Revólver	8	47
Pistola	*	-
Arma de condutividade elétrica	*	1
Bomba de efeito moral	-	*
Instrumento de menor potencial ofensivo		
Outros	Bastões policiais	3
		-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Insuficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade de presos	8	*
Média de presos/mês	40	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	257	*

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

Tabela 11. Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros em Laranjal do Jari em 2012

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Cia		
Efetivo	Oficiais		6
	Praças		61
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	2	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	1	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades frequentemente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	3º	
	Incêndios florestais	2º	
	Explosões	7º	
	Acidentes de trânsito	4º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	6º	
	Outros (atendimento clínico)	1º	

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Tabela 12. Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal em Laranjal do Jari em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	185	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura até cinco pessoas	-	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	3	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
		Outros	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende às necessidades muito frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	40	
	Coletes antibalísticos	-	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	-	

Guarda atua armada	Não		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	45	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	-	
	Bomba de efeito moral	-	
	Outros	Spray de pimenta	45
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º	
	Segurança em eventos e comemorações	2º	
	Ronda escolar	3º	
	Auxílio à Polícia Militar	-	
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-	
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	4º	
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-	
	Ações educativas junto à população	-	
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	6º	
	Atividades de defesa civil	-	
	Posto de guarda	-	
	Proteção ambiental	5º	
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-	
Atividades assistenciais diversas	7º		
Outra	-		

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

Polícia Civil

Há no município de Laranjal do Jari três delegacias: a Delegacia Geral, a Delegacia da Mulher e funcionado dentro desta, a Delegacia da Infância e da Juventude.

O maior parceiro da Polícia Civil nas operações realizadas neste município é a Polícia Militar. Mas também há parceria com a Polícia Técnica (POLITEC). Segundo o policial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com essas duas instituições bem como com Ministério Público, Judiciário, Receita Federal, IBAMA, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Bombeiros.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza sistemas de administração¹³. Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências e inclusão no Infoseg, mas não está integrado a outro sistema de informação. Há produção de estatísticas criminais, mas não soube precisar o ano em que essa produção foi iniciada.

¹³ Por "sistemas de administração" entende-se a gestão de dados com uso de computadores.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas concorda que a participação traria modificações e melhoramentos às condições de sua atuação. Também não participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operações na fronteira. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON). O entrevistado não soube informar se a instituição tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Não há internet instalada na unidade da Polícia Militar do município, porém, atualmente os policiais usam modem 3G próprio (128KB), que pagam com recursos próprios. Há previsão de chegada, em breve, da internet no quartel. Segundo o oficial entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas, violência doméstica e poluição sonora, ocorrência registrada no município como “perturbação do sossego público”.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Ministério Público, o Judiciário, a Prefeitura, uma vez que os guardas municipais auxiliam a coibir os casos de poluição sonora, e a Secretaria de Meio Ambiente que também atua nestas ocorrências. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A unidade apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, que é formado somente por agentes da própria Polícia Militar, usando lancha concedida pela SENASP. Não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública nem teve participação nas Operações Sentinela, mas participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012. Em Laranjal do Jari, embora a Polícia Militar não possua contato com policiais de países vizinhos, há uma relação colaborativa com municípios vizinhos, baseada em troca de informações.

Nesta instituição, está em uso uma série de sistemas de administração, e computadores são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, há aproximadamente seis anos, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais com divulgação pública e regular por meio de um blog da PM de Laranjal do Jari, onde também são discutidas ocorrências que os policiais militares consideram importantes ou de interesse público. Esses dados não são incluídos no Infoseg, tendo em vista que não há internet fixa na Polícia Militar deste município. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel assim como se utiliza fichas em papel e fichários de ocorrências. Os

bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário.

Tabela 13. Principais ocorrências registradas no 11o Batalhão da Polícia Militar em Laranjal do Jari em 2012

Ocorrências	Quantidade
Ameaça	65
Homicídio	12
Lesões corporais	65
Vias de fato/agressão	110
Violência Doméstica	142
Violação de domicílio	20
Furtos	28
Roubo	30
Entorpecentes (posse, porte, uso)	4
Entorpecente (tráfico)	19
Estupro	0
Ato infracional	32
Desordem/Perturbação do trabalho/sossego alheio	74

Fonte: 11oBPM Laranjal do Jari

Corpo de Bombeiros

Na unidade do Corpo de Bombeiros, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso nessa unidade não é considerada suficiente. As principais necessidades são: cilindro de respiração autônoma, capacetes e capas. Já a quantidade de equipamento de salvamento e resgate é considerada suficiente. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades são: máscaras, luvas e roupas adequadas. A quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal existente nessa unidade também não é suficiente e as principais necessidades são: bomba costal, luvas, abafadores, máscaras de respiração autônoma com refil. A quantidade de armamento em uso também foi considerada insuficiente.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, há apenas um celular corporativo, sendo necessário outro celular e rádios comunicadores de longo alcance, pois os existentes não são de longo alcance. Esta unidade não possui computadores ligados à internet. Esta unidade não faz registros de ocorrência no Infoseg, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: atendimentos pré-hospitais, incêndios florestais e acidentes de trânsito.

O Corpo de Bombeiros não participa de coletivos de gestão de segurança pública e para o entrevistado essa participação modificaria e melhoraria as condições de atuação do corpo de bombeiros no município. Também não participa ou apoia algum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012 e não tem participado das Operações Sentinela. O principal parceiro do Corpo de Bombeiros neste município é a Polícia Militar. Foi apontado como desejável o incremento de parcerias com outros órgãos.

Cabe ressaltar que a falta e sucateamentos de equipamentos na sede do corpo de bombeiros de Laranjal do Jari são particularmente graves, pois esta cidade tem sofrido nas últimas décadas enchentes e incêndios de grandes proporções, que têm resultado na destruição de centenas de casas no chamado Beiradão.

Guarda Municipal

No município de Laranjal do Jari não há Secretaria Municipal de Segurança Pública. No entanto, desde antes de 2000 o comando da Guarda Municipal foi estabelecido por decreto. O município não conta também com um Gabinete de Gestão Integrada Municipal. Também inexistem um Plano Municipal de Prevenção à Violência.

Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal. Diretamente subordinada ao prefeito, a Guarda Municipal atua desde 2001. O atual comandante desta instituição é guarda municipal com formação pela Polícia Militar do Amapá. As instalações onde se encontra a GM foram cedidas pela secretaria de obras do município. A Guarda Municipal não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. No que se refere à formação dos Guardas Municipais, a instituição que ministra o curso é a Polícia Militar, sendo os três temas mais enfatizados durante o curso mais recente: papel e atribuições da Guarda Municipal; Direitos Humanos; Direito Penal e Administrativo. Durante este mesmo curso as técnicas de formação mais enfatizada foram: técnicas de abordagem e técnicas de defesa pessoal e imobilização.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, falta de apoio dos outros órgãos de segurança pública e falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município.

As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: desordem e briga de adolescentes nas escolas; furtos; roubos; questões ambientais e de trânsito.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 14. Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Laranjal do Jari em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
Unidades	Justiça Entrância inicial com Varas Especializadas separadas		Ministério Público Criminal e Especializada da Infância e Juventude		Defensoria Pública	Conselho Tutelar 1 Conselho Tutelar		
Efetivo	Juízes	4	Promotores	3	Defensores	4	Conselheiros	5
	Funcionários	35						
Qualidade da estrutura física	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública	Conselho Tutelar		
	Externas	Novas e em boas condições	Adequadas		*	Adequadas		
	Internas	Novas, adequadas e em boas condições						

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

Justiça

O município de Laranjal do Jari é uma comarca de entrância inicial com varas especializadas separadas, duas Criminais e uma da Infância e Juventude, além de um Juizado Especial Criminal. Esta sede judiciária dispõe de três carros e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente atende as necessidades desta unidade. Há internet, porém a velocidade é baixa.

Estima-se que por volta de 159 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. No Fórum desta comarca há os sistemas de administração, sistema de controle e manutenção de equipamento e sistema de protocolo. Há também sistema de informação computadorizado, onde os dados são enviados para Macapá e ficam disponíveis no sistema TUCUJUS, onde o judiciário do Estado do Amapá torna públicas suas estatísticas e casos. O banco de dados está integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2006. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, bem como Promotoria Especializada em Infância e Juventude. Não há Defensoria Pública e equipe profissional

exclusiva especializada em infância e juventude. Em 2012, cerca de 80 adolescentes passaram por esse juizado, sendo que aproximadamente 10 deles cumpriram medida em internação ou semiliberdade e 70 receberam medida em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é a Prefeitura.

Ministério Público

Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Laranjal do Jari são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e os Bombeiros. Para o promotor entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços foram: REAJA - Rede de Enfrentamento à Violência Social contra Criança e Adolescente do Vale do Jari -, palestras (ações preventivas), ações penais e recomendações (atos administrativos).

As maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de Laranjal do Jari são, segundo o entrevistado, a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública, a comunicação deficiente com outros órgãos, assim como a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho. Desde o ano de 2012, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

Conselho Tutelar

Há no município do Laranjal do Jari um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Dentre os direitos violados registrados, os três tipos que comparecem com maior frequência são: maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional. O Conselho Tutelar do município de Laranjal do Jari encontra dificuldades no relacionamento com a Polícia Militar, assim como o excesso de demanda do próprio Conselho Tutelar dificulta o atendimento adequado.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para a maioria dos representantes locais de instituições em foco, o fato de o município de Laranjal do Jari estar situado próximo à fronteira não interfere no seu desenvolvimento econômico. Todos concordam que o fato da fronteira com a Guiana corresponder a uma parte de Laranjal do Jari que é inabitada, devido à existência do

Parque Nacional de Tumucumaque, contribui para o isolamento espacial da sede do município em relação aos países vizinhos. Em razão disto, as pessoas e mercadorias advindas do Suriname e da Guiana Francesa ou que saem do Brasil com destino a esses países não circulam diretamente do município, mas passam, anteriormente, seja pelo município de Oiapoque, seja pelo Estado do Pará. Por outro lado, o rio Jari foi considerado uma movimentada ponte entre os estados brasileiros do Amapá e do Pará, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região e, segundo representantes da polícia civil, é local de transporte de drogas ilícitas. A maioria dos entrevistados discordou da afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Também não houve consenso entre os operadores quanto à afirmativa de que o município de Laranjal do Jari possui características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira. O mesmo ocorrendo em relação à afirmativa de que posse de arma ser ali mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Laranjal do Jari foram assinalados como sendo os principais: contrabando, mineração ilegal, exploração sexual infanto-juvenil, crimes ambientais e tráfico de drogas.

Com base na observação da realidade local, referente ao ano de 2012, os representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça afirmaram ser muito frequentes ou, no mínimo, frequentes a incidência de venda de drogas no município. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados foram maconha, crack, cocaína e pasta base. Os entrevistados da Polícia Civil e da Polícia Militar afirmaram não existir barreiras fixas ou móveis no município. Segundo eles, as transformações recentes nas políticas de fronteira não afetaram ou acarretaram mudanças nas rotas de entradas de mercadorias ilícitas no município.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são furtos e venda de drogas.

Tabela 15. Percepção da incidência de crimes no município de Laranjal do Jari em 2012

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Há uma percepção geral de que os tipos mais frequentes de furtos serem a transeunte, em residência, comércio e de motocicletas. O mesmo ocorrendo em relação aos roubos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e cheques sem fundo. O crime de extorsão foi mencionado apenas por operadores da justiça. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também lesão dolosa decorrente de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, roubo, as situações domésticas e conflitos em acerto de contas entre criminosos. Dentre os crimes sexuais, os mais frequentes em Laranjal do Jari são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, exploração sexual infanto-juvenil, atos libidinosos e estupros ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Laranjal do Jari foram furto e porte de arma.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais e sociedade civil

A prostituição e exploração sexual. O peso da prostituição na cidade é um consenso na fala dos entrevistados. Envolvendo muitas vezes menores de idade, a prostituição segue sendo forte na cidade. Ela costuma ocorrer tanto nas ruas, quanto em bares que, de forma precária, oferecem o serviço. Ela está associada ao tráfico e ao consumo de drogas, seja porque muitas vezes as prostitutas são consumidoras e a prostituição é uma forma de gerar recursos, seja porque a prostituição vem associada ao tráfico para os clientes. Além de servir ao usufruto dos habitantes locais, soma-se a demanda de moradores de cidades vizinhas que vêm até Laranjal no intuito de se servirem da prostituição. Além das regiões da cidade onde é comum a concentração de prostitutas e dos bares que oferecem o serviço, há redes de aliciamento, agenciando para os forasteiros as meninas potencialmente disponíveis. Apesar disto, não se fala de tráfico de pessoas, e, segundo depoimentos, apenas algumas poucas mulheres se transferem (muitas vezes sem serem forçadas) para os países fronteiriços (Guiana Francesa e Suriname) para se prostituírem nas regiões de garimpo lá existentes ou então para trabalharem no garimpo.

Abuso de menores. Outra prática comum é o abuso de menores. Segundo os entrevistados, a prática teria um lastro cultural. Estes são unânimes em destacar a iniciação sexual precoce das adolescentes; meninas a partir dos onze anos se iniciam sexualmente e rapidamente engravidam. É comum que o parceiro seja alguém mais velho – fala-se de pessoas com quarenta, cinquenta e até sessenta anos. Tanto a prostituição quanto o abuso de menores trazem consigo uma ambiguidade e uma dificuldade do ponto de vista de sua criminalização: “Eu trabalho num crime em que não tem vítimas”,

diz o responsável pela Delegacia da Mulher. Ocorre que, não obstante a indignação dos entrevistados, as relações entre meninas menores de idade e homens mais velhos são consensuais – as meninas não se reconhecem na figura da vítima de abuso. Quando reconhecem que há a relação, negam que haja algum tipo de remuneração – também não se reconhecem na figura da prostituta. Alguns citam casos em que os pais estariam envolvidos na entrega das filhas para a prostituição. Pais em situação precária cedem a filha mais velha para trabalhar na casa de um homem mais velho e a relação de trabalho evolui para uma relação sexual com a anuência oficiosa dos pais. Nesta linha, é constante a fala de que a prostituição seria algo “cultural” da cidade.

Violência doméstica e consumo de álcool. O alto índice de violência doméstica é outro consenso entre os entrevistados. Diretamente relacionada ao consumo de álcool, são frequentes as situações em que o marido agride fisicamente a mulher. As festas locais são apontadas como o palco típico para o estopim das desavenças: os ciúmes e a agressividade dos homens atizados pelo consumo de álcool cobram seu preço quando as mulheres, enlevadas no clima festivo, tomam liberdades que os primeiros encaram como afrontas ao seu orgulho. Neste contexto, uma figura constante é a Lei Maria da Penha: muitos casos têm sido nela enquadrados. Contudo, novamente se coloca a questão do descompasso entre a percepção jurídica da questão e o modo como ela opera localmente: é comum, dizem alguns, que as mulheres não denunciem os abusos que sofrem. Outra razão recorrente para conflitos entre marido e mulher são as traições conjugais protagonizados por esposas e namoradas. Quando ocorre do homem traído tomar conhecimento da vida extraconjugal de sua esposa, não raro, a violência doméstica ocorre e se traduz em casos de agressões e até tentativa de assassinato contra a mulher adúltera. Em alguns casos, o amante da esposa também passa ser alvo do esposo traído que tenta agredi-lo ou mesmo matá-lo.

Conflitos interpessoais. Neste mesmo quadro são frequentes os conflitos interpessoais. É comum que, nos finais das festas ocorram brigas e, estas, levem a morte de um dos oponentes. Usualmente tais crimes são cometidos com armas brancas. Tais crimes costumam ocorrer particularmente na região do Beiradão e nos conjuntos habitacionais construídos recentemente. “Fofocas” entre vizinhos, “boatos” e o vai e vem de informações sobre a vida íntima das pessoas, não raro desencadeiam desentendimento, inimizades e agressões. Para alguns entrevistados, um dos elementos que ameniza a violência nos conflitos entre vizinhos residindo tão próximos, são os laços de parentesco que são desenvolvidos entre os filhos e netos dos primeiros moradores. Em muitos casos, portanto, os vínculos de amizade e vizinhança acabaram por se transformar em relações de parentesco e consolidar obrigações entre famílias daquela região de Laranjal.

Furtos e roubos. Segundo os entrevistados, há um alto índice de furtos e roubos na cidade. Tais crimes são praticados, sobretudo, contra transeuntes e os objetos roubados são dinheiro, celulares e bicicletas. Os crimes estariam relacionados com a parca iluminação da cidade e ao consumo de drogas: os furtos seriam uma forma de os usuários conseguirem dinheiro para alimentarem seu consumo. É frequente também o furto a estabelecimentos comerciais envolvendo arrombamento. Muito se reclama nas entrevistas da falta de iluminação na cidade e da precariedade das vias públicas. A ausência de iluminação é apontada como um facilitador para a prática de roubos a transeuntes à noite.

O consumo de drogas e o álcool. O consumo de drogas e álcool é outro elemento constante na fala dos entrevistados. Tomando, entretanto, como parâmetro as grandes cidades brasileiras, os entrevistados dizem que os níveis de consumo drogas não se configuram como alarmantes. O crack é uma das drogas consumidas na cidade e alguns usuários têm sido mandados a centros de tratamento localizados em outras cidades, uma vez que Laranjal não dispõe deste tipo de serviço. Como dito anteriormente, há uma ligação entre consumo de drogas e prostituição. O consumo de álcool foi apontado por alguns entrevistados como alarmante, estando ele diretamente relacionado à violência doméstica e à violência interpessoal.

Armas brancas. Os crimes de homicídios, lesões corporais e roubos – são praticados com o auxílio de armas brancas; há poucas armas de fogo em circulação na cidade. Além disso, os homens seriam frequentemente autuados pelo porte de armas brancas, as quais utilizam quando transitam à noite pela cidade sob a justificativa de se prevenirem contra os roubos praticados nas vias públicas mal iluminadas. Dentre as armas brancas utilizadas, destaca-se o terçado: uma variante do sabre com lâmina reta ou ligeiramente curva, de ponta aguçada, usada tanto para cortar como para perfurar, com um comprimento que varia de 75 cm a 1 metro e o peso de 950 gramas a 1,35 kg.

Os grupos de traficantes. Há em Laranjal do Jari três grupos de traficantes que rivalizam uns com os outros. Eles estão distribuídos pelas diferentes regiões da cidade. Exceto quando acaba seu estoque de mercadorias e, então, precisam realizar empréstimos, os diferentes grupos de traficantes não se comunicam entre si, há certa rivalidade entre eles. Mas nem a população, nem a Polícia consideram essa atividade criminal organizada ou de grande porte. Uma parte dos moradores entrevistados ressaltou a corrupção policial, que permite que esses grupos continuem atuantes, pois a sua permanência é de conhecimento de todos.

Dinâmicas econômicas e sociais do município e situação de fronteira

Há uma relação umbilical entre Laranjal do Jari e Monte Dourado, cidade vizinha, que pertence ao Pará. Tal relação foi responsável pelo florescimento de

uma das principais práticas ilegais da cidade: a prostituição e a exploração sexual infanto-juvenil. Segundo os entrevistados, antigamente era vetada a existência de bares e boates em Monte Dourado, assim como a entrada de pessoas que não fossem trabalhadores da empresa, havendo restrições inclusive para a entrada de parentes. Laranjal, então, especializou-se em oferecer tal tipo de serviço para a cidade de Monte Dourado. Trabalhando muitas vezes em regimes de curta duração, os empregados da Jari Celulose e de outras empresas não chegavam a constituir família no local, alimentando assim a demanda por prostituição.

Assim como o projeto Jari Celulose, também o garimpo tem uma dimensão constitutiva para Laranjal do Jari. Até meados da década de noventa, a cidade é descrita pelos entrevistados como uma espécie de corruptela do garimpo. Motivados por disputas em torno do ouro e levados a cabo por “jagunços”, os homicídios eram corriqueiros: “não passava um dia sem que morresse alguém”. A violência era exercida de forma ostensiva: andar armado pelas ruas da cidade era algo comum e os crimes eram cometidos em plena luz do dia, diante de farta plateia. A exibição de armas e as mortes eram, pois, parte da dinâmica da violência que se configurou em torno do garimpo. Também o garimpo alimentava a prostituição na cidade: neste caso, a ausência de laços familiares somava-se às vultosas – porém fugidias – somas de dinheiro resultantes da caça ao ouro. Vale ressaltar que as áreas ilegais de mineração no município estavam localizadas há apenas alguns quilômetros de sua sede, possibilitando aos garimpeiros ali atuantes transitarem diariamente por Laranjal do Jari, participando do cotidiano da cidade, sobretudo na região do “Beiradão”.

Força Tarefa. Em meados da década de 1990, a cidade recebeu uma “força tarefa” composta por diversos agentes de segurança. Vinda de fora e planejada sem o conhecimento das autoridades locais – demasiadamente comprometidas com a estrutura de poder e violência então vigente – a ação é narrada pelos entrevistados como um marco na história da cidade, tendo abalado a configuração social que havia prosperado no rastro do ouro. Atividade antes intensa e visível, o garimpo arrefece e torna-se uma prática subterrânea feita de forma ilegal nas reservas ambientais e indígenas. Há, contudo, várias pistas de pouso ilegais ativas (em torno de 25 a 30) que dão suporte à atividade garimpeira, as quais, na ausência de aeroportos, acabam sendo utilizadas inclusive pelas autoridades locais. Segundo um dos entrevistados, um desdobramento do garimpo que se advinha no horizonte é contrabando de Tantalita, minério utilizado na indústria do silício, do qual a região é rica.

Forasteiros, desenvolvimento e segurança pública. A maior parte da população é formada de imigrantes de outros estados. Além disto, trata-se de uma população itinerante. Se no período em que a cidade nascia como uma favela de palafitas em uma área de ressaca do Rio Jari, a macro atividade econômica em vigor era a Jari celulose que atraía forasteiros à região, posteriormente outras empresas de celulose também se instalaram nas proximidades

do município e a chegada de novos moradores continuou sendo recorrente. Atualmente, a construção de conjuntos de casas populares, a implantação da hidrelétrica Santo Antônio e do sistema de tubulação popularmente denominado linhão (cuja destinação é levar a energia produzida pela hidrelétrica em construção para outras regiões do país) geram empregos e atraem migrantes de outras cidades do Amapá e de outros estados brasileiros. Laranjal do Jari constitui um município que em diferentes períodos, engendrou processos econômicos que teve por efeito o aumento da população, o crescimento da cidade, a intensificação do comércio, e a diversificação da economia. Desta feita, é recorrente a chegada de forasteiros, sendo que uma parte permanece no lugar e outra vai embora depois de satisfeito seus objetivos de ganho material. Um elevado contingente da população é itinerante. Por testemunhar e em parte participar de tais processos, a população da cidade considera o seu município um lugar economicamente promissor, uma terra de oportunidades. Nas entrevistas realizadas, alguns moradores enfatizaram a necessidade das instituições de segurança pública acompanhar o processo contínuo de crescimento da cidade. Essa necessidade é sublinhada pelo fato dos “forasteiros” ser vistos como pessoas potencialmente criminosas ou mal intencionadas.

Situação de fronteira. Embora o município de Laranjal do Jari seja uma fronteira direta com a Guiana Francesa e com o Suriname, este trecho do município corresponde ao Tumucumaqui, um conjunto de serras e montanhas que configuram um parque ecológico e uma vasta região não habitada. Há, em razão disto, um discurso que minimiza o fato de Laranjal ser uma cidade fronteira. Ao lado dele, contudo, há apontamentos contundentes sobre os impactos da relativa proximidade entre a sede de Laranjal e a fronteira, e, também o fato de o município fazer fronteira com outro estado. Nesse sentido, Laranjal não está imune às dinâmicas dos fluxos de pessoas e, sobretudo, de mercadorias típicas das regiões de fronteira. O município acaba sendo fortemente afetado pelas dinâmicas transfronteiriças por duas vias específicas: uma terrestre outra fluvial. É somente via Laranjal do Jari que é possível sair do estado do Amapá pela via terrestre. Desta feita, a cidade faz parte da rota de escoamento de mercadorias contrabandeadas: ouro, drogas e armas que viriam da Guiana Francesa e que chegam ao Brasil a partir de Oiapoque. De Laranjal, seriam atingidos outros estados graças a balsa que transporta veículos sobre o Rio Jari, possibilitando que pessoas e mercadorias cheguem ao estado do Pará, de onde pode seguir as direções mais diversas. No que se refere à dinâmica da criminalidade local, Laranjal do Jari, na condição de cidade fronteira é uma cidade que serve de refúgio para foragidos da justiça e é local de passagem de carros roubados que atravessam a fronteira entre Amapá e Pará – nas duas direções – para serem legalizados (“esquentados”) do outro lado e, então, revendidos.

Tráfego e as vias fluviais. Informações provenientes de recentes apreensões de drogas indicam que a droga que chega ao Amapá é produzida na Colômbia, Bolívia e Peru, e vem através do Mato Grosso e do Amazonas, chegando até o Pará por rodovias, no primeiro caso, e vias fluviais, no segundo; do Pará, a droga segue em embarcações

que aportam em Laranjal do Jari e em Santana. A maconha proviria de estados como Pará e Maranhão¹⁴. A droga é então comercializada na própria cidade ou segue para outros municípios do Amapá, Pará e Ceará. A maior apreensão de drogas do Amapá foi realizada em Laranjal do Jari. Nela, policiais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Amapá localizaram numa casa que funcionava como depósito de cocaína, local em que foram apreendidos 137 kg de pasta-base de cocaína; 8,5 Kg de cloridrato de cocaína (droga pronta para o consumo); 26 Kg de “barrilha” e 10 litros de solução de bateria (substâncias utilizadas para “arquear” a droga – aumentar seu volume). A droga estava escondida na parede falsa de um dos cômodos da casa, onde havia um vão com largura suficiente para acomodar todo o entorpecente, que se encontrava acondicionado em 132 pacotes, envoltos em bexigas de plástico coloridas¹⁵. Também nas proximidades de Vitória do Jari, município vizinho a Laranjal, foram apreendidos pela Polícia Civil, boiando no Rio Jari, 20 quilos de cocaína¹⁶. Portanto, a condição fronteira de Laranjal se faz mais sentir pela divisa com o estado do Pará, do que pela proximidade com a Guiana Francesa e com o Suriname.

Roubo a embarcações. É comum ainda o roubo a embarcações. Há pouca ou nenhuma fiscalização das vias fluviais. A descrença dos donos das embarcações na capacidade dos agentes de segurança de resolverem os crimes é tanta que eles sequer comunicam as autoridades quando assaltados e têm buscado alternativas na produção de segurança: navegando em grupos e armados. Os proprietários de embarcações recorrem a medidas de segurança variadas, uma delas é andar em comboio de vários barcos, tendo a bordo homens armados. Há também embarcações que com tambores de combustível constroem na sua parte superior uma espécie de guarita, onde permanecem homens com armamento pesado, estes seguranças estão preparados para efetuar disparos contra qualquer embarcação que tentar se aproximar. Não tendo uma unidade da Polícia Federal na região e a Polícia Civil não tendo transportes adequados para uso nos rios, os barcos estão totalmente vulneráveis aos “piratas” ou “ratos do mar”.

Malvinas e a Unidade de Polícia Comunitária¹⁷. O bairro das Malvinas cujo limite é formado por uma região chamada de “beira” ou “beiradão”, feita de precárias habitações de palafitas que se projetam sobre a beira do Rio Jari é tida como a região mais marginalizada de Laranjal. Região a partir da qual se deu o nascimento da cidade, é caracterizada pela precariedade ou inexistência dos serviços públicos, com destaque para a ausência da coleta de lixo que assim se acumula embaixo das casas. As palafitas e seus moradores que, no passado, foram alvos de incêndios – alguns criminosos – hoje sofrem com remoções

¹⁴ <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/06/amapa-e-abastecido-por-drogas-vindas-do-mt-e-am-diz-delegado.html>

¹⁵ <http://alcinea-cavalcante.blogspot.com.br/2008/07/145kg-de-cocaina-maior-apreenso-de.html>; http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=353117

¹⁶ <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/07/policia-apreende-20-quilos-de-cocaina-boiando-no-rio-jari-no-amapa.html>

¹⁷ <http://pmapjari.blogspot.com.br/>

forçadas. É ali, segundo os entrevistados, que as ilegalidades e crimes até aqui apontados teriam maior incidência. Os altos índices de criminalidade levaram o local a ser escolhido para a instalação da Unidade de Polícia Comunitária (UPC): um destacamento da Polícia Militar que atua na lógica do policiamento de proximidade. O sucesso das Unidades de Polícia Pacificadora cariocas é claramente fonte de inspiração para as UPC's. Assim como suas congêneres cariocas, as UPC's tem como marca distintiva a ampliação das funções policiais tradicionais; os policiais da UPC estão envolvidos em uma infinidade de "programas sociais": programas educacionais voltados à prevenção ao consumo de drogas nas escolas, atividades esportivas também em escolas, programas educativos contra a repetência escolar, programas de prevenção à violência doméstica, auxílio na montagem de uma biblioteca comunitária em manutenção de um núcleo de mediação de conflitos *sui generis*¹⁸. Segundo o discurso oficial, eles teriam sido responsáveis pela redução de 61 por cento do índice de criminalidade local. Ainda no discurso oficial, fala-se de migração da criminalidade para outras localidades nas as quais se planeja, futuramente, a implantação de novas UPC's. Independentemente da confiabilidade dos números oficiais, é unânime a visão de que se trata de uma iniciativa de sucesso, tendo aumentado a sensação de segurança da população local. Embora não houvesse, como no caso do Rio, domínio estrito do território por parte dos traficantes, ainda assim com a chegada da UPC, o tráfico passou a atuar de forma mais invisível. Assim como no caso do Rio de Janeiro, a instalação da UPC, é precedida pela atuação do Batalhão de Choque da Polícia Militar que, nas palavras dos entrevistados, "faz uma limpa" abrindo caminho para o policiamento de proximidade. Assim como no Oiapoque, moradores de Laranjal do Jari tece muitos elogios a esta Polícia, dentre os feitos ressaltados destaca-se a morte de vários traficantes. O medo que esta força policial causa em praticantes de atividades ilegal seria tão evidente que ao saber ou apenas suspeitar de sua chegada, traficantes, assaltantes e matadores fogem da cidade.

A corrupção dos empresários e gestores públicos, em Laranjal do Jari os participantes do grupo focal fizeram menção a corrupção dos gestores do município como um problema que a cidade enfrenta. O caso de corrupção que teria tomado maiores proporções, transformando-se em escândalo, seria referente aos desvios da verba destinada à construção da ponte que ligaria as cidades de Laranjal do Jari no Amapá e Monte dourado no Pará. Esta ponte seria a única via terrestre de saída do Amapá para o Pará e de lá para outras regiões do país.

Assim, os problemas relacionados à criminalidade em Laranjal do Jari são decorrentes de uma série de fatores que contribuem para a desorganização social do município. Fatores econômicos e sociais, historicamente dados, configurados pela forma precária e desordenada em que se deu a origem e desenvolvimento do município, atualizam-se se associando a fatores sociais e econômicos decorrentes do desenvolvimento recente, que estimulam a migração e a circulação de riquezas. A eles se juntam fatores culturais, em que

¹⁸ <http://www.agenciaamapa.com.br/noticia/33471/>

modos de vida tradicionais se chocam com ordenamentos e comportamentos modernos. Sem contar fatores políticos, relacionados à corrupção, que geram impactos sociais diretos com mau exemplo e prejuízo ao desenvolvimento do município. Na criminalidade cotidiana local, destaca-se como problema a violência doméstica e os homicídios. Não há atividade criminal organizada ou de grande porte no município. Contudo, mostrou-se necessária uma maior atenção das forças de segurança pública às vias fluviais da região. De um lado, para fazer frente à criminalidade local, de outro, pela importância do rio Jari e de sua proximidade com o Amazonas, onde rota de tráfico internacional já foi, há algum tempo, identificada. No que se refere à criminalidade local, a ausência destas forças tem levado a população a buscar alternativas privadas para se proteger de crimes que se tornaram frequentes nessas vias. O município também carece de atenção por funcionar como porta terrestre de saída e de entrada do estado do Amapá. No que diz respeito aos problemas de estrutura das instituições de segurança pública no município foram apontados precariedade dos meios de comunicação (internet), escassez de recursos, falta de treinamento e capacitação dos efetivos.

FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

Polícia Civil



Polícia Militar



Guarda Municipal



Fórum



Conselho Tutelar



Corpo de Bombeiros



Bairro das Malvinas – Beiradão



Beira Rio



Beira Rio



Enchente em Laranjal do Jari



Incêndio em Laranjal do Jari



Rota dos Canoeiros



AMAPÁ

Figura 5. Cartograma do município do Amapá e Fronteiras



Fonte: Cartograma IBGE

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto nº 938, em 21-01-1901.

Localização: 312 km da capital do estado, Macapá. Situado à margem direita do Rio Amapá Pequeno, que deságua no Rio Amapá Grande e Sucuriçu.

Área (2010): 9.175,989 km²

Fronteiras: Macapá, Calçoene, Cutias, Tartarugalzinho e Pracuúba

Acesso aéreo: Sim

Acesso portuário: Sim

Acesso viário: Sim

População (2010): 8.069 habitantes

Densidade demográfica: 0,88hab/km²

Índice Gini (2010): 0,66

PIB (2010): R\$ 89.530,00

PIB per capita (2010): estimado em R\$ 11.184,32

IDH-M (2010): 0,642

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico¹⁹

O município originou-se da incorporação ao Estado do Pará, (pelo Dec. no 938, em 21 de janeiro de 1901), de toda a área do antigo Contestado do Amapá, ou seja, a área limitada ao norte pelo Rio Oiapoque e ao sul pelo Rio Araguari (antiga região de litígio entre Brasil e França). Sua primeira denominação foi Território de Aricari formado de duas circunscrições: Amapá e Cassiporé que, com a lei de outubro de 1901, foram transformados em municípios: Amapá e Monte Negro. Em 10 de novembro de 1937 pelo Decreto-Lei estadual no 2.972, recebeu a denominação de Veiga Cabral em homenagem a figura de Francisco Xavier da

¹⁹ Fonte: parcialmente retirado de: SOUZA, Manoel Dorandins Costa de. A Evolução Política, Demográfica e Sócio-Econômica do Amapá. Coordenação do Curso de História. Universidade Federal do Amapá. Macapá/AP, 1995. 101 p. (trabalho de conclusão de curso). Consultado em 27/08/2013. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=160010&search=amapa|amapa#historico>

Veiga Cabral (o Cabralzinho), que por seus atos de bravura e coragem tornou-se uma figura heroica para o Estado por ocasião dos litígios com a França. Finalmente pelo Decreto-Lei Estadual no 3.131, de 31 de outubro de 1938, recuperou o nome original de “Amapá”.

O município é riquíssimo em recursos naturais: no reino vegetal possui a andiroba, ucuúba, patauá, copaíba, etc.; no pescado destacam-se o pirarucú, o tucunaré, e no litoral atlântico é abundante em gurijuba, bagre, a pirapema, a uritinga, o mero, etc.; entre os animais silvestres: veados, queixadas, caititus, jacarés, lontra, etc. Possui áreas de reservas: Reserva Biológica do Lago Piratuba, localizada entre os municípios de Amapá e Calçoene, a Estação Ecológica das ilhas de Maracá e Jipióca e Floresta Nacional do Amapá.

No setor econômico, destaca-se por ser município estritamente ligado ao subsetor pecuário. É o representante do estado no que se refere à criação de gado bovino (produção de carne, matrizes e reprodutores), bubalino e equino, e é o maior produtor de leite e de queijo do Estado, O município também utiliza a criação de suínos e da pesca. Possui um acervo de recursos minerais (Setor Secundário), como a cassiterita e a tantalita. No vegetal, algumas serrarias exploram: a andiroba, patauá e ucuúba. Existem também algumas padarias. No setor terciário há um pequeno comércio (mercearias), boates e alguns bares. O município tem como principal atrativo a Base Aérea, que serviu de apoio ao Exército e a Marinha Americana a qual está sendo transformada em Museu da Segunda Guerra Mundial.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM AMAPÁ

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	8.213 habitantes
Homicídios (2012):	2
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar.
Razão:	População/Efetivo da polícia militar = 1 para 483 habitantes População/Efetivo da polícia civil = 1 para 747 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 16. Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Amapá em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 8.213 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 Pelotão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	10	Praças	16

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antigas e precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antigas e precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		-	
Scanner	-		-	
Internet	-		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		1	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre de combustível A quantidade atende às necessidades frequentemente	Polícia Civil Ocasionalmente		Polícia Militar Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	
Rádio portátil (HT)	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		-	
Arquivos em ficha de papel	2		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		18	
Colete antibalísticos	-		3	
Escudos	-		0	
Capacetes	-		0	
Placa balística	-		0	
Outros	-		0	

Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	29
Carabina	2	1
Espingarda	1	1
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	1	-
Fuzil	-	2
Revólver	4	8
Pistola	3	5
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral * Spray de pimenta *	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos e quantidades de munição insuficientes	Polícia Militar Tipos e quantidades de munição insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	15	**
Média de presos/mês	20	**
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 60	Polícia Militar **

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar – parceria que, segundo o entrevistado, deveria ser incrementada –, o Ministério Público e o IBAMA.

A Polícia Civil deste município não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de recursos humanos e de protocolo. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel, fichas em papel em fichários – desatualizados, pois a delegacia está sem escrivão. Há sistema de registro de ocorrências e de registro de inquéritos, sendo realizada inclusão no Infoseg. No entanto, o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais há mais de uma década, que são enviados para o Departamento de Polícia do Interior, mas em 2013, ao ficar a delegacia sem escrivão, estas informações não têm sido enviadas.

Embora não haja internet instalada pela Polícia Civil, a Prefeitura disponibiliza o seu sinal para as necessidades da instituição.

Quanto à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira, em uma escala de importância de maior para a menor, foram ordenados os seguintes temas a abordar: identificação de fraudes veiculares; geografia das fronteiras; operação de inteligência; identificação de drogas; bombas e explosivos.

Polícia Militar

Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de brigas de trânsito que resultam em esfaqueamento; apreensão de drogas e apreensão de contrabandos.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, sendo que, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil, que, segundo ele, poderia trabalhar mais em conjunto com a PM nos finais de semana. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município.

A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e nem das Operações Sentinela. Há uma insatisfação no pelotão porque os recursos, oportunidades e incentivos oferecidos pela ENAFRON não têm sido direcionados ao município (seja em salário, gratificação, estrutura física ou curso de formação). Até o presente, nenhum agente do município foi contemplado pelos cursos do ENAFRON já realizados.

Nesta instituição está em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, é utilizada produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas (apreensões, auxílios, etc) e controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel. O órgão produz estatísticas criminais desde 2007.

No tocante à capacitação dos recursos humanos para a atuação na fronteira os temas mais importantes a abordar foram: busca veicular; identificação de fraudes veiculares; geografia das fronteiras; operação de inteligência; identificação de drogas.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 17. Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Amapá em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público		Defensoria Pública	Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes Funcionários	1 8	Promotores	1	Defensores	1 5
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas e precisando de reformas		Ministério Público Adequadas		Defensoria Pública *	Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas e precisando de reformas		Ministério Público Adequadas		Defensoria Pública *	Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

Justiça

O município do Amapá possui uma comarca de entrância inicial de Vara Única do qual o município de Pracuúba também faz parte. Esta sede judiciária dispõe de um carro e uma lancha e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades da unidade. Há internet com velocidade de 128 Kbps.

Estima-se que por volta de 30 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Há sistemas de controle de armas, de protocolo e de distribuição de autos em uso nesta comarca. A comarca conta também com Banco de Dados integrado aos demais sistemas de informação, mas também faz uso de tabelas ou listas em papel. Produz-se informações estatísticas de inquéritos, processos criminais e de produção de feitos desde 2006 com divulgação pública regular.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas o juiz entrevistado está de total acordo que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes também não participaram ou apoiaram, em 2012, operações de fronteira.

Ministério Público

Desde o ano de 2006, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e do ENAFRON, porém apoiam as operações de fronteira do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas no Amapá são: a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Conselho Tutelar do Amapá.

Para o entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com o Conselho Tutelar, Polícia Militar e Polícia Civil. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram as ações de denúncias. As únicas dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público do município do Amapá são, segundo o entrevistado, a falta de recursos humanos e comunicação deficiente com outros órgãos.

Conselho Tutelar

Dentre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns, em ordem decrescente, são: abandono da escola, maus tratos e abandonos e a violência doméstica. O Conselho Tutelar do município do Amapá encontra dificuldade no relacionamento com o poder executivo e com o poder judiciário. Falta, também, reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública.

Percepção dos Operadores das Instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para a maioria dos entrevistados, a proximidade com a fronteira não é positiva para o desenvolvimento econômico do município, a economia local estaria fundamentalmente voltada para a Capital Macapá. Todos os entrevistados discordaram que atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas, embora ilegais, operassem no sentido de dinamizar a economia do município. Os entrevistados foram consensuais também ao afirmarem que a posse de armas de fogo é comparativamente mais frequente nos municípios de fronteira que nos demais, embora alguma discordância tenha se manifestado quanto a uma possível relação entre a situação de fronteira e a dinâmica da criminalidade.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município do Amapá foram assinalados como sendo os principais: o tráfico de drogas e armas, contrabando, disputas de terras, crimes ambientais, sendo mencionada também a ocorrência de tráfico de crianças e exploração sexual infanto-juvenil.

Com base na opinião dos entrevistados, exceto da Justiça, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são alimentos, veículos, madeira e animais. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação seriam moeda, vestuário e tecido, bebidas, munição e armas, crack, cocaína, pasta base, sendo também citada a espingarda. As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram o crack, a espingarda, animais, calçados, cigarros, vestuários e tecidos. Tomando este mesmo ano por referência, todos

concordaram que a circulação das mesmas era muito frequente. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack e maconha.

Neste município há eventuais barreiras móveis de atuação conjunta da Polícia Civil e Militar (blitzen), quando há denúncias de crimes graves nas proximidades do município suscitadas por denúncias, além das eventuais barreiras móveis (blitzen) da Polícia Militar. Os entrevistados da Polícia Civil e Militar divergem no que tange às transformações recentes nas políticas de fronteiras: o primeiro considera que teria proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, sobretudo o deslocamento das mesmas para o meio fluvial e para outros municípios, já o segundo não acredita ter ocorrido mudanças.

Percepção sobre a criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias Civil e Militar e da Justiça entrevistados, observa-se que no município do Amapá, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela 18. Percepção da incidência de crimes no município do Amapá em 2012

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Foi consensual que os tipos mais frequentes de furto são os praticados em residências e o de gado, sendo citado também o furto no comércio pela Polícia Civil e o furto de bicicletas pela Polícia Militar. Quanto aos roubos, segundo as polícias Civil e Militar, os praticados contra transeuntes são frequentes; sendo que a Polícia Civil ainda citou roubo a estabelecimento comercial e em residência e a Polícia Militar acrescentou roubo de celular. Já a Justiça cita o roubo de carga como roubo mais frequente.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foi comum a todos os órgãos a menção aos pequenos golpes populares, tendo a Polícia Civil acrescentado as fraudes no comércio. Para Polícia Civil, os tipos de extorsão mais comuns são extorsão simples e extorsão mediante posse de foto de situação privada. Já para a Polícia Militar e Justiça não há extorsões comuns no município.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação de violência doméstica e brigas de bar. Polícia

Civil e Polícia Militar citam lesão dolosa decorrente de conflito de propriedade e a Justiça acrescenta lesão dolosa decorrente de mercados ilegais ou crime organizado. Já as três causas mais frequentes assinaladas para os homicídios dolosos foram: os conflitos de vizinhos, brigas de bar, os conflitos de acerto de contas entre criminosos, tendo a Justiça citado homicídios por motivos fúteis. Vale ressaltar que para a Polícia Militar não houve homicídios em 2012.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes no município do Amapá são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, atos libidinosos e a exploração sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre as outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade no município do Amapá seriam, na opinião do representante da Justiça entrevistado, furto, roubo e uso de entorpecentes.

CALÇOENE

Figura 6. Cartograma do município de Calçoene e suas fronteiras



Fonte: Cartograma IBGE

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160020&search=amapa|calcoene/> (acessado em 20 de setembro de 2013)

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto-Lei nº 7578, de 23-05-1945, subordinado ao município de Amapá

Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 14.269,258 km²

Fronteiras: municípios do Amapá, Ferreira Gomes, Oiapoque e Serra do Navio

Acesso aéreo: Não

Acesso portuário: Não

Acesso viário: Sim

População (2010): 9.000 habitantes

Densidade demográfica: 0,63 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,67

PIB (2008): R\$ 87.053.000,13

PIB per capita (2010): estimado em R\$ 12.851,23

IDH-M (2010): 0,643

Gentílico: Calçoense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto):IBGE.

Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M):Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico²⁰

A origem do atual Município remonta ao século XVII, quando as incursões de navegadores europeus incentivaram a coroa portuguesa, então unida à espanhola, a tomar providências no sentido de garantir o domínio da região. Assim, em 1634, pela Carta Régia de 14 de junho, Felipe IV criou a Capitania do Cabo Norte, também chamada Costa do Cabo Norte e doou-a a Bento Maciel Parente. As terras estendiam-se do rio Oiapoque até o rio Amazonas e, por este, até o rio Paru, onde se situava o território de Calçoene, antigo distrito do município de Amapá, desde a incorporação do Contestado ao território brasileiro, em 1901.

A descoberta das minas auríferas do rio Calçoene despertou a febre do ouro nos habitantes da Guiana Francesa, reavivando os problemas políticos da fronteira, acumulados desde a era colonial. A luta pela região foi encerrada com a vitória dos brasileiros, comandados por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho. A cidade de Calçoene teve origem com o movimento de garimpeiros e faiscadores de ouro e o trânsito de abastecimento das minas. Situada na margem esquerda do rio Calçoene, ao pé da primeira cachoeira, ponto importante para o transporte de mercadorias destinadas às minas de Lourenço, a localidade se desenvolveu rapidamente. Antes da incorporação da região ao território brasileiro, exploradores construíram, no último quartel do século passado, um "*monorailway*", estrada de ferro, ligando a localidade de Calçoene a Lourenço.

Distrito criado com a denominação de Calçoene pelo decreto-lei federal nº 7578, de 23-05-1945, subordinado ao município de Amapá. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Calçoene figura no município de Amapá. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Elevado à categoria de município com a denominação de Calçoene, pela lei federal nº 3055, de 22-12-1956, desmembrado do município de Amapá. Sede no antigo distrito de Calçoene. Constituído de 3 distritos: Calçoene, Cunani e Lourenço. Todos criados pela lei acima citada. Instalado em 25-01-1957. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Calçoene, Cunani e Lourenço. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

²⁰ Fonte: IBGE

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM CALÇOENE

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa em 2012):	9.343 habitantes
Homicídios (2012):	1
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar
Razão:	População/Efetivo da polícia militar = 1 para 292 habitantes População/Efetivo da polícia civil = 1 para 467 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 19: Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Calçoene em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 9.343 habitantes; Homicídios (2012) = 1				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 3 Pelotões	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	21	Praças	30
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antigas mas precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antigas mas precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		2	
Impressora	2		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	-		-	
Scanner	-		-	
Internet	-		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	1	1	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	4	2
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
A quantidade atenda à necessidades desta unidade?	Raramente		Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	1		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		2	
Rádio portátil (HT)	-		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	20		4	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		20	
Colete antibalísticos	-		30	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		15	
Carabina	-		4	
Espingarda	1		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	1		-	
Fuzil	-		3	
Revólver	2		15	
Pistola	4		15	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	Granadas de efeito moral *		-	
	Spray de pimenta *		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tipo	Suficientes		Suficientes	
Quantidade	Suficientes		Insuficientes	

Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	3	**
Média de presos/mês	20	**
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 40	Polícia Militar **

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

Polícia Civil

Os parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com os Bombeiros, pois não há posto no município.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza um sistema manual de controle de viaturas, munições e armas, denominado "livro de carga". Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel, fichas em papel e fichários e há sistema de registro de ocorrências. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário, nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais há mais de 10 anos, mas os dados não estão organizados em série.

Em Calçoene, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição também não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores nem dos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza um sistema manual de controle de viaturas, munições e armas, denominado "livro de carga". Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel, fichas em papel e fichários e há sistema de registro de ocorrências. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário, nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais há mais de 10 anos, mas os dados não estão organizados em série.

Para o entrevistado, o fato de o município de Calçoene estar situado próximo à fronteira não influencia seu desenvolvimento econômico, pois nesse quesito a pesca é a principal atividade, sendo o peixe pescado e vendido no próprio município. O entrevistado discorda que as atividades tais como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizariam a economia do município.

Polícia Militar

Os dois maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Ministério Público. Na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, pois todos os dias há indícios de chegada de drogas pela via federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança, participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas o entrevistado não soube informar sobre participações nas Operações Sentinelas.

Em Calçoene, a Polícia Militar não troca informação com nenhum órgão de segurança pública do país vizinho. Não se beneficia do apoio de membros do Ministério de Relações exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Nesta instituição está em uso uma série de sistemas de administração, que são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque e controle de armas e munição. Quanto aos sistemas de informação, há inclusão no Infoseg pelo Batalhão do Oiapoque, bem como há fichas de papel e fichários de ocorrência.

O entrevistado não soube dizer se o fato de estar próximo à fronteira é mais positivo para o desenvolvimento do município do que se não estivesse. Ele concorda parcialmente que este município possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, mas discorda que determinadas atividades ilegais, como contrabando e tráfico de mercadorias, dinamizam a economia deste município. Quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente do que em outros municípios, o entrevistado discordou parcialmente.

Os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Calçoene são principalmente e em ordem de maior importância: o tráfico de drogas, o tráfico de armas e crimes ambientais, mas também há mineração ilegal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 20: Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Calçoene em 2012

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
Unidades	Justiça Entrância inicial		Ministério Público	Defensoria Pública	Conselho Tutelar			
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	12						
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas, mas adequadas e em boas condições		Ministério Público Adequadas	Defensoria Pública *	Conselho Tutelar Adequadas			
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Novas, mas precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Defensoria Pública *	Conselho Tutelar Adequadas			

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

(*): questão não se aplica à instituição

(**): questão não foi respondida pela instituição

O município de Calçoene possui uma vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro, com a capacidade para cinco pessoas, e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender frequentemente as necessidades desta unidade. Há internet e a velocidade, segundo o entrevistado, é razoável. Estima-se que por volta de 50 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes são: sistema de estoque; sistema de controle de armas; sistema de controle e manutenção de equipamentos; sistema de protocolo; sistema de distribuição de autos e sistema financeiro. Segundo o entrevistado, existem sistemas de informação computadorizado (banco de dados) e produção e divulgação de estatística, estando o banco de dados integrado aos demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas há pelo menos uma década. O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda parcialmente que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juzado. Este juiz também não tem participado ou apoiou operações de fronteira em 2012.

Ministério Público

Desde o ano de 2008, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Calçoene são: a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário Estadual. Para o entrevistado,

deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas, principalmente a Marinha, pois circulam muitas embarcações no município. No ano de 2012 as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram ações de denúncias. As únicas dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Calçoene são, segundo o entrevistado, respectivamente, a falta de recursos humanos e a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Calçoene carece de entidades para receber crianças e atender famílias. Faltam, também, conexão com a internet e ambientes adequados ao andamento das atividades do Conselho.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Percepção sobre as particularidades da situação de fronteira

Os representantes da Polícia Civil e da Justiça discordam quanto à influência da fronteira na economia do município de Calçoene. Para o primeiro, não há influência, pois a principal atividade econômica é a pesca, sendo o peixe pescado e vendido dentro do próprio município. Já o representante da Justiça considera a proximidade da fronteira positiva, pois estimula o turismo e a circulação de mercadorias. O representante da Polícia Militar não soube opinar.

Em relação à afirmação de que atividades ilegais dinamizam a economia, todos os entrevistados estão em total desacordo. Além disso, todos, em maior ou menor grau, discordam que o município de Calçoene possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, não havendo, porém, consenso quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios (enquanto a Polícia Militar e a Justiça discordam, em maior ou menor grau, da afirmativa, a Polícia Civil concorda parcialmente).

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Calçoene foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas, a mineração ilegal, e os crimes ambientais, sendo mencionada também a ocorrência de tráfico de armas, contrabando e exploração sexual infanto-juvenil.

Com base na opinião dos entrevistados, as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são drogas, armas, munições e alimentos. No

entanto, foi também mencionada a circulação de cigarros e madeira. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias são crack e munição, seguidas por bebidas, cocaína, cosméticos e perfumes, pistola, revolver e espingarda.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram o crack, cocaína, maconha, madeira, veículos, vestuário e tecidos, espingarda e a munição. Tomando este mesmo ano por referência, todos disseram terem sido frequentes as ocorrências envolvendo drogas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack, cocaína, maconha e pasta base.

Neste município há, todo fim de semana, barreiras móveis (blitz) da Polícia Militar. Nenhum dos entrevistados soube informar se as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Percepção sobre a criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias Civil e Militar e da Justiça entrevistados, entende-se que no município de Calçoene, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela 21: Percepção da incidência de crimes no município de Calçoene em 2012

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser a transeuntes, no comércio e outros tipos, como bicicletas e celulares. Quanto aos roubos, a Polícia Civil e a Polícia Militar destacam o roubo a transeunte, enquanto a Justiça ressalta roubo a estabelecimento comercial e roubo de carga.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e fraudes no comércio. Vale ressaltar que o oficial da Polícia Militar disse não haver ocorrências de estelionato ou fraude em Calçoene.

Os tipos de extorsão citados foram extorsão simples e extorsão mediante posse de foto de situação privada.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: as brigas de bar e os latrocínios.

Dentre os crimes sexuais, considera-se, na opinião da Polícia Militar e Polícia Civil que o mais frequente em Calçoene é o estupro ou abuso sexual de menores de idade. A Justiça considera que também ocorre estupro ou atentado ao pudor de mulheres adultas e exploração sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Calçoene seriam, na opinião do entrevistado, tráfico de drogas, roubo e furto.



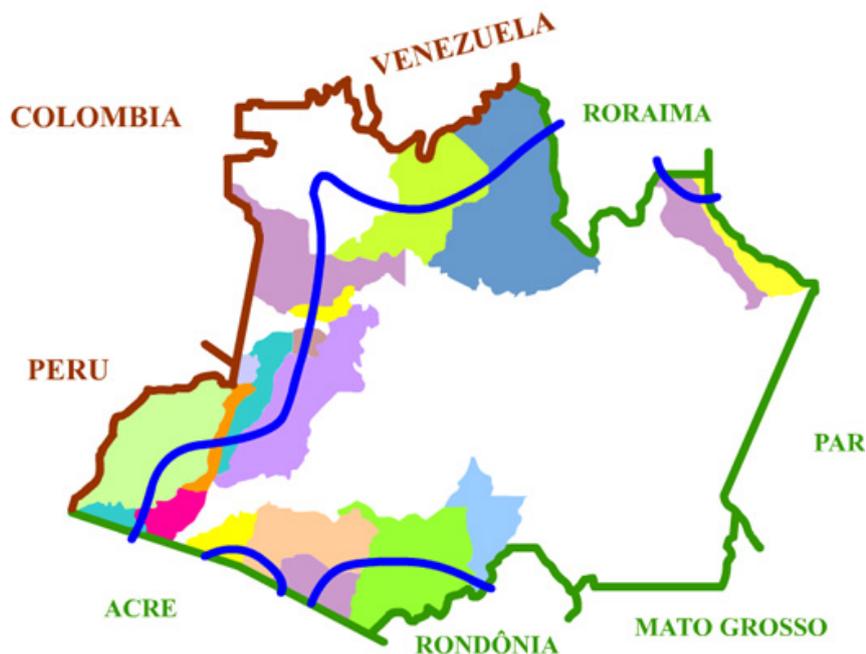
AMAZONAS

AMAZONAS

INTRODUÇÃO

Vinte e um dos sessenta e dois municípios do Amazonas encontram-se na faixa de fronteira. Para a realização deste diagnóstico da situação da segurança pública no Estado foram escolhidos dez, de acordo com um levantamento prévio, além do município de Tefé dada sua centralidade no fluxos de pessoas e mercadorias da região. Na Pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras” os municípios de Atalaia do Norte, Barcelos, Benjamin Constant, Boca do Acre, Guajará, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé foram eleitos como amostra para realização do survey do diagnóstico. Em Tabatinga, Tefé, São Gabriel da Cachoeira e Santo Antônio do Içá, além das informações mais gerais levantadas para o diagnóstico, procedeu-se também ao levantamento de um conjunto de informações qualitativas.

Figura 1. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira do Amazonas



Fonte: Cartograma IBGE

O *survey* foi realizado a partir de questionários aplicados às instituições de segurança pública, justiça e fiscalização (Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Forças de Segurança Federais, Justiça e Receita Federal). Os questionários foram estruturados em um conjunto de perguntas sobre segurança pública local (unidades, infraestrutura, recursos e equipamento e articulações institucionais) e outro conjunto sobre criminalidade local e situação de fronteira (avaliação da criminalidade local, características da situação e fronteira, fluxos de mercadorias e mercados ilegais). Também foram incorporados dados quantitativos produzidos com base em registros de ocorrências de delegacias e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas em profundidade, grupos focais e registros etnográficos. O objetivo da pesquisa qualitativa foi ampliar o leque de temas abordados (além da estrutura institucional de segurança pública e dos fenômenos da violência e criminalidade, aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica de mercados ilegais e o fluxo de pessoas e mercadorias) assim como o de atores ouvidos (além dos atores institucionais, foram incorporados da sociedade civil). As entrevistas e os grupos focais ficaram assim distribuídos:

Tabela 1. Número de entrevistas e grupos focais por município

	Entrevistas	Grupo focal
Tabatinga	7	1 grupo focal
Tefé	16	1 grupo focal
São Gabriel da Cachoeira	9	1 grupo focal
Santo Antônio do Içá	2	1 grupo focal

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

O universo da pesquisa parece ser representativo da maneira pela qual as questões de segurança pública podem ser pensadas na faixa de fronteira do Estado do Amazonas. Em seu conjunto as cidades pesquisadas conformam, como em todo o restante do Estado, uma rede de pequenas cidades distribuídas pelos principais rios que atravessam a região que estabelece relações de mobilidade de pessoas e mercadorias entre si e com os países vizinhos. Se comparada a outros Estados fronteiriços brasileiros, como aqueles pertencentes aos arcos central e sul, essa rede pode ser caracterizada como de baixa intensidade de fluxos dado o gigantismo do Estado do Amazonas e as dimensões dos núcleos urbanos que a formam a rede. Esse relativo isolamento das cidades fronteiriças amazônicas foi associado de maneira geral a uma percepção comum, entre os membros da sociedade civil e o operadores das instituições de segurança pública, de que os municípios não apresentam situações extremas no que diz respeito às questões de segurança pública, exceção feita ao município de Tabatinga que tem características específicas que serão discutidas a frente.

As questões mais importantes para caracterizar a segurança pública no Estado do Amazonas decorrem desta particular forma de mobilidade de pessoas e mercadorias formada pela relação entre os assentamentos urbanos e a morfologia fluvial. A pesquisa identificou que seria desejável uma maior intensidade das relações entre as cidades amazônicas e destas com os países vizinhos, mas ao mesmo tempo é manifestada a preocupação de que isto venha associado com problemas na área de segurança pública. A intensificação das trocas traria vantagens de acesso a produtos que por vezes não são encontrados facilmente para a venda ou que chegam ao consumidor final com um preço que reflete as dificuldades de transporte. Além disso, também dinamizariam o desenvolvimento econômico de atividades que já se encontram em curso ou que

poderiam potencialmente ser ativadas nesses municípios. Mas toda a ambiguidade encontra-se exatamente sobre este mesmo ponto, dado que as fronteiras do Estado do Amazonas também já são muito permeáveis a entrada de produtos ilícitos, sobretudo a pasta base de cocaína, associadas a problemas de segurança pública. Encontrou-se uma percepção convergente entre membros da sociedade civil e operadores das instituições de segurança pública de que as características geográficas que dificultam o patrulhamento e fiscalização da região também restringem o que consideram ser práticas criminosas mais comuns em outros lugares, como o tráfico de drogas, o latrocínio e o roubo a bancos.

Neste sentido, o município de São Gabriel da Cachoeira é especialmente exemplar da ambiguidade que parece ser comum a muitas cidades amazônicas. As características específicas neste município, de rios encachoeirados e falta de ligação rodoviária, é vista como entrave ao desenvolvimento econômico da cidade e, ao mesmo tempo, fator de proteção contra problemas na área de segurança pública. Cabe destacar uma situação que torna essa ambiguidade ainda mais complexa: em meados dos anos 1990 a fiscalização foi ampliada no município como consequência de uma avaliação que parte da circulação de drogas se deslocava para a região. Contudo, as barreiras para controle de drogas também acabaram sendo utilizadas para o controle ambiental, fato que teve grande impacto em uma das atividades econômicas mais importantes do município, qual seja, a pesca do “peixe liso” ou peixe de couro, muito apreciado nos países vizinhos e produto de grande circulação. Este tipo de situação, muito comum na faixa de fronteira amazônica, deve ser pensado como um fator suplementar em qualquer tentativa de equacionar a complexa e delicada relação entre desenvolvimento econômico e segurança pública na região. Isto porque ainda que seja desejável que o desenvolvimento econômico seja acompanhado das garantias de proteção de segurança pública, esta última pode entrar em conflito com a primeira se ambas não forem planejadas de forma articulada.

O mesmo poderia ser dito em relação às dinâmicas conjuntas e articuladas das áreas de planejamento urbano e segurança pública. É notável que, ainda que em um ritmo insipiente quando pensadas em comparação a outras áreas de fronteira do Brasil, encontra-se em curso uma série de vetores de urbanização que provocaram efeitos nas dinâmicas da segurança pública. Cabe destacar que uma recorrência marcante identificada pela pesquisa foi o aumento expressivo de motos nas cidades do Estado do Amazonas pesquisados, resultante de uma série de fatores associados: o baixo valor de compra, de manutenção e de peças de reposição quando comparado ao preço de automóveis; a expansão do crédito e facilitação das condições de venda; o menor custo de transporte por meios fluviais; e a boa adaptação às condições das estradas nos municípios de fronteira. Todos estes fatores entram em ressonância com a precariedade dos serviços públicos de transporte coletivo das cidades pesquisadas em um contexto muitas vezes de longas distâncias entre a zona rural e

urbana. Ainda mais, as motos são utilizadas não apenas para a mobilidade cotidiana de casa para o trabalho e os equipamentos de educação, mas também como forma de passagem em algumas das cidades gêmeas.

Este quadro de aumento da frota e do uso das motos para deslocamentos nestas cidades vem provocando um número grande de acidentes, muitas vezes com vítimas fatais e isto pode e deve ser pensado como uma dinâmica relacionada à segurança pública por diversas razões. Muitos desses acidentes ocorre pela falta de perícia na condução das motos ou simples desconhecimentos das leis de trânsito: um fato que pode ser observado facilmente em diversas das cidades pesquisadas é a enorme quantidade de motoristas sem capacete, de adolescentes conduzindo veículos sem idade suficiente para tanto, o desrespeito às regras mais elementares do trânsito e o número de pessoas alcoolizadas dirigindo todo tipo de veículos. Isto ocorre em parte pela dificuldade de obtenção da carteira de motorista, que prevê cursos de condução, educação e da legislação do trânsito, pois é muito difícil encontrar cidades da fronteira que contenham algum posto do DENATRAN. As longas distâncias e o custo de mobilidade entre as cidades amazônicas faz com que grande parte dos condutores não tenha tais conhecimentos sobre como proceder no trânsito, o que pode ser deduzido como uma das causas dos acidentes. Como dirigir sem habilitação foi identificado como uma das ocorrências mais frequentes em diversos dos municípios pesquisados, pode-se inferir que esta direção de raciocínio parece correta.

Neste sentido, caberia uma recomendação de atuação mais intensa das guardas municipais no auxílio do ordenamento do trânsito, dado que o Estado do Amazonas possui uma presença recente mais importante dessa instituição em muitos dos seus municípios de fronteira. De toda maneira, somente a presença das guardas municipais para a fiscalização não seria em si suficiente, pois a emissão dos documentos e a realização dos cursos poderiam ser vistos como medidas preventivas essenciais, feitas com a instalação dos órgãos associados ao DENATRAN. Nesta mesma direção, o mesmo poderia ser feito pensando a educação no trânsito em geral, com relação a emissão de documentos de habilitação para carros, taxistas e barcos, por meio de uma política de cadastramento dos profissionais do setor e a realização de cursos de formação. Este conjunto de medidas fomentaria o conhecimento das regras de trânsito, o controle de jovens que conduzem livremente sem autorização e o consumo de álcool por motoristas e barqueiros.

As relações entre planejamento urbano, políticas municipais de segurança e área de segurança pública em geral não se limitam à questão da mobilidade. Foi percebido com muita frequência a necessidade de melhora da infra estrutura e dos equipamentos e serviços urbanos. De fato, além do ordenamento sócio-espacial

fornecer um suporte para o aumento da sensação de segurança pública, em situações mais pontuais isto poderia obter ganhos importantes. A construção de locais de lazer para a população dessas cidades poderia ser uma iniciativa importante se houver um impacto no consumo de álcool, atividade mais recorrente no tempo livre e fonte importante de ocorrências criminais identificadas pela pesquisa. Brigas de bar, violência contra a mulher e contra crianças e adolescentes, algumas das principais ocorrências em quase todos os municípios pesquisados, são contextualmente vistos, tanto pelos membros da sociedade civil quanto dos operadores das instituições de segurança pública, como associados ao consumo excessivo de álcool.

Neste sentido, além de intervenções para oferecer alternativas de lazer a população dessas cidades, a atuação conjunta de órgãos municipais tais como a guarda municipal, estaduais como a polícia civil e militar e do judiciário como o conselho tutelar seriam essenciais. Cabe ainda destacar que a pesquisa feita em loco identificou que as delegacias especializadas da mulher, de proteção da criança e do adolescente e os núcleos especializados da defensoria pública ainda são quase inexistentes e que o conselho tutelar apresenta na maior parte das cidades visitadas condições de trabalho precárias. Algumas destas observações convergem com os dados expostos na “Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública” (MJ/SENASP, 2013), que aponta que, das 120 delegacias existentes no Estado (dentre as quais 59% localizam-se no interior) pouco mais de 13% das delegacias existentes são especializadas sendo de Atendimento à Mulher (11); Criança e Adolescente (11); Entorpecentes (1); Operações Especializadas ou Similar (1); Idoso (11); Homicídio (1); Trânsito (1); Furtos e Roubos de Veículos e/ou Cargas (1), Meio Ambiente (1); Crime Contra Administração Pública e Ordem Tributária (1) e Outros (7). Em relação a polícia militar, ainda que nesta pesquisa os temas preferencialmente abordados nas ações de prevenção realizadas em 2011 tenham sido “policiamento comunitário” e “proteção à criança, adolescente e jovem em situação de vulnerabilidade social”, tais ações não parecem ter surtido o efeito desejado.

Este mesmo segmento de jovens pobres é associado ao fenômeno das “galeras”, grupos que brigam entre si a partir de demarcações territoriais e também nas escolas, visto por muitos como um problema grave. Nestes casos foi dito que o uso de armas brancas é predominante, principalmente o terçado. O relato é de que estes grupos além de brigarem entre si também praticam roubos, provocam acidentes de trânsito e usam drogas. Ainda que o álcool seja a droga que se apresenta como a mais consumida e associada a área de segurança pública, é necessário destacar que há uma sensação de aumento do consumo da pasta base de cocaína, sobretudo nesses segmentos mais pobres e jovens da população das cidades pesquisadas.

Tabela 2. Apreensões de entorpecentes no Estado do Amazonas em 2012

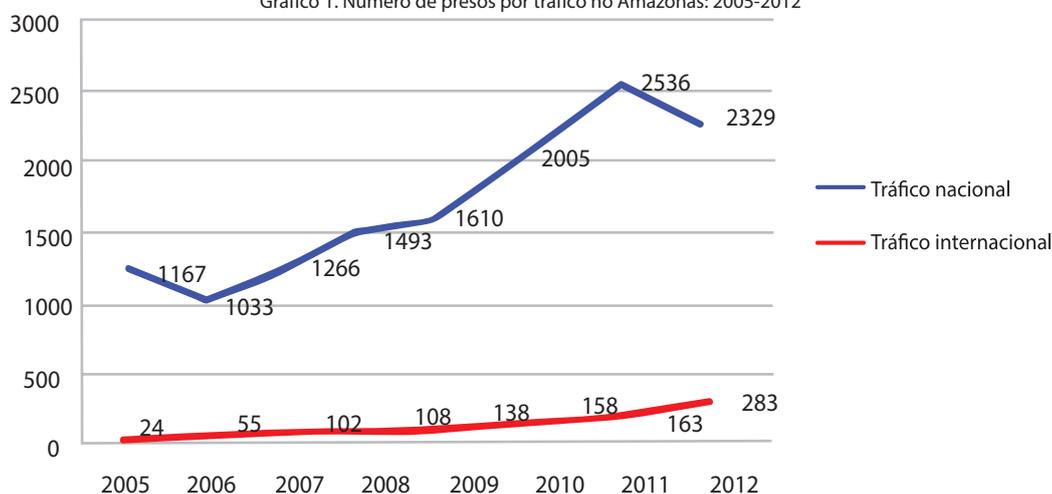
UF	SR/DPF/AM
Inquérito Policial Instaurado	93
Flagrante	61
Portaria	32
Indiciados	106
Cocaína (cloridrato de crack e pasta base) kg	1.837,16
Maconha (kg)	13,29
Haxixe (kg)	-

Fonte: DPF. Mapa de apreensões de entorpecentes por Estado em 2012

O número de apreensões certamente não é a melhor fonte para que se estime o consumo de drogas. O que a tabela acima aponta é a atuação da polícia federal no controle do mercado atacadista de drogas, comércio que atravessa a maior parte dos municípios pesquisados, em grande medida em embarcações comuns que transportam mercadorias legais e em menor medida em embarcações menores com uso eventual de escolta armada. São muitas as dificuldades dos operadores das instituições de segurança pública para o controle da circulação de drogas na Amazônia, mas certamente a principal delas é a extensa área de cobertura em comparação ao efetivo e os equipamentos necessários para realizar o controle e fiscalização. A avaliação recorrente é de uma estrutura logística superior do tráfico em relação às instituições de segurança pública, portanto seria muito importante a compra de aeronaves anfíbias e de helicópteros, assim como a capacitação dos policiais para operar tais equipamentos.

Ainda assim as estatísticas do InfoPen, que registram a população penitenciária do país, informam, para o estado do Amazonas, que a população carcerária em dezembro de 2012 era de 7775 presos, totalizando uma taxa de 223,36 presos por 100.000 habitantes. Em relação a 2011, houve crescimento da população prisional, cuja taxa era de 184,86, diminuição da participação de presos vindos de municípios do interior, bem como um aumento significativo de presos por tráfico internacional (de 163 em 2011 para 283 presos em 2012).

Gráfico 1. Número de presos por tráfico no Amazonas: 2005-2012



Fonte: Infopen

É importante enfatizar neste relatório, cujo centro do interesse é a segurança pública e não apenas o controle dos mercados ilícitos, que aparentemente a escala de circulação atacadista da pasta base de cocaína pouco se comunica com a venda varejista e a dinâmica da criminalidade local nas cidades pesquisadas. Isto parece decisivo para a precisão das formas de incidência governamental na área da segurança pública das cidades de fronteira. Contudo, cabe mencionar a exceção de Tabatinga, a maior cidade da faixa de fronteira amazônica, localizada no mais importante corredor de pasta base de cocaína no arco norte brasileiro. Nesta cidade aparece com muita clareza o fenômeno da pistolagem e de grupos de extermínio, comumente associados ao tráfico de drogas, inclusive com execuções durante o dia e sem o uso de máscaras.

Curioso que Tabatinga é uma cidade que conta com todas as instituições de segurança pública, ainda que a maior parte delas não tenha a infra estrutura adequada para exercer as suas funções em sua plenitude. Neste sentido cabe ainda mais duas observações importantes: em primeiro lugar é muito evidente, sobretudo no acompanhamento das operações conjuntas das diversas instituições de segurança pública feitas durante as operações Ágata (desde o início atuando na cidade), que tais operações são realizadas tendo como objetivo o exercício de treinamento em ambientes inter agências no sentido de suprir a deficiência logística e operacional que encontra-se no local. A questão a ser refletida é se estas operações apontam para uma melhor eficiência na área de segurança pública, especialmente se pensarmos o treinamento específico e as atribuições da coordenação de tais operações. Em segundo lugar, foi apontado em diversas ocasiões a participação da sociedade civil como um mecanismo desejável de gestão pública, compartilhando as decisões relativas desta área e suplementando as instituições de prestação de social de contas e do controle externo da atuação da segurança pública. Nesta direção, foi muito enfatizado que a participação dos moradores seria um importante instrumento de construção de modelos de gestão atentos para as particularidades do estado do Amazonas.

Por fim, cabe ainda destacar que uma das particularidades do Estado do Amazonas na área de segurança pública é sua relação entre a questão indígena. Da parte das lideranças indígenas, é frequente o relatado de problemas de invasão de suas terras por traficantes de drogas e criminosos que resultariam em roubos, estupros e assassinatos, ocasionalmente consumo de drogas e, em casos mais raros e extremos a cooptação de indígenas para o transporte dessas mercadorias. A situação é agravada por diversas razões, como o fraco diálogo institucional, a indecisão de quem deveria atuar em casos como estes e até mesmo a recusa de parte dos operadores das instituições de segurança pública de entrar em terras indígenas. Há relatos de tentativas de auto-organização indígena, sobretudo a experiência da Piasol (Polícia Indígena do Alto Solimões), que foram vistas pela maior parte dos operadores das instituições de segurança pública como milícias e não obtiveram apoio para se integrar às instituições oficiais de segurança pública. Trata-se de questões delicadas que devem ser enfrentadas.

Tabela 3. Ocorrências, tipo de ocorrência e número de ocorrência no Estado do Amazonas entre 2006-2012.

UF	OCORRÊNCIAS	TIPO DE OCORRÊNCIA	Número de ocorrências						
			2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
AMAZONAS	Apreensão de entorpecentes	Apreensão de entorpecentes	838	859	1.168	1.298	1.793	1.971	3.124
	Crimes com morte	Homícidio culposo de trânsito	101	144	118	140	269	278	236
		Homícidio doloso	613	664	698	776	916	1.033	932
		Lesão corporal seguida de morte	9	21	14	42	20	20	20
		Outros crimes resultantes em morte	14	18	2	2	31	20	11
		Outros homicídios culposos	5	15	10	16	17	26	27
		Roubo seguido de morte (latrocínio)	29	31	26	28	46	43	38
	Crimes contra a liberdade sexual	Atentado violento ao pudor	300	369	358	245	0	0	0
		Estrupo	314	394	304	449	1.144	1.058	889
		Tentativa de atentado violento ao pudor	8	17	24	20	0	0	0
		Tentativa de estupro	119	151	139	165	265	240	272
	Crimes contra a pessoa sem morte	Ameaça	18.646	23.857	23.756	25.087	31.770	30.437	23.739
		Lesão corporal culposa de trânsito	2.373	3.289	3.407	3.565	5.447	5.644	4.936
		Lesão corporal dolosa	17.510	16.700	15.274	14.485	18.556	17.698	9.168
		Outras lesões corporais culposas	60	105	82	616	569	465	52
		Outros crimes resultantes em lesão corporal	1	0	0	5	23	23	1
		Tentativa de homicídio	653	542	514	514	726	799	454
	Crimes contra o patrimônio	Estelionato	1.294	3.197	1.703	1.738	3.311	2.482	2.086
		Extorsão mediante sequestro	14	14	11	9	9	9	22
		Furto a transuente	1.257	9.210	8.752	8.918	9.913	11.835	4.851
Furto de carga		7	86	57	50	83	49	10	
Furto de veículo		1.350	2.247	1.807	1.515	1.843	1.968	1.399	

AMAZONAS									
Crimes contra o patrimônio	Furto em residência								
	Outros furtos								
	Outros roubos								
	Roubo a instituição financeira								
	Roubo a ou de veículo de transporte de valores (carro-forte)								
	Roubo a transuente								
	Roubo com restrição de liberdade da vítima								
	Roubo de carga								
	Roubo de veículo								
	Roubo em estabelecimento comercial ou de serviços								
	Roubo em residência								
	Roubo em transporte coletivo								
	Legislação especial	Atos infracionais(criança e adolescente)							
Crimes contra o consumidor									
Crimes contra o meio ambiente									
Entopercentes (posse e uso)									
Entopercentes (tráfico)									
Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de crime									
Porte ilegal de armas de fogo									
Racismo, preconceito e discriminação									
Tortura									
Violação de direito autoral, marca ou patente									

AMAZONAS	Outras ocorrências com morte	Mortes e esclarecer	10	6	24	4	38	76	26
		Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)	177	131	47	66	121	48	10
		Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)	37	30	50	25	45	47	63
		Suicídio	26	49	42	35	28	38	48
	Outras ocorrências sem morte	Lesão acidental no trânsito (exceto lesão corporal culposa)	34	143	115	54	76	109	6
		Outras lesões acidentais (exceto lesão corporal culposa)	3	74	12	20	32	20	5

Fonte: MJ-SENASP (coordenação geral de pesquisa e análise da informação – SINESPJC- Módulo Polícia Civil 2006-2012)

RECOMENDAÇÕES

- Estimular uma maior participação dos atores sociais nas definições de políticas de Segurança Pública pelo conhecimento mais próximo da realidade cotidiana local, podendo contribuir para um desenho mais eficaz de política pública na área e para auxiliar no provimento da segurança dos cidadãos e no controle da atividade policial.
- Mapeamento das diversas formas de organização da sociedade civil nos municípios de fronteira com vistas a ampliar os espaços de participação nas políticas de segurança nacionais e estaduais.
- Qualificar e publicizar a produção de dados criminais, especialmente sobre apreensão de drogas, armas e outras mercadorias ilícitas, distinguindo as fontes (polícia militar, polícia civil, guardas municipais).
- Reconhecer que a maior parte dos conflitos locais e dos problemas de segurança pública, especialmente em suas áreas urbanas ou densamente povoadas, não decorre da existência de tráfico transfronteiriço em grande escala, nacional ou internacional. Tratar esses problemas segundo a experiência policial em lidar com crimes urbanos convencionais, como o furto, o roubo, os conflitos interpessoais, a violência doméstica e contra a mulher e os crimes sexuais.
- O recurso à inteligência e à prevenção deve visar também causar o mínimo possível de constrangimento à população local, diferenciando, sempre com base na experiência e na informação qualificada, o que decorre das redes do tráfico no atacado (internacional ou nacional) do micro tráfico operado localmente, que não deve ocupar estrategicamente o trabalho desses grupos especializados.

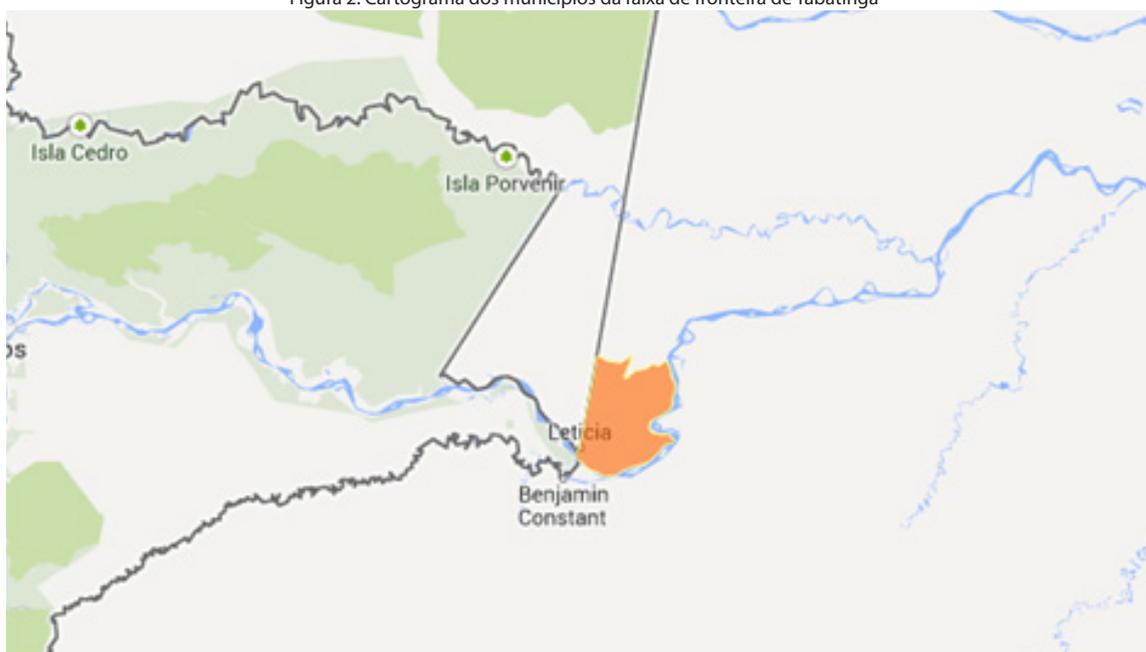
- Disseminar padrões de policiamento comunitário nos municípios de fronteira, visando a segurança local.
- Valorizar e estimular os comitês de fronteira binacionais ou trinacionais e os GGIFs – Gabinetes de gestão integrada de fronteira.
- Identificar os principais corredores do tráfico internacional e das rotas optativas principais em que fluem drogas, armas e outras mercadorias ilícitas e implantação de pontos de fiscalização móveis no diapasão dessas rotas. Esses pontos devem também se ocupar do que sai do lado brasileiro em direção ao país vizinho, já que uma parte desse trânsito serve de moeda para as mercadorias ilícitas que entram no Brasil.
- Esses pontos de fiscalização devem ser operados por grupos especializados e formados com conhecimento das áreas em que vão atuar, baseados em trabalho permanente de inteligência.
- Articulação dos grupos especializados deve contemplar unidades operacionais de alcance estadual e trabalho articulado com a polícia federal e a receita federal.
- Investimentos em boas condições de trabalho para os operadores de segurança em geral e, em particular, para os grupos especializados de fronteira, o que significa locais adequados e preparados para um trabalho efetivo, o que necessariamente inclui meios de comunicação e acesso permanente à internet.
- Ligação dos grupos especializados direta às centrais de comando e controle nas capitais, baseadas em tecnologia de informação produzida por veículos aéreos não tripulados, de modo a poder intervir sempre que necessário, em tempo hábil, em eventos localizados.
- Maior controle do tráfego aéreo de aeronaves em baixa altitude, principalmente em áreas de reservas (florestais ou indígenas).
- Estimular programas continuados de redução da vulnerabilidade policial à corrupção;
- Ampliar os programas de enfrentamento à violência e exploração sexual contra criança e adolescentes atualmente existentes. Realizar campanhas educativas abrangendo homens e mulheres, adolescentes e adultos para o enfrentamento da violência contra a mulher.
- Disseminar padrões de respeito aos cidadãos e à diversidade cultural na ocasião da abordagem e revista. Fomentar campanhas que promovam a diminuição do preconceito contra os indígenas.

- Criar guardas indígenas institucionalizadas como forma de resolver o impasse sobre a efetiva atribuição da atividade policial em terras indígenas e, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos povos indígenas. Pensar a melhor maneira de integrar os guardas indígenas ao conjunto de instituições de segurança pública e justiça.
- Planejamento estratégico de atuação nas áreas do desenvolvimento social, econômico e da segurança pública com estímulos ao desenvolvimento sustentável local baseadas nos arranjos produtivos já existentes tanto no meio urbano como rural, auxílio aos empreendimentos locais que necessitam de capacitação ou crédito tanto no meio urbano como rural, rapidez na aprovação das zonas francas e áreas de livre comércio associadas ao fomento das ligações comerciais entre as cidades fronteiriças, facilitação do escoamento da produção em escala local, regional, nacional e internacional
- Planejamento estratégico de atuação nas áreas da cooperação internacional e da segurança pública: estabelecimento de metas para que equipamentos e serviços públicos possam ser utilizados pelas populações fronteiriças, estimular as diversas festividades que celebram a amizade entre os povos das fronteiras, ampliar a troca de informações das forças policiais e criar um banco de dados comum, criar gabinetes de gestão integrada dos problemas de fronteira de forma a estimular a integração e a cooperação das instituições de segurança dos países vizinhos, criação de um fórum de discussão das diferenças legislativas entre os países para encaminhamento e apreciação das autoridades responsáveis.
- Consolidar a visão de que o planejamento urbano é uma forma estratégica de enfrentamento dos problemas de segurança pública.
- Promoção da elaboração e da implementação dos planos diretores municipais por meio de consulta pública em relação às necessidades locais e apoio técnico para consolidação da viabilidade técnica das demandas.
- Instalação de Habitações sociais o mais próximo possível dos assentamentos urbanos centrais como forma de promoção da função social da habitação e impedir a segregação urbana.
- Ordenamento da mobilidade urbana com vistas à prevenção das muitas mortes decorrentes de acidentes de carros e motos. A criação de postos itinerantes do DENATRAN pode ser uma solução rápida e pouco custosa para regularização das carteiras nacionais de habilitação e, ao mesmo tempo, uma forma de exigir o curso de formação sobre leis e regras de trânsito, assim como de perícia do equipamento automotivo. O mesmo deve ser feito para as embarcações fluviais em determinadas regiões do país.

TABATINGA

O município de Tabatinga foi criado por meio da emenda constitucional número 12 de 10 de Dezembro de 1981, desmembrando-se do município de Benjamin Constant. Está localizado no sudoeste do estado do Amazonas, a 852 km da capital Manaus, à qual encontra-se ligado por via aérea e via fluvial. Situa-se na região do Alto Solimões, na margem esquerda do rio Solimões.

Figura 2. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Tabatinga



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Emenda Constitucional nº 12, de 10-12-1981, (Art. 2º — disposições gerais e transitórias).

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 3.224,875 km²

Fronteiras: Colômbia, Peru e municípios de Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, e Benjamin Constant.

População (2010): 52.272 habitantes

Densidade demográfica: 16,21 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,65

PIB (2010): R\$ 232.173,00

PIB per capita (2010): R\$ 4.441,04

IDH-M (2010): 0,616

Gentílico: tabatinguense

Histórico

Tabatinga é uma palavra de origem indígena que no Tupi significa “barro branco” de muita viscosidade, encontrado no fundo dos rios, e, no Tupi Guarani quer dizer “casa pequena”. A cidade de Tabatinga deriva do povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga, em torno do forte de mesmo nome, fundada em 1776 por Fernando da Costa Ataíde Teives, que para ali transferiu um destacamento militar do Javari (mais ao sul, nas fronteiras Brasil-Peru), estabelecendo um posto de guarda de fronteiras entre domínios do Reino de Portugal e da Espanha. A intenção inicial da construção do forte foi o controle do contrabando e a garantia da posse do território, no período imediatamente anterior ao tratado de Santo Ildefonso em 1777, mas é de se notar que o equipamento militar era restrito a poucas canhonetas, recentemente encontradas no fundo do rio Solimões e atualmente expostas no Comando de Fronteira do exército. Sem dúvida que a função militar foi mais simbólica do que efetiva, fazendo parte de um plano maior dos portugueses de marcar presença e reforçar o princípio do *uti possidetis* pela construção de uma linha de fortificações nos confins ocidentais da colônia do Brasil.

Tabatinga foi por um longo período um subdistrito de Benjamin Constant, que era o distrito-sede da região. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Tabatinga, pela Emenda Constitucional nº 12, de 10-12-1981, (Art. 2º — disposições gerais e transitórias), delimitado pelo decreto estadual nº 6158, de 25-02-1982, desmembrado dos municípios de Benjamin Constant e São Paulo de Olivença.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a agricultura, com importância para o cultivo de mandioca e banana, além da pesca, destacando-se como um dos maiores entrepostos de pescado da região. Encontram-se também algumas serralherias e além de um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. A pecuária e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM TAGATINGA

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 54.440 habitantes

Homicídios (2012): 28

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Federal, Força Nacional, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Receita Federal.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 789 habitantes
População/efetivo da polícia civil 1 policial para 4.188 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 4. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal em Tabatinga

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal						
População (estimativa em 2012) = 54.440 habitantes; Homicídios (2012) = 28						
Unidades	Polícia Civil 2 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão e 2 postos fixos		Polícia Federal 1 delegacia e 1 posto e 1 comando operacional	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	2	Delegados	2
	Agentes	11	Praças	67	Agentes	25
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Polícia Federal Estrutura antiga, precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Polícia Federal Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Computador	2		20		21	
Impressora	3		3		6	
Telefone fixo	1		1		6	
Fax	1		1		2	
Scanner	-		-		6	
Internet	Com acesso		Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-		-	
Estação de rádio digital	-		1		1	
Equipamento de visão noturna	-		-		3	
Aparelho de TV	-		-		3	
Gravadores	-		-		-	
Máquina Fotográfica	1		1		3	
Filmadora	-		-		2	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	2	4	14	21
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	2	-
Moto	3	-	1	2	1	-
Embarcação sem motor	-	-	2	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	2	-	4	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre combustível	Polícia Civil Suficiente		Polícia Militar Suficiente		Polícia Federal Suficiente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	

Celulares corporativos	-	8	1
Rádio em viaturas (digital)	-	2	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	5
Rádio portátil (HT)	-	-	17
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	1
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	1
Notebooks	-	1	10
Arquivos em ficha de papel	-	4	2
Aparelho de comunicação via satélite	-	-	2
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Algemas	14	133	30
Colete antibalísticos	16	15	70
Escudos	-	-	5
Capacetes	-	-	5
Placa balística	-	15	10
Outros	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	60	*
Carabina	-	2	2
Espingarda	1	6	-
Metralhadora	1	-	1
Submetralhadora	2	7	8
Fuzil	0	-	11
Revólver	0	23	-
Pistola	11	25	37
Arma de condutividade elétrica	-	8	1
Bomba de efeito moral	*	-	*
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	-
Outro	Granadas de efeito moral	-	*
	Spray de pimenta	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Insuficientes	Polícia Militar Insuficientes	Polícia Federal Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	Não
Capacidade	80	*	*
Média de presos/mês	80	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 130	Polícia Militar *	Polícia Federal *

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Tabela 5. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Tabatinga

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	40	
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura até cinco pessoas	-	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	-	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
	Outros	-	-

Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-
	Coletes antibalísticos	-
	Escudos	-
	Capacetes	-
	Placas balísticas	-
	Outros	-
Guarda atua armada	Não	
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	40
	Carabina	*
	Espingarda	*
	Metralhadora	*
	Submetralhadora	*
	Fuzil	*
	Revólver	*
	Pistola	*
	Arma de condutividade elétrica	-
	Bomba de efeito moral	-
	Outros	Spray de pimenta -
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	sim
	Segurança em eventos e comemorações	sim
	Ronda escolar	sim
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	sim
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
Atividades assistenciais diversas	-	
Outra	-	

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Tabela 6. Recursos humanos e materiais da Força Nacional em Tabatinga

Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional	
Início da Atuação	2010
Efetivo	22
Veículos	2
Principais Atividades	Combate ao tráfico de drogas
	Combate ao tráfico de armas
	Combate ao tráfico de pessoas
	Combate aos crimes ambientais
	Combate ao contrabando
	Combate à mineração ilegal
	Apoio à Polícia Federal
Apoio a outros órgãos de segurança	

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Polícia Civil

No município de Tabatinga existem duas delegacias. No que se refere à estrutura de comunicação, o centro possui conexão à internet com velocidade de 250Kb/s. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza sistemas de administração. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e em fichas de papel em fichários e há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos. Portanto o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais apenas desde 2012.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Receita Federal, a Força Nacional e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com a Receita Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de comandos binacionais de segurança. Em Tabatinga, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos colaborativas e amigáveis. A Polícia Civil de Tabatinga não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. Não participou em 2012 da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e também não participa nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Tabatinga está em uso uma série de sistemas de administração e computadores que são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas, de controle de munição, de controle e manutenção de equipamentos e sistema de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, há pelo menos dois, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, efetuando-se a inclusão destas no Infoseg, também fazem georreferenciamento de crimes, divulgação pública e regular de estatísticas. O controle de dados criminais é feito através de planilhas de papel, fichas e fichários de ocorrências. No que diz respeito à internet, o entrevistado não soube precisar a velocidade, mas afirmou que a conexão é muito lenta. O entrevistado não respondeu sobre os bancos de dados serem integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Poder Judiciário, a Força Nacional e a Polícia Federal, sendo que, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal, a Polícia Civil e com o INCRA. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operações de fronteiras e participa de comandos binacionais de segurança. Em Tabatinga, a Polícia Militar possui uma relação amigável e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinelas.

Polícia Federal

No município de Tabatinga existe uma Delegacia, um posto de controle da fronteira e comando operacional. A rotatividade de pessoal nessas unidades é muito alta. Os sistemas de administração em uso pela Polícia Federal são: sistema de recursos humanos, sistema de estoque, sistema de controle de viaturas, sistema de controle de armas, sistema de protocolo e sistema financeiro. Sobre a conexão com a internet, a pergunta não foi respondida. Os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são sistema de registro de ocorrência, sistema de registro de inquérito, divulgação pública e regular das estatísticas, e os dados também são armazenados em tabelas ou listas de papel e em fichários de ocorrência. O banco de dados está integrado a outros sistemas de informação.

Dentre as atividades desempenhadas em 2012 estão listadas combate ao tráfico de drogas, combate ao contrabando e descaminho, combate à corrupção, combate ao crime ambiental, combate ao tráfico de armas, combate ao tráfico de pessoas, combate a crimes financeiros e combate a crimes previdenciários. A Polícia Federal de Tabatinga acredita que a participação em coletivos de gestão modifica e melhora as condições de atuação da Polícia Federal. Porém, a unidade não participou da ENAFRON em 2012.

Força Nacional de Segurança Pública

No município de Tabatinga, a Força Nacional utiliza como base para as suas operações a delegacia da Polícia Federal e a base de fronteira. Não tem alojamento próprio e usa um hotel. A principal origem institucional dos agentes da Força Nacional é a Polícia Militar. Atualmente há dois oficiais atuando, sendo um capitão e um tenente. As atividades da Força Nacional na fronteira são o combate ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o combate aos crimes ambientais, ao contrabando, à mineração ilegal,

oferecendo apoio ao seu principal parceiro, a Polícia Federal, mas também à polícia civil e à polícia militar. Os quatro maiores parceiros da Força Nacional deste município são a Polícia Federal, as Forças Armadas, a Polícia Militar e a Receita Federal.

Guarda Municipal

O município de Tabatinga não conta com Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal ou Plano Municipal de Prevenção à Violência. Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, no entanto, desde 1999 o comando da Guarda Municipal foi estabelecido por decreto. Diretamente subordinada ao prefeito, a Guarda Municipal atua desde 2001. O atual comandante desta instituição tem formação pelas Forças Armadas. As instalações onde se encontra a GM são próprias e funcionam dentro da sede da prefeitura. A Guarda Municipal não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. No que se refere à formação dos Guardas Municipais, a instituição que ministra o curso é a Polícia Militar, sendo os três temas mais enfatizados durante o curso mais recente foram o papel e atribuições da Guarda Municipal, Direitos Humanos, gestão de conflitos e eventos cotidianos. Durante este mesmo curso as técnicas de formação mais enfatizada foram: técnicas de abordagem, ordem unida, técnicas de defesa pessoal e imobilização, análise da situação e técnica de preservação do local do crime e uso legal e progressivo da força física.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, escassez de recursos humanos, instalações inadequadas e deficientes e falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município.

As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: estacionamento em locais proibidos e participação em eventos realizados pelo município.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil Ministério Público

As maiores dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Tabatinga são, segundo o representante entrevistado, a falta de recursos materiais e de recursos humanos, falta de segurança no trabalho e falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal. Desde o ano de 2011, o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias para os relatórios internos da instituição. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum

coletivo de gestão de segurança pública e tampouco das operações de fronteira ou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Tabatinga são: a Polícia Militar e o Conselho Tutelar. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Tabatinga encontra dificuldade no excesso de demanda dificulta o atendimento adequado, falta de entidades para receber crianças e atender famílias, dificuldades no relacionamento com o Poder Executivo, falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelos demais órgãos públicos, falta de ação articulada com outros órgãos da administração pública e falta um lugar para a sede que seja mais acessível para a população. Dentre os direitos violados mais registrados os tipos mais comuns são: maus tratos ou abandonos, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 7. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em Tabatinga

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe A	
Efetivo	Auditores	3
	Analistas	1
	Técnicos	-
	Terceirizados	14
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

A Receita Federal de Tabatinga dispõe de dois carros e uma moto oficiais funcionando e frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Os principais problemas da Receita Federal em Tabatinga são: falta de funcionários, infraestrutura de contenção e fiscalização deficientes. Há internet, porém, com velocidade muito baixa.

A Receita Federal de Tabatinga não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou de nenhuma operação.

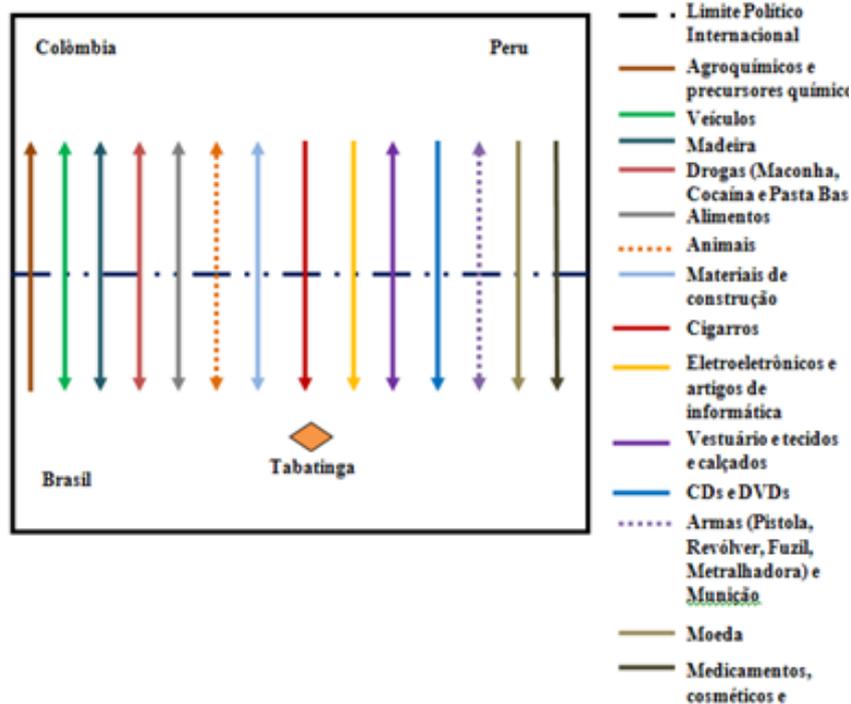
Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os operadores das instituições de segurança pública e os membros da sociedade civil, o fato do município de Tabatinga estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Operadores das instituições entrevistados alegam que tal condição traz maior acesso a bens e serviço, além de atrair fluxos financeiros vindos de exterior, em uma cidade que é vista de maneira geral com muita necessidade de empregos por não existir muitas alternativas produtivas locais capazes de gerar renda para seus moradores. Segundo os entrevistados, o exército é o maior empregador do município, depois os funcionários públicos municipais, estaduais e federais, além da circulação de recursos provenientes dos benefícios sociais e aposentadorias. A falta de uma política de desenvolvimento econômico é agravada, segundo os membros da sociedade civil, pelo estigma de cidade violenta, que atrapalha os moradores na busca de emprego. Foi relatado, por exemplo, que quando da instalação de um ponto comercial ou de uma indústria, por desconfiança dos moradores de Tabatinga os dono desses estabelecimentos trazem empregados de fora da cidade.

Existe um consenso de que as trocas entre os países são muito importantes para que a população de cada lugar tenha acesso a produtos que não são encontrados localmente. Letícia, pelo lado colombiano, se destaca pelos produtos industriais de melhor qualidade em relação aos equivalentes brasileiros, comprando do Brasil carne e frango congelados, também chocolate, arroz, óleo e açúcar. Frutas e verduras peruanas são muito apreciadas e consumidas dada a sua qualidade e variedade quando comparadas aquelas que chegam do Brasil. De forma mais geral, dada a necessidade dos moradores dos produtos colombianos e peruanos acima citados, os representantes da sociedade civil e mesmo os operadores das instituições de segurança acreditam que a fiscalização excessiva destes produtos prejudicaria a cidade, por isso mesmo há temor que, por exemplo, um maior controle da vigilância sanitária impeça as frutas e verduras peruanas de continuarem a circular para o Brasil.

Figura 3. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira Tabatinga x Colômbia e Peru



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras" Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

Um fato muito importante a ser considerado e constantemente apontado pela ampla maioria dos entrevistados é que Letícia, por ser capital do departamento colombiano do Amazonas, tem ótimas condições de infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos, além de estradas que oferecem uma ligação com o restante do país, ao contrário de Tabatinga cuja ligação com Manaus é feita apenas por via fluvial ou aérea. Desta maneira, além dos produtos comercializados proveniente de Letícia, a população de Tabatinga utiliza também as diversas opções de lazer e as clínicas médicas particulares instaladas na cidade colombiana. Estas últimas são consideradas melhores que o hospital militar brasileiro, único a oferecer serviços médicos na cidade e trabalhando além de sua função inicial de oferecer o apoio à vila militar, portanto, sobrecarregado em seus serviços. Ainda que pagos, os médicos colombianos são vistos como mais qualificados e mais novos que aqueles lotados no hospital militar, sobretudo nos meses de janeiro até março quando o hospital militar encontra-se fechado. Nesta direção, muitos entrevistados apontaram como uma solução à carência deste serviço a proposta de um hospital internacional para as duas cidades.

Por estas razões, uma visão amplamente partilhada pelos entrevistados foi a necessidade de maior integração com os países vizinhos, contudo, apontam duas dificuldades nesta direção. Em primeiro lugar, relatam que os brasileiros têm muita dificuldade de conseguir trabalhar regularmente na Colômbia, o inverso não acontecendo, sobretudo na área comercial, onde encontramos diversos estabelecimentos administrados por colombianos. Em segundo, outro problema apontado é em relação ao acesso à dupla cidadania no Peru e na Colômbia, o inverso não acontecendo, mesmo que sejam relatados como frequentes os casamentos entre

brasileiros e colombianos. Para os entrevistados da sociedade civil, apenas pessoas envolvidas em atividades ilícitas conseguem circular e trabalhar nos três países.

Quanto à afirmativa de que “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município” não há consenso; dos seis entrevistados, três concordam e três discordam. Quanto às afirmativas a seguir, todos os entrevistados concordaram:

- 1) “o município de Tabatinga possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”.
- 2) “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Tabatinga foram assinalados: contrabando; tráfico de drogas e armas; exploração sexual infanto-juvenil; imigração ilegal; trabalho escravo; disputas de terras; mineração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 8. Percepção da incidência de crimes no município de Tabatinga

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	**	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Frequentemente	Jamais	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: Survey pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Para o entrevistado da Polícia Civil, os tipos mais frequentes de furtos são furto de motocicleta e de residência, já para o representante da Polícia Militar, os tipos mais frequentes são furto no comércio e em residências, para o representante da Justiça, os mais frequentes são furto no comércio, em residência e a transeunte. Há consenso sobre os tipos de roubos mais frequentes serem a transeunte e a estabelecimento comercial, porém também foram citados roubos a residências e outros tipos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e cheques sem fundos. Extorsões, segundo os entrevistados, jamais ocorrem.

Maior problema identificado tanto pelos operadores das instituições de segurança como pelos membros da sociedade civil é a pistolagem. Tais crimes, aparentemente ocorrem há muitos anos na cidade e são comumente associados pelos entrevistados aos ilícitos transfronteiriços, especialmente o tráfico de drogas. Uma grande mudança apontada nos últimos anos foram as execuções durante o dia e sem o uso de máscaras, inclusive com situações descritas de intimidação em relação às pessoas que por ventura presenciam este tipo de situação. Um caso recente amplamente citado, até por sua carga simbólica, foi uma execução em frente ao fórum de justiça. Isto parece ilustrar, na opinião dos entrevistados da sociedade civil, uma maior ousadia dos criminosos e também a certeza de que não serão presos.

As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas, para os operadores das instituições de segurança, são aquelas decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime e em situações domésticas. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram os conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado e os acerto de contas entre criminosos, também sendo citado o latrocínio.

Existe ainda em relação aos operadores das instituições de segurança, diferenças na maneira pela qual o tráfico de drogas se articula nos três países que estabelecem fronteira na região. O tráfico mais organizado localiza-se na Colômbia e no Peru, onde se encontram as plantações e laboratório no Peru – no rio Javari e na calha do Solimões realizados por peruanos e “israelitas” e os laboratórios em território colombiano. No Brasil os grupos são descritos se ocupando basicamente do transporte, seja em esquemas vistos como desorganizados, por meio de mulas que ganham por volta de R\$ 1500 por passagem, ou seja, uma população pobre e mobilizada para fazer esta parte precária do processo, ou ainda em escoltas de grandes carregamentos, muito mais organizados e por vezes se ocupando do beneficiamento também. Em Manaus são apontados os grupos mais organizados do lado brasileiro, onde ocorre divisão de tarefas entre o produtor, o distribuidor e o revendedor em suas formas de articulação variadas, constituindo, portanto, redes que podem ou não se ligar no atacado e no varejo, formando-se diversos esquemas diferentes. Apesar desta organização do tráfico em Manaus, na visão dos entrevistados os principais traficantes moram na fronteira, sobretudo em Letícia.

O tráfico é, sobretudo, atacadista, feito para consumo interno e exportação, cuja estimativa é de 10 ton./ano de pasta base, vendida no local a R\$ 2.000,00. Os grupos de escoltas carregam entre 300 e 400 kg de pasta base e são fortemente armados, tendo inclusive sido relatados confrontos violentos com morte de agentes da polícia federal. A rota passa até Manaus, onde se encontra o maior porto fluvial do país, seguindo para Santarém, Belém, depois o Nordeste, especialmente Fortaleza, depois Recife e São Luís. Trata-se de uma rota tanto para consumo interno no Brasil, nas regiões Norte e Nordeste

como também para exportação para os EUA pelo Caribe e para a Europa pela África e Holanda, pelo porto de Roterdã. O tráfico varejista na cidade de Tabatinga é visto como de pequeno porte, sobretudo feito por famílias.

O contrabando de mercadorias também é apontado como um problema da região, sendo os maiores exemplos a gasolina peruana e o cimento brasileiro. Os postos flutuantes que existem nas cidades peruanas em um volume muito maior do que a capacidade da população local tem de consumi-las é visto como uma clara evidência de que estas mercadorias estão presentes para a venda informal no Brasil. Tanto a gasolina como o cimento, ao contrário de outras mercadorias que circulam entre os países, são precursores químicos da cocaína, sendo visto então como o maior problema deste tipo de crime.

Ainda é importante destacar que as lideranças indígenas avaliam ser fraco o diálogo e a proteção das instituições de segurança nas terras indígenas, sendo estas áreas invadidas por traficantes e criminosos. Também foi relatado por outros membros da sociedade civil e os operadores das instituições de segurança o uso de indígenas para transporte e o consumo de drogas nessas comunidades, ainda que na visão desses últimos o problema principal seja o álcool. Sobre este assunto, os operadores especificam que os índios, pela sua capacidade única de andar na floresta, são utilizados para que, antecipando as barreiras fluviais de controle, o transporte de drogas ocorra por dentro da floresta, nas curvas dos rios ou nos limites de Tabatinga, evitando assim que barcos, balsas e voadeiras sejam fiscalizados.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Tabatinga é o estupro ou abuso sexual de menores de idade e também foram citados atos libidinosos e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

Avaliação das instituições de segurança pública

Tanto para os operadores das instituições de segurança, quanto para os membros da sociedade civil, Letícia é considerada uma cidade muito mais segura que Tabatinga. O uso de grades nas casas na cidade brasileira, fato que não ocorria antes e passa a ser mais comum, é visto como um indicador da falta de segurança no município. A avaliação das causas, contudo, é divergente: para os membros da sociedade civil a polícia colombiana é menos corrupta e mais eficiente, já os operadores das instituições de segurança, a polícia de Letícia é melhor estruturada e preparada. Na visão dos operadores das instituições de segurança entrevistados, sendo a região uma tríplice fronteira e considerando sua importância frente às questões relacionadas ao tráfico de drogas, essas instituições deveriam ser melhor aparelhadas.

Foi dito, entre os operadores das instituições de segurança, que não existe problema de violência em Tabatinga, sendo esta considerada uma cidade tranquila, cujo único problema é a pistolagem entre traficantes, visto como “casos cirúrgicos” porque não afetam os moradores não envolvidos com o tráfico de drogas. De forma semelhante, entre os membros da sociedade civil foi comum a visão de que as mortes por pistolagem são menos importantes que outros tipos de crimes porque os envolvidos seriam pessoas envolvidas com o tráfico de drogas. Contudo, para os entrevistados da sociedade civil a polícia é considerada omissa nos casos de pistolagem, atuando quase exclusivamente na avenida da amizade e deixando os bairros afastados sem uma cobertura maior. O maior problema desta omissão seria a ocorrência de outros tipos de crimes como roubos ao comércio, realizado por colombianos que vem para o Brasil com a certeza que terão lucros maiores e menor controle em suas atividades ilícitas. Em relação aos roubos, os operadores das instituições de segurança pública dizem ser uma dinâmica recente o uso de armas de fogo, dado que aumentou o tráfico de armas do Brasil para a Colômbia e o Peru.

São muitas as dificuldades para o controle da circulação de drogas pelos operadores das instituições de segurança pública, mas a principal delas é a extensa área de cobertura em comparação ao efetivo e os meios necessários para realizar o controle e fiscalização. A avaliação recorrente é de uma estrutura logística superior do tráfico em relação às instituições de segurança pública, sendo inclusive relatado até mesmo o uso de submarinos para transporte de drogas. Nesta direção foi apontado a necessidade de aeronaves anfíbias e helicóptero para as instituições de segurança pública, mas a capacitação dos operadores é considerada tão importante quanto os equipamentos que chegam, por exemplo, pilotos para barcos, treinamento para o combate na selva e para operar equipamento de visão noturna. Para a fiscalização em barcos, o uso de cães farejadores foi considerado decisivo porque torna a atividade mais rápida e eficaz. Já foram encontradas, desta maneira, cocaína em corrimões de barcos, dentro de peças de caminhões, e em uma pia feita de cocaína, lugares difíceis de serem inspecionados sem os animais.

Também consta como parte da visão dos operadores das instituições de segurança pública a importância dos programas estaduais na área como o ronda no bairro e o ESEFRON se integrarem às políticas federais. Nesta direção também existe e é considerada muito importante a cooperação com os países vizinhos. A local polícia peruana é vista como muito corrupta, portanto o trabalho é realizado somente com a polícia nacional, vindo de Lima e não a polícia local em Santa Rosa. Com relação à Colômbia as relações com a polícia são muito boas.

A atuação do exército é muito bem vista pelos operadores das instituições de segurança pública, sobretudo pelo apoio logístico oferecido nas operações de controle

do tráfico de drogas. Para os membros da sociedade civil entrevistados, o exército também foi uma instituição elogiada, mas consideram que em termos de segurança pública é muito limitada no seu alcance. A vila militar foi também considerada um “oásis” de segurança na cidade. Para os representantes do próprio exército, o poder de polícia recentemente atribuído em áreas de fronteira não foi uma demanda da instituição, mas sim uma necessidade por ser esta a instituição mais presente nas fronteiras e com melhor infraestrutura, mas anteriormente sem aparato legal para combater os ilícitos transfronteiriços. De outro lado, consideram que o treinamento e o armamento do exército não são adequados para função, por serem voltados para a defesa da soberania nacional. Apesar desta incompatibilidade, também foi avaliado que pode ser um caminho natural a instituição se tornar uma polícia de fronteira porque é uma instituição confiável, estabelecida nas fronteiras e com pouca rotatividade.

A Operação Ágata é muito criticada pelos membros entrevistados da sociedade civil por ser temporária e com um alto custo que não se justificaria, pela sua ineficácia. Os representantes do exército entrevistados lembraram que a Operação Ágata I foi em Tabatinga, e depois todas as outras também ocorreram no lugar. Na visão desses entrevistados, a operação ágata não deveria ser permanente porque é muito cara e complexa, sendo prioridades para o investimento as áreas de infraestrutura de água, esgoto, energia e internet. De outro lado, é considerada de extrema importância para o treinamento integrado em situações especiais e como demonstração de força do Estado brasileiro. A principal dificuldade da operação é o fato de ser uma operação interagências de coordenação e cooperação, mas como em Tabatinga esta integração sempre ocorreu de forma informal, sua operacionalização nas formas institucional e legal são facilitadas. As principais atividades da operação ágata são a busca nos rios e o controle de bocas de fumo na cidade.

FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE TABATINGA

**Polícia Militar
Centro Integrado de Segurança**



**CREAS - Centro de Medidas
Socioeducativas**



Fronteira – Força Nacional



Fórum



Conselho Tutelar



Força Nacional



TEFÉ

O município de Tefé, anteriormente denominado Ega, foi elevada a categoria de cidade por meio da resolução provincial no 44 em 1759. Está localizada no centro do Estado do Amazonas, a 575 km da capital Manaus, à qual se encontra ligado por via fluvial, viária e aérea. A cidade encontra-se na margem direita do rio Tefé, afluente do rio Solimões.

Figura 4. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Tefé



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: A Vila Ega foi elevada à categoria de cidade em 15 de junho de 1855 e restituída a denominação de Tefé.

Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 23.704,475 km²

Fronteiras: ao norte Alvarães e Maraã, ao sul com Tapauá, ao leste com Ariá, ao oeste Carauari e Japurá

População (2010): 61.453 habitantes

Densidade demográfica: 2,59 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,62

PIB (2010): R\$ 369.906,00

PIB per capita (2010): R\$ 6.024,62

IDH-M (2010): 0,639

Gentílico: tefeense

Histórico

A ambição territorial da Espanha no Amazonas, nos tempos coloniais, encontrou no jesuíta Samuel Fritz um dos seus mais destacados defensores. Neste propósito foram fundadas várias aldeias à margem do Solimões nos fins do século XVII. Tefé foi uma dessas aldeias. Fritz estava realmente convencido de que esta região pertencia à Espanha. Para Portugal, todavia, o território era seu e como tal cumpria-lhe preservá-lo do domínio espanhol, que se implantava simultaneamente com a obra catequista dos missionários espanhóis.

Em 1708, o Governador do Grão-Pará enviou uma tropa sob o comando do Capitão Inácio Correia de Oliveira para fazer evacuar as ditas aldeias, cujo responsável era então o padre João Batista Sana. O padre Sana, simulando obediência à ordem de retirar-se, seguiu para Quito onde obteve uma força armada com que desceu o rio Marañon e o Solimões, investiu contra as aldeias, aprisionando o comandante e muitos soldados da tropa inimiga. Resolveu então o governador do Grão-Pará enviar nova expedição e conseguiu a vitória para as forças portuguesas que aprisionaram, entre outros, o padre Sana. Estas lutas trouxeram a devastação das aldeias, cujos remanescentes o frei André da Costa reuniu na ilha do Veador e trouxe para Tefé. Isto ocorreu em 1718.

Habitavam a região os índios Nuruaques, Cauixanas, Jumans, Passés, Uainumas, Catuquinas, Jamamadis, Pamanas, Juris e Jurimaguas Tupebas ou Tupibas. Em 1759, Tefé foi elevada a vila com a denominação de Ega, de origem portuguesa. A Vila Ega foi elevada à categoria de cidade em 15 de junho de 1855 e restituída a denominação de Tefé. Este nome provém da tribo indígena dos Tapibas, de cujo vocábulo Tefé é corruptela. Depois de Manaus, foi Tefé a primeira localidade amazonense a receber foros de cidade.

Entre as riquezas naturais de Tefé destaca-se a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) que compõe a bandeira do município. Atualmente a principal atividade econômica do município é o extrativismo, a agricultura, a pesca e comércio. Na agricultura é importante o cultivo de mandioca, abacaxi, arroz, cana de açúcar, feijão, juta, malva, melancia e milho. Entre os produtos extrativistas o maior destaque é a castanha, encontrando-se também a madeira, a borracha, a goma elástica e o óleo de copaíba. A piscicultura é um grande gerador de divisas, dado que o município é um importante entreposto da região. A avicultura se sobrepõem criações domésticas e empreendimentos de cunho empresarial de galinhas e patos. Encontram-se também algumas serralherias, estaleiros, olarias e uma fábrica da cerâmica, construção civil, usinas de beneficiamento de arroz, fábricas de móveis e vidros. No setor de serviços existem padarias, hotéis e pensões. A pecuária é basicamente artesanal, voltada para a subsistência, não aparecendo como geradora de renda.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM TEFÉ

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 61.000 habitantes

Homicídios (2012): 9

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Federal, Justiça, Ministério Público, e Receita Federal.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 521 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 6.100 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 9. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Tefé

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa para 2012) = 61.000 habitantes; Homicídios (2012) = 9				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão e 2 unidades	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	6
	Agentes	9	Praças	111
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Polícia Militar Novas e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas/ precisando de reformas		Polícia Militar Novas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador Impressora	8		15	
Telefone fixo	6		3	
Fax	4		2	
Scanner	1		3	
Internet	2		1	
Estação de rádio analógica	Com acesso		Sem acesso	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	1		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	3	1	4	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	5	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende as necessidades	Polícia Militar Frequentemente atende as necessidades
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	6
Rádio portátil (HT)	-	7
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	4	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	5	21
Colete antibalísticos	8	45
Escudos	-	3
Capacetes	-	4
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	31
Carabina	1	-
Espingarda	-	1
Metralhadora	-	1
Submetralhadora	1	1
Fuzil	-	1
Revólver	-	22
Pistola	8	60
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	32	*
Média de presos/mês	-	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 15	Polícia Militar *

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Polícia Civil

No que se refere à estrutura de comunicação, a delegacia possui conexão à internet, mas segundo o entrevistado esta é irregular. A Polícia Civil deste município não utiliza sistemas de gestão de dados. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e arquivos e há sistema de registro de ocorrências e inquéritos, mas sem inclusão no Infoseg. Portanto o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2008.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar.

A Polícia Civil deste município não participa de comandos binacionais de segurança, mas acredita que tal participação melhoraria as condições de sua atuação. Em Tefé, não há troca de informações entre a Polícia Civil e os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil do município não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira; não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e nem tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Esta instituição não usa sistemas de administração e gestão de dados. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados fichas de papel em fichários e controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel; também se produz, desde 2004, informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas. Não há acesso à internet na cidade.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e a Receita Federal, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, nem participa de comandos binacionais de segurança. Em Tefé, a Polícia Militar não troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho. O entrevistado não soube responder se a instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012.

Polícia Federal

O entrevistado da Polícia Federal deste município não forneceu informações sobre os sistemas administrativos ou sistemas de informação em uso pela instituição.

Dentre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais em ordem de importância foram o combate ao tráfico de drogas, ao crime ambiental e ao contrabando. A Polícia Federal do município de Tefé não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Esta unidade participou da ENAFRON no ano de 2012. Neste mesmo ano, participou também da Operação Sentinela. A Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) sempre atua neste município.

Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com a Força Nacional, as Forças Armadas, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Militar. Não há cooperação com as polícias de outros países.

Guarda Municipal

Tabela 10. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Tefé

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	59	
Veículos	Viatura até cinco pessoas	-	Em funcionamento
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	Avariados
	Moto	-	
	Embarcação sem motor	-	
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	
	Avião	*	
	Helicóptero	*	
	Cavalo	-	
	Bicicleta	-	
	Outros	1	
Percepção sobre quantidade de combustível	Frequentemente		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-	
	Coletes antibalísticos	-	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
Outros	-		
Guarda atua armada	Não		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	-	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	*	
	Bomba de efeito moral	*	
Outros	*		

Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º
	Segurança em eventos e comemorações	2º
	Ronda escolar	-
	Auxílio à Polícia Militar	5º
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-
	Atividades de defesa civil	4º
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	3º
Outra	-	

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

No município de Tefé não há Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal ou Plano Municipal de Prevenção à Violência. Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal. Diretamente subordinada à secretaria de administração, a Guarda Municipal atua desde 2005. O atual comandante desta instituição é formado pela Polícia Militar. As instalações onde se encontra a GM foram cedidas por uma instituição pública não informada. A Guarda Municipal não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. Não há cursos para formação dos Guardas Municipais desta instituição.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos humanos, instalações inadequadas ou insuficientes e falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município.

As três ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: uso de entorpecentes; desordem e apoio as operações do IBAMA.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Ministério Público

Tabela 11. Recursos humanos e materiais do Ministério Público em Tefé

Recursos Humanos e Materiais do Ministério Público		
Unidades	Ministério Público	
Efetivo	Promotores	1
Qualidade das instalações internas	Ministério Público	
	Adequadas	

Qualidade da estrutura física das unidades

Ministério Público
Adequadas

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

A Receita Federal de Tefé dispõe de um carro e uma moto e frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, mas a velocidade é baixa.

A Receita Federal de Tefé não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação pouco contribuiria para melhorar a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou de operações realizadas pela Receita Federal de Manaus.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os operadores das instituições de segurança pública, o município de Tefé não está situado próximo à fronteira, logo tal condição é irrelevante para seu desenvolvimento econômico, é de se notar também que isto parece ocorrer porque os problemas não são aqueles que estes relacionam às especificidades das fronteiras e que associam a cidade como um lugar apenas de passagem de drogas.

Dessa forma, a maioria não concordou com as seguintes afirmativas:

- 1) "apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município".
- 2) "o município de Tefé possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira".
- 3) "a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios".

De outro lado, uma parte dos entrevistados considera a cidade como parte da fronteira pela intensa comunicação fluvial, dado que a cidade localiza-se no centro do estado do Amazonas com a confluência de muitos rios importantes, sendo assim passagem de pessoas e mercadorias. Neste sentido, é considerada estratégica também por possui uma logística aérea muito importante para aviões de passagem para o Caribe.

Entre os entrevistas pertencentes a sociedade civil, os produtos que circulam com mais frequência são provenientes da Colômbia, passando por Tabatinga, como

a gasolina, o cigarro e as drogas. Um produto que foi informalmente exportado em grandes quantidades para a Colômbia era o chamado “peixe liso” (os peixes de couro), muito apreciados pela população colombiana. Este comércio funcionou muito bem até aos anos 1990, quando a fiscalização ambiental passou a ser mais rigorosa. Os moradores reconhecem a importância de que a pesca deve ser feita de forma mais sustentável, mas no momento da proibição não houve qualquer tentativa de manutenção dessa que era uma das atividades geradoras de renda mais importante da região, o que consideram que acabou comprometendo parte da economia local.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Tefé foram assinalados: Contrabando, tráfico de drogas e armas, exploração sexual infanto-juvenil, disputas de terras, crimes ambientais e mineração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, só houve consenso quanto a frequência de incidência de venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela 13. Percepção da incidência de crimes no município de Tefé

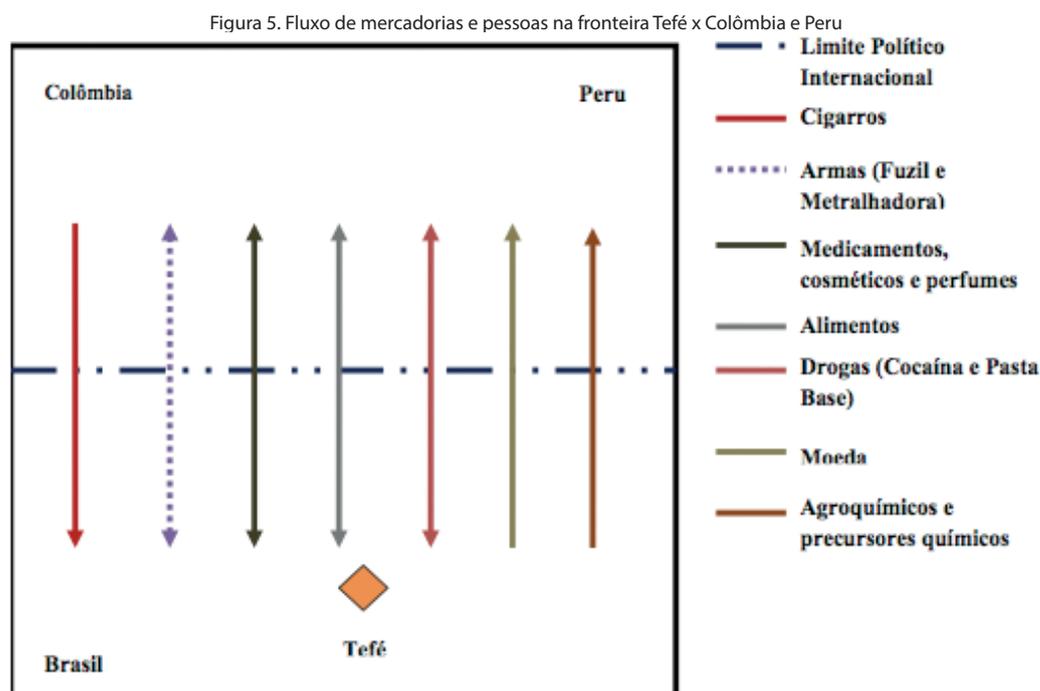
Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Frequentemente

Fonte: Survey pesquisa ‘Segurança Pública nas fronteiras’

Em relação à venda varejista e o consumo de drogas há consenso entre os operadores das instituições de segurança e os membros da sociedade civil em considerar que o consumo de drogas aumentou na cidade. Entre os primeiro, foi relatado a realização de grandes apreensões na região (por tratar-se de parte de uma rota muito importante) e também acredita-se que haja produção local ou próxima. Também já foram localizados portos clandestinos e pistas de pouso na região.

Neste sentido, As principais mercadorias, em circulação do Brasil para o país vizinho são: drogas; agroquímicos; armas; precursores químicos; cosméticos e perfumes; moeda e alimentos. Já do país vizinho para o Brasil são: cigarros; cocaína a pasta base; medicamentos; cosméticos e perfumes; fuzil e metralhadora e alimentos. As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram: CDs e DVDs; cocaína e pasta base; moedas e medicamentos. Os tipos de drogas apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram pasta base, cocaína e maconha.

Ainda em relação às mercadorias que circulam na região, foi citado em diversas oportunidades o problema de produtos contrabandeados como CDs e DVDs, mas não houve consenso em relação à proveniência destes produtos. Os membros entrevistados da sociedade civil acreditam que estes venham do nordeste do Brasil, do Peru e da Colômbia, inclusive acreditam ser positivo o acesso aos produtos, ainda que se desconfortáveis em comprá-los porque são informais. Para os operadores das instituições de segurança, o grande contrabando de CDs vem de Manaus, não de outros países.



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
 Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

A venda ambulante é descrita pelos entrevistados pertencentes à sociedade civil como um problema porque vendem produtos piratas ou contrabandeados, além de atrapalharem a circulação nas calçadas, o trânsito nas ruas e ficarem nos pontos mais turísticos da cidade. Foi relatado que a prefeitura procurou regularizar a situação, mas ninguém respeitou a normatização.

Há consenso entre os operadores das instituições de segurança sobre os tipos mais frequentes de furto serem em residência, a transeunte e no comércio. Os roubos percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, de motocicletas e a transeunte (roubo de celular). Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e aplicação de cheque sem fundos. Extorsões, segundo os entrevistados, raramente ou nunca ocorrem.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Tefé é o estupro ou atentado violento ao pudor, seguido por exploração sexual infanto-juvenil e estupro ou abuso sexual de crianças ou menores de idade. A violência contra a mulher também foi descrita como um problema muito grave entre os moradores.

Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. De fato, entre os membros da sociedade civil um problema muitas vezes citado é o trânsito. Como as distâncias são muito grandes no município e sendo o transporte público precário e insuficiente, muitas pessoas utilizam motos (uma presença visualmente marcante na cidade), inclusive adolescentes para ir para a escola. Esta grande presença de motos conduzidas por crianças, adolescentes e adultos, na maior parte das vezes sem carteira de habilitação e sem conhecimento das regras de trânsito ou de como controlar a máquina. Os moradores reconhecem na guarda municipal uma instituição com muito mais atribuições do que sua estrutura permite realizar com eficiência, portanto, ainda que fosse desejável não apontam esta como responsável pelos problemas de trânsito, mas de outro lado, apontam a necessidade da aplicação da legislação de trânsito.

Segundo os operadores das instituições de segurança, as principais causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar e conflitos entre vizinhos, situação doméstica e conflito entre gangues. Já as duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica; brigas de bar e decorrente de conflitos por terra, havendo também agressões decorrentes de brigas de gangues.

Tanto os operadores das instituições de segurança pública como os membros da sociedade civil apontam para os problemas com as chamadas galeras, grupos de jovens que brigam entre si a partir de demarcações territoriais e também nas escolas, visto por muitos como um problema muito grave. Nestes casos foi dito que o uso de armas brancas é predominante, principalmente o terçado. O relato é de que estes grupos além de brigarem entre si também praticam roubos, usam drogas e provocam acidentes de trânsito.

Os operadores das instituições de segurança dizem que é nas comunidades ribeirinhas, que esta criminalidade é maior, sendo o sítio urbano um lugar tranquilo, também que a sensação de insegurança é maior nessas comunidades afastadas, sobretudo, porque é onde atuam de forma mais forte as galeras. Foi descrito pelos entrevistados da sociedade civil, entretanto, que no momento da cheia dos rios, algumas casas desses lugares ficam alagadas e pessoas que vivem mais distantes acabam migrando para a cidade, sendo que este momento que o número de roubos cresce.

Por fim, foi relatado que índios transportam drogas pela floresta, considerados pelos entrevistados como sendo a ponta precária e pobre das rotas de transporte. De outro lado, entre as lideranças indígenas entrevistadas é descrito com muita frequência assaltos e homicídios nas suas comunidades por traficantes de drogas que atravessam

as áreas. Isto também foi associado ao fato de índios do Peru e Colômbia transitarem nessas terras, alguns deles com problemas na justiça, mas os Tuchawas (lideranças indígenas) acabam por aceitar a presença porque os consideram irmãos. Nenhum dos órgãos de segurança está presente nestas comunidades e raramente vão até esses locais por conta da distância e do custo para acessar estas áreas. Também foi relatado que a coordenação regional do alto Solimões em Tabatinga não ajuda o suficiente os índios do município de Tefé por conta de problemas administrativos. Por esta razão, foi apontada por lideranças indígenas a necessidade de uma coordenação regional da FUNAI em Tefé. Esta necessidade é demandada não apenas para auxiliar a chegada dos benefícios sociais, mas também para garantir a segurança da pesca e da extração da madeira, já que muitos comerciantes compram o peixe indígena na promessa de que vão pagar no retorno e nunca voltam. Neste sentido, a segurança pública é vista como condição para o desenvolvimento da economia indígena na região.

Avaliação das instituições de segurança pública

Dado que o tráfico de drogas e o contrabando foram apontados como os principais problemas pelos membros da sociedade civil, foi exposta uma série de críticas aos postos de fiscalização por serem muito distantes uns dos outros e precários, comprometendo o controle da droga e do contrabando na cidade. Dizem também que quando de uma fiscalização mais forte, os produtos são passados por dentro da floresta. Outra preocupação é quanto à ausência de um posto de fiscalização na parte urbana da cidade. Por fim, uma reclamação constante dos moradores é que quando das apreensões em barcos que transportam drogas ou contrabando, as pessoas que trabalham nos barcos são presas, mas nunca os donos do barco, que segundo elas são os verdadeiros responsáveis e impulsionadores do fluxo dessas mercadorias.

Também foram relatados muitos casos da corrupção policial, seja por controlarem os pontos de venda de drogas ou por relações pessoais entre policiais e traficantes conhecidos pela população. Como se trata de uma cidade pequena, consideram que o controle social informal é forte e funciona muitas vezes para problemas pequenos de desentendimento, mas esta mesma proximidade, as relações de amizade e vizinhança, outras vezes impedem que denúncias e esquemas sejam desbaratados pela polícia.

Em relação à atuação do exército, há uma profunda discordância sobre o seu papel e maneira de incidência. Segundo os membros da sociedade civil, os militares não apoiam os órgãos de segurança, mas para os operadores das instituições de segurança, é muito importante a presença do exército pelo fato de conhecerem a floresta oferecem um bom apoio logístico aos órgãos de segurança. De outro lado, o representante do exército não considera que a instituição deva intervir nas questões de segurança pública porque não é a sua atribuição e o Exército não está preparado para isto.

Há consenso de que, apesar da maior parte dos órgãos de segurança estarem presentes no município, existe uma necessidade de que trabalhem de forma mais intensiva e em conjunto. Também consideram importante a criação de algum tipo de fórum de segurança para que a população possa participar das decisões das questões relativas a segurança pública.

Também foi relatado que os abrigos do CREAS (Centro de Referência Especializado da Criança e do Adolescente) encontram-se em condições precárias e que há necessidade de criação de uma delegacia especializada para a mulher, o que consideram uma prioridade dado que a violência doméstica é constante no município.

Por fim, dado o alto índice de condenações, com julgamentos executados em no máximo 90 dias, a prisão da cidade encontra-se muito acima de sua capacidade.

FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE TEFÉ

Polícia Civil



Polícia Civil



Polícia Militar



Guarda Municipal



Conselho Tutelar



Receita Federal



Receita Federal



17 BIS



Aeroporto



Estrado ao Aeroporto 17BIS



Escola Estadual



SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

O município de São Gabriel da Cachoeira foi criado por meio da lei estadual nº 68 de 31 de Março de 1938. Encontra-se localizado no norte do estado do Amazonas na região do Alto Rio Negro, a 852 km da capital Manaus, à qual se encontra ligado por via fluvial e aérea. Trata-se de um município de grandes extensões, o segundo maior em área do estado do Amazonas e o terceiro maior do país. A cidade situa-se na bacia do Rio Negro, um dos mais importantes da região.

Figura 6. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de São Gabriel da Cachoeira



Fonte: Cartograma IBGE

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei Estadual nº 68, de 31-03-1938.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 109.183,434 km²

Fronteiras: na região que se estende de oeste e ao norte com a Colômbia, ao norte com a Venezuela, ao leste com Santa Isabel do Rio Negro e ao sul com Japurá.

População (2010): 37.896 habitantes

Densidade demográfica: 0,35 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,8

PIB (2010): R\$ 176.134,00

PIB per capita (2010): R\$ 4.722,09

IDH-M (2010): 0,609

Gentílico: são-gabrielense

Histórico

O povoamento do Alto Rio Negro tem um de seus primeiros registros em 1657, quando os jesuítas, fundaram na foz do rio Tarumã, um aldeamento de índios. Com a posterior expulsão dos jesuítas da Amazônia, a aldeia ficou abandonada. Em 1668, o Franciscano Frei Teodósio e o Capitão Pedro da Costa Favela fundam nova povoação à margem do Rio Negro, nas proximidades da foz do rio Aruím.

Em 1759-60, estabelece-se na região um destacamento militar, que constrói um forte. Forma-se em torno dele uma povoação reconhecida em 1833, com o nome de São Gabriel. Em 25.06.1833, no local onde se construiu o Forte de São Gabriel, surgiu pouco mais tarde, a povoação que tomou o mesmo nome de forte e que, foi elevada à sede de Freguesia, pela Lei nº 92, de 06-11-1858. Elevada à categoria de vila com a denominação de São Gabriel, pela Lei Estadual nº 10-03-1891. Sede na antiga vila de São Gabriel. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a vila é constituída de 6 distritos: São Gabriel, Marabitanas, Rio Uaupés, Santa Isabel, São Felipe, São José.

Pelo Ato nº 33, de 14-09-1931, a vila de São Gabriel foi extinta, sendo seu território anexado ao município de Barcelos, mas em 1935, é recriado o município com a mesma denominação. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, a vila é constituída do distrito sede, sendo levada à condição de cidade com a denominação de São Gabriel, pelo Decreto-Lei Estadual nº 68, de 31-03-1938. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual nº 233, de 08-07-1965, o município de Ilha Grande tomou a denominação de São Gabriel da Cachoeira. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído de 3 distritos: São Gabriel da Cachoeira (ex-Ilha Grande), Iauaretê e Içana. Em 1968, pela Lei Federal no. 5.449, o município é enquadrado como Área de Segurança Nacional. Pela Emenda Constitucional nº 12, de 10-02-1981 (Art. 2º - disposições gerais transitórias), delimitado pelo decreto estadual nº 6158, de 25-

02-1982, criam os distritos de Cacui e São Felipe anexando-os ao município de São Gabriel da Cachoeira. A Emenda e Decreto acima citada desmembra do município de São Gabriel da Cachoeira o distrito de Iauaretê. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 4 distritos: São Gabriel da Cachoeira Cacui, Içana e São Felipe. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a agricultura e o extrativismo, com destaque para o cultivo de mandioca, pupunha, cupuaçu, açaí, banana e café. Encontram-se também indústrias de extração de minérios e uma metalúrgica, além de um pequeno comércio varejista e atacadista, mercado municipal, matadouro, padarias, hotéis e pensões. A pesca e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda.

É importante destacar também que o município possui uma população predominantemente indígena, com cerca de 30 etnias que reunidas representam mais de 90% do total de habitantes. A maior parte da grande extensão do seu território, cerca de 9.998.45 ha ou 80% do território, localiza-se dentro de terras indígenas.

Diagnóstico da Segurança Pública em São Gabriel da Cachoeira

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 39.097 habitantes

Homicídios (2012): 6

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Justiça, Ministério Público, e Receita Federal.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.448 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 6.516 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 14. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em São Gabriel da Cachoeira

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 39.097 habitantes				
Homicídios (2012) = 6				
Unidades	Polícia Civil 2 delegacias		Polícia Militar 1 companhia e 2 unidades ou postos fixos	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	5	Praças	26
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Estrutura nova e em boas condições		Polícia Militar Antigas e precisando de reformas	

Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antigas e precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	5		5	
Impressora	4		5	
Telefone fixo	1		2	
Fax	1		-	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		2	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		2	
Máquina Fotográfica	-		3	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	2	2	3
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	2	-	11	-
Embarcação sem motor	-	-	1	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	*	-	*
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente atende às necessidades		Polícia Militar Raramente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		5	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	1		81	
Colete antibalísticos	3		15	
Escudos	-		2	
Capacetes	-		8	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	

Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
	*	30
Tonfa, cassetete ou similar	2	4
Carabina	-	3
Espingarda	2	-
Metralhadora	-	7
Submetralhadora	-	10
Fuzil	-	9
Revólver	8	40
Pistola	*	5
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	-	*
Instrumento de menor potencial ofensivo		
	Granadas de efeito moral	*
Outro	Spray de pimenta	*
	*	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes e insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Sim
Capacidade	32	32
Média de presos/mês	40	40
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 4	Polícia Militar *

Tabela 15. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em São Gabriel da Cachoeira

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	31	
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura até cinco pessoas	-	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	-	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	*		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	3	
	Coletes antibalísticos	-	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	Cones e cavaletes	
Guarda atua armada	Não		

Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	10	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	-	
	Bomba de efeito moral	-	
	Outros	*	45
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º	
	Segurança em eventos e comemorações	2º	
	Ronda escolar	3º	
	Auxílio à Polícia Militar	4º	
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-	
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-	
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-	
	Ações educativas junto à população	-	
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	-	
	Atividades de defesa civil	-	
	Posto de guarda	5º	
	Proteção ambiental	-	
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-	
	Atividades assistenciais diversas	-	
Outra	-		

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

No que se refere à estrutura de comunicação, o centro possui conexão à internet e embora o entrevistado não saiba informar a velocidade, ressalta que a mesma é muito lenta. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza nenhum sistema administrativo computadorizado. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e arquivos e não existe integração a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2013.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública, mas acredita que esta participação modifica e melhora as condições de atuação da instituição. Em São Gabriel da Cachoeira, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A instituição de São Gabriel da Cachoeira apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

As condições das instalações da Polícia Militar não é considerada adequada para o exercício de suas atividades, pois abandonaram um prédio próprio por falta de estrutura e atualmente dividem outro de posse da Polícia Civil. No local existe conexão à internet, porém o entrevistado ressaltou que a velocidade da mesma, embora não saiba precisar, é muito ruim. Segundo o oficial entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de furto, posse de entorpecente e porte ilegal de armas de fogo.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e as Forças Armadas. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA e com a Polícia Federal. A instituição participa do coletivo de gestão de segurança pública Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e acredita que a participação melhora suas condições de atuação no município. A unidade apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, mas não tem participado nas Operações Sentinela, embora tenha participado da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012. Em São Gabriel da Cachoeira, a Polícia Militar não colabora ou troca informações com órgãos de segurança pública do país vizinho.

Nesta instituição, está em uso uma série de sistemas de administração, e computadores são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e controle de munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados e, desde 2012, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais com divulgação pública e regular. Esses dados, porém, não são incluídos no Infoseg. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel assim como se utiliza fichas em papel e fichários de ocorrências. A instituição dispõe também de sistema de georreferenciamento de crimes. Os bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário.

Guarda Municipal

No município de São Gabriel da Cachoeira não há Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal ou Plano Municipal de Prevenção à Violência.

Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal, que é subordinada à secretaria de administração da prefeitura. A Guarda Municipal atua desde 2004. O atual comandante desta instituição tem formação técnica em contabilidade. A Guarda Municipal do município conta com instalações próprias e não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. No que se refere

à formação dos Guardas Municipais, a instituição que ministra o curso é a Polícia Militar e o tema mais enfatizado durante o curso mais recente foi o de defesa pessoal. Durante este mesmo curso as técnicas de formação mais enfatizada foram: as de abordagem, ordem unida e as de defesa pessoal e imobilização.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, falta de apoio dos outros órgãos de segurança pública e falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função. Segundo o entrevistado, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são relativas as principais atividades desempenhadas pelo órgão.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 16. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em São Gabriel da Cachoeira

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância intermediária		Ministério Público	Defensoria Pública		Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes	1	Promotores	-	Defensores	-
	Funcionários	4				Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas e precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Defensoria Pública *		Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas e precisando de reformas		Ministério Público Adequadas	Defensoria Pública *		Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de São Gabriel da Cachoeira possui uma comarca de entrância intermediária com vara única. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais. Há internet, porém o entrevistado não soube informar a velocidade. Estima-se que por volta de 21 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Não há sistemas de administração computadorizados nessa instituição. Há, contudo, sistema de informação computadorizado e produção e divulgação pública e regular de estatística, porém o banco de dados não está integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2008. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, embora o entrevistado acredite que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Não há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, nem Promotoria Especializada em Infância e Juventude também não há Defensoria Pública ou equipe profissional exclusiva especializada em infância e juventude. Em 2012, cerca de oito adolescentes passaram por esse juizado, sendo que nenhum deles cumpriu medida em internação ou semiliberdade e os oito receberam medida em meio aberto. O órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) é uma ONG.

Ministério Público

Os promotores que atuam na área criminal participam dos coletivos de gestão de segurança pública: Gabinete de Gestão Integrada e Fronteira (GGIF) e Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Mas não apoiam as operações de fronteira, e o entrevistado não soube responder se participaram da ENAFRON no ano de 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em São Gabriel da Cachoeira são as Forças Armadas, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público Federal. No ano de 2012, a atuação mais importante do Ministério Público, relacionada a crimes fronteiriços foi a Operação Ágata.

As maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de São Gabriel da Cachoeira são, segundo o entrevistado: a falta de recursos materiais, a falta de apoio do poder público municipal e a falta de articulação com outros órgãos de segurança pública e justiça criminal.

Conselho Tutelar

Há no município de São Gabriel da Cachoeira um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Dentre os direitos violados registrados, os três tipos que compõem com maior frequência são: maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional. O Conselho Tutelar do município encontra dificuldades devido ao excesso de demanda, fator que dificulta o atendimento adequado. Faltam entidades para receber crianças e famílias. O Conselho Tutelar também encontra dificuldades no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e com o Ministério Público, assim como existe também a necessidade de criação de outro Conselho Tutelar específico para atender comunidades rurais.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Tabela 17. Recursos humanos e materiais da Receita Federal em São Gabriel da Cachoeira

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	1
	Técnicos	-
	Terceirizados	5
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

A Receita Federal de São Gabriel da Cachoeira dispõe de um carro oficial funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. As principais necessidades da Receita Federal no município são: funcionários, segurança para os funcionários e uma infraestrutura de fiscalização eficiente. Há internet, com velocidade de 1 Gigabyte/segundo.

A Receita Federal do município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e o entrevistado não opinou quanto se a participação modifica ou melhora as condições de atuação da instituição. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou ou apoiou nenhum grupo de operação ou patrulhamento de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil.

Particularidades da situação de fronteira

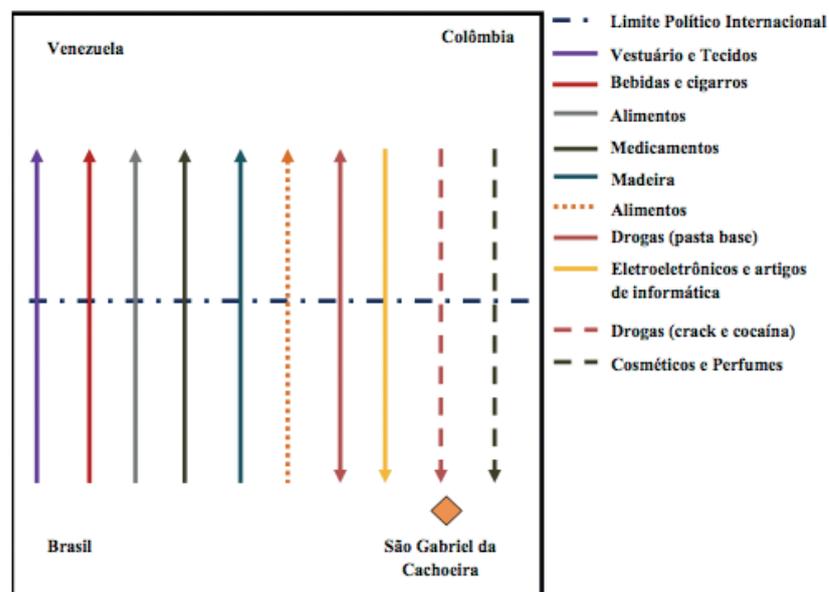
Os representantes das instituições de segurança pública e os membros da sociedade civil entrevistados se encontram divididos sobre a afirmativa de que estar situado perto da fronteira é favorável para o desenvolvimento econômico do município. Na visão de alguns dos membros da sociedade civil as limitações da exploração dos recursos naturais impede o desenvolvimento econômico da cidade tornando a cidade dependente das relações de fronteira. A principal limitação da agricultura é o pH da terra muito ácido, exigindo a compra de insumos que são caros, além de não se pode fazer clareiras na floresta pelo risco de desertificação. A piscicultura também encontra dificuldades pela acidez da água, que também encarece a alimentação dos peixes. Mesmo a madeira, que é abundante, não constitui-se como uma fonte de renda porque é direcionada à Manaus, dado que não existem serralherias ou fábricas de móveis na cidade. Estas limitações da exploração dos recursos naturais faz com que diversos produtos devam ser importados dos países vizinhos, donde a importância das relações comerciais com os países vizinhos. Alguns entrevistados apontaram a ideia de criação, portanto, de uma área de livre comércio regional e de obras de infraestrutura visando a integração regional, contudo, tal medida especulam que deveria ser acompanhada de uma institucionalidade de controle

e segurança pública, pois caso contrário os produtos ilegais e os ilícitos transfronteiriços tenderiam a encontrar maior facilidade de entrar no país.

Se os membros da sociedade civil e os operadores das instituições de segurança manifestam o desejo e a necessidade de maior integração regional com os países vizinhos, temem que a maior circulação de mercadorias rompa o que consideram ser uma cidade tranquila. Neste sentido, as dificuldades geográficas de acesso viário e a característica dos rios encachoeirados (com muitas corredeiras), que não permitem uma circulação grande de mercadorias pela região, também são vistos de forma ambígua, porque apesar de isolar a região são vistos como uma proteção da cidade do que consideram alguns problemas. Foi expressa até a percepção de que o município não se encontra em uma região de fronteira dado que certos problemas como a pistolagem não são frequentes. Mesmo em Cucuí, (cidade que é tríplice fronteira com a Colômbia e a Venezuela) como a estrada é muito ruim e com muitas pontes quebradas, estes problemas vistos como associados à dinâmica fronteira parecem não existir.

A cidade não é apontada pelos operadores das instituições de segurança como uma rota principal e perene do tráfico de drogas, mas sim uma rota alternativa à de Tabatinga, usada quando o controle encontra-se mais rígido no lugar. Por essa razão, estes mesmos operadores tem uma percepção convergente aos membros da sociedade civil porque avaliam que mesmo se por um lado as limitações geográficas dificultam o patrulhamento e fiscalização da região, também restringem o que consideram ser as práticas criminosas mais comuns nas fronteiras, como o transporte de drogas em grandes quantidades, o roubo a bancos e a venda no varejo da droga com seus problemas associados. Os locais e pessoas relacionadas a venda e consumo de drogas são muito conhecidos, avaliando-se que este é um problema sob controle.

Figura 7. Fluxo de mercadorias e pessoas na fronteira São Gabriel da Cachoeira x Venezuela e Colômbia



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

As principais mercadorias apontadas pelos entrevistados que circulam do Brasil em direção à Colômbia e da Venezuela é o frango congelado, sendo também importantes os grãos e a carne bovina. No caso dos países citados para o Brasil trata-se de drogas, gasolina, eletrônicos, material de construção, utilidades domésticas e gêneros alimentícios tais como as bolachas e o chocolate. A maior parte desses produtos tem origem na Colômbia, inclusive sendo notada uma grande presença de comerciantes colombianos na cidade. Também foi relatado que moradores vão utilizar os serviços de saúde na Colômbia em clínicas particulares, onde encontram boa recepção e qualidade do serviço oferecido.

Os entrevistados da sociedade civil relatam que a fiscalização na Colômbia e na Venezuela é muito rígida, inclusive em relação aos policiais venezuelanos são descritas situações em que eles se sentiram humilhados pelo uso das armas e extrema violência. No lado brasileiro, relatam que a propina faz com que o controle seja frágil, proporcionando a passagem de qualquer mercadoria.

Os operadores das instituições de segurança também se dividiram quanto à afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município, mas houve consenso entre os entrevistados ao discordarem da afirmativa de que o município de São Gabriel da Cachoeira possui características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira. O mesmo consenso foi obtido quando eles foram inquiridos sobre se a posse de arma é ali mais frequente do que em outros municípios, no que todos discordaram. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no município foram assinalados como sendo os principais: contrabando, tráfico de drogas exploração sexual infanto-juvenil, imigração ilegal e disputa de terras.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são furtos e venda de drogas.

Tabela 18. Percepção da incidência de crimes no município de São Gabriel da Cachoeira

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	**	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente

Fonte: Survey pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há uma percepção geral de que os tipos mais frequentes de furtos serem em residência e de rabetá. O roubo percebido como mais frequente foi o a transeunte. Poucos anos atrás não havia tantos veículos motorizados na cidade, agora com esta presença visível, a mobilidade urbana passou a ser um problema relacionado, sobretudo aos acidentes envolvendo motos, conduzidas por jovens sem habilitação e, portanto, com pouco conhecimento das regras de trânsito e de perícia do equipamento motorizado. Dirigir sem habilitação é a mais frequente dentre outras ocorrências para os operadores das instituições de segurança. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em São Gabriel da Cachoeira foram furto, tráfico de drogas e o uso de entorpecentes.

A bebida alcoólica é um dos maiores problemas na cidade para os operadores das instituições de segurança pública e os membros da sociedade civil, isto ocorrendo em áreas indígenas, sobretudo na cidade. Boa parte do comércio da cidade é constituído por bares e como a cidade localiza-se no centro de diversos territórios indígenas, seus moradores seguem para a cidade na busca do álcool porque que este é proibido em suas terras. Muitos relatos de quando do recebimento de benefícios sociais o consumo de álcool é muito grande entre indígenas e não indígenas, gerando problemas como homicídios, suicídios e afogamentos. Devido a esse grande consumo de álcool, diversos problemas vistos como associados são citados, como os acidentes de trânsito e a violência doméstica. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, conflitos por propriedade ou algum bem. Dentre os crimes sexuais, os mais frequentes em São Gabriel da Cachoeira são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, exploração sexual infanto-juvenil, atos libidinosos e estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas.

Em relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados pelos operadores das instituições de segurança os pequenos golpes populares, fraudes no comércio, cheques sem fundo e fraudes financeiras ou comerciais. Os tipos de extorsão mencionados como mais frequentes foram às extorsões simples e a extorsão mediante posse de foto de situação privada. Não houve relato de criminalidade organizada para o crime comum, mas sim redes de drogas, prostituição e contrabando com participação de agentes públicos e comerciantes. Uma prática que muitas vezes foi descrita pelos membros da sociedade civil e pelos operadores das instituições de segurança foi o controle do gasto de indígenas no comércio local em créditos para celulares e produtos alimentícios mediante a posse dos cartões de benefícios sociais gerenciados diretamente pelos donos dos estabelecimentos comerciais. A falta de informação é vista neste sentido como o maior problema.

De forma mais extrema, uma dinâmica que foi relatada por diversos entrevistados membros da sociedade civil é o envolvimento de comerciantes com o tráfico de drogas. De fato, uma boa parte do grande crescimento do comércio nos últimos anos e, sobretudo do enriquecimento de parte dos donos destes estabelecimentos é descrito a partir desta relação.

No esquema que é relatado, comerciantes usam de embarcações que transportam mercadorias legais para fazer circular drogas na região e se capitalizar em algumas viagens eventuais. Em casos mais extremos o estabelecimento comercial seria somente um negócio de fachada para a lavagem do dinheiro do tráfico de drogas. Neste esquema descrito reiteradas vezes, as pessoas mais pobres cuidariam do transporte da droga para estes comerciantes em troca de gêneros alimentares e gasolina, sendo muitas vezes presos mesmo que o grande ganhador com o negócio sejam esses comerciantes. Neste mesmo sentido, cabe ainda uma descrição feita dessas atividades de transporte da droga quando executadas por índios. Comerciantes da cidade trocariam comida, tabaco e, sobretudo bebidas alcoólicas pelo transporte dessas mercadorias. Esta seria a origem da grande quantidade de bebidas que entra nas terras indígenas e a percepção de algumas lideranças indígenas é que esta é a causa de inúmeros problemas nas comunidades como violência doméstica e interpessoal e os suicídios.

Cabe ainda notar a descrição do abandono das instituições de segurança e da prefeitura – que não estão presentes nas comunidades indígenas – quando há um caso de assassinato, roubo ou estupro. Os relatos de lideranças indígenas é que não há a quem recorrer a não ser a FUNAI, sendo que nessas situações existe a necessidade de ir até a cidade, fazer um despacho a sede da instituição em Brasília para liberação de combustível, para somente depois a polícia pode ir até a comunidade – muitas vezes tarde demais em casos de urgência. Por sua vez, o Exército e a Igreja se recusam a ajudar os índios nesses problemas porque argumentam que não é a sua atribuição. Os índios tentam se auto-organizar, muitas vezes o controle informal é eficaz, mas quando os conflitos e violências são realizados por traficantes e não por pessoas da própria comunidade, o risco é muito grande e medo também. Foi descrito também que a pesca e a agricultura dependem de segurança porque muitas vezes os índios são roubados ou enganados por traficantes e comerciantes nestas atividades.

Pela descrição destas atividades ilegais vinculadas às atividades legais de comércio, uma importante atuação na área da segurança pública para os membros da sociedade civil seria a fiscalização contábil e a análise de fraudes. O que é relatado é que esta fiscalização é feita somente para aqueles comerciantes que não participam de tais esquemas.

Avaliação das instituições de segurança pública

Segundo os operadores das instituições de segurança pública, a maior dificuldade para o exercício de suas atividades é a locomoção e comunicação, dado que metade da população encontra-se em áreas rurais e as distâncias são grandes pela enorme extensão do município. Dessa maneira, muitos distritos ficam sem cobertura policial, somente com presença exército, que não é considerada uma instituição adequada para o policiamento. Já os entrevistados da sociedade civil se preocupam com o uso de “receitas prontas” para a área de segurança pública com modelos que vem de outros lugares, como o sudeste do país, muitas vezes não atentando para as particularidades do estado do Amazonas e da

região. Nesta direção, foi muito enfatizado que a participação dos moradores nas decisões acerca da segurança pública é um mecanismo desejável de gestão pública nesta área.

Tanto os operadores das instituições de segurança pública como os membros da sociedade civil constataam que a cidade tem uma alta densidade institucional no que diz respeito aos órgãos de segurança pública nos três níveis de governo, fato considerado positivo por ambos. Contudo alguns problemas se apresentam e consideram que as instituições de segurança devem ser pensadas em relação aos dilemas que a rápida urbanização e modernização da cidade experimenta. Mesmo que em um ritmo mais lento em relação à Manaus pela falta de ligação viária, estes problemas começam a preocupar os moradores.

Em primeiro lugar o problema da mobilidade urbana, viária e fluvial, deveria ser enfrentada com a emissão de documentos de habilitação para carros, taxistas, motos e barcos, o cadastramento dos profissionais do setor e a realização de cursos de formação feitos na cidade, fomentando desta forma o conhecimento das regras de trânsito, o controle de jovens que conduzem livremente sem autorização, o controle do consumo de álcool por motoristas e barqueiros e a educação no trânsito em geral. Foi relatado por operadores das instituições de segurança que, dado que existe muita dificuldade de conseguir a carteira de habilitação, existe o problema das propinas na fiscalização. Os moradores demandam também a necessidade de melhorar os calçamentos e a iluminação pública para que a sensação de segurança seja sentida.

Em segundo, uma constatação constante na opinião dos entrevistados é a falta de áreas de lazer na cidade. Existem alguns lugares como as praias, que se apresentam em frente à cidade, mas é considerada importante a construção de outras opções dado que apenas os bares aparecem como formas de fruição do tempo livre. Como já discutido, o problema do alto consumo de álcool está associado a outros, como os acidentes de trânsito, a violência doméstica e os conflitos interpessoais, portanto neste sentido as áreas de lazer são consideradas fundamentais como política de segurança pública.

Por fim, foi ressaltado que as instituições de segurança propriamente ditas devam ter credibilidade, atuando não apenas no favorecimento dos grupos de conhecidos e amigos, mas também atuando frente a grandes empresários ilícitos, para que a lei possa ser sentida como igual a todos e respeitada por cada um. Os agentes públicos locais não querem se indispor com os grupos dos poderosos da cidade, que são conhecidos e com vínculos de amizade e vizinhança e parentesco. A intervenção estatal centralizada foi considerada fundamental para reprimir os acordos locais.

A atuação de certos órgãos de segurança como a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Exército foram criticadas pelos membros da sociedade civil por atuarem de forma ocasional

em operações que não tem continuidade. A polícia civil atua em certas bocas de fumo e depois não volta mais, ocasionando a continuidade das atividades de venda logo em seguida. As operações Ágata e Sentinela também são criticadas pela mesma razão, com barreiras que atrapalham a mobilidade urbana e não coíbem a passagem das drogas de forma nenhuma.

FOTOS DAS INSTITUIÇÕES E DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

Polícia Civil



Polícia Civil



Polícia Militar Prefeitura – Guarda Municipal



Fórum de Justiça



Fórum de Justiça



Ministério Público



Conselho Tutelar



Receita Federal



Posto do ESFRON - ENAFRON



Posto do ESFRON - ENAFRON



SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ

O município de Santo Antônio do Içá foi criado por meio da lei estadual nº 96 de 19 de Dezembro de 1955, quando se desmembrou do município de São Paulo de Olivença. Encontra-se localizado no sudoeste do estado do Amazonas na região do Alto Solimões, a 1310 km da capital Manaus, à qual se encontra ligado por via fluvial. A cidade situa-se às margens do rio Içá, um importante afluente do rio Solimões, próximo à sua desembocadura de quase 700 metros de largura.

Figura 8. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Santo Antônio do Içá



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei Estadual nº 96.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 12.307,193 km²

Fronteiras: Colômbia e municípios de Japurá, Tonantins, Jutai, Amaturá, São Paulo de Olivença e Tabatinga.

População (2010): 24.481 habitantes

Densidade demográfica: 1,99 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,67

PIB (2010): R\$ 98.977,00

PIB per capita (2010): R\$ 4.042,03

IDH-M (2010): 0,49

Gentílico: santoense

Histórico

A história do município remonta à igreja em louvor ao Divino Espírito Santo no lugar denominado Tonantins, em 1813. Em 18.09.1865, por lei foi criada a freguesia de Tonantins. Boa Vista foi a primeira denominação da atual sede municipal de Santo Antônio do Içá. Não se sabe precisamente a data de sua fundação, entretanto, antes de 1831, pelo que foi dito, já existia. A restauração do município de São Paulo de Olivença deu-se em 1935, mas só em 1938 é que por força do Decreto-Lei Estadual nº 176, de 1º de dezembro de 1938, reapareceram Tonantins e Boa Vista, como distritos de São Paulo de Olivença, o segundo já com a denominação atual de Santo Antônio do Içá.

O distrito com a denominação de Santo Antônio do Iça, foi criado pelo decreto-lei estadual nº 176, de 01-12-1938, subordinado ao município de São Paulo de Olivença. Dessa maneira, no quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Santo Antônio do Iça figura no município de São Paulo de Olivença, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955.

Em 19.12.1955, pela Lei Estadual nº 96, os distritos de Tonantins e Santo Antônio do Iça são desmembrados de São Paulo de Olivença, passando a constituir o município autônomo de Santo Antônio do Iça, formalmente instalado em 03.03.1956. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Em 04.06.1968, pela Lei Federal nº 5.449, há o seu enquadramento como "Área de Segurança Nacional". Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, o município de Santo Antônio do Iça, até então constituído do distrito Sede e do distrito de Tonantins, perde este último, que passa a condição de município autônomo.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a pecuária de bovinos e suínos destinados ao corte e ao leite, a agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca, fumo, arroz, cana de açúcar, feijão e milho e a pesca do chamado peixe liso (de couro) exportado para Tabatinga. Encontram-se também algumas serralherias e olarias, além de um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. A avicultura é basicamente artesanal, voltada para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda.

DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 24.890 habitantes

Homicídios (2012): 1

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 6.223 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 24.890 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 19. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Santo Antônio do Içá

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 24.890 Habitantes Homicídios (2012) = 1				
Unidades	Polícia Civil 1 Delegacia		Polícia Militar 1 posto fixo e 1 batalhão	
Efetivo	Agentes	1	Oficiais Praças	- 4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Militar Novas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas e precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas e precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	-		1	
Impressora	-		-	
Telefone fixo	2		-	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	Sem Acesso		Sem Acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	3	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Suficientes		Polícia Militar Suficientes	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		1	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	-	-
Colete antibalísticos	2	5
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	2	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	2
Carabina	-	-
Espingarda	2	2
Metralhadora	-	2
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	5
Pistola	1	6
Arma de condutividade elétrica	*	1
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes, mas quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Sim
Capacidade	6	8
Média de presos/mês	27	21
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 4	Polícia Militar *

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Polícia Civil

No que se refere à estrutura de comunicação, o centro não possui conexão com a internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza nenhum sistema de administração computadorizado. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e arquivos e há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, mas a inclusão no Infoseg não é realizada. Portanto o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2012.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de coletivos de gestão de segurança pública, mas acredita que a participação nos mesmos modifica e melhora as condições de atuação. Em Santo Antônio do Içá, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil do município apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, participando da Operação Ágata. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Santo Antônio do Içá utilizam-se sistemas computadorizados de administração para controle de viaturas, controle de armas e controle de munição. Quanto aos sistemas de informação, não são utilizados bancos de dados e, desde 2013, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, porém sem a inclusão destas no Infoseg. Há também divulgação pública e regular das estatísticas e ainda se faz uso de fichas em papel e fichário de ocorrências. A unidade não dispõe de conexão com a internet. Por não dispor de banco de dados, as informações não estão integradas ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram os relativos ao tráfico.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e a Polícia Federal, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a equipe do ESFRON. Acredita-se que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município embora esta instituição não participe nem apoie nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Em Santo Antônio do Içá, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 20. Recursos humanos e materiais da Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar em Santo Antônio do Içá

Recursos Humanos e Materiais da Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância Inicial		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	1				
Qualidade das instalações internas	Justiça Novas, mas precisando de reformas		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Novas, mas sem condições de reformas ou aproveitamento		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	

Justiça

O município de Santo Antônio do Içá possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais. Há internet, com velocidade de 54 Mbps. Estima-se que por volta de 25 mandados de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Não há sistemas de administração em uso nesta comarca. Há, contudo, divulgação pública e regular das estatísticas. As estatísticas são produzidas desde 2010. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança e concordam que a participação em coletivos melhora as condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam alguma operação de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, nem Promotoria Especializada em Infância e Juventude, ou Defensoria Pública, nem mesmo equipe profissional exclusiva especializada em infância e juventude. Em 2012, cerca de 35 adolescentes passaram pelo juizado, sendo que um deles cumpriu medida em internação ou semiliberdade e nenhum recebeu medida em meio aberto.

Ministério Público

Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e tampouco da ENAFRON, embora participem ou apoiem de alguma maneira as operações de fronteira. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Santo Antônio do Içá são: a Polícia Federal, a Força Nacional, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o representante da Justiça entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com o IBAMA, as Forças Armadas e com o Corpo de Bombeiros. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram as denúncias de traficantes surpreendidos em situação de flagrância delitiva no porto da cidade.

As maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de Santo Antônio do Içá são, segundo o entrevistado, a falta de recursos humanos, a falta de recursos materiais, a falta de segurança no trabalho, a falta de articulação com outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal e o envolvimento de efetivos da segurança pública em atividades ilegais. O entrevistado não soube informar desde quando são produzidas estatísticas pelo Ministério Público.

Conselho Tutelar

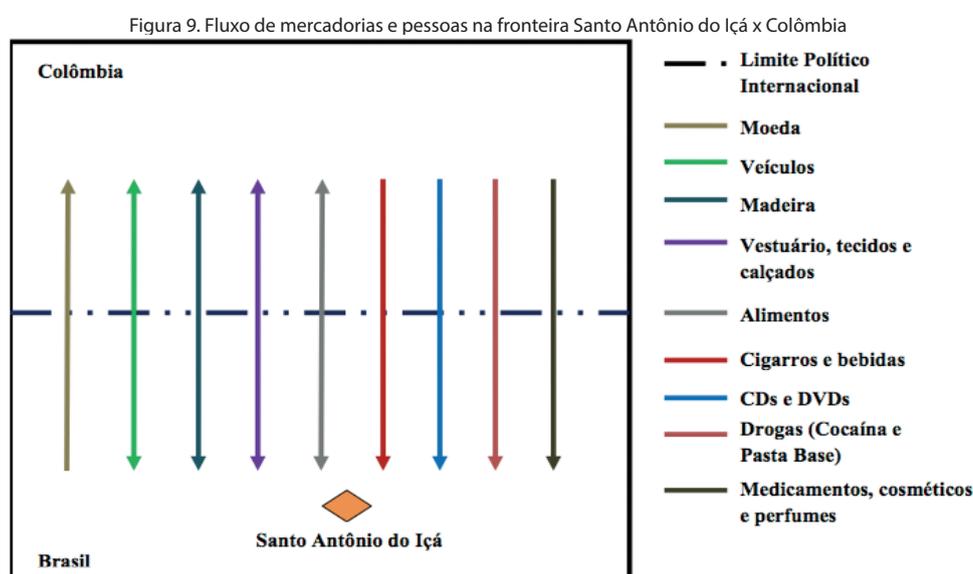
Há no município de Santo Antônio do Içá um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Dentre os direitos violados

registrados, os três tipos que aparecem com maior frequência são: maus tratos e abandonos, abandono da escola e o envolvimento com o ato infracional. O Conselho Tutelar do município encontra dificuldades devido à: falta de entidades para receber crianças e atender famílias, a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a dificuldade no relacionamento com o poder judiciário, a falta de ações articuladas com outros órgãos do poder ou da administração pública e ao despreparo dos conselheiros.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para a maioria dos representantes locais das instituições de segurança pública, o fato de o município de Santo Antônio do Içá estar situado próximo à fronteira não interfere positivamente no seu desenvolvimento econômico. Contudo, no grupo focal realizado na cidade foi relatado que a economia da cidade pode ser caracterizada em função do fluxo de mercadorias que vem da fronteira, especificamente de Letícia na Colômbia, de onde partem mercadorias consideradas de boa qualidade e com um preço mais acessível. Desta forma a proximidade com a Colômbia na maior parte das vezes é considerada muito positiva pelos membros da sociedade civil.



Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"
Adaptado de Grupo Retis/UFRJ, Rebeca Steiman (2005).

A maioria dos entrevistados concordou com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. A maioria também concordou quanto à afirmativa de que o município possui características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira. O mesmo ocorrendo em relação à afirmativa de que posse de arma ser ali mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de

fronteira apresenta foram assinalados como sendo os principais: contrabando, tráfico de drogas, imigração ilegal, mineração ilegal e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local: atores institucionais

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são furtos e venda de drogas.

Tabela 21. Percepção da incidência de crimes no município de Santo Antônio do Içá

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

O maior problema apontado foi o aumento do consumo de drogas, especificamente a pasta base e a cocaína. Segundo operadores das instituições de segurança pública, o fluxo de drogas acontece, sobretudo por meio do rio Içá, mas também pelo rio Japurá, por meio de rabetas que são alertadas via telefone celular, dado que a rede chegou próxima aos locais onde a fiscalização acontece. Estas informações passadas por celular dificultam muito a atuação da polícia militar. A circulação é feita por brasileiros, sobretudo de Manaus, com destino a Oriximiná, no Pará.

Este aumento do consumo de drogas é considerado expressivo nos últimos anos, ainda que se pese que a quantidade de cocaína que circula por meio das rabetas no lugar é muito maior do que a consumida localmente. Nesta direção foi amplamente relatado locais de uso intensivo destas substâncias como o Umbigo do boi, a Castanheira, o Contêiner e Amaturalzinho. Tais lugares são descritos como áreas afastadas, com acúmulo de lixo, onde os usuários se reúnem para o consumo permanecendo por muitos dias.

Esta alta do consumo estaria associada a um aumento também expressivo da violência doméstica, havendo consenso quanto às principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica, sendo também ressaltado, porém sem consenso, as lesões decorrentes de brigas de bar.

O uso de drogas também foi associado aos problemas de furtos e roubos. Segundo as pessoas da sociedade civil, os usuários de drogas entram nas casas para comerem a comida porque passam muitos dias sem se alimentar nos lugares em que consomem as drogas e depois roubam aparelhos eletrônicos e utensílios domésticos para a revenda visando a compra de mais drogas. Há um consenso de que o tipo mais frequente de furto ser em residência, sendo também ressaltados pelo entrevistado da Justiça os furtos

a transeunte e os no comércio. Quanto a percepção sobre o roubo, houve consenso de que o tipo mais frequente é o roubo a transeunte, mas também foi colocado pelo representante da Justiça o roubo a estabelecimento comercial e o em residência.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foi mencionado que os mais frequentes são os pequenos golpes populares. O crime de extorsão foi mencionado apenas por operadores da justiça. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as decorrentes de roubo (latrocínio), em situação doméstica e em acertos de conta entre criminosos. Dentre os crimes sexuais, os mais frequentes em Santo Antônio do Lçá são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, exploração sexual infanto-juvenil e estupros ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas.

Dirigir sem habilitação apareceu, de maneira unânime, como a mais frequente dentre outras ocorrências. É muito frequente o relato de menores que dirigem motos sem habilitação, inclusive crianças de apenas 10 ou 12 anos. Os acidentes ocorrem então em função da falta de perícia no uso das motos por esses menores, mas também pelo uso abusivo de álcool, o não uso do capacete e o desconhecimento da legislação de trânsito.

Brigas pelas chamadas “galeras”, grupos de jovens de atuação territorial, também foram comentadas, mas de forma controversa. Os entrevistados da sociedade civil relatam casos frequentes de uso de armas brancas como terçado nestas brigas. Entretanto, para os operadores das instituições de segurança, as galeras seriam uma realidade que não existe mais no município pela atuação da educação formal e da mídia. Os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade no município foram furto, roubo e o uso de entorpecentes.

Avaliação das instituições de segurança pública

Foi apontado como problema pelos membros da sociedade civil a falta de efetivo da polícia militar. Segundo uma entrevistada ao dirigir-se a este problema foi relatado que os policiais contratados recentemente estariam comprometidos com a segurança da copa do mundo de 2014. Também foi apontado que em eventos festivos a polícia militar encontra-se presente apenas até às 23 horas, o que causa problemas de violência entre as pessoas, inclusive um caso é relatado em que um adolescente foi assassinado com facas por outros adolescentes.

Os operadores das instituições de segurança pública entrevistados tem uma visão positiva do ESFRON, com uma expectativa de que a polícia militar possa melhorar. A instituição é vista como pouco aparelhada e com péssimas condições para desenvolver de forma mais eficiente as suas atividades. É ressaltado pelo representante da polícia

militar entrevistado que, apesar de não haver efetivo e estrutura que permita o trabalho que deve desenvolver, a polícia militar é cobrada em seus resultados por meio dos bancos de dados de estatísticas criminais.

Foi relatado também que o conselho tutelar atualmente não é muito presente. Há alguns anos atrás havia uma atuação do conselho tutelar em parceria com a polícia civil, mas isto ocorria por uma iniciativa de um delegado que foi afastado do cargo. A atuação da Polícia militar em conjunto com o Conselho Tutelar é considerada muito importante, mas este é visto como muito ausente o que dificulta o próprio trabalho da polícia quando adolescentes estão envolvidos.

Muitos participantes do grupo focal reclamaram de que denúncias feitas aos policiais civis não são levadas adiante, especialmente aquelas relacionadas aos frequentes furtos e roubos na cidade. Foi relatado que por vezes são encaminhadas fotos e vídeos do envolvimento de policiais civis com a venda de drogas, cobrando propina ou revendendo drogas apreendidas. Neste sentido, foi muito enfatizado que o controle dos próprios policiais é fundamental para a segurança pública na cidade. No mesmo sentido também apontam a integração dos órgãos de segurança como outro ponto importante.

Em relação à Polícia Federal e à Receita Federal, existe uma crítica dos representantes da sociedade civil em relação às barreiras e postos de fiscalização. Estes pontos de fiscalização são vistos como uma conquista dos moradores, visto que demandaram durante anos sua instalação no rio Içá, contudo, depois de dois anos de instalada esses pontos a qualidade da fiscalização piorou muito. Em primeiro lugar, estes pontos de fiscalização não são permanentes, existindo apenas em determinadas épocas. Em seguida, como os moradores apreciam os produtos que vem da Colômbia, muitos reclamam do limite imposto de \$ 300 (trezentos dólares), porque restringe a compra de produtos. Dado que a viagem é relativamente longa, gostariam de poder comprar além deste limite, além disso, apreciam e gostariam de ter mais acesso aos produtos colombianos (que por vezes não existem no Brasil). De outro lado, é frequentemente relatado que determinadas pessoas passam pelos pontos de fiscalização sabendo dos horários em que os policiais não estão ou quando conhecem os policiais que trabalham nesses pontos de fiscalização conseguem passar mesmo com um volume de compras maior do que o permitido. Um fator importante para dificuldade nos pontos de fiscalização é a chegada do sinal de telefone nestas áreas. Desta maneira, pessoas utilizam os telefones celulares para antecipar os controles, avisando os barcos para não serem fiscalizados.

A polícia federal também é associada à diminuição da renda dos moradores por dois fatores: em primeiro lugar a proibição da instalação de roças nas margens do rio Içá com o argumento que posteriormente poderiam se transformar em portos clandestinos, em segundo, com o controle da pesca dos peixes “lisos” (de couro), que anteriormente eram vendidos para a Colômbia e fomentavam fortemente a economia local.

ATALAIA DO NORTE

O município de Atalaia do Norte foi criado por meio da lei estadual número 96, de 19 de Dezembro de 1955, desmembrando-se do município de Benjamin Constant. Está localizado no sudoeste do estado do Amazonas, a 1136 km da capital Manaus, à qual se encontra ligado por via aérea, via fluvial e via rodoviária. Trata-se de um município pequeno em comparação aos municípios mais próximos, situado nas margens do rio Javari, um dos afluentes do rio Solimões. Este rio estabelece a fronteira natural com o Peru.

Figura 10. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Atalaia do Norte



Fonte: Cartograma IBGE

DADOS GERAIS

Criação do Município: lei estadual nº 96, de 19-12-1955.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 76.351,667 km²
Fronteiras: Peru e municípios de Benjamin Constant, Ipixuna e Guajará.
População (2010): 15.153 habitantes
Densidade demográfica: 0,2 hab./km²
Índice Gini (2010): 0,65
PIB (2010): R\$ 65.337,00
PIB per capita (2010): R\$ 4.312,99
IDH-M (2010): 0,45
Gentílico: atalaiense

Histórico

A região do Javari foi uma das últimas a serem exploradas no estado do Amazonas devido aos confrontos com seus habitantes originários e às doenças endêmicas que ali se alastravam. Entre os anos 1864 e 1874, ocorreram conflitos na região entre os silvícolas e funcionários das

comissões mistas brasileiro-peruanas encarregadas das demarcações de fronteiras. O mais antigo núcleo de povoamento é Remate de Males, que, aliás, foi durante vários anos, de 1898 a 1901 e de 1904 a 1928, sede do município de Benjamim Constant. Não se sabe precisamente a data de sua fundação, entretanto, Anísio Jobim em “Panoramas Amazônicos”, informa que o povoado se originou de uma cabana à margem de Itecoai, onde habitava o filho de um oficial superior brasileiro. A denominação de Remate de Males foi dada em 1890 pelo maranhense Alfredo Raimundo de Oliveira Bastos, que encontrou neste local relativo bem-estar, resolvendo fixar-se como um remate aos seus males. Colocou, então, na fachada de seu barracão o letreiro “Remate de Males”, cuja designação se estendeu a todo lugar. A denominação de Atalaia justificase por ser a localidade ao mais extremo núcleo do Oeste, a guarita da marcha para o Oeste, no dizer de Álvaro Maia, em discurso proferido em Remate de Males em 1943.

Distrito criado com a denominação de Remate de Males, pela lei estadual nº 176, de 01-12-1938, primeiramente foi subordinado ao município de Benjamim Constant, depois elevado à categoria de município com a denominação de Atalaia do Norte, pela lei estadual nº 96, de 19-12-1955, desmembrado do município de Benjamim Constant.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca, abacaxi, arroz, batata doce, cana de açúcar, feijão e milho. Encontram-se também algumas serralherias, marcenarias e usinas de beneficiamento de borracha e arroz, além de um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. A pecuária, a pesca e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda. É importante destacar também que o município possui uma população predominantemente indígena, sendo a maior parte de seu território localizada dentro da demarcação da terra indígena Vale do Javari. O grupo indígena com maior população são os Marubo, que convivem com outros grupos como os Kanamari, Matis e Matsés.

Diagnóstico da Segurança Pública no Município de Atalaia do Norte

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 15.924 habitantes

Homicídios (2012): 2

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.769 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 15.924 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 22. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Atalaia do Norte

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 15.924 habitantes; Homicídios (2012) = 2				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar -	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	1	Praças	9
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Nova, mas precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		-	
Impressora	5		-	
Telefone fixo	1		-	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		-	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	-	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente		Polícia Militar Raramente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	2	2
Colete antibalísticos	-	4
Escudos	-	-
Capacetes	-	1
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	6
Carabina	-	-
Espingarda	-	2
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	1
Fuzil	-	-
Revólver	-	6
Pistola	1	2
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	*	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	12	*
Média de presos/mês	12	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil -	Polícia Militar *

Fonte: Survey pesquisa 'Segurança Pública nas fronteiras'

Polícia Civil

A delegacia de Atalaia do Norte, no que se refere à estrutura de comunicação, possui conexão à internet, com velocidade de 100 mbps. No que diz respeito à gestão de dados, esta unidade da Polícia Civil não utiliza nenhum dos sistemas de administração presentes no questionário. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel, há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, assim como a divulgação pública e regular das estatísticas, contudo, a inclusão no Infoseg não é realizada. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais e não há produção de estatísticas criminais.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de comandos binacionais ou trinacionais de segurança, assim como não acredita que a participação em coletivos de gestão modifica e melhora as condições da Polícia Civil. Em Atalaia do Norte, a Polícia Civil troca informações e colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho, sendo as relações com estes órgãos amigáveis e colaborativas com troca de informação. Entretanto, esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. O entrevistado também informou que esta instituição não participa nem apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. O mesmo não soube informar se, no ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas disse que a Polícia Civil deste município não tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

Nesta instituição não há sistemas de administração em uso, ao menos nenhuma dentre as alternativas apresentadas no questionário. Não há conexão com a internet, nem sistemas de informação. Desde 2013 são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, mas os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Segundo representante da polícia militar entrevistado, o flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi de furto.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Judiciário, sendo que, na opinião do representante da polícia militar entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com estas mesmas unidades. Acredita-se, também que a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa e apoia grupos de patrulhamentos ou operação de fronteira, sobretudo a FUNAI, mas não participa de comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Em Atalaia do Norte, a Polícia Militar possui relações predominantemente amigáveis e colaborativas com órgãos de segurança do país vizinho, baseada na troca de informações. Esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, assim como não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 23. Recursos humanos e materiais da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Atalaia do Norte

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar						
Unidades		Justiça		Ministério	Defensoria	Conselho
		Entrância Inicial		Público	Pública	Tutelar
Efetivo	Juízes	1		Promotores	Defensores	Conselheiros
	Funcionários	8		1	1	5
		Justiça		Ministério	Defensoria	Conselho
				Público	Pública	Tutelar
Qualidades da estrutura física	Externa	Antigas, mas precisando de reformas		Inadequadas	•	Inadequadas
	Interna	Antigas, mas precisando de reformas				

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Justiça

O município de Atalaia do Norte possui uma comarca de entrância inicial com Vara Única, além de um Juizado Especial Criminal, uma Vara Criminal, uma Vara de Execução Penal, uma Vara da Infância e Juventude e um Juizado Especial nos Crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais. Há internet, mas o entrevistado não soube informar a velocidade. Estima-se que por volta de 15 mandatos de prisão tenham sido expedidos, em média, no ano de 2012. O único sistema de administração em uso nesta comarca é o de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado, produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, assim como se usa também fichas em papel em fichários. Este banco de dados está integrado a outros sistemas de informação. A produção de estatísticas de inquérito e processos é realizada desde 2006. O juiz que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas está totalmente de acordo quanto à questão de que a participação em tais coletivos produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Este juiz participa ou apoia operações de fronteira, como por exemplo, a Operação Cocada Verde.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Nesta comarca há apenas o Juizado especializado em infância e juventude. Os três atos infracionais mais frequente neste município no ano de 2012 são: furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Atalaia do Norte são, segundo o promotor entrevistado, a falta de recursos humanos, materiais e de segurança no trabalho, assim como falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal e a comunicação deficiente com os outros órgãos. O Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias, mas o entrevistado não soube precisar desde quando. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, e tampouco das operações de fronteira ou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Atalaia do Norte são o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Federal e a Polícia Civil. Para o entrevistado deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram os encaminhamentos para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal, quanto a crimes que apresentam traços de transnacionalidade.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Atalaia do Norte encontra dificuldades no relacionamento com o poder executivo, assim como com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e carece de entidades para receber crianças e atender famílias. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus tratos e abandono, envolvimento com ato infracional e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para a maioria dos entrevistados locais, o fato de o município de Atalaia do Norte estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Enquanto que para alguns dos entrevistados isto se deve ao barateamento do custo dos produtos do gênero alimentício, para os outros a importância se deve à possibilidade de comercialização com produtos estrangeiros. Apenas o entrevistado representando a Justiça acredita que tal proximidade não é positiva dada a falta de estrutura econômica no município. Todos os entrevistados se mostraram mais de acordo quanto ao fato de, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Por outro lado não houve consenso quanto às seguintes questões:

1. "o município de Atalaia do Norte possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira";
2. "a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios".

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Atalaia do Norte foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas e contrabando sendo mencionado também a ocorrência de crimes ambientais, imigração ilegal, tráfico de armas e exploração sexual infanto-juvenil.

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são madeira, alimentos, drogas, cosmético e perfumes. Apenas uma instituição indicou também a circulação de animais. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias em circulação seriam veículos, cigarros, eletroeletrônicos, bebidas, Cds e Dvds, cocaína e animais.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram a cocaína, pasta base, Cds e Dvds, alimentos e bebidas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram pasta base, cocaína e maconha.

Neste município não há barreiras fixas ou móveis. Segundo o representante da polícia militar entrevistado as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças, tanto na redução das rotas quanto na redução dos comércios ilegais em geral. O delegado da Polícia Civil, que acredita que houve mudança de rota, diz que houve transferência da rota para dentro do município de Benjamin Constant - AM.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela 24. Percepção da incidência de crimes no município de Atalaia do Norte

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente
Justiça	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio e de motocicleta. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais e a residências, sendo citados também o roubo a transeuntes e de motocicleta. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, também sendo citados, cheques sem fundo e fraudes em operações imobiliárias. O tipo de extorsão mais citado foi a extorsão simples.

As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são as situações domésticas e as brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram os conflitos decorrentes de brigas de bar, os conflitos relacionados a situação doméstica e os conflitos legais com a polícia. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Atalaia do Norte são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os atos libidinosos, sendo também mencionada a exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre outras ocorrências. Sendo que para a Polícia Civil a ocorrência mais frequente é o atentado ao pudor. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Atalaia do Norte são, segundo a percepção dos entrevistados, o furto, o tráfico de drogas e o uso de entorpecentes.

BARCELOS

O município de Barcelos foi criado por meio da lei estadual número 33, de 4 de Novembro de 1892. É uma das cidades mais antigas do estado e durante certo tempo foi a capital da região. Está localizado no norte do estado do Amazonas, a 405 km da capital Manaus, à qual encontra-se ligado por via e fluvial. Trata-se de um município de grandes extensões, o maior em área do estado do Amazonas e o segundo maior do país. Situa-se na margem direita do rio Negro, um dos rios mais importantes da região.



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei nº 33, de 4 de novembro de 1892.

Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 122.476,123 km²

Fronteiras: Ao Norte, com a Venezuela. A leste, com o estado de Roraima. A oeste, com o município de Santa Isabel do Rio Negro/AM.

População (2010): 25.718 habitantes

Densidade demográfica: 0,21 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,74

PIB (2010): R\$ 101.184,00

PIB per capita (2010): R\$ 3.934,84

IDH-M (2010): 0,5

Gentílico: barcelense

Histórico

Barcelos foi uma aldeia dos índios Manaus. Em 1728, Frei Matias São Boaventura instalou a Missão de Nossa Senhora de Mariuá. Erguida a capela de palha, que tomou o nome de Nossa Senhora da Conceição, os carmelitas passaram à construção de um hospital e, em seguida, de um colégio. A missão estendeu a catequese às tribos Barés, Banibás, Passes e Uerequenás, constituindo núcleo de cerca de dois mil silvícolas. Frei José de Madalena, substituto de Frei Matias, orientou, em 1739, a construção da Capela de São Caetano e, em 1744, a de Nossa Senhora Santana.

No ano seguinte, chegou a Mariuá o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado para dar cumprimento ao tratado de limites entre Portugal e Espanha. Construíram-se pontes e aterros, abriram-se ruas e uma praça, onde foi levantado prédio, pelo engenheiro Felipe Sturim, para residência do demarcador espanhol. A população já havia subido a três mil habitantes quando, a 13 de abril de 1755, foi criada a Vigararia-Geral.

O Município, com o nome de Barcelos, foi criado em 6 de maio de 1758, ao tornar-se sede da antiga capitania de São José do Rio Negro, atual Estado do Amazonas.

Permaneceu como capital até 1791, quando a sede da Capitania se transferiu para o lugar da Barra, atual cidade de Manaus. Em 1799 retomou a anterior dignidade que foi conservada até 1808. Em 1833 recebeu a antiga denominação de Mariuá, até que, por força da Lei nº 33, de 4 de novembro de 1892, passou à atual denominação. O Ato estadual nº 45, de 28 de novembro de 1930, suprimiu o município, sendo restaurado em 14 de setembro de 1931 (Ato estadual nº 33 ou 959). O Decreto-lei estadual nº 68, de 31 de março de 1938, concedeu à sede do Município foros de cidade. Compõe-se de três distritos: Barcelos (sede), Carvoeiro e Moura.

Atualmente, a principal atividade econômica do município é a pesca de peixes ornamentais, especialmente o cardinal e a agricultura, com destaque para o cultivo de mandioca, abacaxi, limão, tomate, açaí, banana e castanha. Encontram-se também algumas serralherias, estaleiros, olarias e uma fábrica de palmitos, além de um pequeno comércio varejista e atacadista, padarias, hotéis e pensões. A pecuária, a pesca e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda.

Diagnóstico da Segurança Pública em Barcelos

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimada para 2012):	25.948 habitantes
Homicídios (2012):	35
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, e Conselho Tutelar.
Razão: População/ efetivo da polícia militar	1 policial para 2.162 habitantes
	População/ efetivo da polícia militar
	1 policial para 3.707 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 25. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Barcelos

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 15.924 habitantes; Homicídios (2012) = 2				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	2
	Agentes	6	Praças	10
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Nova, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Polícia Militar Antigas, mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	6		1	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	-		-	
Internet	-		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	1	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente	Polícia Militar Raramente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	1
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	3
Rádio portátil (HT)	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	1	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	5	6
Colete antibalísticos	6	54
Escudos	-	-
Capacetes	-	4
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	34
Carabina	-	2
Espingarda	1	4
Metralhadora	1	2
Submetralhadora	-	2
Fuzil	-	-
Revólver	-	12
Pistola	2	20
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Tipo de munição Suficientes mas quantidade insuficiente	Polícia Militar Tipo de munição suficiente mas quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	10	*
Média de presos/mês	50	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 12	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Há no município uma delegacia em funcionamento, cujo prédio possui uma estrutura externa e instalações internas novas, mas que precisam de reformas. A carceragem tem capacidade para 10 pessoas e, em média, 50 presos costumam passar por ela mensalmente. No ano de 2012 foram expedidos cerca de 12 mandados de prisão e instaurados aproximadamente 23 flagrantes. No que diz respeito à gestão de dados, esta unidade da Polícia Civil não utiliza nenhum dos sistemas de administração presentes no questionário, tais como recursos humanos, financeiro, protocolo, estoque, controle de viaturas, munições e armas. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel, no Sistema de registro de ocorrências, Sistema de registro de inquéritos, Divulgação pública e regular das estatísticas e em fichas em papel em fichários. Portanto o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais apenas desde 2001.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e o IBAMA, onde se avalia que ambas parcerias deveriam ser incrementadas. A Polícia Civil deste município não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira e não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém acredita-se que esta participação modificaria e melhoraria as condições de sua atuação. No ano de 2012 não participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e não tem participado nas Operações Sentinela.

Em Barcelos, a Polícia Civil não troca informações e nem colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

No município de Barcelos há um batalhão de fronteira da Polícia Militar em atividade, cujo prédio possui estruturas externas e instalações internas antigas que precisam de reformas. Não há carceragem neste batalhão. Nesta instituição está em uso uma série de sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas e controle de munição. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados, produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, georreferenciamento de crimes, divulgação pública e regular das estatísticas, inclusão no Infoseg, controle dos dados criminais através de planilhas e tabelas em papel e fichas em papel e fichários de ocorrências. Os bancos de dados estão integrados ao sistema

de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário e estatísticas criminais são produzidas desde 2012.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Ministério Público, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, o IBAMA e os Bombeiros. Não se acredita também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município participa e apoia grupo de patrulhamento marítimo, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 26. Recursos humanos e materiais da Justiça e Conselho Tutelar em Barcelos

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal e Conselho Tutelar				
Unidades	Justiça Entrância Inicial		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juizes	1	Conselheiros	5
	Funcionários	13		
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Barcelos possui uma comarca de entrância inicial com vara mista cujas especialidades são: trabalhistas, cíveis, criminais, família, Jecrim e Jec, além de um Juizado Especial Criminal. A estrutura física e as instalações internas do prédio deste fórum são antigas e precisam de reformas. Esta sede judiciária considera que a quantidade de combustível disponível raramente costuma atender as necessidades desta unidade.

Estima-se que por volta de 80 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. O único sistema de administração em uso nesta comarca é o de distribuição de autos. Há também sistema de informação computadorizado e produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2010. Os juizes que atuam na área criminal desta comarca não participam de

nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas avalia-se que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Os entrevistados não sabem se participam ou apoiam operações de fronteira.

Conselho Tutelar

Há no município de Barcelos um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. E um Conselho Tutelar no Município, cuja estrutura física e instalações internas do prédio não se encontram adequadas para os atendimentos que prestam. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são maus tratos e abandonos, abandono da escola e envolvimento com o ato infracional. O Conselho Tutelar do município de Barcelos encontra dificuldade na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo, falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Há consenso dos representantes locais de instituições entrevistados por sobre o fato de o município de Barcelos estar situado próximo à fronteira não ser positivo para seu o desenvolvimento econômico. Foi relatado que não há acesso e relação comercial com os países vizinhos além do tráfico de drogas, considerado como principal mercado estabelecido nessas relações comerciais.

De forma geral os entrevistados posicionaram-se em total desacordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Não há consenso quanto ao fato do município de Barcelos possuir características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, ou quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Barcelos foram assinalados como os principais o tráfico de drogas, a imigração ilegal e a ocorrência de crimes ambientais, sendo mencionadas também mineração ilegal, tráfico de mulheres e exploração sexual infanto-juvenil.

As mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são os gêneros alimentícios e os animais. Já do país vizinho para o Brasil as principais mercadorias em circulação seriam cocaína e pasta base.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram cocaína e pasta base. Tomando este mesmo ano por referência, os entrevistados disseram terem sido frequentes as ocorrências envolvendo drogas. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram pasta base, cocaína e maconha.

Neste município não há barreiras fixas ou móveis. Segundo os entrevistados, as transformações recentes nas políticas de fronteiras não teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos entrevistados, entende-se que no município do Barcelos os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela 27. Percepção da incidência de crimes no município de Barcelos

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Raramente	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há consenso sobre os tipos mais frequentes de furto serem em residência e a transeuntes, seguido de furto no comércio e furto de motor de pequeno porte (rabeta). Quanto aos roubos, também houve consenso naqueles percebidos como de maior incidência: roubo a transeuntes e roubo em residências.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e cheque sem fundos. O tipo de extorsão citado foi extorsão simples, ainda que grande parte tenha dito não haver ocorrências de extorsão em Barcelos. O furto de embarcação de pequeno porte também aparece como outro crime contra patrimônio importante no município.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado e lesão dolosa decorrente de conflitos de propriedade. A principal causa assinalada para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, seguidas de conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado, em roubo, em situação doméstica e em conflitos políticos. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Barcelos são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Barcelos são o furto, o roubo e uso de entorpecentes.

BENJAMIN CONSTANT

O município de Benjamin Constant foi criado por meio da lei estadual no 96 de 29 de Janeiro de 1898, quando se desmembrou do município de São Paulo de Olivença. Encontra-se localizado no sudoeste do estado do Amazonas na região do Alto Solimões, a 1118 km da capital Manaus, à qual encontra-se ligado por via aérea e fluvial. Situa-se na margem direita do rio Javari, um afluente do rio Solimões.

Figura 12. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Benjamin Constant



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: lei estadual nº 191, de 29-01-1898..

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 8.793,417km²

Fronteiras: ao norte com Tabatinga, ao leste com São Paulo de Olivença e com Jutai, ao sul com Ipixuna, a oeste com Atalaia do Norte a noroeste com o Peru.

População (2010): 33.411 habitantes

Densidade demográfica: 3,8 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,56

PIB (2010): R\$ 142.872,00

PIB per capita (2010): R\$ 4.278,76

IDH-M (2010): 0,574

Gentílico: benjamin-constantense

Histórico

O povoamento do município de Benjamin Constant deve ter-se iniciado nas primeiras décadas do Século XVIII. Por volta de 1750 já existia nas proximidades da foz do Javari, no Solimões, a aldeia do Javari, onde viviam os índios Ticunas, fundadas pelos jesuítas. Nessa aldeia, seria instalada a Sede da Capitania, segundo a Carta Régia de 18 de Julho de 1755 do governo português, dirigida ao governador do Grão-Pará, Mendonça Furtado. Este, todavia, por motivos expostos à Metrópole e por ela aceitos, resolveu sediar a capitania na Aldeia de Mariuá, no rio Negro. Em São José do Javari eram sediados então um destacamento militar e um posto fiscal (registro). O local, entretanto, não oferecia as condições necessárias ao fim a que estava servindo.

Tabatinga, lugar próximo de São José do Javari, à margem esquerda do Solimões, numa pequena elevação de terra, oferecia excelentes condições para os dois fins, isto é, posto militar e fiscal. O local foi então em 1766 ocupado pelo Sargento-Mor Domingos (ou Francisco) Franco, que aí fundou no mesmo ano a povoação de São Francisco Xavier de Tabatinga. Construiu-se então um forte para onde foi transferido o destacamento militar de São José do Javari. Tabatinga era, então, como ainda o é, ponto avançado nas fronteiras do Brasil com o Peru.

Em 29.01.1898, pela Lei Estadual nº 191, é criado o município de Benjamin Constant por desmembramento do território do município de São Paulo de Olivença, anos mais tarde, em 24.12.1952, pela Lei Estadual nº 226, é criada a comarca de Benjamin Constant. Em 04.06.1968, pela Lei Federal nº 5.449, o município é enquadrado como "Área de Segurança Nacional". Pela lei estadual nº 96, de 19-12-1955, desmembra do município de Benjamin Constant o distrito de Remate Males, elevado à categoria de município com a denominação de Atalaia do Norte. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, é desmembrado de seu território o distrito de Tabatinga, que passa constituir município autônomo.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a pesca, destacando-se como um dos principais entrepostos pesqueiros do estado do Amazonas e a agricultura de ciclo temporário, com especial importância para o cultivo de mandioca, mas também o abacaxi, arroz, tomate, banana, cacau, coco, cana de açúcar, feijão e milho. Encontram-se também algumas serralherias, olarias, estaleiros, marcenarias e usinas de beneficiamento de borracha e arroz, além de um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. A pecuária e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda.

Diagnóstico da segurança pública no município de Benjamin Constant

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 34.950 habitantes

Homicídios (2012): 7

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Justiça, Ministério Público, e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.664 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 8.738 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 28. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Benjamin Constant

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	4	Praças	20
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antigas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antigas e sem condições de reformas ou aproveitamentos	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Antigas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antigas e sem condições de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		-	
Impressora	-		-	
Telefone fixo	-		-	
Fax	-		-	
Scanner	-		-	
Internet	-		-	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	1	1	4	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente	Polícia Militar Muito frequentemente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-
Rádio portátil (HT)	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	1	1
Colete antibalísticos	4	15
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	30
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	-	20
Carabina	-	1
Espingarda	-	3
Metralhadora	1	-
Submetralhadora	1	2
Fuzil	-	1
Revólver	-	21
Pistola	4	7
Arma de condutividade elétrica	-	-
Bomba de efeito moral	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil insuficientes	Polícia Militar Munição insuficientes mas quantidade suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Sim
Capacidade	8	3
Média de presos/mês	60	7
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 22	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela 29. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Benjamin Constant

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal				
Efetivo	Comandante	1		
	Guardas	3		
Veículos		Em funcionamento	Avariados	
		Viatura até cinco pessoas	-	-
		Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
		Moto	-	-
		Embarcação sem motor	-	-
		Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
		Avião	-	-
		Helicóptero	-	-
		Cavalo	-	-
		Bicicleta	-	-
	Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende as necessidades muito frequentemente			
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-		
	Coletes antibalísticos	6		
	Escudos	-		
	Capacetes	-		
	Placas balísticas	-		
	Outros	-		
Guarda atua armada	Não			
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	**		
	Carabina	*		
	Espingarda	*		
	Metralhadora	*		
	Submetralhadora	*		
	Fuzil	*		
	Revólver	*		
	Pistola	*		
	Arma de condutividade elétrica	-		
	Bomba de efeito moral	-		
Outros	spray pimenta	**		
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º		
	Segurança em eventos e comemorações	-		
	Ronda escolar	-		
	Auxílio à Polícia Militar	5º		
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-		
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	2º		
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-		
	Ações educativas junto à população	-		
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	3º		
	Atividades de defesa civil	-		
	Posto de guarda	-		
	Proteção ambiental	-		
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	4º		
Atividades assistenciais diversas	-			
Outra	-			

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Na delegacia de Benjamin Constant não há conexão com a internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza nenhum dos sistemas de administração presentes no questionário. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e arquivos e há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, mas a inclusão no Infoseg não é realizada. Portanto o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Não há produção de estatísticas criminais.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar.

A Polícia Civil deste município não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança, mas acredita que a participação em coletivos de gestão modifica e melhora as condições da Polícia Civil. O entrevistado também disse que não participa nem apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, não participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) nem tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No município de Benjamin Constant há um batalhão da Polícia Militar (que não é de fronteira) em atividade. Nesta instituição não há o uso de sistemas de administração, ao menos, nenhuma dentre as alternativas apresentadas do questionário. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados: sistema computadorizado (bancos de dados), controle dos dados criminais através de planilhas e tabelas em papel, assim como fichas em papel e fichários de ocorrência. Desde 2007 são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, mas os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência doméstica, furto e tráfico.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e Judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação

da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, também não participa de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança e nem participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, o mesmo para a participação nas Operações Sentinela.

Guarda Municipal

No município de Benjamin Constant não há Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal e Plano Municipal de Prevenção à violência.

Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal, diretamente subordinada ao prefeito. Não foi informada a data de início de funcionamento da Guarda Municipal. Atualmente esta instituição conta com um total de 3 guardas em atividade. O atual comandante desta instituição é Guarda Municipal com formação no Serviço Público. As instalações onde se encontra a GM são próprias. A Guarda Municipal não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento.

As atividades mais frequentes da Guarda Municipal neste município em ordem de importância são: proteção de bens serviços e instalações em logradouros públicos; ordenamento do trânsito; segurança e/ou proteção do prefeito e outras autoridades; controle e fiscalização do comércio de ambulantes; auxílio a Polícia Militar.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 30. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar em Benjamin Constant

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar					
Unidades	Justiça		Ministério	Defensoria	Conselho
	Entrância Inicial		Público	Pública	Tutelar
Efetivo	Juizes	1	Promotores	Defensores	Conselheiros
	Funcionários	7	1	1	5
Qualidades da estrutura física	Justiça		Ministério	Defensoria	Conselho
	Externa	Antigas, mas precisando de reformas	Público	Pública	Tutelar
	Interna	Antigas, mas precisando de reformas	Inadequadas	•	Adequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Benjamin Constant possui uma comarca de entrância inicial com Vara Mista (Família, Civil, Criminal, Trânsito, Entorpecentes, Tribunal do Júri e Execução Penal), além de onze Juizados Especiais Criminais, uma Vara Criminal, uma Vara de Execução Penal, uma Vara da Infância e Juventude e um Juizado Especial nos Crimes da Lei Maria da Penha.

Há previsão de um cargo de juiz para atuar nestas especialidades e este se encontra efetivamente ocupado. O mesmo ocorre com o único cargo de promotor previsto, efetivamente ocupado. Há previsão de um cargo de defensor público previsto para atuar, no entanto tal cargo não se encontra efetivamente ocupado. As sedes judiciárias deste município não dispõem de veículo oficial. Há internet, com velocidade de 100 Mbps. Estima-se que por volta de 85 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Não há sistemas de administração em uso nesta comarca. Há, contudo, sistema de informação catalogado em fichas de papel em fichários, que por sua vez não está integrado a outros sistemas de informação. Também não há produção de estatísticas de inquérito e processos. O juiz que atua na área criminal desta comarca participa de um coletivo de gestão de segurança pública, não sendo explicitado no questionário qual seria. O representante da instituição entrevistado está totalmente de acordo quanto à questão de a participação em coletivos melhorar as condições de atuação do juizado. Este juiz também participa ou apoia operações de fronteira atuando nas seguintes dimensões: orientação, informação e planejamento.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Benjamin Constant são, segundo o representante da instituição entrevistado, nesta ordem: a falta de recursos humanos; a falta de segurança no trabalho; a comunicação deficiente com outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal; e, por último, o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. Desde o ano de 2007 o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, e tampouco das operações de fronteira ou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Benjamin Constant são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o representante da instituição entrevistado deveria ser incrementada a parceria com a Força Nacional, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Quanto às atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas a crimes fronteiriços o promotor destacou que o MPE não tem atribuição, somente o MPF.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Benjamin Constant encontra dificuldades, dentre as quais, foram destacadas: dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo, carência de entidades para receber crianças e atender famílias e, por fim, o excesso de demandas, o que dificulta o atendimento adequado. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus tratos e abandono, abuso sexual ou exploração sexual e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Para todos os representantes locais de instituições entrevistados, o fato de o município de Benjamin Constant estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. Não houve consenso quanto ao fato de, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Os representantes da Justiça e da Polícia Civil posicionaram-se totalmente de acordo com tal assertiva, diferentemente do representante da Polícia Militar que se posicionou totalmente em desacordo. Também houve discordância quanto ao município de Benjamin Constant possuir características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, sendo o representante da Polícia Civil mais em desacordo e o representante da Polícia Militar totalmente de acordo. Há consenso quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Benjamin Constant foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e armas, contrabando e imigração ilegal, sendo mencionada também a ocorrência do tráfico de mulheres, o tráfico de crianças, a exploração sexual infanto-juvenil e crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar e da justiça entrevistados, entende-se que no município de Benjamin Constant, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela 31. Percepção da incidência de crimes no município de Benjamin Constant

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Muito frequentemente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há consenso sobre os tipos mais frequente de furto serem em residência, no comércio e a transeunte. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais e a transeunte, sendo citados também o roubo a residências e a instituição financeira. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, sendo citado também, pelo representante da Polícia Civil as fraudes financeiras ou comerciais. O tipo de extorsão mais citado foi a extorsão simples, para o representante Justiça, não há extorsões. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais e de conflitos de propriedade. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram os conflitos de acerto de contas entre criminosos e o roubo, sendo citados também, conflitos relacionados a mercados ilegais brigas de bar e em situação doméstica. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Benjamin Constant são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, sendo citados também atos libidinosos e a exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências, sendo citado também, atentado ao pudor. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Benjamin Constant seriam, na opinião do representante da justiça entrevistado, furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

BOCA DO ACRE

O município de Boca do Acre foi criado por meio do decreto número 176, de 1 de Dezembro de 1938. Está localizado no sul do estado do Amazonas, a 950 km da capital Manaus, a qual se encontra ligado por via aérea e por via rodoviária que oferece acesso ao município e faz a divisa entre os estados do Amazonas e Acre. Também há acesso fluvial. O município situa-se na bacia do rio Purus, na confluência dos rios Acre e Purus.

Figura 13. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Boca do Acre



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Decreto n.º 67 (com o nome de Antimari)
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 21.951,264 km²
Fronteiras: Estado do Acre e com os municípios de Pauini e Lábria.
População (2010): 30.632 habitantes
Densidade demográfica: 1,4 hab./km²
Índice Gini (2010): 0,63
PIB (2010): R\$ 173.841,00
PIB per capita (2010): R\$ 5.817,99
IDH-M (2010): 0,588

Histórico

Em 3 de fevereiro de 1878, ancorava nas proximidades da confluência dos rios Acre e Purus o primeiro navio, o Anajás, da Companhia de Navegação do Rio Amazonas, sob o comando do piloto Carepa e prático Gil Braz da Encarnação, filho de Manoel Urbano, grande explorador amazonense. Trazia uma expedição chefiada pelo Comendador João Gabriel de Carvalho e Melo, incumbido de desbravar a região, habitada pelos Capanas e Aripuanãs. Localizaram-se em diferentes pontos do território e, no local onde se acha hoje a cidade, fixou-se Alexandre de Oliveira Lima, cognominado “Barão da Boca do Acre”. No princípio do século XX, o Município teve atuação destacada na luta pela libertação do Acre, quando Plácido de Castro acampou com suas forças na vila de Floriano Peixoto, antiga sede municipal. Daí partiu ele em direção a Caquetá, para o cerco às forças bolivianas sediadas em Porto Acre.

Em 22 de outubro de 1890, segundo Decreto nº 67, foram criados o Município e a Vila, com a denominação de Antimari e território desmembrado do de Lábrea. Em 1898, conforme Decreto estadual nº 232, de 9 de março, a sede municipal foi transferida para um planalto, à margem esquerda do rio Purus. De acordo com os Decretos-leis estaduais nº 68 e nº 69, de 31 de março de 1938, o Município passou a denominar-se Santa Maria da Boca do Acre, com sede na cidade de igual nome. O Decreto-lei estadual nº 176, de 1 de dezembro de 1938, criou o distrito de Floriano Peixoto, com território desmembrado do distrito-sede. Através deste mesmo Decreto, o município e o distrito tiveram seus topônimos simplificados para Boca do Acre. Segundo o Decreto-lei federal nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o município adquiriu parte do de Lábrea, quando da transferência deste para o Território Federal do Guaporé. Atualmente Boca do Acre possui dois distritos, o da sede e o de Floriano Peixoto.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a pecuária, sendo um dos maiores produtores do estado do Amazonas. Destaca-se também a agricultura, especialmente o cultivo de mandioca, seringais de cultivo, abacaxi, arroz, café, milho e o extrativismo de madeira, castanha e borracha. Encontram-se também algumas serralherias, marcenarias, olarias, um alambique e usinas de beneficiamento de arroz e castanha (para extração do óleo), além de um pequeno comércio varejista e atacadista, oficinas de automóveis, padarias, restaurantes, hotéis e pensões. A pesca e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda. Importante notar que, dada a sua distância com a capital do estado do Amazonas, a cidade possui relações econômicas mais voltadas para Rio Branco, capital do Acre.

Diagnóstico da Segurança Pública em de Boca do Acre

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 31.171 habitantes

Homicídios (2012): 5

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Justiça, Ministério Público, e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 599 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 15.586 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 32. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Boca do Acre

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	1
	Agentes	2	Praças	51
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antiga, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antigas, mas inadequadas ou precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Polícia Militar Antigas, mas inadequadas ou precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		3	
Impressora	2		1	
Telefone fixo	1		2	
Fax	1		1	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	-		2	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	1		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	6	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	4	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Atende Frequentemente		Polícia Militar Muito Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		5	
Rádio portátil (HT)	-		4	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	2	20
Colete antibalísticos	2	21
Escudos	-	-
Capacetes	-	2
Placa balística	-	21
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	-	75
Carabina	-	1
Espingarda	2	5
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	3
Fuzil	-	15
Revólver	-	23
Pistola	2	26
Arma de condutividade elétrica	-	-
Bomba de efeito moral	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	40	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 50	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela 33. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Boca do Acre

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	35	
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura até cinco pessoas	-	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	-	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	2	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	**		

Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-
	Coletes antibalísticos	5
	Escudos	-
	Capacetes	-
	Placas balísticas	-
	Outros	-
Guarda atua armada	Não	
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	40
	Carabina	*
	Espingarda	*
	Metralhadora	*
	Submetralhadora	*
	Fuzil	*
	Revólver	*
	Pistola	*
	Arma de condutividade elétrica	-
	Bomba de efeito moral	-
	Outros	spray pimenta -
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º
	Segurança em eventos e comemorações	3º
	Ronda escolar	-
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	4º
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	2º
	Atividades de defesa civil	5º
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Polícia Civil

Na delegacia do município de Boca do Acre há conexão com a internet, porém a velocidade é baixa, de 100 MBPS. No que diz respeito ao sistema de informação, estão em uso o Sistema de registro de ocorrências, o Sistema de registro de inquéritos, a divulgação pública e regular das estatísticas e dados em tabelas ou listas de papel. Desta forma o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais 2011 e 2012.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil do Estado vizinho (Acre) e com a Secretaria de Segurança Pública.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Também não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012 não participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e também não tem participado nas Operações Sentinela. Em Boca do Acre, a Polícia Civil não troca informações e nem colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos.

Polícia Militar

No município de Boca do Acre há um batalhão de fronteira da Polícia Militar em atividade que conta com uma série de sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais e administrativas desde 2006 e georreferenciamento de crimes. Quanto à internet, a conexão da unidade possui velocidade média. Além dos sistemas informatizados, faz-se também o controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel e fichas em papel e fichários de ocorrências e boletins. Os bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas, oriundos da cidade de Rio Branco – Acre.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o IBAMA, sendo que, na opinião do entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, Bombeiros e Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e nem tem participado das Operações Sentinela.

Guarda Municipal

No município de Boca do Acre, não há Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal ou Plano Municipal de Prevenção à Violência.

Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal. Diretamente subordinada ao prefeito, a Guarda Municipal atua desde 1997. O atual comandante desta instituição é guarda municipal com formação pela própria Guarda Municipal. As instalações onde se encontra a GM são próprias. A Guarda Municipal não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. Não há curso de formação de Guardas Municipais, porém sendo os três temas mais enfatizados durante o curso mais recente: papel e atribuições da Guarda Municipal; Direitos Humanos e conhecimento jurídico. Durante este mesmo curso as técnicas de formação mais enfatizada foram: técnicas de abordagem e técnicas de defesa pessoal e imobilização.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são instalações adequadas e insuficientes, falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função e falta de apoio da população. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município.

As cinco ocorrências mais frequentes e importantes que ocupam a Guarda Municipal neste município são: proteção de bens, serviços e instalações e logradouros públicos do município, segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades, segurança em eventos e comemorações, apoio a outros órgãos de segurança e da justiça e atividades de defesa civil.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 34. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Boca do Acre

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância Inicial		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	8				
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Boca do Acre possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais. Há internet e com velocidade

boa, de 250 Kb. Estima-se que por volta de 13 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso no fórum é o Sistema de controle de armas e o sistema de protocolo. Há divulgação pública e regular das estatísticas, não estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2011. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Estes juízes também não sabem responder se participam ou apoiam operações de fronteira.

Ministério Público

Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e o entrevistado não soube responder sobre a participação em operações de fronteira ou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Boca do Acre são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Polícia Federal. Para o promotor entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços foram: tomada de medidas judiciais, participação com a Ouvidoria Agrária do município e trabalho de inteligência junto com a Polícia Federal e Civil.

As maiores dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de Boca do Acre são, segundo o entrevistado, falta de recursos materiais, falta de recursos humanos e falta de segurança no trabalho. O Ministério Público desse município produz relatórios funcionais sempre.

Conselho Tutelar

Há no município de Boca do Acre um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Dentre os direitos violados registrados, o tipo que comparece com maior frequência é maus tratos e abandonos. O Conselho Tutelar do município de Boca do Acre encontra dificuldades no excesso de demanda que dificulta o atendimento adequado, falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, falta de entidades para receber crianças e atender famílias, dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública e salários baixos.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Os representantes locais de instituições entrevistados se posicionaram divergentemente quanto ao fato de o município de Boca do Acre estar situado próximo à fronteira ser considerado positivo para seu desenvolvimento econômico. O representante da Polícia Civil não soube responder, o representante da Polícia Militar acredita que não, pois a cidade não oferece transcurso – sua ligação é com outra cidade –, já o representante da Justiça considera que sim, pois há circulação de bens e riquezas de outros países, sendo ele totalmente de acordo quanto às características específicas das regiões de fronteira favorecerem o desenvolvimento econômico do município. Da mesma maneira, a maior parte dos entrevistados posicionou-se totalmente em desacordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município, excetuando-se novamente a visão do representante da Justiça, que está totalmente de acordo com tal assertiva. Há discordância quanto ao município de Boca do Acre possuir características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, estando a Polícia Civil em total desacordo com tal questão e a Polícia Militar mais de acordo. Quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios, o representante da Polícia Militar se posicionou em total acordo, o representante da Polícia Civil mais em desacordo, já o representante da Justiça se posicionou mais de acordo.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Boca do Acre foram assinalados como sendo os principais o tráfico de droga, as disputas por terra e os crimes ambientais, sendo mencionado também o contrabando, a exploração sexual infanto-juvenil e o trabalho escravo.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar e da justiça entrevistados, entende-se que no município de Boca do Acre, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela 35. Percepção da incidência de crimes no município de Boca do Acre

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente

Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Muito frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência e no comércio, seguido do furto a motocicletas. Quanto aos roubos, aquele percebido como de maior incidência é o roubo a instituição financeira, sendo acrescentados, pelo representante da Justiça, os roubos a estabelecimentos comerciais e a residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, o mais comum são os pequenos golpes populares, sendo seguido pelas fraudes em operações imobiliárias. Nenhum dos entrevistados marcou qualquer das alternativas sobre os crimes de extorsão mais comuns. O representante da Polícia Civil acrescentou em outros crimes contra o patrimônio o esbulho possessório – invasão de terras Juris. Há consenso quanto a principal situação em que ocorre lesão corporal dolosa ser em brigas de bar, seguido das lesões dolosas em situação doméstica. Citam-se também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado e de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram brigas de bar, conflitos de vizinhos e em conflitos de terra. O representante da Polícia Civil destacou também as desavenças entre pessoas (brigas) como frequente causa de homicídios. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Boca do Acre são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Boca do Acre seriam, na opinião do representante da Justiça entrevistado, furto, roubo e tráfico de entorpecentes.

GUAJARÁ

O município de Guajará foi criado por meio do decreto estadual número 1831, de 30 de Dezembro de 1987, desmembrando-se do município de Ipixuna. Está localizado no sudoeste do estado do Amazonas, a 1600 km da capital Manaus, à qual encontra-se ligado por via fluvial e via rodoviária. Trata-se de um município relativamente recente e pequeno, situado na margem esquerda do rio Juruá, um dos afluentes do rio Solimões.

Figura 14. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Guajará



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: decreto estadual nº 1831, de 30-12-1987.

Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 7.578,876 km²

Fronteiras: Peru e municípios de Atalaia do Norte e Ipixuna

População (2010): 13.974 habitantes

Densidade demográfica: 1,84 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,74

PIB (2010): R\$ 61.762,00

PIB per capita (2010): R\$ 4.388,41

IDH-M (2010): 0,532

Gentílico: guajaraense

Histórico

Data-se de 21.05.1957, pelo Decreto-Lei nº 05, a desapropriação de terras que seriam entregues à comunidade. Neste momento fizeram a troca do nome de Guajará para Canamari, em homenagem aos índios que habitavam próximo à localidade. Em 1979, foi elevado à categoria de Vila, que pertencia ao município de Ipixuna. Em 30.12.1987, na criação do município, houve polêmica devido ao nome que havia sido mudado para Canamari, que não recebeu simpatia da maioria, retornando então ao seu nome de origem, Guajará, que significa em Tupi uma árvore. Elevado à categoria de município, pelo decreto estadual nº 1831, de 30-12-1987, desmembrando-se do município de Ipixuna e constituindo-se sede do distrito.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a pecuária, sendo um dos grandes produtores de gado bovino da região. A Agricultura tem destaque para o cultivo de farinha de mandioca, arroz e milho. Encontram-se também algumas movelarias, além de um pequeno comércio varejista, um mercado municipal, padarias, hotéis e pensões. A pesca e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda.

Diagnóstico da Segurança Pública em Guajará

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 14.396 habitantes

Homicídios (2012): 4

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Justiça, Ministério Público, e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 758 habitantes

População/efetivo da polícia civil 1 policial para 4.799 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 36. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Guajará

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	0
	Agentes	2	Praças	19
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas ou precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		-	
Impressora	1		-	
Telefone fixo	1		-	
Fax	-		-	
Scanner	-		-	
Internet	-		-	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado

Viatura até cinco pessoas	3	2	2	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Atende Frequentemente		Polícia Militar Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		1	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		2	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	23		3	
Colete antibalísticos	6		6	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	-		12	
Carabina	-		-	
Espingarda	-		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		14	
Revólver	-		4	
Pistola	1		-	
Arma de condutividade elétrica	não se aplica		-	
Bomba de efeito moral	não se aplica		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		não se aplica	
Outro	-		não se aplica	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes		Polícia Militar Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Sim	
Capacidade	3		4	
Média de presos/mês	13		12	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 17		Polícia Militar não se aplica	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela 37. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Guajará

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal				
Efetivo	Comandante	1		
	Guardas	39		
Veículos		Em funcionamento	Avariados	
		Viatura até cinco pessoas	-	-
		Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
		Moto	-	-
		Embarcação sem motor	-	-
		Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
		Avião	-	-
		Helicóptero	-	-
		Cavalo	-	-
		Bicicleta	-	-
	Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Atende as necessidades jamais			
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	8		
	Coletes antibalísticos	-		
	Escudos	8		
	Capacetes	-		
	Placas balísticas	-		
	Outros	-		
Guarda atua armada	Não			
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	39		
	Carabina	*		
	Espingarda	*		
	Metralhadora	*		
	Submetralhadora	*		
	Fuzil	*		
	Revólver	*		
	Pistola	*		
	Arma de condutividade elétrica	-		
	Bomba de efeito moral	-		
	Outros	-		
	Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	1º	
		Segurança em eventos e comemorações	2º	
Ronda escolar		3º		
Auxílio à Polícia Militar		-		
Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios		4º		
Responsável pelo ordenamento do trânsito		-		
Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça		-		
Ações educativas junto à população		-		
Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades		5º		
Atividades de defesa civil		-		
Posto de guarda		-		
Proteção ambiental		-		
Controle e fiscalização do comércio de ambulantes		-		
Atividades assistenciais diversas	-			
Outra	-			

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia de Guajará, no que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de protocolo. Quanto ao sistema de informação existente é utilizado o sistema de registro de ocorrências e fichas em papel em fichários. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais apenas desde 2012.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, porém o agente entrevistado acredita que esta participação modificaria e melhoraria as condições de sua atuação. Em Guajará, a Polícia Civil não troca informações nem colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não tem tido contato ou apoio dos membros dos Ministérios das Relações Exteriores ou adidos policiais da Polícia Federal lotados nas embaixadas brasileiras dos países vizinhos. A Polícia Civil não participa ou apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. O operador entrevistado não soube responder se no ano de 2012 esta instituição participou da Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas afirmou que não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Guajará está em uso uma série de sistemas de administração, dentre eles os sistemas de estoque, de controle de viaturas e armas e o sistema de protocolos. Quanto aos sistemas de informação, há produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, georreferenciamento de crimes, divulgação pública e regular das estatísticas, inclusão no Infoseg, controle dos dados criminais através de planilhas e tabelas em papel e utiliza-se também fichas em papel e fichários de ocorrências. São produzidas estatísticas criminais desde 2006. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência contra a mulher e tráfico de drogas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e a Polícia Militar do Acre, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal e o IBAMA. A Polícia Militar de Guajará não participa de nenhum coletivo de gestão

de segurança pública, mas acredita que tal participação modificaria e melhoraria as condições de atuação dessa instituição no município. A Polícia Militar também não participa nem apoia grupos de patrulhamento ou operação de fronteira. Segundo o operador entrevistado, esta instituição não participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Guarda Municipal

No município de Guajará não há Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, nem Plano Municipal de Prevenção à Violência. Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal. Diretamente subordinada ao prefeito, a Guarda Municipal atua há mais ou menos 25 anos. O atual comandante desta instituição é guarda municipal com formação pela própria Guarda Municipal. Esta instituição não possui instalações e o representante entrevistado não soube responder se obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. No que se refere à formação dos Guardas Municipais, uma instituição não identificada pelo respondente, ministra um curso de formação de vigilantes em geral. As principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais e instalações inadequadas ou insuficientes. O representante da guarda municipal entrevistado não conhece casos de conflito de atribuições da Guarda Municipal com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As ocorrências mais frequentes que ocupa a Guarda Municipal neste município são apreensão de arma branca e lesão corporal.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 38. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Guajará

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar					
Unidades	Justiça Entrância Inicial		Ministério Público		Conselho Tutelar
Efetivo	Juízes	1	Promotores	**	Conselheiros 5
	Funcionários	7			
Qualidade da estrutura física externa	Justiça Antigas, mas adequadas e boas condições		Ministério Público Adequadas		Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física interna	Justiça Antigas, mas boas condições		Ministério Público Adequadas		Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Guajará possui uma comarca de entrância inicial com vara única, além de um Juizado Especial Criminal. Como esta sede judiciária não dispõe de nenhum veículo, considera-se que a quantidade de combustível disponível jamais costuma atender às necessidades desta unidade. Há internet, porém o acesso é via satélite e o juiz entrevistado não soube informar a velocidade. Estima-se que por volta de 30 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. O sistema de administração em uso nesta comarca é o sistema de protocolo e o sistema de distribuição de autos. No que se refere aos sistemas de informações existentes e em uso nesse fórum, há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, assim como divulgação pública e regular das estatísticas, não estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2007. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o representante da Justiça entrevistado concorda de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes também não participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado, nem promotoria, nem defensoria pública especializada em infância e juventude. Tampouco há equipe interprofissional exclusiva para esta área. Em 2012, cerca de seis adolescentes passaram pelo Juizado, sendo que nenhum deles cumpriu medida em internação ou semiliberdade e quatro receberam medida em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade (PSC) é a Prefeitura, a Promotoria e o Conselho Tutelar. Os três atos infracionais mais frequentes neste município no ano de 2012 são: furto e uso de entorpecentes.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas no Ministério Público em Guajará são, segundo o representante entrevistado, a falta de recursos materiais e humanos, a falta de apoio do poder público municipal e da população e o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. O representante entrevistado não soube responder se o Ministério Público produz estatísticas de denúncias, nem se os promotores que atuam na área criminal participam de algum coletivo de gestão de segurança pública. O mesmo se aplicou em relação à participação ou apoio às operações de fronteira e a ENAFRON. O principal parceiro do Ministério Público em operações realizadas em Guajará é a Polícia

Civil. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal. No ano de 2012 as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram os crimes relacionados às drogas.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Guajará encontra dificuldade na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, e encontra dificuldades também no relacionamento com o poder executivo, judiciário e com o Ministério Público. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são, em ordem de maior para menor frequência: maus tratos e abandonos, violência doméstica e abandono da escola.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Os entrevistados não entraram em consenso quanto ao fato do município de Guajará estar situado próximo à fronteira ser considerado positivo para seu o desenvolvimento econômico. A maior parte dos operadores considera positivo em virtude tanto da locomoção e da viabilidade do acesso a bens materiais e em virtude das rotas com as cidades vizinhas. Para outros, porém, tal proximidade não é positiva, pois não se vê desenvolvimento da cidade. Em contrapartida todos os operadores entrevistados posicionaram-se em total desacordo com as seguintes afirmativas:

- 1) “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;
 - 2) “o município do Guajará possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
- Houve consenso também no que se refere à seguinte questão:
- 3) “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Guajará foram assinalados como sendo os principais: o tráfico de drogas e os crimes ambientais.

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho são madeira, animais e drogas. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam cigarro, eletroeletrônicos, madeira e animais. As mercadorias mais citadas dentre as principais

apreendidas em 2012 foram maconha, cocaína e pasta base. Já os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram pasta base, maconha e cocaína.

Neste município há uma barreira fixa da Polícia Militar e uma da Polícia Civil. Segundo todos os entrevistados, as transformações recentes nas políticas de fronteiras não teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela 39. Percepção da incidência de crimes no município de Guajará

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Muito frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio e furto de motor de popa. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a residência e a transeunte, sendo indicado também o roubo a agência de Correios. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionadas as fraudes financeiras ou comerciais. Já o tipo de extorsão citado foi a extorsão simples. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas apontadas foram as situações domésticas e brigas de bar. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, os conflitos de vizinhos, em situação doméstica e por situação banal.

Dentre os crimes sexuais, há consenso quanto o mais frequente em Guajará ser o estupro ou abuso sexual de menores de idade, sendo mencionados também atos libidinosos. Dirigir sem habilitação apareceu de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Guajará são, segundo a percepção dos entrevistados, furto e uso de entorpecentes.

JAPURÁ

O município de Japurá foi criado por meio da lei estadual nº 96 de 19 de Dezembro de 1955, quando se desmembrou do ex-distrito de Maraã e do município de Tefé. Está localizado no norte do estado do Amazonas, a 746,5 km da capital Manaus, à qual encontra-se ligado por via aérea e fluvial. O município é todo atravessado pelo rio Japurá, um importante afluente do rio Solimões, encontrando-se entre as bacias do rio Solimões e o rio Negro. Com uma população de 6 083 habitantes, é o município menos populoso do estado.

Figura 15. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Japurá



Fonte: Cartograma IBGE.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei estadual nº 96 de 19 de dezembro de 1955.

Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 7.578,876 km²

Fronteiras: ao norte com Santa Izabel do Rio Negro e com São Gabriel da Cachoeira, ao sul com Tonantins e com Santo Antônio do Içá e a oeste com a Colômbia.

População (2010): 7.326 habitantes

Densidade demográfica: 0,13 hab/km²

Índice Gini (2010): 0,59

PIB (2010): R\$ 37.272,00

PIB per capita (2010): R\$ 5.113,49

IDH-M (2010): 0,522

Gentílico: japuraense

Histórico

O Japurá, principal via de acesso ao município a que empresta o nome, foi dos primeiros rios amazonenses a ser navegado. Consta que em 1755 o ouvidor Ribeiro Sampaio em “visita de correição das povoações”, subiu o rio Japurá visitando as povoações de Santo Antônio e São Matias. Segundo um cronista da época, o padre José Antônio Monteiro de Noronha, Japurá era o nome que os índios davam a uma massa branca, negra, feita de certas frutas e que comiam com beiju e também por serem da

nação Japurá os índios que antigamente habitavam as margens do rio.

O Japurá foi outrora habitado por numerosa tribo de índios. Em 1864, o presidente do Amazonas, Adolpho Barros dizia que, à vista do que tinha sido, o Japurá estava lamentavelmente despovoado. Da foz deste rio à boca do Apapóris existiam doze choupanas com 70 índios, entre eles muitos Miranhas. Não se via mais um Passé ou Xomana, só algumas relíquias das nações Jury e Cueretu. Os Macus vagavam entre o Japurá e o Negro.

O município de Japurá foi criado pela Lei estadual nº 96 de 19 de dezembro de 1955, com território desmembrado do ex-distrito de Maraã, do município de Tefé, compreendendo o subdistrito de Igualdade, e com sede em Vila Bitencourt, elevada então à categoria de cidade. Neste local, todavia, além das dependências ocupadas pelo 3º Pelotão de Fronteiras do Exército, quase nada mais existia. O governo municipal funcionava bem mais a jusante, na Vila de Acanauí e mais tarde, em 1976 se mudou para o local atual, a cidade de Japurá - denominada de "Limoeiro" pelos habitantes locais.

Defronte à foz do rio Apapóris, afluente do Japurá, cerca de 2 Km da Vila Bitencourt, está situado um marco divisório dos limites do Brasil com a Colômbia, inaugurado a 29 de setembro de 1931. Outro marco há, à margem direita do Japurá, no lugar em que a linha geodésica Tabatinga-Apapóris atravessa a referida margem.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a agricultura, com destaque para os cultivos temporários de mandioca, abacaxi, arroz, cana de açúcar, feijão e milho e os cultivos permanentes de abacate, banana, laranja e limão. Encontram-se também olarias, além de um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. A pesca e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda. São importantes a fauna e a flora, com seringueiras e madeira de boa qualidade e peixes de várias espécies, como pirarucu, tambaqui e animais silvestres, como queixada, paca e veado. Há ouro no território do município e exploração autorizada de seixo.

Diagnóstico da segurança pública no município de Japurá

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 7.448 habitantes

Homicídios (2012): 0

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Justiça e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 1.064 habitantes

População/efetivo da polícia civil 0 policial para 7.448 habitantes

Instituições de Segurança Pública**Tabela 40. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Japurá**

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 unidade ou posto fixo	
Efetivo	Delegados	-	Oficiais	-
	Agentes	-	Praças	7
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Antigas, mas precisando de reformas		Polícia Militar Antigas, mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, mas inadequadas / precisando de reformas		Polícia Militar Novas, mas inadequadas / precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		1	
Impressora	1		-	
Telefone fixo	1		-	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	2	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	5	3
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Frequentemente	Polícia Militar Muito frequentemente
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-
Rádio portátil (HT)	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	-	1
Colete antibalísticos	-	6
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	5
Carabina	-	-
Espingarda	-	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	1
Fuzil	-	3
Revólver	-	4
Pistola	1	2
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas de efeito moral Spray de pimenta	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil insuficientes	Polícia Militar Munição suficientes mas quantidade insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Sim
Capacidade	3	7
Média de presos/mês	8	8
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 14	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela 41. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Japurá

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	10	
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura até cinco pessoas	-	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	-	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	*		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-	
	Coletes antibalísticos	-	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	-	
Guarda atua armada	Não		
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	-	
	Carabina	*	
	Espingarda	*	
	Metralhadora	*	
	Submetralhadora	*	
	Fuzil	*	
	Revólver	*	
	Pistola	*	
	Arma de condutividade elétrica	-	
	Bomba de efeito moral	-	
Outros	spray pimenta	45	
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	3º	
	Segurança em eventos e comemorações	1º	
	Ronda escolar	-	
	Auxílio à Polícia Militar	4º	
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-	
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-	
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-	
	Ações educativas junto à população	-	
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	2º	
	Atividades de defesa civil	5º	
	Posto de guarda	-	
	Proteção ambiental	-	
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-	
Atividades assistenciais diversas	-		
Outra	-		

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

Há no município de Japurá uma delegacia em funcionamento. Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, e o Judiciário. Segundo o policial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza sistemas de administração¹. Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrência e inquéritos e também são utilizados dados em tabelas ou listas em papel. O sistema não está integrado a outro sistema de informação e o entrevistado não soube precisar o ano em que essa produção estatística foi iniciada.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas concorda que a participação traria modificações e melhoramentos às condições de sua atuação. Também não participa ou apoia grupos de patrulhamento ou operações na fronteira. Não participou, no ano de 2012 da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e também não tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

Não há internet instalada na unidade da Polícia Militar do município. Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012 foram estupro, drogas e furto.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são o Ministério Público, o Judiciário, a Polícia Civil e o IBAMA. Na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A unidade apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela. Em Japurá a Polícia Militar não possui contato com policiais de países vizinhos.

Esta instituição não dispõe de sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação são feitos controles dos dados criminais através de planilhas e tabelas

¹ Por "sistemas de administração" entende-se a gestão de dados com uso de computadores.

em papel e, desde 2012, são produzidas informações estatísticas sobre ocorrência. Esses dados não são incluídos no Infoseg. Os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário.

Guarda Municipal

No município de Japurá não há Secretaria Municipal de Segurança Pública. O município não conta também com um Gabinete de Gestão Integrada Municipal. Também inexistem um Plano Municipal de Prevenção à Violência.

Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal diretamente subordinada ao prefeito, que atua desde 2011. O atual comandante desta instituição é guarda municipal com formação pela Polícia Militar. As instalações onde se encontra a GM foram cedidas por outra instituição pública. A Guarda Municipal não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. No que se refere à formação dos Guardas Municipais, a instituição que ministra o curso é a Polícia Militar, sendo os três temas mais enfatizados durante o curso mais recente: papel e atribuições da Guarda Municipal; violência, crime e controle social e formas de abordagem. Durante este mesmo curso as técnicas de formação mais enfatizada foram: técnicas de abordagem e ordem unida.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, instalações inadequadas ou insuficientes e falta de respeito de ambulantes e outros infratores às leis de postura municipal. Segundo os entrevistados, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 42. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Japurá

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar					
Unidades	Justiça Entrância Inicial		Ministério Público		Conselho Tutelar
Efetivo	Juizes	1	Promotores	1	Conselheiros 5
	Funcionários	1			
Qualidade das instalações internas	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Ministério Público **		Conselho Tutelar Inadequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Ministério Público **		Conselho Tutelar Inadequadas

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Japurá é uma comarca de entrância inicial com Vara Única. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais. Há internet, porém a velocidade é baixa, de 54 Kbps.

Estima-se que por volta de 10 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. No Fórum desta comarca há o sistema de distribuição de autos. Há também sistema de informação computadorizado, onde os dados são enviados para o CNT. Não há produção estatística de inquéritos e processos. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado não respondeu sobre a afirmativa que a participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Há, nesta comarca, Juizado Especializado em Infância e Juventude, bem como Promotoria Especializada em Infância e Juventude. Não há Defensoria Pública e equipe profissional exclusiva especializada em infância e juventude. Em 2012, mais de 20 adolescentes passaram por esse juizado, porém o entrevistado não respondeu sobre o número de adolescentes que receberam medida em 2012. A questão sobre o órgão executor da medida de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC) também não foi respondida.

Conselho Tutelar

Há no município de Japurá um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e uma unidade do Conselho Tutelar. Dentre os direitos violados registrados, os três tipos que comparecem com maior frequência são: maus tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abandono da escola. O Conselho Tutelar do município de Japurá encontra dificuldades na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, falta de entidades para receber crianças e atender famílias, dificuldade no relacionamento com o Poder Executivo, falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo Poder Público e despreparo dos conselheiros.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Os representantes locais de instituições entrevistados se posicionaram divergentemente quanto ao fato de o município de Japurá estar situado próximo à fronteira ser considerado positivo para seu o desenvolvimento econômico, o entrevistado da Polícia Civil está em desacordo, pois acredita que a localização do município não influencia no desenvolvimento econômico, os representantes da Polícia Militar e da Justiça estavam de acordo com a afirmativa. Todos os entrevistados, porém, posicionaram-se totalmente em desacordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Há discordância quanto ao município de Japurá possuir características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira, estando a Justiça em total desacordo com tal questão e a Polícia Militar e Civil mais de acordo. Quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios, os representantes da Polícia Militar e da Justiça se posicionaram em total acordo e a Polícia Civil, mais em desacordo.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Japurá foram assinalados como consenso, como os principais o tráfico de drogas, imigração ilegal, e crimes ambientais, sendo mencionado também o contrabando, a exploração sexual infanto-juvenil e mineração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar e da justiça entrevistados, entende-se que no município de Japurá, os crimes mais frequentes parecem ser furto e venda de drogas. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela 43. Percepção da incidência de crimes no município de Japurá

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Ocasionalmente

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

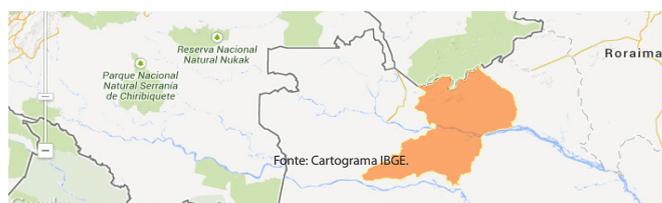
Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência e no comércio. Quanto aos roubos, aquele percebido como de maior incidência é o roubo a estabelecimentos comerciais, também sendo citados também os roubos à residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, o mais comum são fraudes no

comércio, seguido de pequenos golpes populares e fraudes financeiras e comerciais. Nenhum dos entrevistados da Polícia Civil e Militar marcou qualquer das alternativas sobre os crimes de extorsão mais comuns, porém o representante da Justiça respondeu extorsão mediante furto de documento privado e acrescentou em outros crimes contra o patrimônio a má utilização do dinheiro público. Há consenso quanto a principal situação em que ocorre lesão corporal dolosa ser em brigas de bar, seguido das lesões dolosas em situação doméstica. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram brigas de bar, em situação doméstica e também foi citado homicídio passional. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Japurá, o estupro ou abuso sexual de menores de idade também sendo citado o estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas, atos libidinosos e exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Japurá são, na opinião do juiz entrevistado, furto, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

O município de Santa Isabel do Rio Negro foi criado por meio da lei estadual número 117, de 29 de Dezembro de 1956, com o nome de Ilha Grande, desmembrando-se do município de Uapes. Está localizado no norte do estado do Amazonas, a 846 km da capital Manaus, à qual se encontra ligado por via aérea e via fluvial. Situa-se nas margens do rio Negro, na zona de transição entre o médio e o alto rio Negro, em uma região onde estão o pico da neblina e o pico 31 de março.

Figura 16. Cartograma dos municípios da faixa de fronteira de Santa Isabel do Rio Negro



DADOS GERAIS

Criação do Município: lei estadual nº 117, de 29-12-1956 (com o nome de Ilha Grande).

Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)

Área (2010): 62.846,408 km²

Fronteiras: Venezuela e municípios de Barcelos, Maraã, Japurá e São Gabriel da Cachoeira.

População (2010): 18.146 habitantes

Densidade demográfica: 0,29 hab./km²

Índice Gini (2010): 0,72

PIB (2010): R\$ 74.565,00

PIB per capita (2010): R\$ 4.112,11

IDH-M (2010): 0,479

Gentílico: santa-isabelense

Histórico

Após a expulsão dos jesuítas da Amazônia, em 1661, o povoamento do rio Negro, a partir de 1695, ocorre com a chegada de religiosos de outras congregações que, com a finalidade de catequizar os índios, vieram fundando vários povoados ao longo do rio. Em 1728 é fundada a Missão de Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, berço da atual cidade de Barcelos. Em 1760, estabelece-se um destacamento militar e, em seguida se constrói um forte no local onde hoje é a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Toda a região constitui então a capitania de São José do Rio Negro, com sede em Barcelos. Aproximadamente meio caminho entre Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, floresce a povoação da Ilha Grande, à margem direita do rio e defronte a essa incidência geográfica que lhe deu o nome. Em 1931, quando é definitivamente restaurado o município de Barcelos, a região do atual município de Santa Isabel do Rio Negro fazia parte de seu território.

Elevado à categoria de município com a denominação de Ilha Grande pela lei estadual nº 117, de 29-12-1956, desmembrado do município de Uapes, com sede na vila antigamente chamada Ilha Grande. No ano de 1968, o município é enquadrado como Área de Segurança Nacional. Pela lei estadual nº 1012, 31-12-1970, o município de Ilha Grande tomou o nome de Santa Isabel do Rio Negro. Em divisão territorial datada de 1-I-1978, o município já denominado Santa Isabel do Rio Negro é constituído do distrito sede. Em 1981, Santa Isabel do Rio Negro perde parte de seu território em favor do novo município de Bittencourt.

Atualmente a principal atividade econômica do município é a agricultura, com destaque para o cultivo de ciclo temporário de mandioca, abacaxi, arroz, cana de açúcar, feijão e milho. Encontram-se também algumas serralherias, olarias e usinas de beneficiamento de arroz, além de um pequeno comércio varejista, padarias, hotéis e pensões. A pecuária, a pesca e avicultura são basicamente artesanais, voltados para a subsistência, não aparecendo como geradores de renda.

Diagnóstico da Segurança Pública em Santa Isabel do Rio Negro

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

População (estimada para 2012): 19.292 habitantes

Homicídios (2012): 4

Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Justiça, Ministério Público, e Conselho Tutelar.

Razão: População/ efetivo da polícia militar 1 policial para 4.823 habitantes
População/efetivo da polícia civil 1 policial para 9.646 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Tabela 44. Recursos humanos e materiais da Polícia Civil e Polícia Militar em Santa Isabel do Rio Negro

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
Unidades	Polícia Civil 1 delegacia		Polícia Militar 1 batalhão e 1 posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	-	Praças	4
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil Novas, em boas condições		Polícia Militar *	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil Novas, adequadas, em boas condições		Polícia Militar Novas, mas inadequadas / precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	1		-	
Impressora	1		-	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	Sem acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil Muito Frequentemente		Polícia Militar Atende Frequentemente	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	1		-	

Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	5	2
Colete antibalísticos	5	9
Escudos	-	-
Capacetes	-	9
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	5
Carabina	-	-
Espingarda	1	-
Metralhadora	-	1
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	4
Pistola	1	3
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	Granadas - Spray Pimenta -	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Suficientes	Polícia Militar Suficientes, Quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Sim
Capacidade	4	4
Média de presos/mês	8 a 10	8 a 10
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil 6	Polícia Militar *

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Tabela 45. Recursos humanos e materiais da Guarda Municipal em Santa Isabel do Rio Negro

Recursos Humanos e Materiais da Guarda Municipal			
Efetivo	Comandante	1	
	Guardas	14	
Veículos		Em funcionamento	Avariados
	Viatura até cinco pessoas	-	-
	Viatura para mais de cinco pessoas	-	-
	Moto	-	-
	Embarcação sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Cavalo	-	-
	Bicicleta	-	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	*		
Estimativa de equipamento de proteção	Algemas	-	
	Coletes antibalísticos	-	
	Escudos	-	
	Capacetes	-	
	Placas balísticas	-	
	Outros	-	

Guarda atua armada	Não	
Estimativa o número de armamentos existentes	Tonfa, cassetete ou similar	-
	Carabina	*
	Espingarda	*
	Metralhadora	*
	Submetralhadora	*
	Fuzil	*
	Revólver	*
	Pistola	*
	Arma de condutividade elétrica	-
	Bomba de efeito moral	-
Outros	spray pimenta	-
Atividades mais frequentes	Proteção de bens, serviços e instalações em logradouros públicos do município	**
	Segurança em eventos e comemorações	**
	Ronda escolar	-
	Auxílio à Polícia Militar	-
	Patrulhamento ostensivo a pé, motorizado ou por outros meios	-
	Responsável pelo ordenamento do trânsito	-
	Apoio a outros órgãos de segurança e da justiça	-
	Ações educativas junto à população	-
	Segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades	**
	Atividades de defesa civil	-
	Posto de guarda	-
	Proteção ambiental	-
	Controle e fiscalização do comércio de ambulantes	-
	Atividades assistenciais diversas	-
Outra	-	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Polícia Civil

A delegacia de Santa Isabel do Rio Negro, no que se refere à estrutura de comunicação, não possui conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza sistemas de administração de controle de munição, armas e estoque. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em fichas de papel em fichários, há sistema de registro de ocorrências e inquéritos, georreferenciamento, divulgação regular das estatísticas, com inclusão no Infoseg. No entanto, o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2000.

Os três maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com todas as outras instituições.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e o entrevistado não sabe informar se tal participação modificaria ou melhoraria as condições de sua atuação. Em Santa Isabel do Rio Negro, a Polícia Civil não troca informações ou colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira, atuando em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente. No ano de 2012, participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

O Batalhão de Santa Isabel do Rio Negro não utiliza nenhum dos sistemas de administração listados. No que se refere aos sistemas de informação, desde 2012 são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais, mas não se efetua a inclusão destas no Infoseg. Utiliza-se também georreferenciamento de crimes, controle dos dados através de planilhas e tabelas em papel, além de divulgação pública e regular das estatísticas. Não há internet no batalhão, portanto, os bancos de dados, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de homicídios.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA e a Força Nacional. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa das operações de fronteiras tais como Operação Impacto e Ágata. Em Santa Isabel do Rio Negro, a Polícia Militar não troca informações ou colabora com órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Militar deste município participou da Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela.

Guarda Municipal

No município de Santa Isabel do Rio Negro não há Secretaria Municipal de Segurança Pública, Gabinete de Gestão Integrada Municipal ou Plano Municipal de Prevenção à Violência. Não há Conselho Municipal de Segurança Pública, mas há Guarda Municipal. Diretamente subordinada ao prefeito, a Guarda Municipal atua desde 1994. O atual comandante desta instituição é guarda municipal com formação pela própria Guarda Municipal. Esta instituição não possui instalações e não obtém outros recursos além daqueles do seu orçamento. Não há curso de formação dos Guardas Municipais.

As três principais dificuldades da Guarda Municipal são escassez de recursos materiais, instalações inadequadas ou insuficientes e falta de treinamento e/ou capacitação adequada para a função. Segundo o entrevistado, a Guarda Municipal não tem conflito de atribuições com outros órgãos de segurança pública ou de defesa do município. As atividades mais frequentes da Guarda Municipal em Santa Isabel do Rio Negro são: proteção de bens, serviços e instalações e logradouros públicos do município; segurança em eventos e comemorações; e segurança e/ou proteção do Prefeito e outras autoridades. A ocorrência mais frequente que ocupa a Guarda Municipal neste município é baderna de adolescentes.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Tabela 46. Recursos humanos e materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar em Santa Isabel do Rio Negro

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
Unidades	Justiça Entrância Inicial		Ministério Público		Conselho Tutelar 1	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	5				
Qualidade das estruturas internas	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	
Qualidade das estruturas externas	Justiça Antigas, mas precisando de reformas		Ministério Público Inadequadas		Conselho Tutelar Inadequadas	

Fonte: survey realizado pela pesquisa "Segurança Pública nas fronteiras"

Justiça

O município de Santa Isabel do Rio Negro possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Tendo e vista que esta sede judiciária não dispõe de automóveis, considera-se que a quantidade de combustível disponível jamais atende as necessidades desta unidade. A sede judiciária está a mais de dois meses sem internet. Não há sistemas de administração, tampouco sistema de informação em uso nesta comarca. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o representante da Justiça entrevistado discorda de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. O entrevistado não soube responder se os juízes participam ou apoiam as operações de fronteira.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado, nem promotoria, nem defensoria pública especializada em infância e juventude e tampouco existe equipe interprofissional exclusiva para esta área. Em 2012, cerca de 30 adolescentes passaram pelo Juizado, sendo que nenhum deles cumpriu medida em internação ou semiliberdade e estima-se que 10 deles receberam medida em meio aberto. O órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade (PSC) é o Estado e suas secretarias, assim como o Conselho Tutelar. O ato infracional mais frequente neste município no ano de 2012 foi o furto.

Ministério Público

As únicas dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Santa Isabel do Rio Negro são, segundo o representante entrevistado, a falta de recursos humanos e a comunicação deficiente com outros órgãos. O entrevistado não soube responder se o Ministério Público produz estatísticas de denúncias. Não soube responder também se os promotores que atuam na área criminal participam de algum coletivo de gestão de segurança pública, tampouco das operações de fronteira ou da ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Santa Isabel do Rio Negro são: o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foi o fechamento dos bares.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Santa Isabel do Rio Negro encontra dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como dificuldades de relacionamento com o poder executivo, com o poder judiciário, e com o Ministério Público. Além disso, há falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: envolvimento com o ato infracional, abandono da escola e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da situação de fronteira

Os entrevistados locais, não consideram o fato de o município de Santa Isabel do Rio Negro estar situado próximo à fronteira positivo para o seu desenvolvimento econômico, tendo em vista que não há acesso aos países vizinhos. Os operadores não entraram em consenso no que se refere à seguinte afirmativa:

- 1) “apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município”;

Enquanto a maioria se posicionou em total desacordo, a Guarda Municipal se posicionou mais de acordo com tal afirmativa. Em contrapartida, houve consenso entre os operadores das instituições entrevistados no que se refere às seguintes afirmativas:

- 1) “o município de Santa Isabel do Rio Negro possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira”;
- 2) “a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios”.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Santa Isabel do Rio Negro, foram assinalados como sendo os principais, o tráfico de drogas e crimes ambientais, sendo apontada também a mineração ilegal.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados na pesquisa, o crime mais frequente no município é o furto, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela 47. Percepção da incidência de crimes no município de Santa Isabel do Rio Negro

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente
Polícia Militar	Muito Frequentemente	Raramente	Jamais	Jamais	Raramente
Justiça	Ocasionalmente	Jamais	Raramente	Ocasionalmente	Raramente

Fonte: survey realizado pela pesquisa “Segurança Pública nas fronteiras”

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, sendo indicado também o furto no comércio e o furto de bicicletas. Quanto aos roubos, àqueles percebidos como de maior incidência são os roubos em residência. Com relação

às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados as fraude financeiras ou comerciais. Já o tipo de extorsão citado foi extorsão simples.

As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: brigas de bar e situações domésticas, sendo indicado também brigas entre gangues. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, acerto de contas entre criminosos e em situações de roubos. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Santa Isabel do Rio Negro são o estupro ou abuso sexual de crianças ou adolescentes, seguido pelo estupro ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já o ato infracional praticado com maior frequência por menores de idade neste município, segundo a percepção dos entrevistados, foi o furto.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José Carlos. *Stretching the border. Smuggling practices and the control of illegality in South America*. CGST New Voices Series, nº9, 2010.

ANTUNES, Camila Sissa. *Às margens da cidade: experiências e cotidiano nas periferias de Chapecó (SC)*. Trabalho apresentado no *III Seminário Integrado: Ensino, Pesquisa e Extensão Ética e Ciência nas Diferentes Dimensões da Educação Superior*. Chapeco: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2011

BECKER, B.K. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, nº 19 (53), 2005.

BENETTI, Larissa; Eliandra SOLIVO; Andréia DEMARCO e Irma Salete BONAMIGO. *Violência e gênero no Oeste Catarinense*. Trabalho apresentado no *III Seminário Integrado: Ensino, Pesquisa e Extensão Ética e Ciência nas Diferentes Dimensões da Educação Superior*. Chapeco: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2011.

BIGO, D.. *Frontiers, Territoire, Souveraineté*. Disponível em <http://ceriscope.science-po.ufr/trint/12>, 2010.

BONAMIGO, Irme Salete e Luiz Carlos CHAVES (org.). *Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais*. Chapecó (SC): Argos, 2013.

BONAMIGO, Irme Salete; Karin BRUXEL; Daiana Cristina SEBENELLO; Marcia Regina FAVARETTO; Ana Maria ZANCHET e Franciane BORTOLI. *Dispositivos de controle e gestão de violências na contemporaneidade*. In: *Psico*, 40(3):392-399. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

BRASIL. Controle Intermitente do Território Amazônico. Revista Território nº 1(2), 1997.

BRASIL. *Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica brasileira*. Cadernos do IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XXI, n 1, 2007.

BRASIL. *Faixa de fronteira - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF*. Brasília: Secretaria de Programas Regionais/Ministério da Integração Nacional, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira*. Brasília: Secretaria de Programas Regionais. Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. *Calha Norte 25 Anos. Amazônia desenvolvida e segura*. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/livro/pcn_livro.pdf

BRASIL. IBGE Cidades. *Histórico dos municípios*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARAES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. 4ª ed. Campo Grande - MS: Papelaria Brasília, 1995.

CAMPOS NETO, M.F. *Mulas Humanas no Narcotráfico Internacional Bolívia-Brasil*. Editora Millenium, 2011.

CAMPOS, Sérgio Flores de. *Ações integradas: segurança pública em área de fronteira*. Revista Brasileira de Segurança Pública, 3(4): 152-164, 2009.

CAPIBERIBE, A. M. G. *Nas duas margens do rio: Alteridade e transformações entre os Palikur na fronteira Brasil/Guiana francesa*. Tese de Doutorado em Antropologia Social/UFRJ, 2009.

CARDIN, Eric Gustavo. *A formação do ser social e a informalidade na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina)*. In: Congreso Internacional de Estudios del Trabajo. Buenos Aires, Argentina. Disponível em: <www.aset.org.ar>. Acesso em: 24 set. 2013.

CARDIN, Eric. *Laranjas e sacoleiros na Tríplice Fronteira: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*, Cascavel, UNIOESTE, 2011.

CARDIN, Eric. *Sociedade e indivíduos: convivendo com a violência na fronteira*, Em Eric Cardin (Org.) *As múltiplas faces das fronteiras*, Editora CRV, Curitiba, 2013.

CARVALHO, G.. *La Integración Sudamericana y el Brasil: el protagonismo brasileño en la implementación de la IIRSA*. Action Aid. Rio de Janeiro, Brasil, 2006.

Centro Indigenista Missionário (CIMI), *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil*. Brasília, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. *O Crack na fronteira brasileira*. Brasília: CNM, 2013.

DAN, V.L. *O acesso à cidade: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira*. Dissertação de Mestrado – Unioeste – Campus Foz do Iguaçu, 2010.

DIETZ, Circe Inês. *Cenários contemporâneos da Fronteira Brasil-Argentina: infra-estruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/integração trans-fronteiriça*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 2008.

DORFMAN, Adriana e Arthur Borba Colen FRANÇA. 2013. "Espaço Segurança pública na fronteira Gaúcha." *Revista Geonorte*, 7(3): 1095-1115.

DORFMAN, Adriana e Carmen J. REKOWSKY. 2011. "Geografia do contrabando de agrotóxico na fronteira gaúcha." *Revista Geográfica de América Central* (Online), 2(47).

DORFMAN, Adriana. 2009. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

DREYFUS, Pablo. 2007. La Triple Frontera: zona de encuentros y desencuentros. In: HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLIS, Luis Guillermo (Org.). *La percepción de Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 105-134. Disponível em: <<http://www.flacso.org/fileadmin/usuarios/David/05.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

FERNANDES NETO, Pedro. *Caracterização geográfica da faixa de fronteira continental norte do Brasil*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia [Monografia de Graduação em Geografia], 2003.

FERRARI, Maristela. *Interações transfronteiriças na Zona de Fronteira Brasil-Argentina: o Extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FREITAS, G. "Proposta de cálculo para fixação de efetivo policial militar por município no Estado do Paraná". Universidade Federal do Paraná, Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Curitiba, 2011 [Projeto Técnico apresentado para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública].

FUJITA, Camila. *Chapecó: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense*. In: *Geo UERJ*, Ano 15, 24(1): 312-338, 2013.

GRASSIOLI, Maiane Spessatto. *A (des)centralização nos municípios de abrangência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste: possibilidades e impedimentos*. Dissertação. Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno estatístico município de Foz do Iguaçu, 2012. Curitiba: IparDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85850>>. Acesso em: 24 set. 2013.

IPEC. *Gran Atlas de Misiones*. Posadas: Instituto Provincial de Estadísticas y Censos, 2012.

ITAIPU BINACIONAL. Complexo turístico de Itaipu tem aumento de 14% no movimento de visitantes. 12 maio 2011. Disponível em: <<http://www.itaipuemfozdoiguacu.com/itaipu/complexo-turistico-de-itaipu-tem-aumento-de-14-no-movimento-de-visitantes/>>. Acesso em: 24 set. 2013.

MACHADO, L. O. *Sistemas, fronteiras e território*. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia da UFRJ, s/d. (mimeo)

MACHADO, Lia Osório. *Região, fronteiras e redes ilegais: Estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana*. *Limes: Revista Italiana di Geopolitica*, Quaderni Speciali, Supplemento, nº3, 2007.

MACHADO, Lia Osório. *Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança*. In: *Geopolítica das Drogas* (Textos Acadêmicos); Fundação Alexandre de Gusmão/MRE, 2013.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; MOREIRA, Felipe Kern, orgs.. *As relações internacionais na fronteira norte do Brasil*. Boa Vista, Editora UFRR, 2011.

MÉLO, José Luiz Bica de. *O 'velho' e o 'novo' da violência rural na fronteira Brasil-Uruguay*. *Sociedade e Estado*, 19(1):121-150, 2004.

MENDES DA SILVA, Evaldo. *Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos mbya e nhandéva (guaraní) na Tríplice Fronteira*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

MISSE, M. *Trocas ilícitas e mercadorias políticas*. Brasília, Anuário Antropológico, n. 1, n.s., 2010.

MUCCHIELLI, L. *Matériaux pour une étude des délinquances en Guyane*. *Etudes et travaux de l'ORDCS(6)*, 1-28, 2013.

NÚCLEO REGIONAL DE INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA. *Plano de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Rio Grande do Sul - PDIF/RS*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

PIMENTEL, Geysa Alves e OLIVEIRA, Rafael. *Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial na fronteira Brasil-Venezuela: o caso da BR 174*. In Vários autores – *Tráfico de pessoas e violência sexual*. Brasília, VIOLES/SER, Universidade de Brasília, 2007.

PNUD Brasil. *ATLAS do Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>

PONTES FILHO, Almir. *O direito indígena dos guaranis na área da Tríplice Fronteira (Brasil-Paraguai e Argentina)*. In: *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, Curitiba, 15: 228-257 vol.1, 2011.

PORTO, Adélia Rosaura; DOS SANTOS, Jaqueline; LINCH, Luís Fernando; ALVES, Thaís da Rosa. *Femicídio: um tema para debate (um raio x dos femicídios nos cinco anos da Lei nº 11.340/06)*. Porto Alegre: Secretaria da Segurança Pública/RS, 2012.

PORTO, J.L.R.; DURBENS, M.N. (orgs). *Interações fronteiriças no Platô das Guianas. Novas construções, novas territorialidades*. Macapá: Editora, 2010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU. Dados gerais, 2013. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/dados_gerais.asp>. Acesso em: 24 set. 2013.

RABOSSI, Fernando. *Como pensamos a Tríplice Fronteira?* In: Macagno, Lorenzo; Silvia Montenegro y Verónica Giménez Beliveau (comps.) *A Tríplice Fronteira: espaços nacionais e dinâmicas locais*, Curitiba, Editora UFPR, p. 39-61, 2011.

RABOSSI, Fernando. *Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretação*. In: *Mundos em Movimento: Ensaio sobre migrações*. SEYFERTH, Giralda, 2007.

RENOLDI, Brígida. *Fronteras que caminan: relaciones y movimiento en la frontera tripartita de Argentina, Paraguay y Brasil*. In: *Revista Transporte y Territorio*, Universidad de Buenos Aires, Dossier "Fronteras y movilidades", coordinado por Alejandro Benedetti, p. 123-140, 2013.

RENOLDI, Brígida. *Organización, crimen y acción: relatos policiales de la Triple Frontera*. In: César Barreira (org.) *Violência, Ilegalismos e lugares morais*, Pontes de Campinas, Campinas, 2013.

REUTER, P.. *Can the border be sealed?*. Santa Monica, Califórnia, Rand Corporation, 1998.

ROSEIRA, Antonio Marcos. *Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira*. In: *Encuentro de Geografos da América Latina, 2009, Montevideu*. 12 Encuentro de Geografos da América Latina, 2009.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C.; OI, A. H., 2011, *Homicídios na Faixa de Fronteira do Brasil, 2000-2007*. (Relatório de Pesquisa do Projeto Violência e Fronteiras – FAPESP / CNPq). São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP).

SCHÖNENBERG, R.. *Drug Trafficking in the Brazilian Amazon*. In: UNESCO - Globalisation, Drugs and Criminalisation <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001276/127644e.pdf>

SENASP. *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013.

SILVA, A.R.F.. *Perspectivas das Políticas territoriais na Faixa de Fronteira Internacional da Amazônia Oriental Brasileira. Estados do Pará e do Amapá*. Tese de Doutorado em Geografia PPG - Universidade Federal do Pará, 2011.

SILVA, Gutemberg de V.; RÜCKERT, Aldomar A.. *A Fronteira Brasil-França: mudanças de uso político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)*. *Confins, Revue franco-brésilienne de géographie*. Nº 7, 2009.

SILVA, J.G.C.. *Uma Parábola na Floresta – Estado, integração e conflito na fronteira do Amapá e Guiana Francesa*. Belém, 2006.

SILVA, R.B.. *Os Chiquitano de Mato Grosso estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 2007.

SIMÃO, A.V. *Juventude em discurso: História de vida de jovens aprisionados no município de Cáceres/MT*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, PPGE, 2014.

STEIMAN, R.. *A geografia das cidades de fronteira. Um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.
TOMMASINO, Kimiye. *Os sentidos da territorialização dos Kaingang nas cidades*. Trabalho apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Curitiba: Universidade Federal de Paraná, 2001.

TOMMASINO, Kimiye. *Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guarani de Araçáí (volume I – Laudo Antropológico)*. *Espaço Ameríndio*, 7(2): 277-556. Porto Alegre, 2013.

TUMELERO, Michele Rodrigues. *A Legião Brasileira de Assistência e os investimentos feitos sobre as mulheres e as crianças na construção de uma “nova” Chapecó-SC (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado em Historia. Programa de Pós-Graduação em Historia. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010.

Fontes consultadas:

Atlas do desenvolvimento humano/PNUD

www.cnm.org.br/ Biblioteca Virtual do Amazonas <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/tabatinga.php> /

Enciclopédia dos municípios brasileiros Vol. IX.

[www.cnm.org.br/Biblioteca Virtual do Estado do Amazonas](http://www.cnm.org.br/BibliotecaVirtualdoEstadodoAmazonas). http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/sao_gabriel_cachoeira.php/Instituto Socioambiental www.socioambiental.org.br.

[www.cnm.org.br/Biblioteca Virtual do Amazonas](http://www.cnm.org.br/BibliotecaVirtualdoAmazonas). http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/santo_antonio_ica.php

IBGE Cidades/ biblioteca virtual do Amazonas http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/atalaia_do_norte.php

IBGE Cidades / biblioteca virtual do Amazonas <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/barcelos.php>

IBGE – cidades/ Biblioteca Virtual do Amazonas http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/benjamim_constant.php

IBGE Cidades e Biblioteca Virtual do Amazonas. http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/boca_acre.php

IBGE Cidades e Biblioteca Virtual do Amazonas <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/guajara.php>

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XIV – IBGE/ Biblioteca Virtual do Amazonas <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/japura.php>

www.santaisabedorionegro.am.gov.br / biblioteca virtual do Amazonas http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/santa_isabel_rio_negro.php

PARÁ

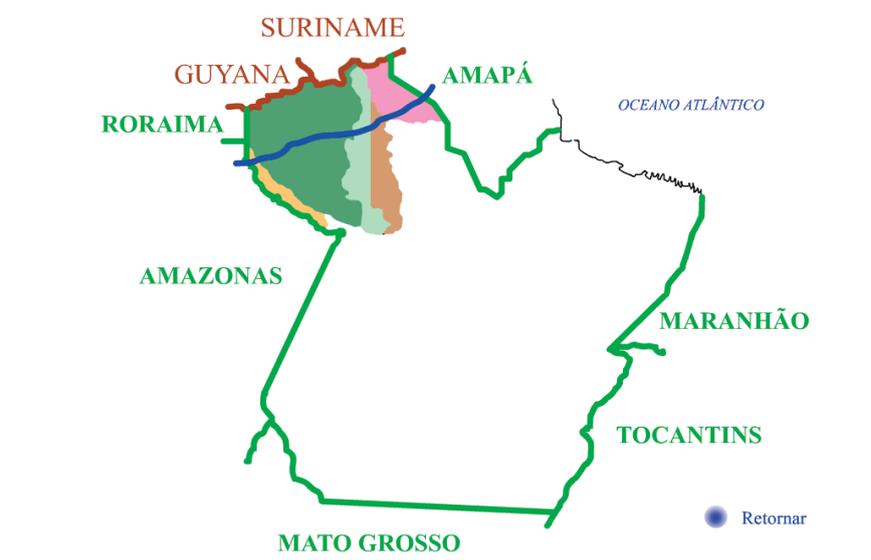
Pará

Introdução

O Brasil, no Estado do Pará, estabelece fronteira com o Suriname (541 km), com a Guiana (642 km) e com o Oceano Atlântico. A região transfronteiriça do Pará com estes países é formada de relevo montanhoso, rios encachoeirados e é constituída de diversas áreas de conservação, caracterizadas por ser de difícil acesso, grande vazío demográfico e pela presença indígena. Em mais 1300 km de fronteira há uma única base do Exército—o Pelotão Especial de Tiriós—localizado a 12 km da divisa do Pará com o Suriname. A mineração ilegal tem sido o maior problema nessa área, mesmo com o controle do garimpo predatório no Brasil. Desde então, esta atividade e outras práticas ilícitas a ela associadas, tais como contrabando do ouro, agressão ao meio ambiente, tráfico de pessoas, prostituição, exploração sexual e outras, realizadas por brasileiros, tem sido cada vez mais deslocadas para os países vizinhos.

No Pará, cinco municípios são integrantes da faixa fronteira: Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná.

Mapa: Estado do Pará e Faixa de Fronteira



Fonte: IBGE

Na Pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras” os municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Almeirim, todos de faixa de fronteira, além dos municípios de Abaetetuba e São Caetano de Odivelas, situados na mesorregião do nordeste paraense, foram eleitos como amostra para realização do diagnóstico. A inclusão destes dois municípios, que se encontram fora da faixa da fronteira, deve-se à presença de ilícitos fronteiríços na Costa

da Ilha de Marajó e no estuário amazônico.

Particularidades da Situação de Fronteira

Três situações de fronteira caracterizam o Estado do Pará: Uma fronteira internacional terrestre inabitada e distante com o Suriname e a Guiana e, em consequência, uma grande dificuldade de interação dos cinco municípios fronteiriços com os países vizinhos. Uma “fronteira interna” constituída pelo rio Amazonas, onde, em suas margens situam-se as sedes dos municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Almeirim. E, finalmente, uma fronteira com o oceano Atlântico cujos efeitos se estendem aos municípios de Abaetetuba e de São Caetano de Odivelas.

No passado e no presente, em razão da sua localização, alguns destes municípios têm sido considerados estratégicos na segurança das fronteiras brasileiras e, por esta razão, apresentam, na atualidade, alta densidade institucional. Este é o caso do município de Óbidos e também o de Abaetetuba. Óbidos tem tido historicamente uma atenção especial no que se refere à fiscalização, por situar-se no local de menor largura do rio Amazonas. Ainda assim, não há muito tempo que a Polícia Federal foi ali instalada. Esta presença se faz sentir principalmente na repressão ao tráfico de drogas, com a Operação Sentinela antiga base Candiru—que, apesar de não mais existir fisicamente continua a existir formalmente, embora de maneira precária, visto que não há sequer instalações para os policiais ali permanecerem. Já a Receita Federal tem atuado na apreensão de mercadorias ilegais vindas de Manaus, convivendo com uma internet intermitente ou deficitária, falta de funcionários e infraestrutura de fiscalização deficiente. Desde 2009 a Força Nacional atua neste município em apoio à Polícia Federal e, mais recentemente, Óbidos e todos os outros municípios da faixa vêm recebendo investimentos do ENAFRON. Finalmente, ainda que a população de Óbidos reconheça a importância das ações da Polícia Federal, da Receita Federal e da Força Nacional, há muita insatisfação (especialmente em relação à atuação desta última instituição) com a forma como as abordagens, as revistas e as apreensões são realizadas. Ênfase é dada ao fato de que os atores sociais locais pouco participam das decisões tomadas em relação às políticas de segurança pública, tanto no âmbito estadual quanto federal.

A localização estratégica de Abaetetuba, cortada por rios que deságuam no oceano Atlântico acabou colocando a cidade na rota de mercados ilícitos internacionais. Ali se instalou, desde o final da década de 1980, o tráfico de drogas onde já existia um contrabando com a Guiana Francesa e o Suriname, de bebidas, perfume e especialmente de cigarros, facilitado pela geografia da região.¹ Em 1997, um artigo de jornal chamou Abaetetuba de a *Medellin* brasileira devido ao seu envolvimento no narcotráfico. Naquela ocasião, autoridades, sociedade civil do município e membros da Polícia Federal

1 <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,abaetetuba-a-cidade-das-400-bocas-de-fumo,85312>

requisitaram a instalação permanente de um posto da Polícia Federal no município (Schönenberg, 2000) que se deu pouco tempo depois. Na atualidade, dentre as atividades mais desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município no ano de 2012, as principais foram o combate ao tráfico de drogas, o combate ao contrabando e descaminho, o combate ao crime ambiental, o combate ao tráfico de armas e o combate ao tráfico de pessoas. Além destas, a Polícia Federal apontou o controle migratório como a atividade de maior importância. Já a Receita Federal de Abaetetuba participou em 2012 da verificação de irregularidade da importação, das bagagens e de produtos contrafeitos. Abaetetuba e São Caetano de Odivelas vêm mais recentemente também recebendo investimentos do ENAFRON.

Mercados ilegais

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta nos municípios pesquisados no Estado do Pará foram assinalados como sendo os principais: tráfico de drogas, contrabando, exploração sexual infanto-juvenil e crimes ambientais. Em Abaetetuba, além destes, foi assinalado o tráfico de armas. Em Óbidos foi apontado como maior problema aquele relacionado ao trânsito de drogas (especialmente o de cocaína e de pasta base) pelo rio Amazonas, vindas de países que fazem fronteira com o estado do Amazonas (Vale do Javari) e a sua apreensão na base instalada no porto. Em 2012 a Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará registrou a apreensão, em todo o Estado de 630 kg, de cocaína, crack e pasta-base. A situação de fronteira em Óbidos e nos municípios de Oriximiná, Alenquer e Almeirim também se caracteriza pela circulação pelo rio Amazonas de mercadorias (contrabando e descaminho) vindas da Zona Franca de Manaus. Segundo as estatísticas referentes à Inspetoria de Óbidos, em média, foram vistoriadas em 2012 o total de 988 embarcações. Foram 42 processos formalizados e um total de retenções de R\$ 735.090,18 (incluindo a movimentação de Alenquer, Juriti e Oriximiná). O total de crédito tributário lançado em ofício foi de R\$ 2.827,93.² A incidência das práticas de descaminho e contrabando deve-se à existência da Zona Franca e de Livre Comércio de Manaus. De tal modo que hoje, a cidade de maior influência sobre Óbidos deixou de ser Belém e passou a ser Manaus. Se o trânsito da droga parece não afetar diretamente as dinâmicas locais e de criminalidade nos municípios da faixa de fronteira, o mesmo não ocorre em relação ao descaminho e contrabando. Em Óbidos, por exemplo, foi dito que estes afetam a economia da cidade, prejudicando e impedindo o desenvolvimento do comércio, mas por ser prática tão comum no município encontra certa aceitação social. Em geral, as cidades sedes são vistas pela sua população, como tranquilas, onde todo mundo conhece todo mundo. Esta situação foi descrita em Óbidos e este fato tem contribuído para a participação da população na resolução dos problemas da cidade, dentre eles, aqueles que afetam a segurança de seus cidadãos.

2 Trata-se da obrigação tributária calculada e cobrada por autoridade competente.

Tudo indica que as transformações recentes nas políticas de controle das fronteiras afetaram alguns destes municípios, mas, segundo apurado, essas lograram menos reduzir o comércio ilegal do que deslocá-lo para outros meios e para outros municípios. Em Óbidos, por exemplo, escapa-se da fiscalização nos períodos de cheia, por lagos e novas passagens que se abrem. Na seca (ou vazante) utiliza-se a estrada. As mercadorias aportam nos municípios vizinhos, (onde não há fiscalização) e vêm pela estrada até depois da fiscalização, quando parte delas novamente é embarcada e retoma o seu destino. Outro exemplo é o de Abaetetuba, onde o contrabando deslocou-se para o meio aéreo sendo realizado por meio de avionetas que lançam as mercadorias nos rios acondicionadas em sacolas especiais, que são depois coletadas nos barcos em vários pontos e enviadas à Belém, onde lá são revendidas.

Apesar da atenção (ainda que insatisfatória) conferida a estes municípios estratégicos para a defesa nacional, devido a sua localização, será mostrado neste diagnóstico, que eles e os outros municípios do Pará selecionados neste estudo se definem na atualidade pela precariedade em matéria de segurança pública e em outras esferas que afetam diretamente a segurança dos cidadãos.

Situação da Segurança Pública

A razão população/efetivo da Polícia Militar é adequada para se avaliar a ação de presença da polícia ostensiva que tem forte impacto sobre o sentimento de segurança da população.³

População dos municípios da amostra, razão população/ efetivo da PM e razão população/efetivo da PC

	Pop (estim. 2012)	Pop/efetivo PM
Estado	*	522
Alenquer	53.369	2.965
Almeirim	33.563	2.797
Óbidos	49.763	2.619
Oriximiná	64.978	1.250
Abaetetuba*	144.415	950
São Caetano de Odivelas**	17.087	3.417

* A informações referentes ao Estado foram obtidas na Pesquisa Perfil de Segurança Pública que não toma por referência a estimativa de 2012. **Abaetetuba e ***São Caetano de Odivelas não se encontram na faixa de fronteira, mas foram incluídos na amostra.

Observa-se, em primeiro lugar, que todos os municípios da amostra apresentam

3 O cálculo para fixação de efetivo (Freitas, 2011):

Até 10.000 habitantes: mínimo 8 policiais;

De 10.001 a 40.000 mínimo 8 e a cada 3.000 acrescenta 1 PM (por exemplo 13.000 habitantes seria 11 policiais);

De 40.001 habitantes a 100.000 habitantes = 1: 1750 (1 policial para mil setecentos e cinquenta habitantes);

De 100.001 a 180.000 habitantes = 1:1.500 (1 policial por mil e quinhentos habitantes);

De 180.001a 260.000 habitantes = 1:1.000 (1 policial por 1.000 habitantes);

De 260.001 a 350.000 habitantes = 1:750 (1 policial por 750 habitantes);

Acima de 350.000 habitantes = 1:500 (1 policial por 500 habitantes).

uma razão população/policial militar, à exceção de Abaetetuba e de Oriximiná, muitíssimo abaixo da do Estado. Alenquer é quem apresenta, entre os municípios de fronteira, o pior quantitativo de policiais militares (1 para 2965), seguido de Óbidos (em razão de sua população) e de Almeirim. Na foz amazônica, a situação da presença da PM em São Caetano de Odivelas é muito ruim: 1 policial para 3.417 habitantes, sendo o quantitativo da PM. Já os municípios de Oriximiná e, principalmente, de Abaetetuba são, para os padrões do Estado, relativamente bem policiados. Outras variáveis do diagnóstico quantitativo e, especialmente o diagnóstico qualitativo, apontaram essa e uma série de outras deficiências relativas aos órgãos de segurança pública.

Deficiências de efetivo de operadores da segurança pública, considerado insuficiente para o tamanho da população, foram relatadas pelos operadores das Instituições nos municípios de fronteira e, em Óbidos também pela população. Queixas quanto à infraestrutura insuficiente ou inadequada destas instituições também foram relatadas com frequência. Em Óbidos, por exemplo, foi dito que embora a delegacia tenha sido contemplada com um carro novo, em razão do tipo e modelo do carro enfrentam-se grandes dificuldades simplesmente para poder abastecê-lo. A percepção geral nesse município e nos outros municípios da fronteira que, pelo exposto, também pode ser generalizada para o Estado é a de que há um descaso muito grande do governo estadual em relação às polícias civil e militar.

Dos problemas relacionados à falta de estrutura e que afeta todas as instituições pesquisadas, o mais recorrente é o da falta de conectividade que vêm prejudicando diretamente o trabalho dos policiais dificultando, por exemplo, atividades mais corriqueiras como o registro de ocorrências (Óbidos) e a inclusão no INFOSEG (Oriximiná e Almeirim). A extensão deste problema no Estado se revela quando mesmo um município de maior porte e mais próximo da capital, como é o caso de Abaetetuba é afetado. Nele foi identificado que todas as instituições pesquisadas são informatizadas, mas a conexão com a internet intermitente prejudica sobremaneira o funcionamento adequado destas instituições.

Outro aspecto que chama a atenção é a falta de integração entre as instituições da segurança pública e da justiça criminal e dessas com a sociedade civil. Não há parceria sequer entre a Polícia Civil e a Polícia Militar em Óbidos e em São Caetano de Odivelas e em Alenquer foi dito que ela é muito deficiente e precisa ser melhorada. Em Óbidos os problemas com o atendimento da Polícia Civil atingiram uma dimensão tal que acabaram sendo um dos principais temas levantado na Audiência Pública, promovida no município para tratar das questões de segurança pública em outubro de 2013. Nesses municípios estudados, quase não há participação das instituições em coletivos de gestão (à exceção da polícia civil de Abaetetuba que participa do Centro Regional de Inteligência). A falta de articulação entre as instituições policiais e o Ministério Público também foram apontadas.

Em alguns municípios, operadores desta instituição referiram-se à frequência da corrupção policial. Este problema também foi apontado pela sociedade civil de Óbidos em referência à integrantes da Polícia Militar. Uma dimensão a ser enfatizada é a a necessidade de aproximação destas instituições com a população. Em Óbidos, por exemplo, foi elogiada a resposta da Polícia Militar à demanda da população pelo policiamento nos arredores das escolas e sua participação nos fóruns públicos de discussão sobre os problemas de segurança pública.

Criminalidade local

Embora haja uma forte percepção dos operadores de segurança pública e dos integrantes da sociedade civil entrevistados no estudo quanto à venda de drogas, as estatísticas criminais relativas aos entorpecentes não confirmam tal percepção (vide infra). Exceção feita à Abaetetuba. Sabe-se, entretanto, que este tipo de registro pode estar revelando também uma maior ou menor atenção dos órgãos de repressão a este tipo de problema. Sabe-se também que em cidades pequenas, em particular, certas ocorrências exercem grande impacto sobre a população, afetando o seu sentimento de insegurança. É o caso do roubo. Vários dos municípios estudados vivenciaram o aumento deste crime em 2012. Dentre eles destacam-se, Alenquer, Almeirim, São Caetano de Odivelas e também Abaetetuba. Quanto aos crimes contra a pessoa, em Óbidos, onde foi possível observar mais de perto as dinâmicas locais, a criminalidade violenta tem o álcool como precipitador e envolve especialmente adolescentes em brigas de gangues, utilizando armas brancas, além de casos de violência doméstica. À exceção de Abaetetuba (que merece um estudo mais aprofundado não previsto neste diagnóstico), os mercados ilegais—como já enfatizado -, não parecem afetar diretamente as dinâmicas locais de criminalidade. Em Almeirim deve ser considerado o fato de o município fazer fronteira com o estado do Amapá e ser sua porta de saída. Por lá passa tudo e todos o que vem do Amapá em direção ao Pará.

Recomendações

- Maior atenção do Poder Público Federal e Estadual a esta região estratégica da região amazônica e reconhecimento de suas particularidades;
- Melhoria da infraestrutura de telecomunicações, especialmente da internet;
- Maior participação dos atores sociais nas definições de políticas de Segurança Pública, nacionais e estaduais, adotadas nos municípios de fronteira que conhecem melhor a realidade cotidiana local, podendo contribuir para um desenho mais eficaz de política pública na área.
- Aumento do efetivo e aparelhamento das instituições federais e estaduais, especialmente da Polícia Militar e da Polícia Civil nos municípios da faixa de fronteira;

- Realizar reuniões do GGIF nos municípios de fronteira do Estado e não apenas na Capital, buscando a integração, na base, das instituições locais;
- Disseminar padrões de policiamento comunitário nos municípios de fronteira;
- Disseminar padrões de entrosamento entre policiamento ostensivo e atividade investigativa nos municípios de fronteira;
- Disseminar padrões de entrosamento entre as polícias estaduais e federais.
- Disseminar padrões de organização da sociedade civil nos municípios de fronteira para auxiliar no provimento e controle da segurança dos cidadãos.
- Adotar Programas de enfrentamento à violência e exploração sexual contra criança e adolescentes
- Realizar campanhas educativas abrangendo homens e mulheres, adolescentes e adultos para o enfrentamento da violência conjugal de gênero.
- Disseminar padrões de respeito aos cidadãos e à diversidade cultural na ocasião da abordagem e revista;
- Disseminar padrões de direitos humanos e acesso à justiça aos envolvidos em mercados ilegais;
- Estimular programas continuados de redução da vulnerabilidade policial à corrupção;
- Reconhecer que é meta impossível impedir o trânsito e comercialização do contrabando e da droga e estimular o debate para a adoção de políticas alternativas, dentre elas a de esclarecimento da população quanto aos problemas e malefícios que estes podem acarretar no nível individual e social.

Bibliografia

ATLAS do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

BECKER, B.K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, 19 (53) 2005, PP 71-86.

BRASIL. IBGE Cidades. **Histórico dos municípios**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

_____. **Calha Norte 25anos**. Amazônia desenvolvida e segura. http://www.defesa.gov.br/arquivos/programa_calha_norte/livro/pcn_livro.pdf

_____. **Faixa de fronteira**–Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira PDF. Brasília: Secretaria de Programas Regionais/Ministério da Integração Nacional, 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Secretaria de Programas Regionais. Ministério da Integração Nacional, 2005.

MACHADO, L. O. Sistemas, fronteiras e território. Rio de Janeiro, Departamento de Geografia da UFRJ, s/d. (mimeografado)

_____. Controle Intermitente do Território Amazônico. Revista Território 1(2), 1997, p 20-32

_____. Medidas institucionais para o controle do tráfico de drogas e lavagem de dinheiro e seus efeitos geoestratégicos na região Amazônica brasileira. Cadernos do IPPUR, Rio de Janeiro, AnoXXI, n 1, 2007, p. 9-31

SCHÖNENBERG, R. Drug Trafficking in the Brazilian Amazon. In: UNESCO–Globalisation, Drugs and Criminalisation <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001276/127644e.pdf>

SILVA, A.R.F. Perspectivas das Políticas territoriais na Faixa de Fronteira Internacional da Amazônia Oriental Brasileira. Estados do Pará e do Amapá. Tese de Doutorado. PPG– Universidade Federal do Pará, 2011

Óbidos

O Município foi elevado à categoria de vila com a denominação de Óbidos, em 25-03-1758, e por Carta Régia de 26-06-1755. Sede na antiga Aldeia dos Pauxis. Elevado à condição de cidade com a denominação de Óbidos, pela lei provincial nº 252, de 02-10-1854. Elevado à categoria de município pelo decreto-lei estadual nº 1442, de 24-12-1934. Em divisão territorial datada de 18-08-1968, o município é constituído apenas do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.⁴

4 Fonte: IBGE (texto parcial)

Mapa: Município de Óbidos e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150510&search=para|%C3%93bidos>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei provincial nº 252, de 02-10-1854.
Localização: Arco Norte
Área (2010): 28.021,419 km ²
Fronteiras: ao norte com o Suriname, a leste com Almeirim, Alenquer e Curuá, a oeste com Juriti e Oriximiná, ao sul com Santarém e Juriti.
Acesso aéreo: não.
Acesso portuário: sim.
Acesso viário: sim.
População (2010): 49.333 habitantes
Densidade demográfica: 1,76 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,59
PIB (2010): R\$ 251.759,00
PIB per capita (2010): R\$ 5.111,45
IDH-M (2010): 0,594
Gentílico: obidense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

A cidade de Óbidos foi erguida na margem esquerda do rio Amazonas para garantir a hegemonia portuguesa na região. O local, em sua origem, era habitado pelos índios pauxis, que foram aldeados pelos capuchos ao longo do rio Trombetas. O Forte Pauxis, ali instalado, começou a ser erigido em 1697 e dele se registrava o movimento das embarcações descendo e subindo o rio Amazonas, nesse que era o local de sua menor largura, de apenas 1,8 quilômetros e de 75 metros de profundidade. Em virtude da semelhança topográfica com a cidade portuguesa de Óbidos, foi-lhe dado igual topônimo (do latim oppidum, significando «cidadela»). Ao fim de cerca de um século, a vila foi elevada à cidade (MS/UFGA, 2008).

Hoje Óbidos preserva belos casarios de arquitetura portuguesa colonial. O acesso à sede do município é predominantemente fluvial, tendo em vista que as rodovias que o ligam aos municípios vizinhos de Oriximiná, Alenquer e Curuá são estradas não pavimentadas ou parcialmente pavimentadas. A distância de Belém é de quatro dias em média de barco e a viagem até Manaus é de três dias em média. A distância média de Santarém, principal cidade de referência da região é de 126 km e é de sete horas de barco, em média. Já a distância da sede de Óbidos até a fronteira com o Suriname é de aproximadamente 180 km, mas o município não tem nenhum contato com o Suriname que só é alcançado abrindo picada no meio da mata. A vegetação predominante na região é de floresta densa. A população total do município divide-se, aproximadamente, na mesma proporção em urbana e rural, com a prevalência de muitas comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas e comunidades quilombolas que vivem de atividades de subsistências. A interação entre os grupos indígenas, especialmente os tiryó do Brasil e do Suriname é intensa, indo além das trocas comerciais (MS/UFPA, 2008).

No setor primário, as principais atividades econômicas são a agricultura familiar (mandioca e milho), a fibra de juta, a castanha do Pará, a pesca e a criação de gado. No setor secundário, destacam-se indústrias de beneficiamento de produtos locais (madeira, castanha, farinha, juta, borracha, goma, peixe, etc.). No setor terciário, prevalece o comércio varejista em nível local e o setor de serviço. O emprego formal concentra-se na administração pública. O município, especialmente na zona rural, ainda é carente de energia elétrica e de abastecimento de água e a coleta de lixo é precária.

Na percepção dos gestores locais, Óbidos não tem recebido, para o seu desenvolvimento, incentivos governamentais específicos por ser área de fronteira, tanto da esfera federal quanto da estadual (Silva, 2011). E, no entanto, por ser área considerada de segurança nacional e estratégica para a soberania nacional, tem tido historicamente uma atenção especial no que se refere à fiscalização. Ainda assim, não há muito tempo que a Polícia Federal foi ali instalada. Recentemente o município vem recebendo investimentos do ENAFRON.

Diagnóstico da Segurança Pública no município de Óbidos

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 49.333 habitantes
Homicídios (2012): 8
Instituições de segurança: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal (Base Candiru), Força Nacional, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar, Receita Federal (Base Candiru). O Corpo de Bombeiros de Santarém atua no município.
Razão:
População/Efetivo da polícia militar = 1 policial para 2.619 habitantes
População/Efetivo da polícia civil = 1 policial para 8.294 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal						
População (estimativa em 2012) = 49.333 habitantes						
Homicídios (2012) = 8						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Unidades	1 delegacia		Nenhum batalhão		**	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1	Delegados	**
	Agentes	5	Praças	18	Agentes	**
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Estrutura antiga e sem condições de reforma		Antiga mas precisando de reformas		**	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas		**	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Computador	3		1		**	
Impressora	1		1		**	
Telefone fixo	1		1		**	
Fax	1		-		**	
Scanner	0		1		**	
Internet	Com acesso		Sem acesso		**	
Estação de rádio analógica	1		1		**	
Estação de rádio digital	-		-		**	
Equipamento de visão noturna	-		-		**	
Aparelho de TV	-		-		**	
Gravadores	-		-		**	
Máquina Fotográfica	-		-		**	
Filmadora	-		-		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	1	1	**	
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	**	
Moto	1	-	2	-	**	
Embarcação sem motor	-	-	-	-	**	
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	**	
Avião	-	-	-	-	**	
Helicóptero	-	-	-	-	**	
Cavalo	-	-	-	-	**	
Bicicleta	-	-	-	-	**	
Outros	-	-	-	-	**	
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Jamais atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades		**	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Celulares corporativos	-		-		**	
Rádio em viaturas (digital)	-		-		**	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1		**	
Rádio portátil (HT)	2		-		**	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		**	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		**	

Arco Norte

Notebooks	-	-	**
Arquivos em ficha de papel	-	1	**
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Algemas	4	7	**
Colete antibalísticos	4	15	**
Escudos	-	-	**
Capacetes	-	-	**
Placa balística	-	-	**
Outros	-	-	**
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	12	**
Carabina	1	3	**
Espingarda	1	-	**
Metralhadora	-	-	**
Submetralhadora	-	2	**
Fuzil	-	-	**
Revólver	-	-	**
Pistola	-	7	**
Arma de condutividade elétrica	*	-	**
Bomba de efeito moral	*	-	**
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	**
Outro	-	Mosquetões 2	**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
	Insuficientes	Tipos suficientes e quantidade insuficiente	**
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Tem carceragem?	Não	Não	Não
Capacidade	*	*	*
Média de presos/mês	*	*	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
	20-30	*	-

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros (Santarém)			
Unidades	4º BCM		
Efetivo	Oficiais	5	
	Praças	155	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	3	-
	Viatura de combate a incêndio	2	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	3	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	2	-
	Embarcações sem motor	1	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	2	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	1	-
Outros	-	-	
Percepção sobre quantidade de combustível	Frequentemente atende às necessidades		
Atividades mais frequentes (Óbidos)	Salvamento, busca e resgate	Ordem de importância não informada	
	Incêndios florestais		
	Outros (salvamento, busca, resgate e incêndios florestais na época seca)		

Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional		
Início da Atuação	2009	
Efetivo	1 oficiais	10 Agentes
Veículos	Em funcionamento	Avariados
	1	-
Principais Atividades	Combate ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas	
	Combate ao contrabando	
	Apoio a outros órgãos de segurança	

Polícia Civil

Por ocasião da pesquisa, a delegacia de Óbidos encontrava-se em reforma e a unidade estava instalada em prédio provisório. As respostas ao questionário foram relativas às condições da unidade provisória em funcionamento na ocasião. O entrevistado se referiu à dificuldade de se adquirir munição e à falta de recursos humanos, insuficientes para o tamanho da população do município. Além disto, embora a delegacia tenha sido contemplada com um carro novo, em razão do tipo e modelo do carro enfrentam-se grandes dificuldades simplesmente para poder abastecê-lo.

A delegacia de Óbidos, no que se refere à estrutura de comunicação, possui conexão à internet com velocidade de 1 Mb. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil não utiliza sistemas de administração. Quanto ao sistema de informação, há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, com divulgação pública e regular das estatísticas. Encontra-se em funcionamento, desde 2008, o Sistema Integrado SISP da Secretaria de Segurança do Pará, no qual são registradas as ocorrências da Polícia Civil do município. É realizada a inclusão no INFOSEG. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Cabe mencionar que por falta de energia, a internet é intermitente, funcionando poucas horas durante o dia. Com isso, o preenchimento e manutenção dos diferentes sistemas e até mesmo o registro de ocorrências ficam prejudicados.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são o Ministério Público, o Judiciário, a Força Nacional e a Polícia Federal. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Força Nacional.

A Polícia Civil de Óbidos não participa de coletivos de gestão de segurança pública e não acredita que a participação melhore as condições de sua atuação. Também não apoia ou participa de grupos de patrulhamento ou operação de fronteira, bem como não participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON). Contudo, a Polícia Civil deste município tem participado das Operações Sentinela.

Tabela: Registros de Ocorrências da Polícia Civil de Óbidos (2009-2013)

Ano/Ocorrência	2009	2010	2011	2012	jan a nov 2013
Estupro	12	21	16	26	10
Furto	156	256	200	114	109
Homicídio	13	13	3	10	20
Latrocínio	0	2	0	1	1
Lesão Corporal	98	144	113	122	92
Roubo	20	46	41	48	30
Tráfico de Drogas	9	4	1	5	

Fonte: SISP. WEB

Polícia Militar

A unidade da Polícia Militar de Óbidos está instalada em um prédio cedido pela Associação de Produtores Rurais, localizada em bairro periférico do município. A sua localização, distante do centro, é inapropriada para o funcionamento adequado da unidade. Segundo o entrevistado, os coletes a prova de bala estão todos vencidos. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é contratada pelos próprios funcionários. Quanto aos sistemas de informação e administração, os registros de ocorrências são informados por meio de relatório manual, esses e também os dados administrativos são encaminhados para a 12a CIA de Oriximiná. O banco de dados não é integrado a outros sistemas não o sendo ao banco da Polícia Civil.

Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas, violência doméstica e brigas de gangues.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Trânsito Municipal e o Conselho Tutelar, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Mas esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinelas.

Corpo de Bombeiros

Não há unidade de Corpo de Bombeiros no município, as necessidades de Óbidos são atendidas por um grupamento localizado em Santarém. Portanto, os dados referentes à estrutura do Corpo de Bombeiros são referentes ao município de Santarém. O corpo de bombeiros atua no município do Óbidos apenas na fiscalização e em atividades de prevenção.

A quantidade de equipamento de proteção individual em uso nessa unidade não foi considerada suficiente. O mesmo para a quantidade de equipamentos de salvamento e de resgate, sendo necessárias motosserra, mangueiras, viatura para combate a incêndios, viatura de escada e plataforma. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade foi tida como insuficiente, necessitando de roupas de isolamento de níveis de gravidade, máscara, viatura de suporte e trailer de operações. O mesmo ocorreu com a quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal. Em que as principais necessidades são: viatura adequada para tais tipos de incêndio, bomba costal e abafadores.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade é suficiente. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com conexão de 1 Mb. Os registros de ocorrência no INFOSEG e a produção de estatísticas sobre atendimentos e ocorrências são feitos pelo Comando Geral, em Belém.

Em Óbidos, os tipos de ocorrências mais frequentes são: incêndios florestais (principalmente em época de secas), salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Santarém não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Esta unidade também não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tampouco participou do ENAFRON ou das Operações Sentinela. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Receita Federal, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, sendo desejável o incremento de parcerias com o Ministério Público e o Judiciário.

O 4º Corpo de Bombeiros Militar de Santarém mantém de forma regular o setor preventivo de vistorias técnicas—em média duas vezes por ano -, para dar assistência ao comércio e setor público em Óbidos. A defesa civil é feita regularmente, sempre que acionada. Em caso de ocorrência, o deslocamento de Santarém a Óbidos é feito para que seja realizada ao menos a perícia técnica de incêndio. Nos casos de saúde e segurança, é utilizado helicóptero para fazer o remanejamento.

Polícia Federal

Há, em Óbidos, uma Base da Operação Sentinela (Base Candiru). Dentre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais em ordem de importância foram o combate ao tráfico de drogas; o combate ao contrabando e descaminho; o combate ao crime ambiental. A Polícia Federal do município do Óbidos não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que tal participação, na avaliação do respondente, modificaria e melhoraria as condições de

atuação. Esta unidade também não participou do ENAFRON nem do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. O entrevistado aponta as operações relacionadas ao tráfico de drogas como sendo as principais desta unidade. Quanto às Operações Sentinela foram designados seis policiais federais para participar com o apoio da Força Nacional. Por ocasião da operação, todas as embarcações advindas do estado do Amazonas são fiscalizadas. A Polícia Federal do município não faz uso de cães farejadores. A Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) não atua neste município.

Nas operações realizadas neste município, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com o Ministério Público Estadual, o Judiciário Estadual, a Receita Federal, e a Força Nacional. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal.

A presença da Polícia Federal em Óbidos se dá com a base Candiru que, apesar de não mais existir fisicamente continua a existir formalmente. Os agentes que atuam em Óbidos são lotados em Santarém e trabalham em rodízio mensal. Em conjunto alugam uma casa que se tornou o local onde ficam entre as operações, já que não há um posto no município, mas apenas um lugar para guardar armas. Reclamam das condições de trabalho, mas não autorizaram o pesquisador a registrar essas condições em função de possíveis represálias da Direção Geral da Polícia Federal com processo disciplinar. Há certa animosidade entre agentes e DG em virtude da greve da categoria. Muitas das perguntas do questionário não foram respondidas por que os agentes não obtiveram a autorização da DG para tanto.

Força Nacional de Segurança Pública

No município do Óbidos, a Força Nacional utiliza como base para as suas operações uma casa alugada. O mesmo para o seu alojamento. Essa estrutura é bastante precária. A principal origem institucional dos agentes da Força Nacional é a Polícia Militar. Atualmente há um oficial (capitão) atuando. As atividades da Força Nacional na fronteira são o combate ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o combate ao contrabando, oferecendo apoio ao seu principal parceiro, a Polícia Federal. No ano de 2012 a Força Nacional atuou na Operação Sentinela e na Operação Ágata. Os quatro maiores parceiros da Força Nacional deste município são o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, as Forças Armadas e a Polícia Militar. Para o entrevistado da Força Nacional a parceria com a Polícia Militar deveria ser incrementada.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar				
	Justiça	Ministério Público	Defensoria Pública	Conselho Tutelar
Unidades	Entrância intermediária (Vara única)			5 Conselhos Tutelares

Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	13						
Qualidade das instalações internas	Justiça	Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar		
	Antigas mas precisando de reformas	Adequadas		Não se aplica		Não informado		
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça	Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar		
	Antigas mas precisando de reformas	Adequadas		Não se aplica		Não informado		

Justiça

O município do Óbidos é uma comarca de entrância intermediária com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente atende as necessidades da unidade. Há internet, porém o acesso é restrito e a velocidade é baixa (1 Mb). Estima-se que por volta de 73 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso no fórum são os sistemas de recursos humanos, de controle de armas, de protocolo, de distribuição de autos e o financeiro. Já o sistema de informação consiste em produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos. Há divulgação pública e regular das estatísticas e fichas em papel em fichário. Não tendo sido informado se estes sistemas estão integrados a outros, nem tampouco desde quando o órgão produz estatísticas. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Entretanto, estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira. Segundo o entrevistado, tudo que a Polícia Federal precisa, o juizado aprova, inclusive já tendo cedido a esta instituição uma sala no Fórum. Há, no município, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. O órgão executor de medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade é uma ONG e os três atos infracionais mais frequentes no município são: furto, roubo e uso de entorpecentes.

Ministério Público

O Ministério Público de Óbidos tem sede própria. As únicas dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público no município, segundo o representante entrevistado e em ordem crescente de dificuldades são: a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e da Justiça Criminal, a falta de recursos humanos e a falta de recursos materiais. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas participam/apoiam operações de fronteira, embora o promotor não saiba dizer quais. Também não sabe se o Ministério Público participou do ENAFRON em 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Óbidos são: o Judiciário Estadual, a Polícia Federal, a Força Nacional, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Força Nacional. O entrevistado não soube responder quais as atuações mais importantes do Ministério Público relacionadas aos crimes fronteiriços.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Óbidos encontra dificuldades na falta de clareza do seu papel em relação aos órgãos de segurança pública, na falta de entidades para receber crianças e atender famílias e na falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Dentre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns foram: violência doméstica; maus tratos e abandono; e abuso sexual ou exploração sexual.

Foram relatadas dificuldades no relacionamento com a Polícia Civil que vem prejudicando a atuação do Conselho.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Inspetoria Classe B	
Efetivo	Auditores	3
	Analistas	1
	Técnicos	1
	Terceirizados	2
Qualidade das instalações internas	Novas mas precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga mas precisando de reformas	

Além do Óbidos, fazem parte desta jurisdição fiscal que pertence à Segunda Região Fiscal, os municípios de Juriti e Curuá. A Receita Federal de Óbidos dispõe de um carro oficial funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, com velocidade de 1 Mb. Os três principais problemas da unidade são: a) conexão com a internet intermitente ou deficitária; falta de funcionários; infraestrutura de fiscalização deficiente.

A Receita Federal de Óbidos não participa de coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. Em 2012 a Receita Federal realizou em média 10 operações no município. Também no ano de 2012, a Receita Federal deste município participou das operações Sentinela e Ágata. O entrevistado informou que o ponto alfandegado está no porto da ALCOA em Juriti e serve para exportação da bauxita. Além da Receita Federal, estão presentes nesse ponto alfandegado a Polícia Federal e a ANVISA. Também foi informado que não há vigilância no ponto alfandegado e que este ponto recebe reforço de auditores fiscais de outras repartições uma vez por ano. Já as apreensões feitas em Óbidos consistem, segundo o entrevistado, em mercadorias ilegais vindas de Manaus.

Segundo as estatísticas referentes à Inspetoria de Óbidos, em média foram vistoriadas em 2012, o total de 988 embarcações. Foram 42 processos formalizados e

um total de retenções de R\$ 735.090,18 (incluindo a movimentação de Alenquer, Juriti e Oriximiná). O total de crédito tributário lançado em ofício foi de R\$ 2.827,93.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Fiscalização e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município de Óbidos estar situado próximo à fronteira não é positivo para seu desenvolvimento econômico. Os principais argumentos para validar esta afirmativa foram: ser maior a influência do Rio Amazonas e não da fronteira terrestre com Suriname e esta fronteira ser totalmente isolada, sem acesso à sede do município. Alguns entrevistados alegaram que a fronteira é, na verdade, a zona de livre de comércio de Manaus. Não houve consenso entre os respondentes (alguns concordaram e outros discordaram) quanto às seguintes afirmativas:

- apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município;
- o município do Óbidos possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira.

Um maior consenso foi obtido quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Óbidos, foram assinalados como sendo os principais: contrabando, tráfico de drogas e armas, exploração sexual infanto-juvenil e crimes ambientais. Foi também assinalada a presença de bocas de fumo, a estimativa de quantidade de ponto de vendas de drogas em 2012 feita pela Polícia Civil foi de cerca de 20 pontos.

Contudo, foi sempre enfatizado o trânsito da droga pelo rio Amazonas e sua apreensão na base instalada no porto como o maior problema relacionado ao tráfico de drogas. Assim a situação de fronteira se caracteriza pela rota de circulação pelo rio Amazonas de mercadorias vindas seja da zona franca de Manaus, seja de países que fazem fronteira com o estado do Amazonas. Nesse sentido, a fronteira com o Suriname não afetaria o município.

Para os profissionais entrevistados, as mercadorias mais citadas dentre as que mais circularam e que foram mais apreendidas em 2012 foram os CDs e DVDs, pasta base, artigos de informática, autopeças e pneus, eletroeletrônicos. Também foram citados

maconha, vestuário e tecidos. No que se refere à venda de drogas, cocaína, pasta base e maconha foram as drogas mais citadas como mais frequentes, embora variasse entre os entrevistados a ordem de frequência.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furto e venda de drogas, tal como descrito na tabela a seguir.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Óbidos

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Jamais	Ocasionalmente	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser a transeunte (celulares em especial), seguido de furto em residência e furto de motocicletas e com auxílio de motocicleta. Quanto aos roubos, àqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, em residência e a transeunte, sendo citado também o roubo de motocicletas.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes financeiras ou comerciais, cheque sem fundos e operações ilícitas. Não houve concordância quanto à frequência em que extorsões e propinas a funcionários públicos ocorrem no município, mas a percepção é de que ocorrem no máximo ocasionalmente.

As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: situação doméstica e brigas de bar. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, situações domésticas e conflitos de acerto de contas entre criminosos. Os representantes da Polícia Militar e da Justiça referiram-se a conflitos decorrentes de briga entre gangues.

Dentre os crimes sexuais citados, a maior frequência é o estupro ou abuso sexual de menores de idade.

Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Óbidos são, segundo a percepção dos entrevistados, furto, roubo e uso de entorpecentes.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Os moradores da cidade entrevistados ressaltaram que Óbidos é uma cidade pequena, onde todos se conhecem e encontram-se ligados por laços de parentesco, de amizade ou por simples conhecimento. Forasteiros são raros e são facilmente identificados. Essa proximidade entre moradores facilita a administração dos conflitos e sua mediação. Este foi o caso, citado no grupo focal e por entrevistados, de conflitos entre proprietários de terra e pescadores que ocorriam com frequência no passado e para os quais foi encontrada solução. Para tanto foi fundamental a mediação feita pelo IBAMA que consistiu em mostrar e argumentar junto aos proprietários de terra que se tratava de pesca para sobrevivência e não de invasão de propriedade com intenções escusas.

Criminalidade Local

Quando indagados sobre a criminalidade local, os entrevistados e participantes do grupo focal afirmaram que a cidade é tranquila e segura durante o dia, mas que nos últimos tempos, o mesmo não tem ocorrido à noite. Crimes contra o patrimônio são os que mais afetam o sentimento de insegurança da população local. Furtos de celulares e de cordões (joias) foram relatados como sendo frequentes e pouco registrados pela polícia. Roubos também foram relatados e, mais recentemente, há rumores de que eles vêm sendo mais frequentes, o que vem contribuindo para mudança de hábitos da população, especialmente no período da noite, que deixou de sair e de pescar. Mas foi também reconhecido que por se tratar de cidade pequena, qualquer evento desta natureza ganha grande dimensão. Esse foi o caso, por exemplo, de um assalto a uma estudante que terminou baleada, com grande repercussão na cidade, sendo citado em vários relatos. Nessa ocasião, os alunos da escola, com o apoio de diversas entidades organizadas da sociedade civil realizaram uma manifestação para chamar a atenção das autoridades locais quanto à necessidade de segurança nas portas e arredores das escolas⁵.

Na visão dos entrevistados, os fatores que contribuem para a ocorrência de crimes no município são: falta de iluminação pública; má conservação das ruas nas áreas centrais e absoluta precariedade das vias nos bairros de periferia, praticamente intransitáveis, impedindo a chegada dos órgãos de segurança e facilitando a fuga de ladrões. Foi apontado ainda que nessas localidades, onde ocorrências violentas se concentram, falta a presença do estado.

No que diz respeito ao tráfico de drogas local, alguns entrevistados e também participantes do grupo focal, fizeram referências à existência, no município, de pontos de venda de drogas (bocas de fumo) e à repressão a estes pontos realizada em operações

5 Notícia veiculada em 21 de maio de 2013 em: <http://awinformaticastm.blogspot.com.br> Consulta feita em 11/10/2013.

envolvendo diferentes instituições da Segurança Pública e da Justiça Criminal.⁶ Referiram-se também ao envolvimento de alguns policiais com esse tráfico interno de drogas e enfatizaram o papel de denunciante que cabe à comunidade nesses casos; denúncia esta que pode ser realizada anonimamente no estado do Pará pelo número 181.

Brigas de gangues entre adolescentes são vistas como um problema relevante no município. Segundo os entrevistados do grupo focal, essas brigas – algumas delas terminando em morte –, eram ainda mais frequentes no passado. Diminuíram na área urbana em razão da presença das forças de segurança (Polícia Federal e Força Nacional), mas continuam ocorrendo em algumas comunidades rurais e vêm aumentando. Contudo, nem todos relacionam a violência diretamente aos jovens. Entendem que há certo exagero na construção da imagem do jovem ligada às drogas e à violência e ressaltam o descaso do poder público com a formação dessa população, negligenciando as ofertas de lazer e de desenvolvimento educativo que deveriam ser proporcionados pelo município. Este descaso e carência de áreas de lazer são exemplificados pela quase inexistência de campos de futebol na cidade.

Embora não seja enfatizada pela maioria dos moradores, a não ser por aqueles profissionais da saúde ou que lidam diretamente com o problema, as ocorrências de violência contra a mulher e de violência contra a criança (violência doméstica) também foram mencionadas como significativas. Importante salientar que muitos, profissionais, especializados ou não, ressaltaram o álcool como fator desencadeador da maioria das ocorrências de lesão dolosa e de homicídio, cometidas, em geral, com arma branca. Referência também foi feita à falta de fiscalização nos bares para coibir a venda de bebidas para menores de idade. De qualquer forma ficou patente que a criminalidade em Óbidos envolve apenas pessoas locais e que nos crimes contra a pessoa, inclusive aqueles cujo resultado é a morte prevalecem motivos fúteis, que ganham expressão quando somados ao álcool.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A figura, que segue, ilustra a localização de Óbidos no ponto mais estreito do rio Amazonas, que tem navegação intensa de navios e embarcações de grande porte. As setas representam a circulação de mercadorias e pessoas pelo rio Amazonas

O barco é o principal meio de transporte em toda a região amazônica, utilizado nas mobilidades interurbanas, intraurbanas e regional. Além do transporte de passageiros e cargas, realiza também a distribuição de mercadorias para os pontos de venda a varejo nos municípios e distritos ribeirinhos. É comparável aos ônibus e caminhões no restante do

⁶ O Diário do Pará registra uma dessas operações em que vários pequenos traficantes foram presos pela polícia local auxiliada por outras instituições policiais e por órgãos da justiça local – Diário do Pará Presos 15 traficantes de drogas em Óbidos. (<http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=70470>. Consulta feita em 11/10/2013).

país, visto que desempenha a mesma função. Explorado por particulares ou empresas sem qualquer regulação ou por algumas linhas reguladas de forma precária, o transporte por barco é reconhecido como modo inseguro e carente de estrutura, tanto nas embarcações, como nos terminais hidroviários (Tobias, et.al.,2011). Esta é hoje a situação do município de Óbidos que deverá ser contemplado com novo terminal de cargas e passageiros.⁷

Figura: Fluxo de pessoa e mercadoria pelo rio Amazonas



Rota de tráfico de drogas

Por sua situação estratégica no gargalo do rio Amazonas, Óbidos é historicamente delimitado como local de fiscalização. O município sedia a base Candirú que até 2009, e durante muitos anos, funcionou como uma base flutuante, tendo apreendido até a ocasião do seu fechamento como flutuante, mais de 500 quilos de cocaína.⁸ A base, hoje é fixa. É responsável pela fiscalização das embarcações no rio Amazonas e serve de barreira contra o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho de mercadorias vindas especialmente de Manaus e de municípios vizinhos e, em muito menor medida, conforme relatado por informantes, vindas de Santarém e de Belém.

7 <http://www.chupaosso.com.br/index.php/noticias/1991-obidos-foi-contemplado-com-terminal-hidroviario>

8 <http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia> Consulta 15/10/2013

Especial atenção é dada aos barcos que descem o rio, tendo em vista ser esta uma rota conhecida de trânsito de drogas, especialmente pasta básica de cocaína, de origem da Colômbia e do Peru. No Brasil, tal rota teria como ponto de entrada Tabatinga, no Vale do Javari até Manaus e de lá seguiria com destino à Belém e municípios adjacentes ou para Macapá (Santana), onde a pasta seria distribuída no Brasil e no exterior. O tráfico de cocaína via Tabatinga/Letícia começou aproximadamente nos finais dos anos de 1970. Na década de 1990 a política de guerra às drogas, levada a cabo pelos Estados Unidos resultou na repressão aos cartéis colombianos e às FARC. A consequência foi a descentralização e redirecionamento das rotas da Venezuela para o Brasil (Schönenberg, 2000). Um segundo efeito balão agora em relação à produção de coca, passando de uma região a outra é sentido desde 2000. A atividade antes concentrada na região andina expandiu-se para a Amazônia peruana, se aproximando da fronteira com o Brasil (Alcântara, 2013).

No porto de Óbidos, onde está sediada a base Candirú, todas as embarcações que descem o rio Amazonas são revistadas obrigatoriamente: param independentemente de pegar ou de deixar passageiros ou não. Muitas foram as referências, nos relatos colhidos, ao fato de que drogas passam pelo rio que banha a cidade. Embora a maioria dos entrevistados afirme que se trata somente de passagem, o temor quanto à possibilidade de que drogas pesadas ou que forasteiros a elas ligados adentrem o município parece pairar.

Houve o entendimento de que, por maior que seja a fiscalização, sempre haverá meio de fazer passar a mercadoria ilícita, seja a droga ou os produtos oriundos do contrabando e do descaminho. Nos períodos de cheia, lagos e novas passagens se abrem e podem ser utilizados. Na seca (ou vazante) utiliza-se a estrada. As mercadorias aportam nos municípios vizinhos, (onde não há fiscalização) e vêm pela estrada até depois da fiscalização, quando parte delas novamente é embarcada e retoma o seu destino. Pode-se, ainda, lançar mão de um ribeirão humilde que passará uma encomenda lacrada em seu barquinho sem saber de seu conteúdo. Também é possível tomar outros caminhos alternativos ou mesmo fazer uso, por exemplo, de um tanque e a ele amarrar as drogas que serão recuperadas lá na frente. A fala contundente de um dos participantes do grupo focal que relatou a inventividade utilizada para esse trânsito no local de fiscalização ilustra bem a questão:

Justamente por isso, é muito fácil de passar, por mais que eles (Polícia Federal e Receita Federal) tenham as maiores iniciativas de fiscalização, sempre vai haver meio de passar .

A percepção dos moradores quanto à circulação de mercadorias ilícitas pelo rio Amazonas e seus afluentes na região e ao efeito da sua repressão nos pontos de fiscalização vai de encontro à percepção dos profissionais das forças de segurança entrevistados. Segundo a maioria destes profissionais, as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das

mercadorias ilícitas, as principais razões apontadas foram: transferência das rotas para outros municípios, redução do comércio ilegal, multiplicação das rotas e deslocamento para o meio terrestre.

Contrabando e Descaminho

Fazem parte da realidade cotidiana dos moradores do município as operações de apreensão, pelos órgãos de fiscalização, de mercadorias provenientes do contrabando e do descaminho. A incidência destas práticas deve-se à existência da Zona Franca e de Livre Comércio de Manaus. De tal modo que hoje, a cidade de maior influência sobre Óbidos deixou de ser Belém e passou a ser Manaus. Na Zona Franca, produtos importados entram com a isenção de tributos, mas na medida em que estes saem da área de livre comércio, todos os impostos de uma importação do exterior devem ser pagos, caso contrário, se pegos, serão confiscados. Aquele comerciante que não paga impostos, vendendo esses produtos de forma ilegal, consegue praticar preços mais baixos e obter um lucro maior e quem está legalizado se sente prejudicado. Esta foi uma queixa recorrente nas entrevistas, particularmente daqueles envolvidos no comércio e nos serviços. Apesar da reclamação, também se reconheceu que o comerciante que trabalha desta forma é pequeno ou às vezes apenas adota tais práticas para complementar a sua renda, visto ser a sua atividade principal insuficiente para sobreviver. A grande maioria das apreensões de contrabando e descaminho foi feita em embarcações descendo o rio. Um dos relatos apontou que às vezes, o pescador que desce de Manaus nem sabe o que é ICM, alfândega, etc. Nessas situações: os pescadores são presos por que não sabem como funciona o comércio e que, passou do Estado do Amazonas, é necessário pagar os impostos.

Embora mais visíveis, não são apenas os pequenos comerciantes ou aqueles que buscam complementação de renda os que adotam essas práticas. Em entrevistas foram feitas referências à movimentação, durante a noite, de caminhões descarregando mercadorias em porto clandestino próximo ao porto de Óbidos. Há os que argumentam que o município não se desenvolve em razão do comércio de mercadorias ilegais, outros alegam que os produtos ilegais compensam, em razão dos altos preços praticados pelo comércio local. A fiscalização é intensa no porto e muitas são as apreensões feitas pela Polícia Federal e pela Receita Federal, por um lado. Por outro, foi enfatizado que não há praticamente fiscalização do que vem pela estrada e nem tampouco do que vem de Santarém, subindo o rio, a não ser em casos de denúncia.

Houve inúmeras queixas dos moradores no tocante à atuação dos órgãos de fiscalização e de repressão no município. Embora se reconheça a importância das ações da Polícia Federal, da Receita Federal e da Força Nacional, há muita insatisfação com a forma como as revistas e as apreensões são feitas:

“Mas, tem uma coisa que eu discordo muito da Força Nacional aqui em Óbidos: eu acho muito, não vou dizer nem humilhante, mas desgasta muito a gente quando chega ali... ele manda você fazer uma fila indiana daqui até lá não sei pra onde e sai abrindo as suas bolsas, botando cachorro pra farejar suas valises, deixa lá desarrumando e vão deixando tudo lá. Eu acho que não deveria ser assim... Acho constrangedor você de repente passar por uma situação desta. Eu sei que pode estar fazendo com a melhor das intenções... Eu não sei se nas outras cidade as pessoas permitiriam isso com tanta mansidão, vamos dizer assim... Uma outra viagem que prenderam o cidadão na frente dos filhos, se eu não me engano—o cara foi algemado e não tinha nada a ver. Então, são situações—não é pra parar de fiscalizar, pelo contrário, deveriam ser mais intensas... Agora, deveria haver uma outra forma, eu não sei ainda qual, mas deveria haver uma outra forma de fiscalizar que não fosse tão constrangedora. Você chegar, de repente alguém olha pra tua cara: “eu te acho com cara de bandido!” Abre tudo, fecha tudo, pega tua roupa e joga lá... Eu não acho correto, não to dizendo que é pra eles pararem de fiscalizar, to dizendo que a maneira como eles estão abordando as pessoas eu acredito que não seja uma coisa que todos concordem com tanta passividade, né?”

(Participante do grupo focal realizado em Óbidos)

Há quem sugira que, por ocasião da apreensão, sejam viabilizados meios dos impostos serem pagos, isto é, que fosse permitido o pagamento do tributo em vez do confisco. Se foi enfatizada que a forma de abordagem é humilhante para quem é a ela submetido, é o confisco o que mais revolta a população, especialmente porque o comércio da cidade é acanhado e às vezes são brinquedos que são apreendidos, conforme sintetiza a fala que se segue:

Diversas vezes, a população do município se indignou porque como vocês puderam observar o nosso comércio aqui em Óbidos, ele não é um comércio grandioso, então tem muitas pessoas e pequenos empresários que se sentiam muitas vezes prejudicados pela ação da Polícia Federal. E não somente isso, mas pessoas comuns mesmo; vinham de Manaus, chegava aqui, por algum motivo, a Polícia Federal apreendia a geladeira da pessoa. Às vezes nem uma geladeira era, às vezes apreendiam bonecas, brinquedos... Porque não tinham notas. Isso causou uma insatisfação muito grande na nossa população.

(Participante do grupo focal realizado em Óbidos)

Avaliação das Instituições de Segurança Pública pela Sociedade Civil

Os principais pontos destacados pelos informantes da sociedade civil foram:

1. Falta de estrutura e de efetivo, especialmente das Polícias Civil e Militar;
2. Casos de corrupção policial;
3. Falta de articulação entre as instituições de segurança, de justiça e de fiscalização bem como de articulação entre estas instituições e as organizações da sociedade civil;
4. Nas práticas de atuação, especialmente daquelas forças instaladas mais recentemente no município, desconsideração dos aspectos culturais locais.

É reconhecida a presença, no município, de diferentes forças de segurança e fiscalização: a Polícia Federal, a Força Nacional, a Receita Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil e também o IBAMA e o Conselho Tutelar, mas todas elas com deficiência de estrutura e de pessoal. Como a Polícia Federal e a Força Nacional atuam somente no Porto na fiscalização e repressão ao contrabando e ao narcotráfico e não nos problemas internos de segurança do município, restam então as forças responsáveis pelo policiamento interno que foram consideradas extremamente reduzidas para as dimensões e população do município.

A percepção geral é de que a presença do estado é deficiente no município e de há um descaso muito grande do Governo do Estado em relação às polícias civil e militar. Por exemplo, a administração estadual não arca com as despesas relativas à instalação e funcionamento destas instituições que acabam sendo assumidas pelo município que tem renda pequena, restrita quase que exclusivamente a verbas sociais. O mesmo ocorre com o Governo Federal em relação à instalação da Força Nacional.

As queixas da população contra a Polícia Militar e, sobretudo, contra a Polícia Civil são recorrentes. O contingente da Polícia Civil é muito pequeno e até recentemente, a delegacia que se encontra instalada provisoriamente aguardando a reforma de sua sede, não funcionava à noite. A energia é intermitente e a internet funciona muito precariamente, dificultando a realização de registros. Deste modo, os moradores reclamam alegando que muitas ocorrências, especialmente aquelas consideradas menores, acabam ficando sem registros. Embora reconheçam os problemas estruturais enfrentados pela Polícia Civil, muitas foram as críticas feitas ao delegado de polícia local. Há a percepção de que este não se esforça para oferecer um melhor atendimento à população, pouco se mobiliza para os eventos da cidade voltados para a discussão das questões relativas à segurança pública e pouco coopera com os outros órgãos, especialmente aqueles voltados para sociedade civil. Os problemas com o atendimento da Polícia Civil atingiram

uma dimensão tal que acabaram sendo um dos principais temas levantados na Audiência Pública, promovida no município para tratar das questões de segurança pública em outubro de 2013⁹

A estrutura da Polícia Militar também é considerada deficiente, visto que para o patrulhamento da cidade, que conta com nove bairros, há apenas um carro e duas motos. A sede desta instituição é considerada inadequada ao seu funcionamento e seu efetivo totalmente insuficiente. Recentemente, a chefia da PM foi transferida do município de Óbidos para o de Oriximiná. Esta mudança não é vista como negativa, desde que seja mantido um contingente adequado para as necessidades e tamanho do município. Se houve queixas contundentes em relação ao envolvimento de certos policiais militares com o tráfico de drogas e com a cobrança de propinas, de um lado, também foi elogiada a resposta da Polícia Militar à demanda da população pelo policiamento nos arredores das escolas e sua participação nos fóruns públicos de discussão sobre os problemas de segurança pública, de outro. Também foi enfatizada a inexistência de corpo de bombeiros no município.

Outro problema para o qual os entrevistados no grupo de discussão chamaram a atenção foi para a falta de articulação entre as instituições de polícias civil e militar, (ao invés disto, as relações entre estas forças foram apontadas como conflitivas); entre estas instituições e o Ministério Público e o Juizado; e, também, entre elas e a Polícia Federal e a Força Nacional. Portanto, na visão dos integrantes da sociedade civil de Óbidos, as ações das instituições deveriam ser realizadas em conjunto, visto que em experiências anteriores, quando ocorreram operações no município em que estas forças atuaram conjuntamente, o resultado foi positivo.

A especificidade do trabalho da Polícia Federal e da Receita Federal foi notada assim como o fato de que estas instituições detêm informações que as outras forças não possuem. A presença da Força Nacional, apesar de ser considerada importante, foi muito criticada por desconhecer a cultura e modos de vida locais. Segundo relatos, esta força quando de sua chegada ao município, não estabelecia a diferença entre apreender faca e facão—instrumento de uso de pescadores e agricultores -, e o contrabando de armas. Também não diferenciava o pessoal da comunidade daqueles envolvidos com tráfico de armas e drogas. Na ocasião em que integrantes da Força nacional recorreram à Câmara dos Vereadores do município para solicitar um próprio para se instalar, foi possível um maior diálogo e esclarecimentos quanto a estas questões.

Conclusão

⁹ <http://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/1696257/obidos-audiencia-mapeia-problemas-de-seguranca-publica-no-municipio#comments>, consulta realizada em 11/10/2013

A fronteira com o Suriname é inabitada e distante, a questão de fronteira para o município é interna, com a zona de livre comércio de Manaus e com o trânsito de mercadorias vindos da tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru. O que mais chama atenção no município de Óbidos é o baixo investimento de recursos e de pessoal na área de Segurança Pública. As estruturas e efetivos da Polícia Civil, Polícia Militar, Perícia e Bombeiros são insuficientes. Essa é também a situação dos órgãos de repressão e de fiscalização, Polícia Federal e Receita Federal e Força Nacional que atuam no Porto de Óbidos. No caso da Polícia Federal, entretanto, não foi possível coletar informações mais detalhadas com respeito a sua situação no município. Foi identificado que a baixa infraestrutura tecnológica e de conectividade do município afeta a atuação e registros de ocorrências da Polícia Civil (e também das outras instituições), contribuindo para a subnotificação dos registros, especialmente daqueles considerados de menor gravidade (furto, por exemplo). Além disto, foi diagnosticada a dificuldade de acessibilidade das forças de Segurança Pública às comunidades rurais do município, em razão do estado de má conservação ou de inexistência de vias de acesso. A criminalidade violenta no município é local e o álcool é o seu grande precipitador. Falta atenção do poder público com políticas de inclusão social e de alternativas de lazer em relação aos adolescentes que em brigas de gangues tornam-se vítimas e protagonistas da violência interpessoal.

Por ser um município onde as relações de comunidade se fazem presentes, isto é onde todos, de alguma maneira, se conhecem, há um grande potencial para mobilização e para participação da sociedade civil nos problemas de segurança. Exemplos disto foram a passeata pedindo maior segurança, cujo efeito foi a adoção da ronda nas escolas, e a organização dos espaços de pesca que teve a participação do IBAMA. Outro exemplo foi a Audiência Pública para discutir a Segurança Pública.

Além de patente, pelo exemplo de Óbidos, a necessidade de aproximação dos agentes da segurança pública da comunidade, qualquer projeto de intervenção deve dar conta das peculiaridades da região onde se instala e dos aspectos culturais e modos de vida da população, conforme ficou claro com a atuação da Força Nacional no município. Nesse sentido, aspectos essenciais das políticas são: o treinamento dos agentes na realidade local, a mobilização e troca de informação com a sociedade civil, a informação da população em geral, dentre outras.

Fotos das Instituições Pesquisadas e do Município de Óbidos

Polícia Civil



Polícia Militar



Fórum



Receita Federal



Associação Comercial



Colônia de Pescadores



Vista da Colônia de Pescadores



Cidade



Cidade



Cidade



Operações



Operações



Oriximiná

Criado em 1934 pelo Decreto-Estadual no 1442, Oriximiná possui pouco mais de 107.603 km² e faz fronteira com Suriname e Guiana, além de apresentar divisa com o estado de Roraima e com os municípios paraenses de Óbidos e Faro. Dista da capital do estado, Belém, cerca de 1.878 km, caso o trajeto seja feito via automóvel.

Mapa: Município de Oriximiná e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150530&search=para|oriximina>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: decreto estadual nº 1442, de 24-12-1934.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 107.603,292 km ²
Fronteiras: ao norte com a Guiana e com o Suriname, ao leste com Óbidos, a sudoeste com Faro e a oeste com o estado de Roraima.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: sim
Acesso viário: sim.
População (2010): 62.794 habitantes
Densidade demográfica: 0,58 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,64
PIB (2010):R\$ 1.210.150,00
PIB per capita (2010): R\$ 19.220,02
IDH-M (2010): 0,623
Gentílico: oriximinaense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico¹⁰

O atual Município de Oriximiná, localizado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas, teve início em 1877, quando o Padre José Nicolino de Souza, natural de Faro, desbravou a região e fundou uma povoação denominada Uruá-Tapera ou Mura-Tapera, à margem esquerda do rio Trombetas. Nove anos depois, a então povoação foi elevada à Freguesia

10 Fonte: IBGE

de Santo Antônio de Uruá-Tapera, por ato de Joaquim da Costa Barradas, Presidente da Província do Pará e Desembargador do Estado do Maranhão.

Em 1894 Uruá-Tapera adquiriu categorias de Vila e Município, cuja instalação deu-se no mesmo ano. Nessa época, passou a chamar-se Oriximiná e seus limites abrangiam o Rio Trombetas, igarapé Sapucúá e Maria Pixi, com respectivo lago, até a boca do igarapé Timbó, seguindo ao Centro. Com a extinção de Oriximiná, em 1900, o seu território foi dividido entre os municípios de Faro e Óbidos. Porém, ficou anexado ao de Óbidos, de onde se restabeleceu, em 1934. A sua reinstalação oficial ocorreu no ano seguinte.

Diagnóstico da segurança pública em Oriximiná

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	64978 habitantes
Homicídios (2012):	2
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Receita Federal.
Razão:	
População/Efetivo da polícia militar =	1 policial para 1.250 habitantes
População/Efetivo da polícia civil =	1 policial para 10.830 habitantes

Estão presentes em Oriximiná as seguintes instituições de segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Receita Federal. A Polícia Federal da Delegacia de Santarém atua no município.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa para 2012) = 64.978 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 Batalhão mais 6 unidades ou postos fixos	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	3
	Agentes	5	Praças	49
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		3	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	1		1	
Scanner	-		1	
Internet	Com acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		1	
Gravadores	-		-	

Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	4	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	4	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	4	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		5	
Rádio portátil (HT)	1		3	
GPS em viaturas	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	1		1	
Arquivos em ficha de papel	1		35	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	5		9	
Colete antibalísticos	5		49	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		18	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		35	
Carabina	1		5	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	-		1	
Submetralhadora	-		1	
Fuzil	-		4	
Revólver	-		2	
Pistola	5		24	
Arma de condutividade elétrica	*		4	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Quantidade suficiente e tipo insuficiente		Tipos e quantidades insuficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	15		*	
Média de presos/mês	22		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		*	

Polícia Civil

A delegacia de Oriximiná conta com 1 delegado e 5 agentes, há conexão com a internet, com velocidade de 256 Kbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza apenas o sistema de protocolo. Quanto ao sistema de informação são utilizados fichas em papel em fichários, além de um sistema de registro de ocorrências e de um sistema de registro de inquéritos, mas a inclusão no INFOSEG não é realizada. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Há produção de estatísticas criminais desde 2007 (SISP – Sistema Integrado de Informação de Segurança Pública).

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são: a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário.

A Polícia Civil deste município participa de um coletivo (não foi especificado qual) e esta participação não vem modificando nem melhorando as condições de sua atuação. No ano de 2012 participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), porém não tem participado nas Operações Sentinela. Em Oriximiná, a Polícia Civil não troca informações com os órgãos de segurança pública do país vizinho.

O prédio da delegacia possui uma estrutura antiga e precisando de reformas, o mesmo ocorrendo com as instalações internas desta delegacia.

Tabela: Registros de Ocorrências da Polícia Civil de Oriximiná (2009-2013)

Ano/Ocorrências	2009	2010	2011	2012	jan a nov 2013
Estupro	9	21	6	7	18
Furto	321	222	224	329	326
Homicídio	10	13	4	6	9
Latrocínio	1	0	0	0	-
Lesão Corporal	91	115	91	86	81
Roubo	14	51	51	38	43
Tráfico de Drogas	6	15	11	8	-

Fonte: SISP Web

Polícia Federal

O representante da Polícia Federal (Delegacia de Santarém) não respondeu a várias perguntas do questionário aplicado. Segundo o entrevistado, não houve nenhuma operação da Polícia Federal neste município em 2012. A Polícia Federal que atua no município de Oriximiná não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o entrevistado considera que tal participação modifica e melhora as suas condições de atuação. Esta unidade também não participou do ENAFRON nem do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. Nas operações realizadas neste município, a Polícia Federal tem

estabelecido parcerias com o Ministério Público Estadual, o Judiciário Estadual, a Receita Federal e a Força Nacional. Para o delegado entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. Não há cooperação com as polícias de outros países.

Polícia Militar

Nesta unidade atuam 3 oficiais e 49 praças. Nela está em uso sistemas de recursos humanos e de protocolo. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados (sistemas computadorizados) e fichas em papel e fichários de ocorrência. Não são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais. Segundo o entrevistado, os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de tráfico de drogas, roubo e assalto, adolescente infrator e Lei Maria da Penha.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Ministério Público, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, mas participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

As necessidades do município de Oriximiná são atendidas por um grupamento localizado em Santarém. Portanto, os dados referentes à estrutura do Corpo de Bombeiros são referentes a esse município (vide informações desta estrutura na seção “Óbidos”). Em caso de ocorrência, o deslocamento de Santarém a Oriximiná é feito para que seja realizada ao menos a perícia técnica de incêndio. Nos casos de saúde e segurança, é utilizado helicóptero para fazer o remanejamento.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária (vara única)						1 Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	1	Conselheiros 5	
	Funcionários	13						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas mas precisando de reformas		Inadequadas		*		**	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas mas precisando de reformas		Inadequadas		*		**	

Justiça

O município de Oriximiná possui uma comarca de entrância intermediária, de vara única, além de varas especializadas, dentre elas vara criminal e vara de infância e juventude. Esta sede judiciária não dispõe de veículos oficiais. Há internet com velocidade de 100mb (por rádio) ou menos. Estima-se que por volta de 36 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Há sistemas de administração em uso nesta comarca, o de protocolo e o de distribuição de autos. Há, também, sistema de informação computadorizado (banco de dados), de divulgação pública e regular das estatísticas e de produção de informações estatísticas criminais de inquérito e processos criminais e de produção de feitos. O entrevistado não sabe se o banco de dados está integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2006 (sistema LIBRA). O respondente que atua na área criminal desta comarca participa de um coletivo de gestão de segurança pública: Conselho Municipal de Segurança, mas não participa ou apoia operações de fronteira.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público de Oriximiná são: a falta de recursos humanos, falta de apoio do poder público municipal e comunicação deficiente com outros órgãos, respectivamente. Desde o ano de 2006, o Ministério Público vem produzindo estatísticas. Os promotores que atuam na área criminal participam de um coletivo de gestão de segurança pública: o CONSEG (Conselho Municipal de Segurança). Não participam nem apoiam as operações de fronteira. O respondente não soube dizer se o MP participou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Oriximiná são: Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Para o entrevistado deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. O respondente não soube informar quais as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, no ano de 2012.

Conselho Tutelar

As questões sobre as principais necessidades encontradas pelo Conselho Tutelar de Oriximiná não foram respondidas. Dentre os direitos violados registrados, os tipos mais comuns, são: maus tratos, abandono e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	1 Agência da Secretaria da Receita Federal	
Efetivo	Auditores	-
	Analistas	1
	Técnicos	1
	Terceirizados	1
Qualidade das instalações internas	Antiga mas precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga mas precisando de reformas	

A Receita Federal de Oriximiná dispõe de apenas um veículo oficial e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Os principais problemas da Receita Federal em Oriximiná são a conexão com a internet intermitente ou deficitária, falta de equipamentos e falta de segurança aos funcionários. Há internet, com velocidade de 1 Giga.

A Receita Federal deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, o entrevistado não assinalou se a participação em coletivo poderia contribuir para melhorar a atuação deste órgão. Também não soube dizer se, no ano de 2012, a Receita Federal deste município participou ou apoiou algum grupo de patrulhamento ou operação em fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização.

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos representantes locais de instituições entrevistados, o fato de o município de Oriximiná estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu o desenvolvimento econômico. A grande área de mata virgem e a distância para a sede municipal são fatores citados. Apenas o respondente da Receita Federal considera positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira, mas acrescenta que falta aos gestores se interessarem mais e incentivarem mais a relação com os outros países. A Receita Federal e a Polícia Civil se posicionaram em maior ou menor grau de acordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município, excetuam-se o juizado e o respondente da Polícia Federal, que estão em total desacordo com esta afirmação. Com exceção da Polícia Civil, que está de acordo quanto a este município apresentar características únicas de criminalidade por estar em uma faixa de fronteira, o representante da Polícia Federal, Justiça e Polícia Militar estão em total desacordo com essa afirmação, o mesmo dissenso ocorreu quanto à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Oriximiná foram assinalados como sendo os principais: o contrabando, o tráfico de drogas, e os crimes ambientais, sendo mencionada também a ocorrência de tráfico de armas, exploração sexual infanto-juvenil, disputa de terras e mineração ilegal.

Particularidades da Situação de Fronteira

A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Oriximiná

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Raramente	Frequentemente
Justiça	Frequentemente	Muito frequentemente	Jamais	Jamais	Ocasionalmente

Sobre o tipo mais frequente de furto, destacam-se os furtos à residência, à transeuntes e o furto de motocicletas, é mencionado também o furto de gado (citado pela Justiça). Quanto aos roubos, àqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos comerciais, de motocicletas e a transeuntes. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude destacam-se os pequenos golpes populares, mas também foram mencionadas fraudes em operações mobiliárias e fraudes no comércio. Os tipos de extorsão citados foram extorsão simples e extorsão mediante furto de documentos privados. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de propriedade, de rixas e de acidentes de trânsito. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, os conflitos de acerto de contas entre criminosos e situação doméstica. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Oriximiná são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação e o atentado ao pudor apareceram como as mais frequentes dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Oriximiná seriam: furto, roubo e tráfico de drogas.

Alenquer

Alenquer foi criado como município em 28 de dezembro de 1995, pela Lei Estadual no 5924. Com área territorial de 23.645,452 km², Alenquer faz fronteira com os municípios de Óbidos e Almeirim, fazendo, estes, fronteira com o Suriname. Dista da capital do estado do Pará, Belém, em aproximadamente 1.729 km, o que corresponde a 46 horas de viagem de carro. A ligação entre esses dois territórios é feita mediante quatro rodovias federais (BR-163, BR-230, BR-316 e BR-422) e oito rodovias estaduais (PA-140, PA-252, PA-254, PA-256, PA-263, PA-423, PA-427 e PA-475), incluindo a travessia de balsa na cidade de Santarém para Monte Alegre.

Mapa: Município de Alenquer e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150040&search=para|alenquer>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: lei estadual nº 5924 de 28-12-1995.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 23.645,452 km ²
Fronteiras: Municípios de Almeirim e Óbidos.
Acesso aéreo: sim.
Acesso portuário: sim.
Acesso viário: sim
População (2010): 52.626 habitantes
Densidade demográfica: 2,23 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,58
PIB (2010): R\$ 244.365,00
PIB per capita (2010): R\$ 4.635,68
IDH-M (2010): 0,564
Gentílico: alenquerense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico¹¹

Os registros da formação do povoado que originou o atual município de Alenquer datam da primeira metade do século XVIII, quando os capuchos da Piedade estabeleceram a sede da catequese no Rio Curuá. Ali trabalharam na convenção dos índios Arabés. Naquele local, enfrentaram uma série de doenças tropicais que os levaram até o Rio Surubiú, onde permaneceram. Em 1775, o então governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, subiu o Amazonas dando nomes portugueses às antigas missões religiosas. Assim o Surubiú passou a ser chamado Alenquer, elevando à categoria de Vila através da Carta Régia, de 06 de julho de 1775. Depois disso, por um breve período, a partir de 1833, Alenquer passou a ser anexada a Santarém, conquistando sua autonomia definitiva em 23 de julho de 1848, sendo elevada à categoria de cidade em 10 de julho de 1881.

11 Fonte: IBGE

Diagnóstico da Segurança Pública em Alenquer

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 53.369 habitantes
Homicídios (2012): 9
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar.
Razão:
População/Efetivo da polícia militar = 1 policial para 2.965 habitantes
População/Efetivo da polícia civil = 1 policial para 17.790 habitantes

No município de Alenquer, há as seguintes instituições de segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 52.369 habitantes				
Homicídios (2012) = 9				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 destacamento	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	2	Praças	18
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		-	
Fax	1		-	
Scanner	-		-	
Internet	Com acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	1		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	-	3	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil	Polícia Militar
	Frequentemente atende às necessidades	Muito frequentemente atende às necessidades
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil	Polícia Militar
Celulares corporativos	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	1	-
Rádio portátil (HT)	2	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	-	6
Colete antibalísticos	3	9
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	12
Carabina	-	2
Espingarda	1	-
Metralhadora	-	-
Submetralhadora	-	-
Fuzil	-	-
Revólver	-	-
Pistola	2	8
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Suficientes	Tipos suficientes e quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	12	*
Média de presos/mês	6	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Há uma delegacia da Polícia Civil no município de Alenquer onde atuam um delegado e dois agentes, no que diz respeito à gestão de dados, a unidade utiliza sistemas de recursos humanos, sistema de controle de viaturas, controle de armas e sistema de controle e manutenção de equipamentos. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel (Relatório mensal enviado à Santarém), há sistema de registro de ocorrências, de inquéritos e Inclusão no INFOSEG. Todos os dados estatísticos estão em Belém, na diretoria de polícia do interior.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar, pois falta um maior entrosamento.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, mas acredita que esta participação modifica e melhora as condições de sua atuação. Em Alenquer, a Polícia Civil não troca informações, nem colabora com os órgãos de segurança pública do país vizinho. A Polícia Civil não participou, no ano de 2012, do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) e também não tem participado nas Operações Sentinela.

Tabela: Registros de Ocorrências da Polícia Civil de Alenquer (2009-2013)

Ano/Ocorrências	2009	2010	2011	2012	jan a nov 2013
Estupro	16	5	10	10	18
Furto	234	212	93	59	67
Homicídio	8	10	11	12	7
Latrocínio	0	0	1	0	0
Lesão Corporal	117	117	76	54	43
Roubo	9	14	7	5	22
Tráfico de Drogas	6	3	4	6	0

Fonte: SISP WEB

Polícia Militar

Na Polícia Militar de Alenquer há produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas e são utilizados fichas em papel e fichários de ocorrências. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de venda de drogas, homicídio e arrombamento.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Polícia Civil, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão não melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e não tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

As necessidades do município de Alenquer são atendidas por um grupamento localizado em Santarém. Em caso de ocorrência, o deslocamento de Santarém a Alenquer é feito para que seja realizada ao menos a perícia técnica de incêndio. Nos casos de saúde e segurança, é utilizado helicóptero para fazer o remanejamento.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial (vara única)							
Efetivo	Juízes	1	Promotores	-	Defensores	-	Conselheiros	5
	Funcionários	8						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reforma		Inadequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	**		Inadequadas		*		Inadequadas	

Justiça

O município de Alenquer possui uma comarca de entrância inicial com Vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro até cinco pessoas e uma moto. Há internet, com velocidade de 100 MPS. Os sistemas de administração existentes e em uso no fórum são o sistema de recursos humanos, sistema de estoque, sistema de controle de viaturas, de armas, de controle e manutenção de equipamentos, sistema de protocolo, de distribuição de autos e financeiro. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados), produção de informações estatísticas de inquiridos e processos criminais e de produção de feitos, divulgação pública e regular das estatísticas, utiliza-se também dados em tabelas ou listas em papel e fichas em papel em fichários, não estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2001. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca participam do Conselho Municipal de Segurança, do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, sendo que o entrevistado está totalmente de acordo que tal participação modifica e melhora as condições de atuação do juizado. O responde afirmou que o juizado também não participou ou apoia operações de fronteira.

Ministério Público

As dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público em Alenquer são inúmeras, dentre elas, em ordem de maior para menor frequência: falta de recursos humanos, falta de segurança no trabalho, comunicação deficiente com outros órgãos, envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais, seguida de falta de recursos materiais, falta de apoio do poder público municipal, falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal e falta de apoio da população. Foram indicadas como dificuldades também a falta de cooperação jurídica internacional e a falta de colaboração das forças de segurança pública e justiça criminal do país vizinho. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. O operador entrevistado não soube responder se estes promotores participam ou apoiam de alguma maneira as operações de fronteira, tampouco soube

responder se esta instituição participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) no ano de 2012. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas no município de Alenquer são: o Judiciário Estadual, a Polícia Civil e a Polícia Militar. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. No ano de 2012, não foi indicado nenhuma atuação importante do Ministério Público relacionada a crimes fronteiriços, mas cabe ressaltar que o entrevistado citou o tráfico de drogas, disputas de terras e exploração sexual infanto-juvenil como os principais problemas encontrados no município.

Conselho Tutelar

O excesso de demanda do Conselho Tutelar do município de Alenquer dificulta o atendimento adequado. Este conselho também encontra dificuldades na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, na falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público e na falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Dentre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são: maus tratos e abandonos, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos representantes locais entrevistados, o fato de o município de Alenquer estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu desenvolvimento econômico, há consenso quanto a esta afirmação, pois os operadores concordam que a sede do município está distante da fronteira. A maioria também entrou em consenso, discordando das seguintes afirmativas:

1) apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município;

Á exceção do representante da Polícia Militar que ressaltou o contrabando interno (Manaus-AM),

todos os operadores posicionaram-se, em maior ou menor grau em desacordo com a seguinte afirmativa:

2) o município de Alenquer possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira;

3) a posse de armas de fogo é mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Alenquer foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e contrabando, sendo citados também crimes ambientais, tráfico de armas e exploração infanto-juvenil.

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que o fluxo de mercadorias é da zona de livre comércio e Manaus. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam pasta base, CDs e DVDs, eletroeletrônicos e cocaína, sendo citados também informática, autopeças e pneus, veículos e bebidas.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012, foram cocaína, pasta base e veículos (motocicletas), sendo citados também CDs e DVDs e maconha. Polícia Federal não respondeu a questão. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram pasta base, cocaína e maconha. Polícia Federal novamente não respondeu.

Para a maioria dos operadores entrevistados, as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, que teriam se deslocado do meio fluvial para o terrestre. O entrevistado da Receita Federal, porém, não soube responder a essa pergunta e o da Polícia Federal não respondeu a questão.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados na pesquisa, os crimes com mais frequência parecem ser a venda de drogas e furtos, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Alenquer

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	**	**	Frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Ocasionalmente	**	**	Muito frequentemente
Justiça	Raramente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto no comércio, sendo citado também o furto à transeunte e de motocicletas. Quanto aos roubos, aqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a estabelecimentos

comerciais, em residência e a transeunte.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados fraudes financeiras ou comerciais (envolvendo aposentados e pensionistas) e cheques sem fundos. A Polícia Civil e a Polícia Militar não responderam essa questão e o operador da Justiça entrevistado citou extorsão simples como a mais frequente.

Há consenso por parte da Polícia Civil e da Justiça quanto às principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: brigas de bar, situação doméstica e por motivos fúteis. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: brigas de bar, conflitos de acerto de contas entre criminosos e situação doméstica.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Alenquer são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, sendo mencionada também a exploração sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências, exceto pela Justiça que não respondeu a esta questão.

Almeirim

Com 72.954,798 km², o município de Almeirim é constituído por três distritos: Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado, desde 1988. Almeirim faz fronteira com o Suriname, com o estado do Amapá e com os municípios paraenses de Óbidos e Alenquer. Dista da capital paraense, Belém, aproximadamente 1.105 km se o veículo utilizado for o automóvel. O trajeto inclui uma viagem até Barcarena, pelas rodovias BR-316, PA-140, PA-252 (onde se faz uma travessia de barco no município de Acará), PA-475 e PA-151. Chegando a Barcarena, o meio de transporte disponível para chegar a Almeirim é uma balsa. Todo o trajeto pode ser feito em cerca de 165 horas, ou 7 dias. Outra opção é viajar até Santarém por quatro rodovias federais (BR-163, BR-230, BR-316, BR-422) e cinco rodovias estaduais (PA-140, PA-252, PA-256, PA-263 e PA-475). Chegando a Santarém, o meio de transporte é a balsa, totalizando 2.239 km ao longo de 181 horas, ou 7,5 dias.

Mapa: Município de Almeirim e Fronteiras



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150040&search=para|almeirim>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: decreto estadual nº 16, de 24-11-1930.
Localização: Arco Norte
Área (2010): 72.954,798 km ²
Fronteiras: ao norte com o Suriname, ao leste com o estado do Amapá, a sudoeste com Alenquer e a oeste com Óbidos.
Acesso aéreo: sim
Acesso portuário: sim
Acesso viário: não informado
População (2010): 33.614 habitantes
Densidade demográfica: 0,46 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,65
PIB (2010): R\$ 429.254,00
PIB per capita (2010): R\$ 12.750,76
IDH-M (2010): 0,642
Gentílico: almeiriense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico¹²

Os fundamentos do atual município de Almeirim, situado na zona fisiográfica do Baixo Amazonas, foram lançados pelos frades capuchos de Santo Antônio, que fundaram, juntamente com os índios descidos do centro, a Aldeia do Paru. Ela prosperou, inclusive, quando se uniu à taba dos índios do Rio Uacapari. Manoel da Mota e Siqueira, objetivando defender o território, construiu à margem esquerda do Rio Amazonas, no local onde se encontra a Sede Municipal, um forte de pedra e barro, denominado forte do Paru. Essa iniciativa foi um dos principais fatores do desenvolvimento do povoado Aldeia do Paru.

Em 1758, por ato do Governador e Capitão-General, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, adquiriu categoria de Vila, passando a chamar-se Almeirim. Entretanto, na época da Independência veio a ser extinta, em virtude da preocupação do Governo da Capitania

12 Fonte: IBGE.

de alargar os domínios coloniais portugueses para o Alto Amazonas. Em 1835, Almeirim foi palco de Cabanagem, que assolou o interior da Província. Com o advento da República, em 1890, readquiriu categoria de Vila e também de município. Porém, em 1930, o então município foi extinto, sendo seu território anexado ao de Prainha, onde se restabeleceu no mesmo ano.

Diagnóstico da segurança pública no município de Almeirim

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa 2012): 33.563 habitantes
Homicídios (2012): 5
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Ministério Público e Conselho Tutelar.
Taxas:
População/Efetivo da polícia militar = 1 policial para 2.797 habitantes
População/Efetivo da polícia civil = 1 policial para 5.594 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 33.563 habitantes				
Homicídios (2012) = 5				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 unidade ou posto fixo	
Efetivo	Delegados	2	Oficiais	-
	Agentes	4	Praças	12
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antiga mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Antigas mas precisandod e reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	4		1	
Impressora	1		1	
Telefone fixo	1		-	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	Com acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		-	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	1	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		1	
Rádio em viaturas (analógico)	-		-	
Rádio portátil (HT)	-		-	
GPS em viatura	-		-	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	-		-	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	**		6	
Colete antibalísticos	4		10	
Escudos	**		-	
Capacetes	**		-	
Placa balística	**		10	
Outros	**		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		-	
Carabina	1		3	
Espingarda	1		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		3	
Revólver	-		-	
Pistola	3		10	
Arma de condutividade elétrica	*		-	

Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos e quantidades insuficientes	Tipos suficientes e quantidade insuficiente
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	*
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	20	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	25	*

Polícia Civil

No município de Almeirim existe uma delegacia com dois delegados e quatro agentes. Nesta, a conexão com a internet tem velocidade de 100 Kbps. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil utiliza todos os sistemas (de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de munição, de controle de armas, de controle e manutenção de equipamentos e de protocolo), exceto o financeiro. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel e arquivos e há sistema de registro de ocorrências e de inquéritos, assim como há divulgação pública e regular das estatísticas, mas não é feita a inclusão no INFOSEG. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário e nem com os bancos de dados nacionais. Não foi explicitado desde quando são produzidas as estatísticas criminais.

Os dois maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, Receita Federal e o IBAMA, pois falta um maior entrosamento.

A Polícia Civil deste município não participa de nenhum coletivo de gestão em segurança pública, mas acredita que a participação em um coletivo modificaria/melhoraria a atuação da Polícia Civil. Também não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. A unidade em questão não participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) no ano de 2012, assim como não tem participado nas Operações Sentinela.

Tabela: Registros de Ocorrências da Polícia Civil de Almeirim (2009-2013)

Ano/Ocorrências	2009	2010	2011	2012	jan a nov 2013
Estupro	9	13	7	8	25
Furto	352	203	138	176	273
Homicídio	5	7	8	9	10
Latrocínio	0	0	0	0	–
Lesão Corporal	111	92	46	56	81
Roubo	18	16	13	17	39
Tráfico de Drogas	4	8	3	9	39

Fonte: SISP WEB

Polícia Militar

Na unidade da Polícia Militar de Almeirim há 12 praças. Há conexão com a internet cuja velocidade é de 100 Kps. Nesta instituição não foi assinalado o uso de qualquer sistema de administração. Quanto aos sistemas de informação, faz-se o controle de dados criminais através de planilhas e tabelas em papel. Nada foi assinalado quanto à produção de estatísticas criminais.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. A Polícia Militar deste município não participa nem apoia grupo de patrulhamento. A unidade em questão não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 nem tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Neste campo, as necessidades do município de Almeirim são atendidas por um grupamento localizado em Santarém. Portanto, os dados referentes à estrutura do Corpo de Bombeiros são referentes a esse município. Em Almeirim, os tipos de ocorrências mais frequentes são: incêndios florestais (principalmente na época de secas) e salvamento, busca e resgate. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Receita Federal, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, sendo desejável o incremento de parcerias com o Ministério Público e o Judiciário.

O 4º Corpo de Bombeiros Militar de Santarém mantém de forma regular o setor preventivo de vistorias técnicas, em média duas vezes por ano para dar assistência ao comércio e setor público. A defesa civil é feita regularmente, sempre que acionada. Em caso de ocorrência, o deslocamento de Santarém a Almeirim é feito para que seja realizada

ao menos a perícia técnica de incêndio. Nos casos de saúde e segurança, é utilizado helicóptero para fazer o remanejamento.

Polícia Federal

No município do Almeirim não há unidade da Polícia Federal, sendo esta área atendida pela Polícia Federal de Santarém.

A Polícia Federal que atua no local não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o entrevistado considera que tal participação modificaria e melhoraria as suas condições de atuação. Esta unidade também não participou do ENAFRON nem do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012.

Não houve operação da Polícia Federal neste município, em 2012. Nas operações anteriores realizadas neste município, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com o Ministério Público Estadual, o Judiciário Estadual, a Receita Federal. Para o delegado entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Receita Federal. Não há também cooperação com as polícias de outros países.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial (Vara única)							
Efetivo	Juizes	1	Promotores	-	Defensores	-	Conselheiros	5
	Funcionários	8						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas e sem condições de reformas		Inadequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	**		Inadequadas		*		Inadequadas	

Justiça

O município de Almeirim possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro e uma moto e considera-se que a quantidade de combustível disponível ocasionalmente atende as necessidades desta unidade. Há internet com velocidade de 100 Kbps. Estima-se que por volta de 227 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração em uso nesta comarca são o de protocolo e o de distribuição de autos. Há, contudo, sistema de informação computadorizado (Banco de Dados)–LIBRA- não estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. A informação sobre a produção de estatísticas se encontra no site do Conselho Nacional de Justiça.

O juizado desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o entrevistado concorda totalmente de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Também não participa ou apoia operações de fronteira.

Ministério Público

O Ministério Público que atua no município de Almeirim não possui sede própria. Não são produzidas estatísticas de denúncias. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, nem tampouco das operações de fronteira ou do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Almeirim são: o Judiciário Estadual, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Conselho Tutelar. Para o promotor entrevistado deveria ser incrementada a parceria com o IBAMA, o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e a Justiça Federal. No ano de 2012 não houve atuações do Ministério Público neste município.

As únicas dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Almeirim são nesta ordem: a falta de recursos humanos, a falta de recursos materiais, o envolvimento de efetivos de Segurança Pública em atividades ilegais, a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho e a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar do município de Almeirim encontra diversas dificuldades, dentre as quais: excesso de demanda, o que dificulta um atendimento qualificado; falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança; falta de entidades para receber crianças e atender famílias; falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública; e despreparo dos conselheiros.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal de Fiscalização e de Representação da Sociedade Civil

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos representantes locais de instituições entrevistados, o fato de o município de Almeirim estar situado próximo à fronteira não é considerado positivo para seu o desenvolvimento econômico. A maioria dos representantes entrevistados concordam que o isolamento geográfico, assim como a distância até a sede do município (o oficial da Polícia Militar observa que a distância entre o município e a fronteira é de

aproximadamente 1200 Km) são os fatores determinantes da situação de fronteira . Dentre os representantes a quem esta pergunta foi feita, apenas o representante da Polícia Civil considerou estar próximo da fronteira como positivo para o desenvolvimento econômico, sob o argumento de que se poderia entrar riquezas e exportar produtos legais estabelecendo canal de contato com o país vizinho.

A maioria posicionou-se em total desacordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município, excetuando-se a opinião do oficial da Polícia Militar, que se posicionou mais de acordo. Todos, entretanto, estão totalmente em desacordo de que o município de Almeirim possui características únicas de criminalidade por estar numa faixa de fronteira. Houve discordância entre todos os entrevistados em relação à posse de armas de fogo ser mais frequente nessas áreas do que em outros municípios.

Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Almeirim foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas (primeiro lugar em todos), o contrabando e a exploração sexual infanto-juvenil, sendo mencionada também a ocorrência de crimes ambientais e o tráfico de armas.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram cigarros, eletroeletrônicos, maconha, crack, cocaína e pasta base. Tomando este mesmo ano por referência, à exceção do representante da Polícia Federal que não respondeu tal questão também, todos os demais concordaram que a incidência da venda de drogas era muito frequente. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack, maconha, cocaína e pasta base.

Neste município há uma barreira fixa da Polícia Civil, além de três barreiras móveis (blitzen), em média, da Polícia Militar (Polícia Federal não respondeu). Segundo os entrevistados da Polícia Civil e da Polícia Militar, as transformações recentes nas políticas de fronteiras não teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas.

Percepção da Criminalidade Local

Com base na percepção dos representantes das polícias civil e militar e da justiça entrevistados, entende-se que no município de Almeirim os crimes mais frequentes parecem os relacionados a venda de drogas, furtos e roubos. A tabela abaixo se refere às respostas relativas a cada instituição.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Almeirim

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Frequentemente	Frequentemente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em residência, seguido de furto de gado, temos o furto no comércio e a transeunte, também. Quanto aos roubos, àqueles percebidos como de maior incidência são os roubos a transeunte e o roubo de motocicletas, mas com incidência também de roubo de carga, de estabelecimentos comerciais e em residência.

Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e fraudes financeiras ou comerciais, o juiz destaca as fraudes envolvendo veículos. Os tipos de extorsão citados foram de extorsão simples e mediante posse de foto de situação privada. Vale ressaltar que o oficial da Polícia Militar disse não haver ocorrências de extorsão em Almeirim.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais ou crime organizado e de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, os conflitos de acerto de contas entre criminosos e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado (consonância entre a Polícia Civil e a polícia Militar). O representante da Justiça indicou como segundo e terceiro casos mais frequentes os homicídio em situação doméstica e em conflito com vizinhos, respectivamente (o primeiro foi briga de bar).

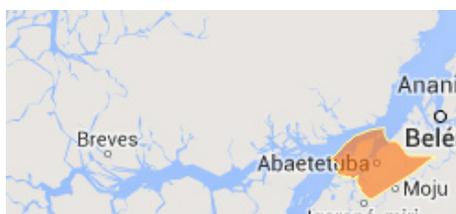
Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Almeirim são o estupro ou abuso sexual de menores de idade (em consonância entre todas as partes), e também, a exploração sexual infanto-juvenil.

Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Almeirim seriam o roubo e o tráfico de drogas.

Abaetetuba

O município de Abaetetuba foi criado pela Lei Estadual no 334, em 6 de julho de 1895. Com uma área territorial de 1.610,606 km², está localizado a aproximadamente 130 km da capital do estado do Pará, Belém. O município é formado pela cidade de Abaetetuba e pelos distritos de Abaetuba e Beja. Abaetetuba não é considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística um município localizado na chamada faixa de fronteira¹³. Entretanto, ele está contemplado nesta pesquisa dada sua localização, situado situada na margem direita da foz do rio Tocantins, em frente à baía de Marapatá, rio cuja foz se situa no Oceano Atlântico.

Mapa: Município de Abaetetuba



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150010&search=para|abaetetuba>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº 334, de 06-07-1895.
Localização: Extremo Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 1.610,606 km ²
Fronteiras: Municípios de Barcarena, Igarapé-Miri e Moju
Acesso aéreo: não informado
Acesso portuário: sim
Acesso viário: sim
População (2010): 141.100 habitantes
Densidade demográfica: 87,61 hab./km ²
Índice Gini (2010): 0,53
PIB (2010): R\$ 534.335,00
PIB per capita (2010): R\$ 3.788,16
IDH-M (2010): 0,628
Gentílico: abaetetubense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O atual município de Abaetetuba, situado na zona fisiográfica Guajarina, à margem direita da foz do Rio Tocantins, foi primitivamente chamado Abaeté, topônimo indígena que significa homem forte e valente. Existem divergências quanto às primeiras penetrações no território. Tradicionalmente, sabe-se que foram realizadas por Francisco de Azevedo Monteiro quando, em 1745, ali aportou acompanhado de sua família, abrigando-se de forte temporal. Segundo Palma

¹³ Segundo o IBGE, faixa de fronteira compreende uma faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional

Muniz, frades capuchos, fundaram o Convento da Uma, seguindo-os, mais tarde, os Jesuítas, exploradores do Rio Uraenga ou Ararenga. Afirma também Palma Muniz que a fundação de Abaeté ocorreu em 1750. Inicialmente, o território pertencia ao município da Capital, passando, em 1844, ao de Igarapé-Miri. Abaeté recebeu foros de Cidade em 1895. Entretanto, por força da legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras¹⁴, em 1944, passou a chamar-se Abaetetuba de origem tupi que significa lugar de homem ilustre.¹⁵

Abaetetuba, por sua tranquilidade em termos de navegação, foi local em que as embarcações se refugiavam por ocasião de tempestades e assim a localidade cresceu e se tornou um centro comercial muito forte que se sustentava por meio de olarias e de indústrias de cachaça. Com a construção da estrada Belém-Brasília e a chegada da concorrência essas atividades entraram em decadência. Com a construção do grande complexo de exploração do alumínio–Albrás-Alunorte -, em Barcarena, a mão de obra das indústrias decadentes de Abaetetuba foi só parcialmente absorvida dada a sua baixa qualificação. Levas de migrantes e êxodo rural contribuíram para um acelerado crescimento populacional e para a desorganização social do município. Terminada a construção, no início da década de 1980, a crise se fortaleceu e ali onde já existia um contrabando com a Guiana Francesa e o Suriname, de bebidas, perfume e especialmente de cigarros, facilitado pela geografia da região, instalou-se o tráfico de drogas, com base na estrutura anterior do contrabando. Em 1997, um artigo de jornal chamou Abaetetuba de a *Medellin* brasileira devido ao seu envolvimento no narcotráfico. Naquela ocasião, autoridades, sociedade civil do município e membros da Polícia Federal requisitaram a instalação permanente de um posto da Polícia Federal no município (Schönenberg, 2000) que se deu logo depois.¹⁶ Em 1998, o Fórum da cidade foi destruído por incêndio criminoso, onde apenas as varas criminais foram atingidas. Ao que parece tratou-se de uma ação de traficantes de drogas. Desde o início dos anos 2000 houve um aumento progressivo da violência urbana no município e cada vez mais há jovens nela envolvidos tendo em vista as poucas oportunidades que estes têm na região de trabalho e de inserção social. Na atualidade, o município convive com a coexistência de práticas tradicionais e comportamentos modernos alavancados pelo consumo.

14 O município de Abaeté localiza-se no estado de Minas Gerais, fato que impossibilitou a manutenção deste nome para o município do Pará.

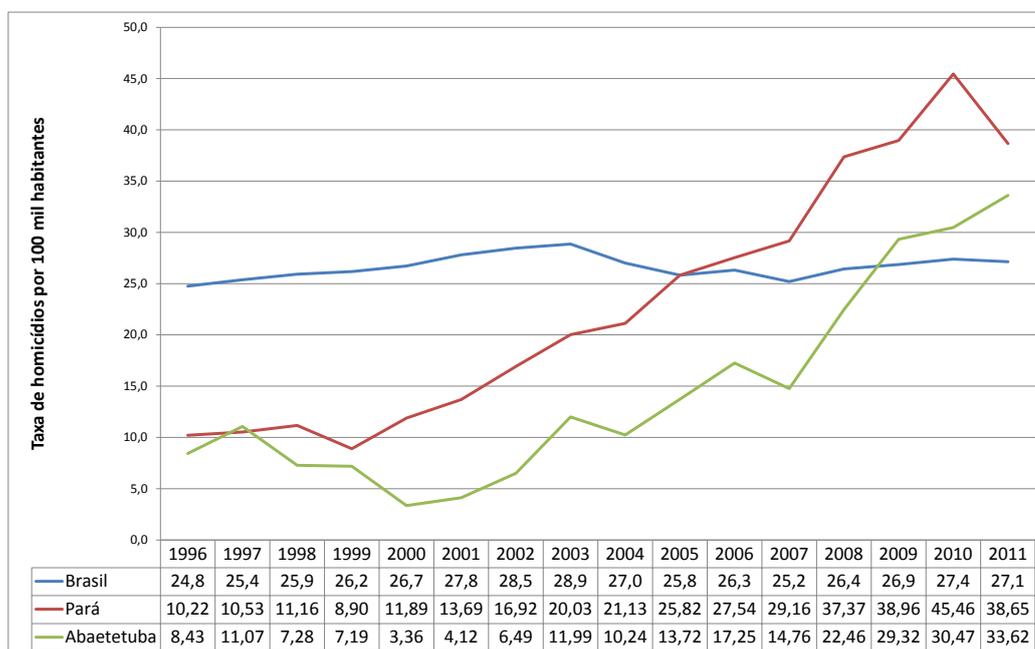
15 Fonte: IBGE

16 Ver também *A violência está institucionalizada no país? Entrevista especial com Dom Flavio Giovenale.*

Diagnóstico da Segurança Pública em Abaetetuba

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
População (estimativa 2012):	144.415 habitantes
Homicídios (2012):	58
Instituições de segurança:	Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Receita Federal.
Taxas: Razão:	
População/Efetivo da polícia militar =	1 policial para 950 habitantes
População/Efetivo da polícia civil =	1 policial para 3.610 habitantes

Gráfico–Variação anual da taxa de homicídio por 100 mil habitantes: Brasil, Estado do Pará e Município de Abaetetuba, 1996 a 2011*



Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS (CID-10: X-85 a Y-09)

*A comparação é válida em razão da população do município acima de 100.00 habitantes

O gráfico mostra uma tendência de crescimento nos valores das taxas de registros de homicídios por 100 mil habitantes, acompanhando a mesma tendência observada para o estado do Pará. Até o ano de 2008 as taxas contabilizadas para Abaetetuba apresentavam valores inferiores ao encontrado para a taxa nacional. No ano, seguinte, em 2009, a taxa do município foi de 29,32 homicídios/100.000 habitantes enquanto a nacional foi de 26,9 homicídios/100.000 habitantes. A curva das taxas de homicídios de Abaetetuba acompanha a curva do estado do Pará. Este município apresenta as seguintes instituições de segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e Receita Federal. Por esta razão, pode ser considerado como de alta densidade institucional.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal						
População (estimativa em 2012) = 144.415 habitantes						
Homicídios (2012) = 58						
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Unidades	3 delegacias		1 Batalhão mais 4 unidades ou postos fixos		1 Posto avançado	
Efetivo	Delegados	4	Oficiais	11	Delegados	-
	Agentes	32	Praças	141	Agentes	2
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Nova mas precisando de reformas		Novas e em boas condições		Nova e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Novas, adequadas e em boas condições		Novas, adequadas e em boas condições		Antigas, mas adequadas e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Computador	9		2		3	
Impressora	3		1		1	
Telefone fixo	2		-		1	
Fax	1		-		1	
Scanner	2		-		1	
Internet	Com acesso		Sem acesso		Com acesso	
Estação de rádio analógica	1		1		-	
Estação de rádio digital	-		-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-		-	
Aparelho de TV	1		-		1	
Gravadores	-		-		-	
Máquina Fotográfica	-		-		-	
Filmadora	-		-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	8	2	9	1	-	-
Viatura para mais de cinco pessoas	7	-	4	-	-	-
Moto	-	-	9	-	-	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	1	1	1	-	-	-
Avião	-	-	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades		Muito frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Celulares corporativos	2		2		**	
Rádio em viaturas (digital)	3		13		**	
Rádio em viaturas (analógico)	3		-		1	
Rádio portátil (HT)	4		24		**	
GPS em viaturas	-		-		**	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		**	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		**	

Notebooks	-	1	**
Arquivos em ficha de papel	-	-	**
Outros	-	-	Leitor ótico de passaportes
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Algemas	15	62	2
Colete antibalísticos	20	79	2
Escudos	-	4	**
Capacetes	-	28	**
Placa balística	-	-	2
Outros	-	-	EPI (zona portuária): capacete, luva, máscara e bota
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Tonfa, cassetete ou similar	*	84	**
Carabina	1	1	**
Espingarda	2	4	**
Metralhadora	1	1	**
Submetralhadora	1	1	1
Fuzil	-	6	**
Revólver	-	15	**
Pistola	20	115	2
Arma de condutividade elétrica	*	7	**
Bomba de efeito moral	*	-	**
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*	**
Outro	-	-	**
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil Quantidade e tipo suficientes	Polícia Militar Tipos suficientes e quantidades insuficientes	Polícia Federal Quantidade e tipo suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
Tem carceragem?	Sim	Não	Sim
Capacidade	15	*	4
Média de presos/mês	20	*	-
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil **	Polícia Militar *	Polícia Federal *

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Grupamento e 1 Destacamento		
Efetivo	Oficiais	3	
	Praças	71	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	3	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	-	-
	Motocicleta	2	-
	Embarcações sem motor	1	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	Carro de apoio administrativo	
Percepção sobre quantidade de combustível	Muito frequentemente atende às necessidades		

Atividades mais frequentes	Incêndios	4º	
	Incêndios florestais	3º	
	Explosões	6º	
	Acidentes de trânsito	1º	
	Acidentes ambientais	5º	
	Salvamento, busca e resgate	2º	
	Outros (transporte de pacientes de população ribeirinha)		
Obs: Há um grupamento em Santarém que atende toda a área do Baixo Amazonas. As informações sobre esse grupamento se encontram na planilha ao lado			

Polícia Civil

A Polícia Civil do município de Abaetetuba, no que diz respeito à gestão de dados, utiliza sistemas de administração de controle de viaturas e de protocolo, sistema de recursos humanos, de estoque, de controle de munição, de armas e manutenção de equipamentos e sistema financeiro. Quanto aos sistemas de informação, os dados são organizados em tabelas ou lista em papel, utiliza-se sistema de registro de ocorrência e de inquéritos, realiza-se também a divulgação pública e regular das estatísticas e a inclusão no INFOSEG. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público. A Polícia Civil deste município participa do Centro Regional de Inteligência e esta participação vem modificando e melhorando as condições de sua atuação. No ano de 2012 participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Tabela: Registros de Ocorrências da Polícia Civil de Abaetetuba (2009-2013)

Ano/Ocorrências	2009	2010	2011	2012	jan a nov 2013
Estupro	25	45	41	54	67
Furto	1591	1622	1583	2241	2172
Homicídio	27	36	44	43	45
Latrocínio	1	2	0	3	2
Lesão Corporal	535	461	365	313	282
Roubo	1541	1622	1226	1712	2306
Tráfico de Drogas	51	20	74	70	55

Fonte: SISP WEB

É de se notar, na tabela, o aumento no número de homicídios a partir de 2010 e o aumento do número de furtos em 2012 e 2013 e um grande crescimento do número de roubos em 2013.

Polícia Militar

Esta instituição conta, em Abaetetuba, com 11 oficiais e 141 praças. Na unidade está em uso uma série de sistemas de administração e computadores são utilizados para gerir o sistema controle de viaturas, controle de armas e munição e controle e manutenção de equipamentos. No que se refere à estrutura de comunicação, a Polícia Militar possui conexão à internet com velocidade de 256 mkbps. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados bancos de dados, há produção de informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, divulgação pública e regular das estatísticas e inclusão no INFOSEG. Os bancos de dados, entretanto, não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. Há produção de estatísticas criminais desde 2011. O oficial entrevistado não soube responder quais os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012. Na realidade por ocasião da pesquisa estava havendo troca de comando.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. O oficial entrevistado não soube responder se esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas afirmou que não tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

A quantidade de equipamento de proteção individual em uso nessa unidade não é suficiente, cada militar deveria possuir o seu equipamento de proteção individual, mas só há disponível para a guarnição de serviço. A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também não é suficiente, tendo como principais necessidades, materiais descartáveis, assim como molas e cordas. A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade não é suficiente, pois não existe este tipo de equipamento. A quantidade de equipamento para combate à incêndio florestal existente nessa unidade não é suficiente, as principais necessidades são: mochilas costais, abafadores, bombas de pequeno porte e viaturas. A quantidade de armamento em uso também não é suficiente, as principais necessidades são armamento e munição.

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, sendo necessário Ht s e rádios marítimos. Esta unidade possui computadores ligados à internet com velocidade de conexão de 192 mkbps. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os tipos de ocorrência mais frequentes atendidas pelo Corpo de Bombeiros

no município são, por ordem de importância: acidentes de trânsito; salvamento, busca e resgate; incêndios florestais; incêndios; acidentes ambientais e explosões. Os três tipos de ocorrências mais frequentes são transporte de pacientes de população ribeirinha, primeiros socorros a vítimas de acidentes de trânsito e incêndios por queimadas.

O Corpo de Bombeiros não participa de coletivos de gestão de segurança pública e o entrevistado não soube responder se tal participação modificaria e melhoraria as condições de atuação do Corpo de Bombeiros. Esta unidade participou, no ano de 2012, do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Ministério Público, sendo desejável o incremento de parcerias com a Polícia Militar na fiscalização dos rios.

Polícia Federal

No município de Abaetetuba, a Polícia Federal conta com um Posto fixo da Polícia Federal, inaugurado em 1997, sendo que a rotatividade de pessoal é muito baixa. Nesta unidade não há nenhum dos sistemas de administração listado no questionário. No que se refere à estrutura de comunicação, esta unidade possui conexão à internet com velocidade de 156 kbps. Já os sistemas de informação existentes e em uso na unidade são de registro de ocorrências e dados em tabelas ou listas em papel, havendo produção de estatísticas criminais desde 1997.

Dentre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as principais foram o combate ao tráfico de drogas, o combate ao contrabando e descaminho, o combate ao crime ambiental, o combate ao tráfico de armas e o combate ao tráfico de pessoas. Além destas, a Polícia Federal apontou o controle migratório como a atividade de maior importância. A Polícia Federal do município de Abaetetuba não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. O oficial entrevistado não soube responder se esta unidade participou do ENAFRON nem do plano estratégico de fronteiras no ano de 2012. Segundo o entrevistado, a Coordenação de Operações Especiais de Fronteira (COESF) jamais atua neste município.

Nas operações realizadas neste município, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com a Receita Federal, o IBAMA, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a ANVISA. Para o entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias, com a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância intermediária (varas especializadas separadas)						2 Conselhos Tutelares	
Efetivo	Juízes	2	Promotores	3	Defensores	4	Conselheiros	10
	Funcionários	70						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Novas mas inadequadas ou precisando de reformas		Adequadas		*		**	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Nova mas precisando de reformas		Adequadas		*		**	

Justiça

O município de Abaetetuba possui uma comarca de entrância intermediária com varas especializadas separadas, penal e execução penal, juízo civil e juízo criminal. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma ocasionalmente atender as necessidades desta unidade. Há internet de velocidade de 2MB da Embratel. Estima-se que por volta de 104 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são o sistema de protocolo e o sistema de distribuição de autos. Há produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, não estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. As estatísticas são produzidas desde 2001. Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública.

Ministério Público

As únicas dificuldades enfrentadas pelo Ministério Público em Abaetetuba são a falta de articulação com os outros órgãos de Segurança Pública e Justiça Criminal e a falta de apoio da população. Não há produção de estatísticas de denúncias neste município. Os promotores que atuam na área criminal não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e tampouco das operações do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Abaetetuba são: Polícia Civil e Polícia Militar. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal, com o IBAMA e com as Forças Armadas. O entrevistado citou o tráfico de drogas e o contrabando como os principais problemas encontrados no município.

Conselho Tutelar

Os Conselhos Tutelares do município de Abaetetuba encontram dificuldades na falta de entidades para receber crianças e atender famílias, na falta de ação articulada com

outros órgãos do poder ou da administração pública, assim como encontra dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Dentre os direitos violados registrados, os três tipos mais comuns são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	1 Inspeção classe A	
Efetivo	Audidores	3
	Analistas	4
	Técnicos	-
	Terceirizados	4
Qualidade das instalações internas	Novas, adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Novas, adequadas e em boas condições	

A Receita Federal de Abaetetuba dispõe de 3 carros oficiais funcionando e muito frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. A Receita Federal deste município não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou da verificação de irregularidade da importação, das bagagens e de produtos contrafeitos.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para a maioria dos representantes locais entrevistados, a situação geográfica do município é considerada positiva para seu desenvolvimento econômico, tanto porque o comércio passa a ser alimentado, há maior movimentação dos recursos em função desta localização, assim como pelo fato de que a proximidade com o exterior diminui o valor do frete de cabotagem interna. Entretanto, os representantes da Polícia Militar e da Justiça entrevistados demonstraram opinião contrária. Também não houve consenso no que se refere às seguintes afirmativas:

apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município ;

Dentre os problemas específicos que apresenta Abaetetuba foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas e contrabando. Destaca-se também a ocorrência de imigração ilegal, crimes ambientais e tráfico de armas.

O contrabando é realizado por meio de avionetas que lançam as mercadorias nos rios acondicionadas em sacolas especiais e são depois coletadas nos barcos em vários pontos. O destino destas mercadorias é Belém, onde lá são revendidas

Com base na opinião dos entrevistados, notou-se que as mercadorias que circulam com maior frequência do Brasil para o país vizinho (Guiana Francesa e Suriname) são animais, madeira e veículos. No entanto, foi também mencionada a circulação de calçados, informática, CDs e DVDs e sintéticos. A Polícia Federal citou também a circulação de alumina, lingote de alumínio e ferroguza e a Receita Federal acrescentou minérios como o caulim, alumínio e manganês. Já do país vizinho para o Brasil, as principais mercadorias, em circulação seriam eletroeletrônicos, bebidas, vestuário e tecidos e cocaína. Também foram mencionados fuzil, pistola e munição. A Receita Federal ainda acrescentou máquinas e equipamentos industriais, soda cáustica, cimento, carvão mineral e coque de petróleo.

As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram eletroeletrônicos, cigarros, cocaína e revólver. Sendo citados também vestuário e tecidos, CDs e DVDs, pasta-base e munição. A Receita citou também bijuterias e eletrodomésticos. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram cocaína, pasta base e maconha.

Neste município há duas barreiras móveis, a da Polícia Militar e da Polícia Civil. Segundo os entrevistados, as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas. Enquanto que para a Receita Federal multiplicaram-se as rotas, para Polícia Civil e Polícia Militar estas rotas transferiram-se para outro município e passaram a se deslocar para o meio aéreo.

Percepção da Criminalidade Local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados na pesquisa, os crimes mais frequentes parecem ser roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela abaixo.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Abaetetuba

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Ocasionalmente	Frequentemente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Muito frequentemente
Justiça	Muito Frequentemente	Muito Frequentemente	Raramente	Frequentemente	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser em comércio e em residência, seguido de furto a transeunte e furto a motocicletas. Quanto aos roubos, aqueles

percebidos como de maior incidência são os roubos a transeunte e a motocicleta, seguido de roubo a estabelecimento comercial. É citado também roubo a residência. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares e fraudes no comércio. Os tipos de extorsão citados foram extorsão simples, sendo citada também extorsão mediante sequestro e extorsão mediante furto e roubo de veículo.

Interessante notar que todas as instituições apontaram ser frequentes propinas a funcionários públicos. As duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: situação doméstica e brigas de bar, havendo também agressões decorrentes de conflitos de mercados ilegais, lesões envolvendo brigas de gangues e lesões envolvendo brigas de vizinhos. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: conflitos de acerto de contas entre criminosos, brigas de bar e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Foi citado também o latrocínio e os homicídios em situação doméstica. Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em Abaetetuba são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação apareceu de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Foi citado também a ocorrência de caça-níqueis e outros jogos de azar.

Finalmente, chamou a atenção, em Abaetetuba, a baixa infraestrutura tecnológica do município, apesar da proximidade da capital Belém. Todos os sistemas das instituições pesquisadas são informatizados, porém há problemas de conectividade, prejudicando o funcionamento adequado destes.

São Caetano de Odivelas

Criado em 1895, pela Lei Estadual no 324, São Caetano de Odivelas possui 743,466 km e se localiza a 110 km da capital Belém. As rodovias BR-316, PA-140 e PA-412 ligam esses dois municípios. Compõem o município os distritos de São Caetano e Perseverança. De acordo com a classificação do IBGE quanto aos municípios localizados na faixa de fronteira¹⁷, São Caetano de Odivelas não compõe este conjunto formado por 570 municípios em todo o Brasil. Entretanto, ponderou-se que sua localização geográfica, situado na costa da Ilha de Marajó e com saída para o Oceano Atlântico, região de

¹⁷ Segundo o IBGE, faixa de fronteira compreende uma faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

escoamento de ilícitos, constitui-se um fator que justificasse sua inserção nesta pesquisa.

Mapa: Município de São Caetano de Odivelas



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150710&search=para|sao-caetano-de-odivelas>, acessado em 30/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei estadual nº 324, de 06-07-1895.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 743,466 km ²
Fronteiras: municípios paraenses de Vigia e Curuçá.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: sim.
Acesso viário: sim.
População (2010): 16.891 habitantes
Densidade demográfica: 22,72 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,48
PIB (2010): 66.245 R\$
PIB per capita (2010): 3.921,94 R\$
IDH-M (2010): 0,585
Gentílico: odivelense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico¹⁸

Presume-se terem sido índios em fase de catequese os primitivos habitantes do município de São Caetano de Odivelas, localizando na zona fisiográfica do Salgado. Os fundamentos históricos dessa cidade foram lançados na era colonial, pelos jesuítas quando desbravaram a região, através do rio Mojuim. No local onde se encontra a atual sede municipal, fundaram uma fazenda denominada São Caetano, a qual mais tarde, ficara sob a administração de prepostos do Governo.

Em 1755, a localidade foi elevada à Freguesia com o nome de São Caetano de Odivelas e, em 1833, passou a fazer parte do território de Vigia. Em 1872, a sede da então freguesia recebeu predicado de Vila. Nessa ocasião, foi criado também o município, que

18 Fonte: IBGE

se instalou em 1874. Entretanto, com a extinção sofrida em 1930, o seu território fora anexado aos dos municípios de Curuçá e de Vigia, de onde se desmembrou três anos depois. A emancipação político-administrativa do município de São Caetano de Odivelas deu-se definitivamente, em 1935.

Diagnóstico da segurança pública no município de São Caetano de Odivelas

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (estimativa em 2012): 17.087 habitantes
Homicídios (2012): 2
Instituições de segurança: Polícia Militar, Polícia Civil, Justiça.
Razão:
População/Efetivo da polícia militar = 1 policial para 3.417 habitantes
População/Efetivo da polícia civil = 1 policial para 3.417 habitantes

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e da Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 17.087 habitantes				
Homicídios (2012) = 2				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 unidade ou posto fixo	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	-
	Agentes	4	Praças	5
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Nova mas precisando de reformas		Antiga mas precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	2		-	
Impressora	1		-	
Telefone fixo	-		-	
Fax	-		-	
Scanner	-		-	
Internet	Sem acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	-	Sim	-	-
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-

Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Muito frequentemente atende às necessidades		Frequentemente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	-		1	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		1	
Rádio portátil (HT)	2		-	
GPS em viaturas	-		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		-	
Arquivos em ficha de papel	2		6	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	Sim		1	
Colete antibalísticos	Sim		3	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		9	
Carabina	-		1	
Espingarda	-		-	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	-		-	
Fuzil	-		-	
Revólver	Sim		-	
Pistola	Sim		5	
Arma de condutividade elétrica	*		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	
Outro	-		-	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Tipos suficientes e quantidade insuficiente	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Sim		Não	
Capacidade	2		*	
Média de presos/mês	6		*	
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	20		*	

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 grupamento		
Efetivo	Oficiais	5	
	Praças	68	
	Não militares	-	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	1	1
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	2	-
	Embarcações sem motor	2	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	1	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-

Percepção sobre quantidade de combustível	Muito frequentemente atende às necessidades		
Atividades mais frequentes	Incêndios	3º	
	Incêndios florestais	4º	
	Explosões	5º	
	Acidentes de trânsito	2º	
	Acidentes ambientais	6º	
	Salvamento, busca e resgate	1º	
	Outros (atendimento pré-hospitalar, acidentes de trânsito e incêndios)		

Polícia Civil

Há conexão com a internet, com velocidade de 100 Kbps. Há, nesta delegacia, carceragem com capacidade para duas pessoas e, em média, seis presos costumam passar por ela mensalmente. No ano de 2012 foram expedidos cerca de quinze mandados de prisão e instaurados aproximadamente 20 flagrantes.

Não foram enumerados no questionário os maiores parceiros da polícia civil.

No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil se utiliza de um sistema de protocolo. Quanto ao sistema de informação, os dados são organizados em um sistema de registro de ocorrências, sistema de registros de inquéritos, além de ocorrer a divulgação pública e regular das estatísticas, a inclusão no INFOSEG é realizada e também há livro de carga de patrimônio, livro de audiências e livro de instauração de procedimentos. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais (tais como o Ministério Público e o Judiciário, por exemplo). Há produção de estatísticas criminais pelo SISPE, do Tribunal da Justiça. O delegado desconhece desde que ano há produção de estatísticas. Suspeita-se, entretanto, que haja um alto índice de subnotificação em razão de problemas de conectividade no município que afeta os registros.

Tabela: Registros de Ocorrências da Polícia Civil de São Caetano de Odivelas (2009-2013)

Ano/Ocorrências	2009	2010	2011	2012	jan a nov 2013
Estupro	5	8	5	1	10
Furto	142	132	105	116	147
Homicídio	5	2	0	6	-
Latrocínio	42	0	0	0	-
Lesão Corporal	70	66	61	38	56
Roubo	3	93	44	58	76
Tráfico de Drogas	-	11	10	7	-

Fonte: SISP WEB

Polícia Militar

No município de São Caetano de Odivelas há uma unidade da Polícia Militar em atividade, cujo prédio possui instalações antigas que precisam de reformas. O mesmo ocorrendo com as instalações internas desta unidade. Não há internet. Em visita ao município, a equipe de pesquisa impressionou-se com a precariedade das instalações da Polícia Militar.

Não há carceragem neste batalhão. Segundo o oficial entrevistado, o flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi o de tráfico de entorpecentes.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil, o Judiciário, o IBAMA e os Bombeiros, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Civil. O oficial entrevistado não sabe se a participação em coletivos de gestão melhoraria as condições de atuação da Polícia Militar no município. Participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas não tem participado das Operações Sentinela.

Nesta instituição não está em uso nenhuma das séries de sistemas de administração. O mesmo quanto aos sistemas de informação, que não está integrado a nenhum outro sistema de informação. No entanto há produção de estatísticas criminais desde 2012.

Corpo de Bombeiros

Atende a São Caetano de Odivelas o 12o grupamento militar do Pará (GBM). Esta unidade responde além de São Caetano de Odivelas por Santa Isabel, Tomé-Açú, Bujarú, Concórdia, Colares, Vigia e Benevides Nessa unidade, a quantidade de equipamento de proteção individual em uso não é suficiente, sendo suas principais necessidades as roupas de aproximação, equipamento de respiração autônoma e cinto de segurança para cada bombeiro. A quantidade de equipamento de salvamento e resgate também não é suficiente, sendo necessário um oxímetro e equipamento para corte de vidro com ponta de diamante.

A quantidade de equipamento para atendimento a produtos perigosos em uso nessa unidade não é suficiente, as necessidades são: roupas de proteção, máscaras de respiração e binóculo. A quantidade de equipamento para combate a incêndio florestal existente nessa unidade também não é suficiente, as principais necessidades são: bombas portáteis e viatura para terreno fora da estrada. A quantidade de armamento em uso não é suficiente, sendo necessárias pistolas .40 (ponto 40).

A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente, sendo necessário rádio de maior alcance com canais livres e torres de comunicação nos quartéis. Esta unidade possui computadores ligados à internet com velocidade de conexão de 256 Kbps. Esta unidade não faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências.

Os tipos de ocorrências mais frequentes atendidos pelo Corpo de Bombeiros no município são, por ordem de importância: salvamento, busca e resgate; acidentes de trânsito; incêndios; incêndios florestais; explosões; e acidentes ambientais. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são atendimentos pré-hospitalares, acidentes de trânsito e incêndios.

O Corpo de Bombeiros não participa de coletivos de gestão de segurança pública. O representante entrevistado não soube responder se a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros.

Não participou do ENAFRON no ano de 2012.

Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal, sendo desejável o incremento da parceria com o Ministério Público.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar								
	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial (vara única)				*		1 Conselho Tutelar	
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Defensores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	12						
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas mas em boas condições		Adequadas		*		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Defensoria Pública		Conselho Tutelar	
	Antigas mas em boas condições		Adequadas		*		Inadequadas	

Justiça

O município de São Caetano de Odivelas possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Não há previsão de cargos de juiz para atuar nas especialidades criminais. Um cargo de juiz previsto encontra-se devidamente ocupado. O mesmo ocorrendo com o cargo de promotor. Há, também, um defensor público em atividade.

A estrutura física do prédio deste fórum é antiga e encontra-se em boas condições, o mesmo ocorre com as instalações internas. Esta sede judiciária dispõe de uma moto e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender, muito frequentemente, as necessidades desta unidade. Nada foi respondido nada quanto ao acesso à internet.

Também não se obteve nenhuma informação quanto à estimativa de mandatos de prisão expedidos em 2012. Há sistemas de administração em uso nesta comarca: sistema de controle de armas, sistema de protocolo e sistema de distribuição de autos. Há sistema de informação computadorizado e produção de informações estatística de inquéritos e processos criminais e de produção de feitos, não estando o banco de dados integrado a demais sistemas de informação. Nada foi preenchido quanto a produção de estatísticas de inquérito e processos.

O juizado que atua na área criminal desta comarca não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública e discorda de que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado.

Ministério Público

O Ministério Público que atua no município de São Caetano de Odivelas não possui uma sede própria, mas o entrevistado acredita que as instalações são consideradas adequadas para o desempenho das atividades. O entrevistado não soube informar se o Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias.

O entrevistado informou que o MP não participa de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, e nem tampouco do ENAFRON. Não foi preenchido o campo referente aos principais parceiros do Ministério Público. O promotor entrevistado disse que não houve operações deste tipo neste município. O promotor não sabe quais foram as atuações mais importantes do Ministério Público, no ano de 2012.

Conselho Tutelar

Há no município de São Caetano de Odivelas um Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Há, também, uma unidade do Conselho Tutelar com um total de cinco conselheiros e cuja estrutura física e instalações internas do prédio não se encontram adequadas para os atendimentos que prestam.

Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns são: maus tratos e abandono, abandono da escola e violência doméstica. O Conselho Tutelar do município de

São Caetano de Odivelas encontra dificuldade no relacionamento com o poder executivo, na falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos órgãos de segurança pública, na falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público, na falta de ação articula com outros órgãos do poder ou da administração pública e no despreparo dos conselheiros.

Nas entrevistas informais foi enfatizado que os principais problemas de São Caetano de Odivelas no que diz respeito à violência e tráfico de drogas resultam de sua proximidade com a ilha de Colares e de Vigia onde estes problemas ganham magnitude. Foi também feita referência à exploração sexual e tráfico de adolescentes que ocorre no porto da cidade. A precariedade das instituições de segurança pública e a presença intermitente dos seus agentes que atendem também a outros municípios da região devem ser ressaltadas.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Para os representantes locais de instituições entrevistados, não houve consenso quanto à localização do município de São Caetano de Odivelas ser considerada positiva para seu o desenvolvimento econômico. Os argumentos contrários a tal assertiva são: o fato das administrações municipal, estadual e federal não explorarem o potencial turístico da região, bem como a falta de empreendimento na região. O argumento que considera positivo para o desenvolvimento econômico defende que com o porto em Curuçá, vai haver aumento no número de empregos e na renda da população.

Dois dos representantes entrevistados posicionaram-se em total desacordo com a afirmativa de que, apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município. Um representante entrevistado se encontra mais de acordo com tal questão. Dentre os problemas específicos que São Caetano de Odivelas apresenta foram assinalados como sendo os principais o tráfico de drogas, contrabando e exploração sexual infanto-juvenil, sendo mencionada também a ocorrência de crimes ambientais, tráfico de armas e disputa de terras.

Com base na opinião dos operadores entrevistados, as mercadorias mais apreendidas em 2012, foram: veículos, cds e dvds, maconha, cocaína e pasta base. Os tipos de droga apontados como os mais comercializados, em ordem de maior para o menor volume, foram pasta base, maconha e cocaína.

Neste município há uma barreira fixa ou móvel da Polícia Militar. Segundo o representante entrevistado da Polícia Militar as transformações recentes nas políticas de fronteiras teriam proporcionado mudanças nas rotas de entrada das mercadorias ilícitas, pela multiplicação das rotas e pela transferência das rotas para outros municípios. Já o representante da Polícia Civil não acredita que tenham ocorrido tais mudanças.

Percepção da Criminalidade Local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, o crime mais frequente foi o de venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de São Caetano de Odivelas

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Jamais	Frequentemente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	Ocasionalmente	Frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Há consenso sobre o tipo mais frequente de furto ser a transeunte, sendo citados também os furtos em residência, ao comércio e a motocicletas. Quanto aos roubos há consenso quanto o de maior frequência ser o roubo a transeunte, sendo citados também os roubos a estabelecimentos comerciais, de celulares e de bicicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foi apontado como de maior incidência os pequenos golpes populares.

Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar. Foram destacadas também as agressões decorrentes de brigas em festas de aparelhagem e brigas por poluição sonora (som automotivo). Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, os conflitos de acerto de contas entre criminosos e conflitos relacionados a mercados ilegais ou crime organizado. Foram apontados também os homicídios oriundos de rixas.

Dentre os crimes sexuais, considera-se que os mais frequentes em São Caetano de Odivelas são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e a exploração sexual infanto-.

Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em São Caetano de Odivelas seriam furto, roubo e tráfico de drogas.

RORAIMA

RORAIMA

Introdução

O estado de Roraima possui 27 municípios localizados na faixa de fronteira. Destes, seis foram contemplados nesta pesquisa: Bonfim, Caracaraí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã. Os municípios de Bonfim, Pacaraima e Rorainópolis foram explorados com mais profundidade, através de entrevistas e grupos focais com representantes das instituições de segurança pública e da sociedade civil.

Mapa: Estado de Roraima e Fronteiras



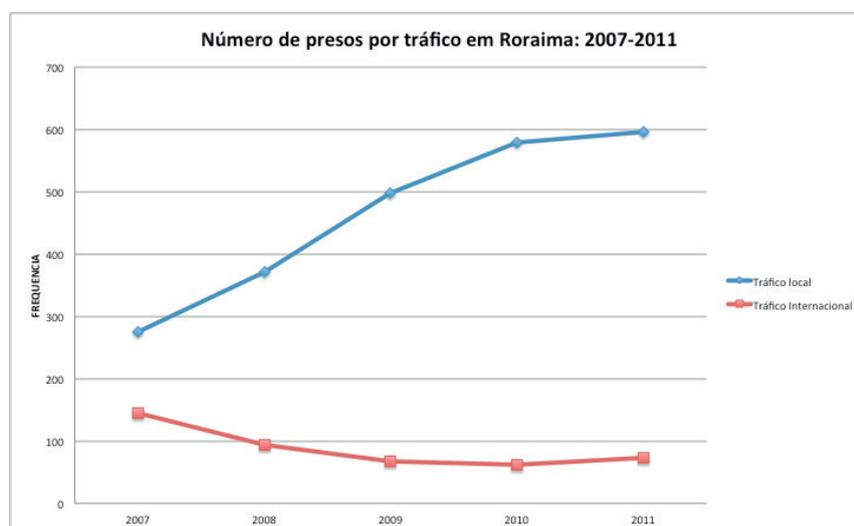
Fonte: IBGE

O Estado de Roraima, antigo território federal do Rio Branco, encontra-se localizado no extremo norte do Brasil, fazendo divisa com a Venezuela, ao norte-noroeste, e com a República Cooperativista da Guiana (ex-Guiana Inglesa), ao norte-nordeste e a leste. Ao sul e a sudoeste faz divisa com o Estado do Amazonas e a sudeste com o Pará.

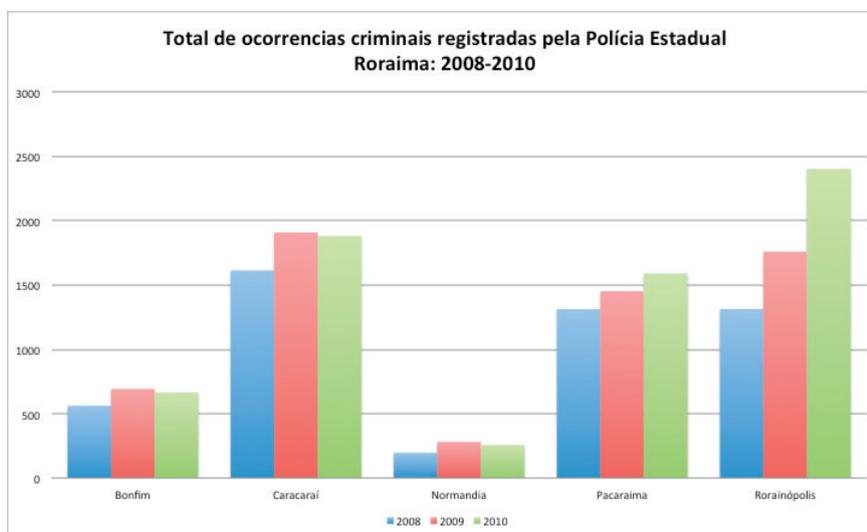
Na faixa de fronteira do Estado de Roraima encontram-se localizados os municípios de Pacaraima, no norte, cidade-gêmea com Santa Yelena, na Venezuela, interligados por uma estrada; e Uiramutã e Normandia, no nordeste; Bonfim a leste, cidade gêmea com Lethem, na Guiana, divididos por um rio e interligados por uma ponte, inaugurada em 1991; Caracaraí e Boa Vista (capital) no centro e Rondonópolis, ao sul.

Com uma população residente de 450.472 habitantes em 2010 (cerca de 500 mil em 2013), grande parte do Estado abriga uma das maiores reservas indígenas do país, a Raposa Serra do Sol, além de outras reservas menores. O clima acompanha os três principais ecossistemas da floresta amazônica – a floresta ao sul, o cerrado e o lavrado, ao centro, e a montanha ao norte. Cortado de norte a sul pela BR-174, que interliga diretamente a cidade de Pacaraima, fronteira com a Venezuela, com Boa Vista, capital do Estado, e Manaus, capital do Estado do Amazonas, por essa estrada movimenta-se grande parte do comércio interno da região bem como o comércio e o turismo internacional, principalmente com a Venezuela.

A situação de segurança pública no Estado é um pouco mais que mediana, em comparação com outros estados brasileiros. A taxa de homicídios tem oscilado nos últimos anos entre 25 e 35 homicídios por 100 mil habitantes, um pouco acima da taxa média do Brasil, mas tem apresentado declínio se comparada à década de 90, quando chegou a alcançar 58 homicídios por 100 mil habitantes (em 1999). Na faixa de fronteira, somadas as frequências de homicídios dos municípios pesquisados, obtém-se uma taxa de homicídios que oscila entre 20 e 40 por 100 mil habitantes. No Estado há cinco presídios, penitenciárias ou colônia penitenciária agrícola, com um total de cerca de 1.700 presos (dos quais apenas 27 estrangeiros) em 2011 e uma taxa de encarceramento de 380 por 100 mil habitantes. A maior parte dos presos (provisórios e condenados) foi incurso em tráfico de drogas, seguida por roubo, homicídios e furtos. Os presos por tráfico local superam crescentemente os presos por tráfico internacional (ver figura 1):



A criminalidade local, distribuída pelos municípios pesquisados da faixa de fronteira, apresenta as seguintes proporções (figura 2):



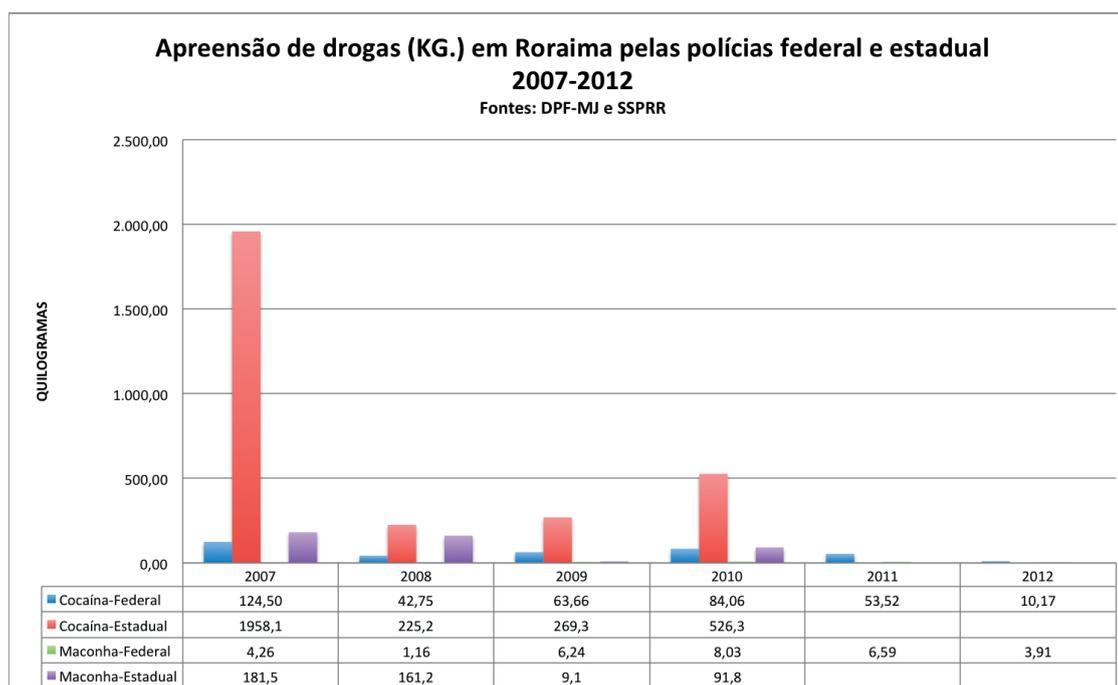
Quando se verifica os tipos de delitos que ocorrem nos municípios da faixa de fronteira selecionados para a pesquisa, obtém-se a seguinte tabela:

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE RORAIMA-ANO 2011

	BONFIM	CARACARAI	NORMANDIA	PACARAIMA	RORAINÓPOLIS
AMEAÇA	89	254	28	248	304
HOMICÍDIO DOLOSO	1	1	0	1	7
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	1	5	1	4	15
LESÃO DOLOSA		284	13	127	152
ROUBO	3	10	3	9	26
FURTO	73	647	47	145	297
ESTUPRO	5	1	3	7	6
TRÁFICO DE DROGAS	0	0	0	0	13
POSSE DE DROGAS	4	1	1	1	8

Fonte: pesquisa

A apreensão de drogas em Roraima, tanto pela polícia estadual quanto pela polícia federal apresenta variações importantes, mas uma presença maior da cocaína em relação à maconha (figura 3):



As condições de estrutura e contingente policiais são precárias em quase todos os municípios, com exceção da capital, Boa Vista. Na opinião de todos os entrevistados o único mercado ilícito importante é o de gasolina da Venezuela, abastecida por carros brasileiros e transportada clandestinamente para Boa Vista e até mesmo Manaus, quando o preço do combustível na Venezuela tem vantagem comparativa. Há varejo de drogas nos municípios pesquisados e pouco interesse das polícias, segundo moradores entrevistados, em desbaratá-los.

Um dos temas mais repetidos em todas as entrevistas é a decadência das cidades gêmeas de Bonfim e Pacaraima em relação à sua “irmã” estrangeira. No caso de Bonfim, o processo se acentua após a construção da ponte sobre o rio Tucutu. No caso de Pacaraima, com as vantagens comparativas do comércio venezuelano de combustível e produtos pirateados. Criticou-se bastante a arbitrariedade e corrupção da polícia venezuelana e guianense, bem como as dificuldades decorrentes da ausência de cooperação policial e judicial entre os países dessa fronteira. A família de um jovem brasileiro, residente em Bonfim, que seja morto em Lethem encontrará dificuldades em trasladar o seu corpo para sepulta-lo em sua cidade e terá que recorrer a uma solução informal.

Só há um posto alfandegado, com dois fiscais, em Bonfim, cuidando dos 300 km de fronteira fluvial (rio Tucutu) com a República Cooperativista da Guiana. Nos grupos focais realizados evidenciou-se o roubo e as drogas como os problemas principais, sendo que o furto ou roubo de motocicletas estão ligados à troca por drogas no país vizinho. A extensa fronteira e o uso dos rios dificulta o trabalho policial. Não são poucos os adolescentes que participam do tráfico como carregadores do país vizinho para Roraima – são chamados, por isso, de “meninos de ouro”.

Notícia veiculada pela Folha RR em 1 de abril de 2013 afirma que a droga entra em Roraima pelos rios e pelas “cabriteiras”, como são chamados os caminhos no meio do lavrado e estradas vicinais. Os carregadores, “mulas”, atravessam o rio Tucutu em qualquer ponto até alcançar essas cabriteiras que cortam os municípios de Bonfim e Normandia até chegarem, através de trecho da BR 401 ao município de Cantá, vizinho à capital. De lá, retomam outras “cabriteiras” até o Rio Branco, que é atravessado em canoas, até alcançarem Boa Vista. Segundo a reportagem desse jornal, no começo os traficantes utilizavam as rodovias de Roraima e as pistas clandestinas de pouso e decolagem, mas com o aumento da fiscalização e as operações policiais, eles passaram a preferir os rios e “cabriteiras”.

Recomendações

- Aprovar o projeto de “zonas de livre comércio” com subsídios e isenção fiscal às mercadorias que tenham grande vantagem comparativa no mercado venezuelano e guianense;
- Criar quatro postos alfandegados, com equipamentos adequados, com número médio de 6 fiscais por posto em toda a extensão da fronteira com a Venezuela e a Guiana;
- Criar um departamento de polícia militar fluvial, com barcos providos de radares, para controle do rio Tucutu, desde Bonfim até a fronteira sudeste com a Guiana e o Pará.
- Estabelecer políticas de empreendedorismo e emprego para atrair de volta os

jovens brasileiros que atualmente trabalham em Santa Yelena e Lethem por falta de opção em Pacaraima e Bonfim.

- Estabelecer acordo de cooperação entre as polícias federal e estadual com as polícias venezuelana e guianense.
- Aprovar legislação que dispense que acordos e medidas judiciais entre cidades gêmeas com os países das duas fronteiras com Roraima tenham que passar pelo Ministério das Relações Exteriores.

Bibliografia de referencia

BECKER, B.et alli–*Fronteira Amazônica. Questões sobre a gestão do território*, Rio de Janeiro, UFRJ/UNB, 1990.

FERNANDES NETO, Pedro – Caracterização geográfica da faixa de fronteira continental norte do Brasil. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2003 {Monografia de Graduação em Geografia}.

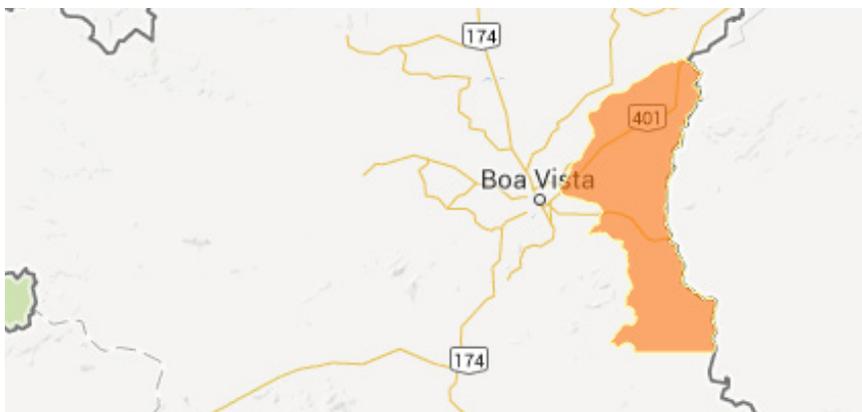
MARTINS, Estevão Chaves de Rezende, MOREIRA, Felipe Kern, orgs. – *As relações internacionais na fronteira norte do Brasil*. Boa Vista, Editora UFRR, 2011.

PIMENTEL, Geysa Alves e OLIVEIRA, Rafael – “Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual comercial na fronteira Brasil-Venezuela: o caso da BR 174”, in Vários autores – Tráfico de pessoas e violência sexual. Brasília, VIOLES/SER, Universidade de Brasília, 2007.

MACHADO, Lia Osorio–“Região, fronteiras e redes ilegais: Estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana”. *Limes: Revista Italiana di Geopolitica*, Quaderni Speciali, Suplemento, n.3/2007.

Bonfim

Mapa – Município de Bonfim e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=140015&search=roraima|bonfim>, acessado em 23 de setembro de 2013.

Histórico

O primeiro povoado, com o nome de Vila de Bonfim, surgiu ainda no século XIX, e seu nome é uma homenagem à Nossa Senhora do Bonfim.

Depois de vários ciclos comerciais com a cidade de Lethem, na fronteira da República Cooperativista da Guiana, a vila passou à condição de município. Elevado à categoria de município com a denominação de Bonfim, pela Lei Federal n.º 7.009, de 01-07-1982, desmembrado dos municípios de Boa Vista e Caracaraí. Sede no atual distrito de Bonfim (ex-Vila de Bonfim). Constituído do distrito sede, instalado em 13-07-1982. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Federal n.º 7.009, de 01 de julho de 1982.
Localização:
Área (2010): 8.095,420 km ²
Fronteiras: Ao norte com a Normandia, a leste com a Guiana, ao sul com Caracaraí, a sudoeste com Cantá e a noroeste com Boa Vista.
Acesso aéreo: não
Acesso portuário: não informado
Acesso viário: sim
População (2012): 11,188 habitantes
Densidade demográfica: 1,38 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,72
PIB (2010): R\$ 120.330.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.988,03
IDH-M (2010): 0,626
Gentílico: bonfinense
Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Receita Federal.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Diagnóstico da Segurança Pública em Bonfim

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2012): 11.188 habitantes
Homicídios (2012): sem informação (Datusus)
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Justiça, Receita Federal.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População = 1 policial/799 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 1 policial/1.118 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012): 11.188 habitantes				
Homicídios (2012): sem informação				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 2 quartéis	
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	1
	Agentes	13	Praças	9
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Estrutura antiga, mas precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Percepção da qualidade das instalações internas	Estrutura antiga e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	9		2	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	2		1	
Fax	1		-	
Scanner	1		-	
Internet	-		-	
Estação de rádio analógica	1		1	
Estação de rádio digital	0		-	
Equipamento de visão noturna	0		-	
Aparelho de TV	2		1	
Gravadores	0		-	
Máquina Fotográfica	1		-	
Filmadora	1		-	
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tipos de veículos	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	1	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	-	1	1
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Percepção sobre quantidade de combustível	Muito frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	3		-	
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	-		1	

Rádio portátil (HT)	2	3
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-
Notebooks	-	-
Arquivos em ficha de papel	2	1
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil	Polícia Militar
Algemas	15	9
Colete antibalísticos	15	11
Escudos	-	-
Capacetes	-	-
Placa balística	-	-
Outros	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil	Polícia Militar
Tonfa, cassetete ou similar	*	4
Carabina	2	1
Espingarda	2	-
Metralhadora	-	1
Submetralhadora	2	1
Fuzil	-	1
Revólver	-	3
Pistola	15	13
Arma de condutividade elétrica	*	-
Bomba de efeito moral	*	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	*
Outro	-	spray de pimenta
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Quantidade e tipos de munição suficientes	Suficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	8	*
Média de presos/mês	15	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	7	*

Polícia Civil

Existem no município de Bonfim 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada não possui conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Bonfim utiliza sistemas de administração, tais como de controle de viaturas, controle de munição, de armas e de controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, há inclusão de dados apenas no Infoseg e, desde 2004, são produzidas estatísticas, que segundo o entrevistado, são preenchidas manualmente em planilhas. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, O Judiciário e o Conselho Tutelar. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público, a Polícia Militar e com as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município participa de Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e também de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança. Em Bonfim, as relações entre a Polícia Civil com

os órgãos de segurança pública do país vizinho são conflitantes e de desconfiança. A Polícia Civil de Bonfim apoia grupos de patrulhamento em operações na fronteira, não especificando, porém, quais. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas não tem participado nas Operações Sentinela.

O delegado de polícia apresentou alguns dados sobre os procedimentos adotados na delegacia. Em 2012, para um total de 731 boletins de ocorrência criminais registrados, foram instaurados 229 inquéritos, dos quais 110 já finalizados e 119 em tramitação, além de 35 termos circunstanciados, totalizando 264 procedimentos adotados. Apenas em janeiro de 2013 foram finalizados 7 inquéritos com autoria e materialidade definidas. Não foi possível obter estatísticas mais detalhadas sobre os crimes mais frequentes registrados ano a ano. Foram divulgados o total de ocorrências criminais pela Secretaria estadual de Segurança Pública para Bonfim: em 2008, foram 562 ocorrências; em 2009, 692 ocorrências e em 2010, 665 ocorrências. Foi 30 a soma de homicídios no período 2000-2010 no município, com uma média de 3 homicídios ao ano com tendência de queda nos últimos anos.

Polícia Militar

No Batalhão de Bonfim não há uso de sistemas de administração. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados) e de georreferenciamento de crimes; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2012), efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG, além do registro em fichas de papel e fichário de ocorrências e uso do aplicativo whatsapp. As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, não há conexão na unidade. O flagrantes realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi o tráfico de drogas.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Federal e o Ibama. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição não participa ou apoia nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira. Participa, também, do Gabinete de Gestão Integrada Estadual. Em Bonfim, a Polícia Militar possui uma relação colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	8				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, mas adequadas e em boas condições		Adequadas		Inadequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Bonfim possui uma comarca de entrância final com vara única. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e considera-se que a quantidade de combustível disponível costuma atender as necessidades desta unidade.

Há internet com velocidade lenta. Não há estimativa de quantos mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de recursos humanos, de estoque, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados) e os dados também são organizados em tabelas ou listas de papel. A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, que são divulgadas publicamente. As estatísticas são produzidas desde 2009 e o sistema de informação está integrado a outro sistema de informação, do MP, das delegacias, da Polícia Federal e do Detran.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário em forma de mutirões na região das fronteiras e proximidades.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, porém há uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O entrevistado informou que não existe estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado não soube dizer qual é órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade. Os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012 são o furto e o uso de entorpecentes.

Ministério Público

As principais dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Bonfim, em ordem de importância, são, segundo o representante entrevistado, a falta de recursos humanos e a falta de colaboração das forças de segurança pública e de justiça criminal do país vizinho. Não há estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública. Não participam das operações de fronteira, tampouco do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Bonfim são a Polícia Militar, o Judiciário Estadual e a Polícia Civil. O entrevistado acredita que mais parcerias deveriam ser incrementadas, tais como com as Forças Armadas, a Receita Federal, os Bombeiros e o Ministério Público Federal. O entrevistado não soube dizer quais foram as atuações mais importantes do MP no ano de 2012. Os principais problemas no município são nesta ordem: a exploração sexual infanto-juvenil, o tráfico de mulheres, o tráfico de drogas e o contrabando.

Conselho Tutelar

Não há Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Bonfim. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e o despreparo dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	Delegacia	
Efetivo	Auditores	3
	Técnicos	3
	Terceirizados	2
	Analistas-tributários	1
Qualidade das instalações internas	Antiga, mas adequadas e em boas condições	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, mas em boas condições	

A Receita Federal de Bonfim cobre uma área de 300 km da fronteira com o Suriname, é o único ponto alfandegado desde a Serra do Sol, no município de Uiramutã, até a Serra da Lua, no rio Tacutu, praticamente toda a fronteira leste de Roraima com a Guiana. O posto dispõe de 2 carros oficiais funcionando e 1 avariado, e frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, mas o entrevistado não soube informar a velocidade da conexão, mas afirmou falhar muito.

Em razão do pequeno efetivo, é um posto fiscal integrado com o Ministério da Agricultura, Imigração, Secretaria estadual de Agricultura e, esporadicamente, polícia civil e militar. A Receita Federal de Bonfim participa de dois coletivos de segurança pública: Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e de Comandos binacionais ou trinacionais de segurança, além de participar de todas as reuniões que são realizadas na fronteira. O auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação modifica e melhora a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município não participou de nenhum grupo de patrulhamento ou operação de fronteira.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados divergem na afirmação de que atividades ilícitas dinamizem a economia do município; uma metade concorda e a outra discorda. A maioria concorda, entretanto, com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, principalmente pela facilidade no comércio e compra de mercadorias. Para alguns entrevistados, é positivo para o desenvolvimento econômico estar próximo à fronteira. Os entrevistados no geral não concordaram que a posse de arma de fogo em Bonfim é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Bonfim foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, a exploração sexual infanto-juvenil e a imigração ilegal. A Polícia Militar e a Civil destacaram o tráfico de drogas como principal.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, o crime mais frequente foi a venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Bonfim

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Muito frequentemente	Frequentemente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Jamais	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Ocasionalmente	Muito frequentemente

O tipo mais frequente de roubo e de furto são de motocicleta e a transeunte, sendo citado também o roubo a estabelecimento comercial. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados pequenos golpes populares e fraudes em operações imobiliárias. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar foi citado também o conflito por propriedades. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, situação doméstica e também foi citado em casos de delinquência juvenil. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Bonfim são o estupro ou abuso sexual de menores de idade e os crimes sexuais. Segundo a Justiça, o tráfico, furto, e a violência sexual são os crimes que mais comparecem para julgamento, sendo 90% deles resultando em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

No grupo focal evidenciou-se o roubo e as drogas como os problemas principais, sendo que o furto ou roubo de motocicletas estão ligados à troca por drogas no país vizinho. A extensa fronteira e o uso dos rios dificulta o trabalho policial. Não são poucos os adolescentes que participam do tráfico como carregadores do país vizinho para Roraima – são chamados, por isso, de “meninos de ouro”.

Todos, no grupo focal, referiram-se à falta de recursos humanos para que a polícia possa atuar com efetividade. Foi mencionado também a inexistência de um posto de gasolina no município. Vários participantes do grupo focal criticaram a Polícia Federal que, segundo eles, “não age”. E acusam que “em frente ao posto da polícia federal ocorre câmbio ilegal, taxistas piratas e o fluxo de pessoas aliciadas pelo tráfico sexual” e que, mesmo procurada, a Polícia Federal não tomou qualquer atitude. Os policiais federais, segundo um dos participantes do grupo focal, “estão apenas para carimbar entradas e saídas de pessoas”. Conclui o participante afirmando que a Polícia Rodoviária Federal só age quando da realização de operações conjuntas. Outros entrevistados confirmaram a baixa eficiência da Polícia Federal na área de Bonfim, ao contrário da Receita Federal, elogiada por alguns dos participantes e pelo delegado de polícia entrevistado.

Notícia veiculada pela Folha RR em 1 de abril de 2013 afirma que a droga entra em Roraima pelos rios e pelas “cabriteiras”, como são chamados os caminhos no meio do lavrado e estradas vicinais. Os carregadores, “mulas”, atravessam o rio Tacutu em qualquer ponto até alcançar essas cabriteiras que cortam os municípios de Bonfim e Normandia até chegarem, através de trecho da BR 401 ao município de Cantá, vizinho à capital. De lá, retomam outras “cabriteiras” até o Rio Branco, que é atravessado em canoas, até alcançarem Boa Vista. Segundo a reportagem desse jornal, no começo os traficantes

utilizavam as rodovias de Roraima e as pistas clandestinas de pouso e decolagem, mas com o aumento da fiscalização e as operações policiais, eles passaram a preferir os rios e “cabriteiras”.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

A percepção consensual entre todos os entrevistados é que Bonfim perdeu espaço econômico para Lethem (Guiana). Há quinze anos, Bonfim e Lethem eram duas pequenas vilas. Após a inauguração da ponte que interliga a BR- a Lethem, na Guiana, em 2009, o comércio de mercadorias inverteu a direção e Lethem passou a ser o principal polo fornecedor de produtos importados pirateados para Boa Vista e Manaus. A circulação de mercadorias para o Brasil fez crescer a vila de Lethem e deixou Bonfim praticamente estagnada.

Como não há emprego e qualquer atrativo em Bonfim, em comparação com sua cidade-gêmea do outro lado da fronteira, os jovens buscam trabalho e divertimento na cidade guianense, dinamizando ainda mais a economia local em prejuízo de Bonfim. Todos os entrevistados defendem o estabelecimento de zona franca ou zona de livre comércio em Bonfim, para fazer frente à concorrência de Lethem, mas esse projeto, que tramita no Congresso, não saiu ainda do papel.

Em virtude dessa situação, alguns entrevistados afirmaram que crianças e adolescentes estão se empregando em Lethem em condições de semi-escavidão, trabalhando mais de 12 horas por dia. Também se referem à inversão da situação de conflito entre habitantes de Bonfim mas que trabalham e se divertem em Lethem. A maioria dos conflitos e crimes ocorrem em Lethem, criando problemas para sua administração pelas famílias. Um jovem de Bonfim que morra ou seja assassinado em Lethem não terá o seu corpo facilmente trasladado para Bonfim em razão da burocracia e das leis guianenses, criando forte impacto nas famílias de Bonfim.

Embora o município de Bonfim seja uma “zona de livre comércio”, com redução de alguns impostos, para o delegado de polícia entrevistado a alta carga tributária brasileira diminui muito a competitividade com Lethem, onde quase não há tributação.

Fotos do Município de Bonfim

Conselho Tutelar de Bonfim



Ministério Público de Bonfim



Polícia Civil de Bonfim



Polícia Militar de Bonfim



Receita Federal de Bonfim



Receita Federal de Bonfim



Pacaraima

Mapa – Município de Pacaraima e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=140045&search=roraima|pacaraima>, acessado em 23 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Estadual n.º 96, de 17 de outubro de 1995.
Código do Município: 1400456
Localização: extremo norte do Estado de Roraima, fronteira com o município venezuelano de Santa Yelena, tendo ao sul os municípios de Boa Vista e Amajari, a leste os municípios de Uiramutã e Normandia. Estrada pavimentada liga o município à capital, Boa Vista, por 215 km.
Área (2010): 8.028,483 km ²
Fronteiras: com a Venezuela.
População (2010): 10.433 habitantes
Densidade demográfica: 1,30 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,41
PIB (2010): R\$ 107.173.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.272,50
IDH-M (2010): 0,65
Gentílico: pacaraimense

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD; histórico: site oficial da Prefeitura Municipal de Pacaraima.

Histórico

A história do município de Pacaraima está ligada à demarcação da fronteira com a Venezuela pelo Exército Brasileiro, originando-se em torno do marco conhecido como BV-8, portal de entrada para o Brasil a partir daquele país. Também é de se destacar a implantação de um Pelotão Especial de Fronteira na região.

No entanto, a colonização intensificar-se-ia com a farta chegada de brasileiros, principalmente oriundos da Região Nordeste, atraídos pelo sonho do enriquecimento fácil com o garimpo. A livre mobilidade interfronteiriça tornou necessário oficializar a demarcação e o resguardo daquela fronteira.

Os brasileiros pioneiros na região são considerados seus desbravadores, como por exemplo, o senhor Alcides da Conceição Lima, embora sejam fundadores acidentais e quase desconhecidos do município. Antes conhecida como Vila Pacaraima, ou simplesmente BV-8, adotando-se o nome do marco, a vila era parte do então Território Federal de Roraima, atual Estado de Roraima.

Pacaraima foi emancipado em 17 de outubro de 1995, sendo o município formado por desmembramento de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. A sede municipal funciona até hoje como entreposto comercial, atraindo diversos compradores de bens de consumo básico do município vizinho.

Diagnóstico da Segurança Pública em Pacaraima

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 10.433 habitantes
Homicídios (2012):
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Justiça, Receita Federal e Corpo de Bombeiros.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População = 1 policial/474 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 1 policial/ 326 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Federal					
População (estimativa em 2012): 10.953 habitantes					
Homicídios (2012): 2					
	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal
Unidades	1 delegacia		1 batalhão e 1 unidade		1 delegacia
Efetivo	Delegados	1	Oficiais	3	Delegados **
	Agentes	21	Praças	29	Agentes **
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		**
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura antiga, precisando de reformas		**
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal
Computador	10		4		**
Impressora	3		1		**
Telefone fixo	1		1		**
Fax	1		-		**
Scanner	1		1		**
Internet	Sem acesso		Com acesso		**
Estação de rádio analógica	-		1		**
Estação de rádio digital	-		-		**
Equipamento de visão noturna	-		-		**
Aparelho de TV	-		1		**
Gravadores	-		-		**
Máquina Fotográfica	-		-		**

Filmadora	1		-		**	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	2	-	3	8	**	**
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-	**	**
Moto	-	-	4	5	**	**
Embarcação sem motor	-	-	-	-	**	**
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-	**	**
Avião	-	-	-	-	**	**
Helicóptero	-	-	-	-	**	**
Cavalo	-	-	-	-	**	**
Bicicleta	-	-	-	-	**	**
Outros	-	-	-	-	**	**
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Frequentemente atende as necessidades		Ocasionalmente atende a necessidade		**	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Celulares corporativos	2		-		**	
Rádio em viaturas (digital)	-		-		**	
Rádio em viaturas (analógico)	-		3		**	
Rádio portátil (HT)	-		4		**	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-		**	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-		**	
Notebooks	1		-		**	
Arquivos em ficha de papel	-		1		**	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Algemas	7		12		**	
Colete antibalísticos	4		-		**	
Escudos	-		-		**	
Capacetes	-		-		**	
Placa balística	-		-		**	
Outros	-		-		**	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Tonfa, cassetete ou similar	*		10		**	
Carabina	1		3		**	
Espingarda	1		1		**	
Metralhadora	1		-		**	
Submetralhadora	-		1		**	
Fuzil	-		-		**	
Revólver	2		15		**	
Pistola	-		30		**	
Arma de condutividade elétrica	*		-		**	
Bomba de efeito moral	*		-		**	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*		**	
Outro	-		-		**	
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
	Tipos e quantidades insuficientes		Tipos suficiente mas quantidade insuficiente		**	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar		Polícia Federal	
Tem carceragem?	Sim		Não		Não	
Capacidade	2		*		*	
Média de presos/mês	**		*		*	

Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar	Polícia Federal
	**	*	*
Recursos Humanos e Materiais da Força Nacional			
Início da Atuação	10 anos (desde 2002)		
Efetivo	Tenente		1
	Capitão		1
Veículos	-		
Principais Atividades	Combate ao tráfico de drogas		
	Combate ao tráfico de armas		
	Combate ao contrabando		
	Apoio a polícia federal		
	Apoio a outros órgãos de segurança		

Polícia Civil

Existe no município de Pacaraima 1 (uma) delegacia de polícia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial possui conexão à internet paga pelos próprios servidores. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Pacaraima utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos, de controle de viaturas, de protocolo e de controle de munição e armas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, organização de dados em arquivos de papel e fichários; além de divulgação pública e regular das estatísticas. Entretanto, não há inclusão de dados no Infoseg; assim, o sistema de informação não está integrado a outras instituições locais, tais como a Polícia Militar, o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Federal e a Força Nacional. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a Polícia Militar. A Polícia Civil deste município participa do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e esta participação vem melhorando as condições de atuação da instituição. Em Pacaraima, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são colaborativas com troca de informações, mas apresentam dificuldades linguísticas.

Polícia Militar

O batalhão da Polícia Militar de Pacaraima é a sede da Companhia da PM responsável pela segurança pública em doze localidades, seis das quais municípios e seis vilas em toda a faixa de fronteira norte e leste do Estado com a Venezuela e a Guiana. O seu comandante é também o comandante da Companhia. No Batalhão de Pacaraima está em uso um sistema de administração para gerir o sistema de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, são produzidas informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, efetuando-se a inclusão destas no INFOSEG. A produção de

estatísticas criminais é feita desde 2011. No que diz respeito à internet, a conexão é de boa qualidade. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência contra a mulher e casos de embriaguez.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é a Receita Federal; na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com: a Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Civil. Apesar de não participar de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, o entrevistado acredita que tal participação melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Para o comandante, o principal problema que é enfrentado no município é o descaminho de combustível da Venezuela para consumidores de Roraima (principalmente Boa Vista) e até mesmo de Manaus, devido à enorme diferença de preços de combustível nos dois países e à vantagem cambial comparativa. Ele próprio considera que o problema se agrava em virtude do transporte clandestino de grandes quantidades de combustível em carros inadequados, provocando não poucos acidentes na estrada que liga Pacaraima com Boa Vista e Manaus. Um outro problema reconhecido é o tráfico de mulheres para abastecer a prostituição junto aos garimpos da Venezuela e da Guiana.

Quanto ao tráfico de drogas, ele afirma que a pasta-base de cocaína vem pela Venezuela e Pacaraima é ponto de passagem. Já em Bonfim o tráfico é de maconha, que vem da Guiana. Noticiário da imprensa local registra que o tráfico utiliza-se das “cabriteiras”, estradas vicinais que cortam a BR. Em Pacaraima não é comum o furto de motos como moeda de troca no tráfico, diferentemente de Bonfim, segundo o entrevistado. Para ele, há uma conexão entre tráfico de pessoas para fins sexuais e tráfico de drogas, que precisa ser melhor investigada.

Polícia Federal

Dentre as atividades desempenhadas por esta unidade da Polícia Federal no município, no ano de 2012, as três principais, em ordem de importância, foram o combate ao contrabando e ao descaminho, o combate ao tráfico de drogas e o combate à corrupção. Na avaliação do respondente, a participação em coletivos de gestão modifica e melhora as suas condições de atuação, porém não soube responder se a instituição faz parte de algum. Esta unidade participou, em 2012, das operações Ágata e Sentinela (cerca de seis policiais foram designados para esta operação); o entrevistado não soube responder acerca da participação no ENAFRON. Nas operações realizadas, a Polícia Federal tem estabelecido parcerias com a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal,

o IBAMA e a Força Nacional. Para o entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a PRF. Há também cooperação com as polícias de outros países, sendo as relações com tais instituições amigáveis e colaborativas, baseadas em troca de informações, mas exclusivamente através da Interpol.

Força Nacional de Segurança Pública

Em Pacaraima a Força Nacional, que vem atuando desde dezembro de 2012, utiliza como base para as suas operações um hotel, uma casa alugada e um posto de fiscalização da SEFAZ. A principal origem institucional dos agentes da Força Nacional é a Polícia Militar. Não há médicos nem peritos legistas participando da operação da Força Nacional. As atividades da Força Nacional na fronteira são o combate ao tráfico de drogas e de armas, o combate ao contrabando, oferecendo apoio a Polícia Federal e a Receita Federal. Os quatro maiores parceiros da Força Nacional deste município são Receita Federal, Polícia Federal, Forças Armadas e Polícia Militar. Deveriam, na opinião do entrevistado, ser incrementadas as parcerias com o Ministério Público Federal, a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Ministério Público e Conselho Tutelar				
	Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades				
Efetivo	Promotores	**	Conselheiros	5
Qualidade das instalações internas	Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Inadequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Inadequadas		Adequadas	

Ministério Público

As duas dificuldades enfrentadas no Ministério Público de Pacaraima são a falta de colaboração de recursos materiais e humanos. O Ministério Público vem produzindo estatísticas de denúncias, mas o entrevistado não soube precisar desde quando.

Os promotores que atuam na área criminal participam do comitê binacional de enfrentamento da violência contra a mulher. Participam, também, da proteção de crianças e adolescentes em situação de abandono. Os principais parceiros do Ministério Público nas operações realizadas são a Polícia Federal, o Judiciário Estadual, a Polícia Militar e a Polícia Civil. No ano de 2012, as atuações mais importantes do Ministério Público, relacionadas a crimes fronteiriços, foram ações relacionadas a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Os três principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, o contrabando e o tráfico de armas.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Pacaraima. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública e a dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Dentre os direitos violados registrados o tipo mais comum é maus tratos e abandono.

Instituições de Fiscalização: Receita Federal

Recursos Humanos e Materiais da Receita Federal		
Unidades	**	
Região fiscal	2ª	
Efetivo	Auditores	5
	Técnicos	2
	Terceirizados	7
	Analistas-tributários	17
Qualidade das instalações internas	Antiga, precisando de reformas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Antiga, precisando de reformas	

A Receita Federal de Pacaraima dispõe de 1 carro oficial em funcionamento, frequentemente a quantidade de combustível é suficiente para atender as necessidades da unidade. Há internet, com velocidade de 200KB/s. A Receita Federal de Pacaraima não participa de dois coletivos de segurança pública, mas o auditor fiscal entrevistado acredita que tal participação melhoraria a atuação deste órgão. No ano de 2012, a Receita Federal deste município participou de operações com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados discorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e concorda com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Os entrevistados concordaram, em sua maioria, que a posse de arma de fogo em Pacaraima é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Pacaraima foram assinalados: contrabando e descaminho; tráfico de drogas, armas, crianças e mulheres; a exploração sexual infanto-juvenil; imigração ilegal; crimes ambientais e disputa de terras.

No grupo focal alguns participantes foram enfáticos em distinguir o consumo de drogas entre jovens e a situação de fronteira. Para eles, não é o fato de estarem próximos da fronteira que facilita ou propicia o uso de drogas, já que este é comum a muitos lugares no país que não estão na fronteira. O que é uma particularidade da fronteira, nesse caso, é a variação cambial que cria oportunidades de um lado e de outro em relação a certos produtos, como atualmente a gasolina venezuelana para o consumidor brasileiro.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Pacaraima

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Não respondeu	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Ocasionalmente	Jamais	Jamais	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residência, ao comércio e a transeunte. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foi mencionada a extorsão mediante roubo ou furto de veículo. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são situações domésticas e as decorrentes de conflitos de propriedade. Já a única causa assinalada para homicídios dolosos refere-se a situações domésticas. Dentre os crimes sexuais, considera-se estupro ou abuso sexual de menores de idade o mais frequente. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

No grupo focal evidenciou-se o aumento de furtos e arrombamentos de residências (quando as famílias estão em Boa Vista), geralmente praticado por jovens envolvidos com drogas. Um dos participantes calcula que há umas 20 bocas de fumo em Pacaraima, e reclama de falta de ação da polícia. Outro afirma que os traficantes agem abertamente, que há até taxis distribuindo droga. A violência contra a mulher é alta, na opinião de todos os participantes, mas de um modo geral não se vê violência no cotidiano, exceto nas escolas onde são comuns brigas, algumas muito violentas. A iluminação noturna deixa a desejar e seria conveniente, na opinião de todos, a instalação de câmeras de vigilância de prevenção. No grupo focal houve muitas críticas à atuação da polícia, considerada “incompetente”. Segundo um dos depoimentos, enquanto na Venezuela há cuidado, com “cinco, seis, dez homens para fazer a vistoria deles lá, no Brasil fica escancarado, eles só vão lá fiscalizar os carros nos finais de semana ou no feriado prolongado para

pegar ração de cachorro ou pegar uma fruta, uma muda de planta que você traz de lá. A droga em si eles não estão preparados, não tem policiamento especializado, não tem serviço de escaneamento, não tem cão farejador, não tem fiscalização na outra fronteira, na outra rua, pois tem um outro caminho que corta, que sai ali por dentro. A droga entra a hora que quiser.”

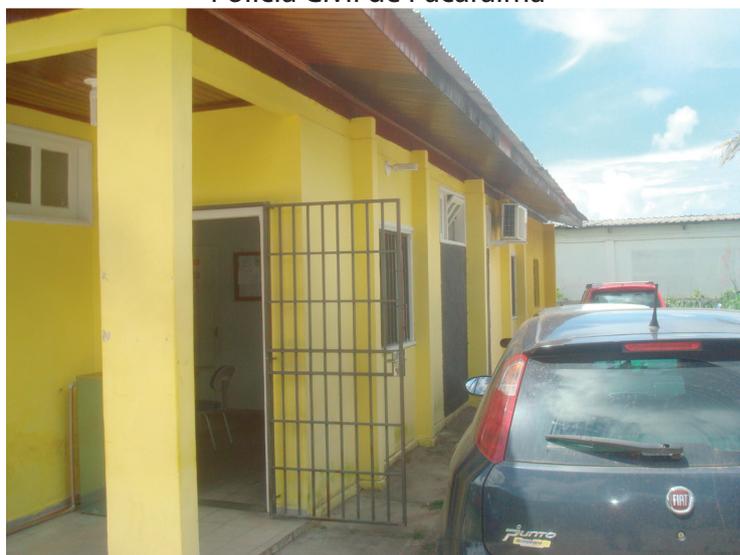
Alguns dos participantes reclamaram também da falta de clínicas de atendimentos a usuários de drogas, uma das participantes chegou a se referir a seu próprio filho e que ela não sabe a quem recorrer. Outra participante afirma que o filho é recém concursado para a PM e que vem trabalhar em Pacaraima e pergunta: “tu achas que ele vai mexer com traficante aqui, se ele vai morar aqui? Ele vai ficar calado na dele, ele vai trazer a família dele, ele vai se arriscar? Quem tem que fazer isso é uma outra equipe especializada, alguém que venha fazer o trabalho e rode, que não seja local, a polícia local não vai fazer nada”.

No grupo focal também falou-se de abusos sexuais, da exploração sexual de menores, praticados muitas vezes por autoridades que, também, podem se tornar vítimas de extorsão das menores abusadas, em troca de drogas. Falou-se também da facilidade com que entram munições, em função dos preços mais baixos e menor controle de venda na Venezuela – a munição passa nas barreiras de fiscalização – enquanto a Polícia Federal está preocupada com o contrabando de gasolina, que é de menor importância.

Entrevistados, um mototaxista, uma gestora educacional e um morador da cidade, todos criticaram a atuação da polícia local como também da fiscalização feita pela Polícia Federal e pela Receita Federal. O único elogio é à falta de assaltos – há furtos, mas não se registram assaltos a mão armada.

Fotos do Município de Pacaraima

Polícia Civil de Pacaraima



O coordenador da pesquisa na fronteira de Pacaraima (Roraima) e Santa Yelena (Venezuela)



Rorainópolis

Mapa – Município de Rorainópolis e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=140047&search=roraima|rorainopolis>, acessado em 23 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS

Criação do Município: Lei estadual 100, de 17 de outubro de 1995.

Localização:

Área (2010): 33.594,046 km²

Fronteiras: Em uma faixa que se estende de oeste a região norte com Caracará, a nordeste com São Luíz, a leste com São João da Baliza e ao sul com o estado do Amazonas.

Acesso aéreo: não

Acesso portuário: não informado

Acesso viário: sim
 População (2010): 24.279 habitantes
 Densidade demográfica: 0,72 hab/km²
 Índice Gini (2010): 0,57
 PIB (2010): R\$ 238.153.000,00
 PIB per capita (2010): R\$ 9.307,59
 IDH-M (2010): 0,619
 Gentílico: rorainopolitano
 Instituições de segurança presentes no município: Polícia Civil e Polícia Militar, Ministério Público, Conselho Tutelar.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Nasceu de um assentamento do Incra. Foi elevado à condição de município em 17 de outubro de 1995. Elevado à categoria de município com a denominação de Rorainópolis, pela Lei Estadual n.º 100, de 17-10-1995, desmembrado dos municípios de São João da Baliza e São Luiz. Sede no atual distrito Rorainópolis (ex-localidade de Vila de Rorainópolis ou Vila do Incra aglomerado rural), do município de São Luiz. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. [fonte: IBGE].

Diagnóstico da Segurança Pública em Rorainópolis

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 24.279 habitantes
Homicídios (2012):
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar e Justiça.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População = 1 policial/783 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = 1 policial/783 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar			
População (estimativa em 2012): 25.319 habitantes			
Homicídios (2012): 11			
	Polícia Civil		Polícia Militar
Unidades	1 delegacia		1 quartel
Efetivo	Delegados	5	Oficiais
	Agentes	26	Praças
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura nova, mas precisando de reformas		Estrutura nova, mas precisando de reformas. precisando de reformas
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura nova, mas inadequadas ou precisando de reformas		Estrutura nova, mas inadequada ou precisando de reformas
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar
Computador	11		6

Impressora	3		2	
Telefone fixo	-		1	
Fax	-		2	
Scanner	-		1	
Internet	-		1	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	-		2	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		1	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	1	-	2
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	3	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende as necessidades		Frequentemente atende a necessidade	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Celulares corporativos	2	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-		-	
Rádio em viaturas (analógico)	1		2	
Rádio portátil (HT)	4		5	
Equipamentos de interceptação telefônica	-		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	-		-	
Notebooks	-		1	
Arquivos em ficha de papel	1		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Algemas	-	31	
Colete antibalísticos	-		31	
Escudos	-		-	
Capacetes	-		-	
Placa balística	-		-	
Outros	-		*	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Tonfa, cassetete ou similar	*	12	
Carabina	2		3	
Espingarda	2		1	
Metralhadora	-		-	
Submetralhadora	2		1	
Fuzil	-		2	
Revólver	-		27	
Pistola	26		38	
Arma de condutividade elétrica	-		-	
Bomba de efeito moral	*		-	
Instrumento de menor potencial ofensivo	-		*	

Outro	-	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	Tipos suficientes, mas quantidades insuficientes	Suficientes, mas em quantidades insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	5	*
Média de presos/mês	15	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	*	*

Polícia Civil

Existe no município de Rorainópolis 1 delegacia. No que se refere à estrutura de comunicação, a sede policial considerada não possui conexão à internet. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Rorainópolis utiliza sistemas de administração, tais como o de recursos humanos. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da divulgação pública e regular das estatísticas que ocorre desde 2008. O sistema de informação não está integrado a outras instituições locais.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas e o Judiciário. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com as Forças Armadas. A Polícia Civil deste município não participa de um coletivo de gestão de segurança pública. Em Rorainópolis, as relações entre a Polícia Civil com os órgãos de segurança pública do país vizinho são inexistentes. A Polícia Civil de Rorainópolis não apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. O representante da Polícia Civil entrevistado não sabe dizer se o município participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas a instituição de segurança pública tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Rorainópolis está em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de protocolos, recursos humanos, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados), fichas de papel e fichários de ocorrência; são produzidas informações estatísticas sobre ocorrências criminais (desde 2009). As estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, a conexão da unidade é rápida, segundo o entrevistado. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de agressão contra a mulher, acidente de trânsito e brigas em bar.

O maior parceiro da Polícia Militar nas operações realizadas neste município é o Conselho Tutelar, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveriam ser incrementadas as parcerias com a Polícia Civil, o Ministério Público e o Judiciário. Acredita-se também que a participação em coletivos de gestão não melhora as condições de atuação da Polícia Militar no município. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como o Ibama e a Operação Sentinela. A Polícia Militar do município não participa de um coletivo de gestão de segurança pública. Em Rorainópolis, a Polícia Militar não possui troca de informações, nem colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho. Esta instituição não participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012, mas tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância final					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	11				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antigas mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Antiga mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Rorainópolis possui uma comarca de entrância inicial com vara única e um juizado especial criminal. Esta sede judiciária dispõe de um carro para até cinco pessoas e uma moto e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente costuma atender as necessidades desta unidade.

Há internet, mas segundo o entrevistado, a velocidade de conexão é péssima. Estima-se que por volta de 60 mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de estoque, de controle de viaturas e de controle de armas. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). O Banco de Dados do Município não está integrado a outro sistema de informação.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não fazem parte de nenhum coletivo de gestão de segurança pública. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário para apoiar as operações do exército e da Força Nacional.

Ministério Público

A principal dificuldade enfrentada no Ministério Público de Rorainópolis, segundo o representante entrevistado, é o envolvimento de efetivos da Segurança Pública em atividades ilegais. O Ministério Público do município não vem produzindo estatísticas de denúncias.

Os promotores que atuam na área criminal não participam de coletivos de gestão de segurança pública, de operações de fronteira (no plano estritamente processual) e nem do ENAFRON. Os principais parceiros do Ministério Público em operações realizadas em Rorainópolis são a Polícia Federal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. O entrevistado não sabe quais parcerias deveriam ser incrementadas e também não informou quais as atuações mais importantes do Ministério Público. Os quatro principais problemas no município são nesta ordem: o tráfico de drogas, a exploração sexual infanto-juvenil, a disputa de terras e os crimes ambientais.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Rorainópolis. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a dificuldade no relacionamento com o poder executivo. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: envolvimento com ato infracional, maus tratos e abandono e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Todos os entrevistados discordam que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e entram em divergência quando é abordado o fato do município apresentar características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Para a Polícia Militar a proximidade com a fronteira não é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município, segundo o representante da instituição, não há influência da fronteira sobre o município. Já para a Polícia Civil, o fato de o município estar próximo à fronteira é positivo para o seu desenvolvimento econômico, o entrevistado aborda que em relação à Boa Vista, há mais oportunidade de

serviços públicos, comércio e deslocamento. Os entrevistados discordaram que a posse de arma de fogo em Rorainópolis é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Rorainópolis foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, disputas de terras, mineração ilegal e crimes ambientais. Foram destacados pela Polícia Civil o tráfico de drogas e armas e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Rorainópolis

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente
Polícia Militar	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Jamais	Muito frequentemente
Justiça	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Ocasionalmente	Não respondeu

Os tipos mais frequentes de roubo e de furto são a residência, ao comércio e a motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foi mencionada a extorsão simples e a mediante posse de furto de documentos privados; falso sorteio, concurso ou premiação, fraudes no comércio e pequenos golpes populares. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos em mercados ilegais; foi citado também o conflito por propriedades. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em brigas de bar, em situação doméstica, em conflitos de vizinhos. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Rorainópolis são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, os atos libidinosos e tráfico de pessoas para fins sexuais. Os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: drogas, estupro e furto resultando, frequentemente, em condenação. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, abuso sexual ou exploração sexual e envolvimento com ato infracional.

Percepção da criminalidade local e avaliação das instituições: sociedade civil

No grupo focal os participantes relataram que são preocupantes o abuso e exploração de crianças, o tráfico de drogas, roubos e homicídios – inclusive no trânsito. Alguns dos participantes criticaram a baixa efetividade da polícia militar, o desinteresse

da polícia civil pela quantidade de furtos que já nem são mais registrados devido a essa indiferença; relataram que é muito alto o consumo de drogas, inclusive com crianças adictas de 12 a 14 anos. Um dos participantes sublinhou a falta de segurança na BR 174 “que se configura como rota do tráfico de drogas e de pessoas” e a falta de uma política penitenciária. Participantes criticaram também a indiferença da sociedade de Rondonópolis, que não se organiza nem intervém nos problemas, especialmente quando se leva em conta o aumento da migração para Rondonópolis. Todos reclamam da falta de fiscalização na “barreira” e ao longo da BR 174 e da falta de serviços e segurança para quem mora ao longo dessa estrada.

Com relação à questão das drogas, todos enfatizaram que “há mais facilidade para entrar no Brasil que para sair”, que a fiscalização é ineficiente e caracterizada pelas relações pessoais. Para um dos participantes, a maconha vem da Guiana através do Rio Tacutu e se dispersa através da BR 174, formando um corredor com o município de Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. Este participante assinala que há produção de maconha dentro do próprio Estado de Roraima e que a rota das drogas liga o Rio Branco ao Rio Negro e a Guiana a Macapá. Segundo ele, só há 1 ponto de fiscalização em toda a região. Outro participante referiu-se à corrupção que, para ele, “tomou conta das relações”. Finalmente, assinalou-se que o crack é vendido livremente e em grande escala na cidade, que todos conhecem os traficantes e que a droga vem da Venezuela, de Manaus e da Guiana, constituindo “uma bola de neve difícil de se desmanchar”.

Segundo o entrevistado do conselho tutelar, “há várias ‘bocas’ de drogas na cidade e muitos adolescentes usuários. Relata que tem recebido casos de dependentes, que são encaminhados ao CAPS e também para atendimento psicológico. E diz que o controle tem que ser feito “nas fronteiras”, porque depois que chega ao município fica mais difícil o combate. Ele também comparou 2013 com os anos anteriores e afirmou que o volume de atos infracionais vem se mantendo, mas os casos de estupro vem aumentando ano a ano, tendo atingido números muito altos em 2013.

Situação de fronteira e dinâmicas econômicas e sociais do município

No grupo focal relatou-se que uma vantagem de estar próximo à fronteira é a ingestão de recursos públicos federais na malha viária, melhorando o acesso a Boa Vista e Manaus. A desvantagem é a insegurança, inclusive no trânsito, a circulação de pessoas e de dinheiro, o que cria mais oportunidades para o roubo. Assinalou-se também a deficiência na área de saúde pública, aumentada com o número de vítimas da criminalidade.

Para o presidente do conselho tutelar, a permissão para que crianças acima de 12 anos possam se deslocar livremente, sem autorização dos pais, facilita o tráfico de pessoas

e a exploração sexual de menores. Na entrevista, ele também relatou que a economia do município depende principalmente do funcionalismo, que “o meio de renda é o repasse municipal para professores, agentes de saúde, policiais, agentes do sistema público”. Para ele, o município “não disponibiliza nenhum tipo de oportunidade, nenhuma porta que não seja o próprio sistema público”. O comércio funciona em torno disso. Em sua entrevista ele também afirma que a distância da Venezuela (500 km) e da Guiana (400 km) limita o comércio internacional, que se desenvolve principalmente em Boa Vista, que fica a 120 km de Lethem e a 150 km da Venezuela.

Para um mototaxista entrevistado Rondonópolis é a cidade que mais cresce no Estado de Roraima, mas ele não sabe dizer se é porque fica à beira da RB 174. Ele acredita que tem relação com as madeiras, há muitas serrarias na região, o que atraiu muita gente para o município. Afirma que há exploração ilegal de madeira, o que já levou inclusive a prisões de gente que veio de fora, do Pará. A desvantagem assinalada é também o que considera uma vantagem: a facilidade de acesso a Manaus e a Boa Vista e a própria BR 174. Afirma que o problema com as drogas aumentou nos últimos cinco anos, que antes não era tão sério. Atribui também ao crescimento rápido da cidade e à chegada de muita gente de fora da região. Atribui o aumento dos roubos à necessidade de comprar drogas por pessoas pobres. Afirma também que não grande tráfico na região, apenas pequenas ‘bocas’ que são um meio de sobrevivência para alguns ganharem dinheiro fácil. Geralmente compram a droga em Boa Vista ou Manaus para vender no município.

Fotos do Município de Rorainópolis

Delegacia de Polícia



Posto da Polícia Federal desativado na “barreira” (BR 174), limite com o Amazonas

Polícia Militar



Posto de fiscalização desativado na “barreira” (BR 174), limite com o Amazonas



Posto da Polícia Federal desativado após a Operação Sentinela



Recomendações feitas pelos participantes do Grupo Focal:

- Implementação de “barreiras” no “Jundiá” e no “Quinhentos”;
- Cursos de direitos humanos para ensinar abordagens às polícias;
- Videovigilância nos postos de fiscalização;
- Orientações sobre o papel da polícia nas escolas e capacitação dos policiais;
- Fiscalização nos rios Tacutu e Branco. Patrulhamento aéreo nas fronteiras;
- Combate aos “coiotes” que realizam o tráfico de drogas e pessoas através de rotas vicinais nas matas.

Caracarái



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=140020&search=roraima|caracarai>, acessado em 23/09/2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Federal n.º 2.495, de 27 de maio de 1955.
Localização:
Área (2010): 47.411,034 km ²
Fronteiras: Ao norte com Iracema, Cantá e com Bonfim, a leste com a Guiana, a sudeste com Caroebebe e com São João da Baliza, ao sul com São Luiz e com Rorainópolis e a oeste com o estado do Amazonas.
População (2010): 18.398 habitantes
Densidade demográfica: 0,39 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,56
PIB (2010): R\$ 181.307.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 9.862,20
IDH-M (2010): 0,624
Gentílico: caracaraiense
Homicídios (2011): 37,41/100.000 habitantes
Acesso aéreo: sim
Acesso portuário: sim
Acesso viário: sim
Instituições públicas presentes no município: material não recebido até 23/09/2013.

Histórico

O nome é uma alusão a um pequeno gavião que habita a região. Surgiu de um local de descanso de condutores de gado, do antigo município de Moura, cujas terras deram origem ao território de Roraima.

Distrito criado com a denominação de Caracarái, pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 01-12-1938, subordinado ao município de Boa Vista. Pelo Decreto-lei Federal n.º 5812, de 13-09-1943, ou 5839, de 21-09-1943, passou a fazer parte do Território Federal do Rio Branco (atual Roraima). No quadro fixado para avigorar no período de 1939-1943, o distrito de Caracarái, figura no município de Boa Vista.

Elevado à categoria de município com a denominação de Caracaraí, pela Lei Federal n.º 2.495, de 27-05-1955, desmembrado do município de Boa Vista. Sede no antigo distrito de Caracaraí. Constituído de 3 distritos: Caracaraí, Boiaçu (ex-Catrimani) e São José de Anauá. Instalado em 21-01-1956. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Caracaraí, Boiaçu e São José de Anauá.

Pela Lei Federal n.º 7.009, de 01-07-1982, foram extintos os distritos de Boiaçu e São José de Anauá, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Caracaraí. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede.

Fonte: Confederação Nacional de Municípios

Diagnóstico da Segurança Pública em Caracaraí

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 18.398 habitantes
Homicídios (2012):
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Justiça
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População = policiais/1.000 hab.
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População = policiais/1.000 hab.

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar			
População (estimativa em 2012): 19.019 habitantes			
Homicídios (2012): 17			
	Polícia Civil		Polícia Militar
Unidades	-		1 batalhão
	Delegados	1	Oficiais
	Agentes	15	Praças
			3
Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura antiga e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar
	Estrutura antiga e sem condições de reforma		Estrutura antiga, precisando de reformas
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar
Computador	1		5
Impressora	1		1
Telefone fixo	1		2
Fax	-		-
Scanner	1		-
Internet	-		1
Estação de rádio analógica	-		1
Estação de rádio digital	-		-
Equipamento de visão noturna	-		-
Aparelho de TV	1		1
Gravadores	-		-
Máquina Fotográfica	-		-
Filmadora	-		-

Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
Viatura até cinco pessoas	1	1	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	-	-	2	2
Embarcação sem motor	1	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	1	1	-
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Frequentemente atende às necessidades		Raramente atende às necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	2	-	-	-
Rádio em viaturas (digital)	-	-	-	-
Rádio em viaturas (analógico)	-	-	1	-
Rádio portátil (HT)	-	-	1	-
GPS em viaturas	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação telefônica	-	-	-	-
Equipamentos de interceptação em ambiente	-	-	-	-
Notebooks	1	-	1	-
Arquivos em ficha de papel	-	-	-	-
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	3	-	40	-
Colete antibalísticos	3	-	30	-
Escudos	-	-	-	-
Capacetes	-	-	6	-
Placa balística	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*	-	-	-
Carabina	1	-	3	-
Espingarda	1	-	2	-
Metralhadora	1	-	-	-
Submetralhadora	-	-	-	-
Fuzil	-	-	2	-
Revólver	-	-	-	-
Pistola	15	-	22	-
Arma de condutividade elétrica	-	-	-	-
Bomba de efeito moral	*	-	-	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	-	-	*	-
Outro	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Suficientes		Suficientes	
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tem carceragem?	Não		Sim	
Capacidade	-	-	50	-
Média de presos/mês	-	-	60	-
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil		Polícia Militar	
	**		*	

Recursos Humanos e Materiais do Corpo de Bombeiros			
Unidades	1 Batalhão		
Efetivo	Oficiais	1	
	Praças	22	
		Em funcionamento	Avariados
Veículos	Viatura de transporte de pessoa	1	-
	Viatura de combate a incêndio	1	-
	Viatura de salvamento, busca e resgate	-	-
	Viatura com escada ou plataforma	-	-
	Viatura para atendimento pré-hospitalar	1	-
	Motocicleta	-	-
	Embarcações sem motor	-	-
	Embarcação de pequeno porte com motor	-	-
	Avião	-	-
	Helicóptero	-	-
	Outros	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Suficiente		
Atividades mais frequentes	Incêndios	-	
	Incêndios florestais	3°	
	Explosões	-	
	Acidentes de trânsito	2°	
	Acidentes ambientais	-	
	Salvamento, busca e resgate	1°	
	Outros (atendimento clínico)	-	

Polícia Civil

Não existem delegacias no município de Caracaraí. No que se refere à estrutura de comunicação, o representante entrevistado não informou se há internet na sede policial. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil de Caracaraí utiliza sistemas de administração, tais como o de controle de viaturas. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos, além da organização de dados em arquivos de papel e fichas em papel em fichários. O entrevistado informou que são produzidas estatísticas, havendo a sua divulgação pública e regular, mas o representante não soube informar a série histórica da produção estatística. O entrevistado não soube informar se o sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os quatro maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar, o Ministério Público, o Judiciário e o Corpo de Bombeiros. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com o Ministério Público e o Poder Judiciário. O representante entrevistado não sabe se a Polícia Civil do município troca informações ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho e não informou se a instituição apoia grupos de patrulhamento em operação na fronteira. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON) e tem participado nas Operações Sentinela.

Polícia Militar

No Batalhão de Caracarái está em uso uma série de sistemas de administração que são utilizados para gerir o sistema de recursos humanos, estoque, controle de viaturas, controle de armas e munição, e controle e manutenção de equipamentos. Quanto aos sistemas de informação, são utilizados sistemas computadorizados (bancos de dados). São produzidas informações estatísticas de ocorrências criminais e administrativas, as estatísticas são divulgadas regularmente e os bancos de dados não estão integrados ao sistema de informação de outras instituições como a Polícia Civil e o Judiciário. No que diz respeito à internet, o representante entrevistado não soube informar se há internet na unidade. O flagrante realizado com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foi agressão á mulher.

Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e o Corpo de bombeiros. Esta instituição participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, tais como operações que envolvam o tráfico de drogas e de animais. A instituição não participa de um coletivo de gestão de segurança pública. Em Caracarái, a Polícia Militar possui uma relação de dificuldade linguística e colaborativa com órgãos de segurança pública do país vizinho, baseada em troca de informações. Esta instituição participou do Programa Nacional de Segurança Pública (ENAFRON) em 2012 e tem participado das Operações Sentinela.

Corpo de Bombeiros

Na unidade de Corpo de Bombeiro de Caracarái, a quantidade de equipamentos de salvamento e resgate e a quantidade de armamento foram consideradas suficientes. Já a quantidade de equipamento de proteção individual, de atendimento a produtos perigosos, de combate a incêndio florestal e de comunicação, não o foi, sendo necessários itens como EPI's, viaturas, material pré-hospitalar, material de escritório, equipamento de rádio e telefone e viaturas específicas para combate á incêndio. A quantidade de equipamentos de comunicação em uso nessa unidade não é suficiente. Esta unidade possui computadores ligados à internet, com velocidade de 2 mega. O representante do Corpo de Bombeiros entrevistado não soube responder se esta unidade faz registros de ocorrência no INFOSEG, embora produza estatísticas sobre atendimentos e ocorrências. Os três tipos de ocorrência mais frequentes são: acidentes de trânsito; incêndios florestais e salvamento, busca e resgate.

O Corpo de Bombeiros de Caracarái não participa de um coletivo de gestão de segurança pública. O entrevistado não respondeu se a participação em coletivo de gestão modifica e melhora as condições de atuação do corpo de bombeiros. Esta unidade não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira e não participou do ENAFRON ou do Plano Estratégico de Fronteiras no ano de 2012, e também não tem participado das Operações Sentinela. O Corpo de Bombeiros de Caracarái não

troca informação ou colabora com os órgãos equivalentes do país vizinho. Os principais parceiros do Corpo de Bombeiros neste município são a Polícia Militar, a Polícia Civil, o IBAMA, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais da Justiça Criminal, Ministério Público e Conselho Tutelar						
	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
Unidades	Entrância inicial					
Efetivo	Juízes	1	Promotores	1	Conselheiros	5
	Funcionários	10				
Qualidade das instalações internas	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	
Qualidade da estrutura física das unidades	Justiça		Ministério Público		Conselho Tutelar	
	Novas, mas precisando de reformas		Adequadas		Adequadas	

Justiça

O município de Caracará possui uma comarca de entrância inicial com vara única. Existem 1 juizado especial criminal, 1 vara criminal, 1 vara de execução penal e 1 vara de infância e juventude, assim como 1 juizado especial nos crimes da Lei Maria da Penha. Esta sede judiciária dispõe de uma caminhonete e considera-se que a quantidade de combustível disponível frequentemente costuma atender as necessidades desta unidade.

Há internet na sede judiciária. O entrevistado não informou a estimativa de quantos mandatos de prisão tenham sido expedidos no ano de 2012 no município. Os sistemas de administração existentes e em uso são: sistema de protocolo, de distribuição de autos, de controle de viaturas, de controle de armas e de manutenção de equipamentos. Há sistema de informação computadorizado (banco de dados). A produção de informações estatísticas de inquéritos e processos criminais, bem como da produção de feitos, são divulgadas publicamente. O sistema de informação não está integrado a outro sistema de informação, do MP ou das delegacias.

Os juízes que atuam na área criminal desta comarca não participam de nenhum coletivo de gestão de segurança pública, sendo que o juiz entrevistado concorda que tal participação produziria melhorias nas condições de atuação do juizado. Estes juízes não participam ou apoiam operações de fronteira em regime de plantões do judiciário.

Juizado Especial da Infância e Juventude

Não há nesta comarca um Juizado e Promotoria Especializados na Infância e Juventude, assim como uma equipe interprofissional exclusiva para esta área. O

entrevistado informou que não existe estimativa no que se refere ao número de adolescentes que passaram por esse Juizado no ano de 2012, assim como não existe estimativa quanto ao número de adolescentes que cumpriram medida em internação ou semiliberdade e em meio aberto. O entrevistado não soube dizer qual é órgão executor na medida de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, tampouco soube informar quais são os três atos infracionais mais frequentes nesse município no ano de 2012.

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Caracará. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: a falta de clareza do papel do Conselho Tutelar em relação aos outros órgãos de Segurança Pública; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o poder judiciário; a dificuldade no relacionamento com o Ministério Público e a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: envolvimento com ato infracional, violência doméstica e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

A maioria dos entrevistados concorda que atividades ilícitas dinamizem a economia do município e discordam com o fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. O representante entrevistado da Polícia Civil e o do Poder Judiciário não souberam dizer se a proximidade com a fronteira é um fato positivo para o desenvolvimento econômico do município. Para o entrevistado da Polícia Militar não é um fato positivo. A maioria dos entrevistados concordou que a posse de arma de fogo em Caracará é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em Caracará foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, de armas, a exploração sexual infanto-juvenil, a imigração ilegal, a mineração ilegal, disputa de terras e os crimes ambientais. Foram destacadas pela Polícia Militar o contrabando, o tráfico de drogas e de armas.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram furtos e venda de drogas, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Caracará

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Jamais	Muito frequentemente
Polícia Militar	Raramente	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Muito frequentemente
Justiça	Ocasionalmente	Raramente	Raramente	Raramente	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são no comércio, de veículo, motocicleta e em residência. Quanto aos roubos foram citados a transeunte e estabelecimento comercial e roubos de celulares, veículos e motocicletas. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionados falsidade ideológica, pequenos golpes populares e fraudes no comércio. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são em brigas de bar e situação doméstica, sendo também citadas as ocorrências em festas públicas, como carnaval e eventos folclóricos. Já as quatro causas assinaladas para os homicídios dolosos foram em situação doméstica, atos de vingança, brigas de bar, latrocínio e em acertos de contas entre criminosos. Dentre os crimes sexuais, considera-se que o mais frequente em Caracará seja o estupro ou abuso sexual de menores de idade (os crimes mais frequentes que comparecem para julgamento são: estupro, tráfico e no trânsito). Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são violência doméstica, abuso ou exploração sexual e envolvimento com o ato infracional.

Normandia



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=140040&search=roraima|normandia>, acessado em 23 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Federal nº 7009, de 01 de julho de 1982.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 6.966,813 km ²
Fronteiras: Guiana e municípios de: Uiramutã, Bonfim, Boa Vista e Pacaraima.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 8.940 habitantes
Densidade demográfica: 1,28 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,7
PIB (2010): R\$ 89.430.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 10.019,01
IDH-M (2010): 0.594
Gentílico: normandiense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

O nome é uma homenagem à cidade da região francesa da Normandia, terra de Pappillon, que fixou residência naquele povoado, depois de fugir da Ilha do Diabo. Em 1º de julho de 1982 foi elevado à categoria de município. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Normandia, pela Lei Federal nº 7009, de 01-07-1982, desmembrado do município de Boa Vista. Sede no atual distrito de Normandia (ex-povoado). Constituído do distrito sede. Instalado em 13-07-1982. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Diagnóstico da Segurança Pública em Normandia

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 8.940 habitantes
Homicídios (2012):
Instituições de segurança: Polícia Civil, Polícia Militar e Conselho Tutelar.
Taxas:
Efetivo de Operadores da Polícia Civil/População =
Efetivo de Operadores da Polícia Militar/População =

Instituições de Segurança Pública

Recursos Humanos e Materiais da Polícia Civil e Polícia Militar				
População (estimativa em 2012) = 9.364 habitantes				
Homicídios (2012): 1				
	Polícia Civil		Polícia Militar	
Unidades	1 delegacia		1 unidade e 1 quartel	
Efetivo	Delegados	3	Oficiais	1
	Agentes	**	Praças	3

Percepção da qualidade da estrutura física das unidades	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura nova e em boas condições	
Percepção da qualidade das instalações internas	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Estrutura antiga, precisando de reformas		Estrutura nova e em boas condições	
Estimativa de recursos em funcionamento	Polícia Civil		Polícia Militar	
Computador	3		3	
Impressora	3		1	
Telefone fixo	1		1	
Fax	-		-	
Scanner	-		1	
Internet	Sem acesso		Sem acesso	
Estação de rádio analógica	-		1	
Estação de rádio digital	-		-	
Equipamento de visão noturna	-		-	
Aparelho de TV	1		-	
Gravadores	-		-	
Máquina Fotográfica	-		-	
Filmadora	-		-	
Tipos de veículos	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Em funcionamento	Avariado	Em funcionamento	Avariado
	Viatura até cinco pessoas	1	1	1
Viatura para mais de cinco pessoas	-	-	-	-
Moto	1	1	1	-
Embarcação sem motor	-	-	-	-
Embarcação de pequeno porte com motor	-	-	-	1
Avião	-	-	-	-
Helicóptero	-	-	-	-
Cavalo	-	-	-	-
Bicicleta	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Percepção sobre quantidade de combustível	Polícia Civil		Polícia Militar	
	Jamais atende as necessidades		Raramente atende as necessidades	
Estimativa de equipamentos de informação	Polícia Civil		Polícia Militar	
Celulares corporativos	**		-	
Rádio em viaturas (digital)	**		-	
Rádio em viaturas (analógico)	**		-	
Rádio portátil (HT)	**		1	
Equipamentos de interceptação telefônica	**		-	
Equipamentos de interceptação em ambiente	**		-	
Notebooks	**		-	
Arquivos em ficha de papel	**		1	
Estimativa dos equipamentos de proteção	Polícia Civil		Polícia Militar	
Algemas	10		2	
Colete antibalísticos	6		6	
Escudos	**		-	
Capacetes	**		-	
Placa balística	**		1	
Outros	**		-	
Estimativa do número de armamentos existentes	Polícia Civil		Polícia Militar	
Tonfa, cassetete ou similar	*		5	
Carabina	**		4	
Espingarda	**		-	
Metralhadora	**		1	
Submetralhadora	**		1	

Fuzil	**	-
Revólver	**	2
Pistola	**	12
Arma de condutividade elétrica	**	-
Bomba de efeito moral	**	-
Instrumento de menor potencial ofensivo	**	*
Outro	**	*
Percepção sobre quantidade e tipo de munição	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	Insuficientes
Existência de carceragem na unidade	Polícia Civil	Polícia Militar
Tem carceragem?	Sim	Não
Capacidade	4	*
Média de presos/mês	**	*
Média de mandados de prisão expedidos em 2012	Polícia Civil	Polícia Militar
	**	*

Polícia Civil

Existe no município de Normandia uma delegacia. No que diz respeito à gestão de dados, a Polícia Civil do município utiliza sistemas de administração, tais como de recursos humanos e de estoque. Quanto aos sistemas de informação, é utilizado sistema de registros de ocorrências e de inquéritos. O sistema de informação está integrado a outras instituições locais, tais como o Ministério Público e o Judiciário.

Os maiores parceiros da Polícia Civil nas operações realizadas neste município são a Polícia Militar e as Forças Armadas. Segundo o representante da Polícia Civil entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com a última. A Polícia Civil deste município não participa de coletivo de gestão de segurança pública. A Polícia Civil de Normandia apoia grupo de patrulhamento ou operação na fronteira, quando solicitada pela Polícia Federal. No ano de 2012, participou do Programa Estratégia Nacional de Segurança pública (ENAFRON), mas, não tem participado das Operações Sentinela.

Polícia Militar

Na unidade de Normandia não há sistemas de administração ou de informação, o controle se dá apenas através de fichários de ocorrências. Os flagrantes realizados com maior frequência pela Polícia Militar local, no ano de 2012, foram de violência contra mulheres e brigas de bar. Os maiores parceiros da Polícia Militar nas operações realizadas neste município são a Polícia Civil e as Forças Armadas, sendo que, na opinião do oficial entrevistado, deveria ser incrementada a parceria com ambas. Esta instituição não participa ou apoia grupo de patrulhamento ou operação de fronteira, assim como não participa de coletivo de gestão de segurança. Em Normandia, a Polícia Militar não troca informação ou colabora com órgãos de segurança do país vizinho. Esta instituição não tem participado das Operações Sentinela.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
	Conselho Tutelar
Unidades	
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar
	Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar
	Adequadas

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Normandia. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); a dificuldade no relacionamento com o poder executivo; e a falta de ação articulada com outros órgãos do poder ou da administração pública. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: maus tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Percepção dos operadores das instituições de Segurança Pública, de Justiça Criminal, de Representação da Sociedade Civil e de Fiscalização

Particularidades da Situação de Fronteira

Os entrevistados discordam entre si quanto à afirmativa de que atividades ilícitas dinamizam a economia do município e quanto ao fato de que o município apresenta características únicas de criminalidade se comparados com municípios que não estão em faixa de fronteira. Ambos concordam, entretanto, que o fato de estar próximo à fronteira não é positivo para o desenvolvimento econômico do município, porque não há um intercâmbio intenso entre os estados e países. Os entrevistados também concordam que a posse de arma de fogo em Normandia não é mais frequente do que em outros municípios. Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta em no município foram assinalados: contrabando, tráfico de drogas, exploração sexual infanto-juvenil, mineração ilegal e crimes ambientais. Foram destacadas pela Polícia Federal as disputas de terra e os crimes ambientais.

Percepção da criminalidade local

Tomando por referência as percepções dos entrevistados das instituições pesquisadas, os crimes mais frequentes foram roubos e roubos, tal como descrito na tabela que se segue.

Tabela: Percepção da incidência de crimes no município de Normandia

Instituições	Furtos	Roubos	Extorsões	Propinas a funcionários públicos	Venda de drogas
Polícia Civil	Frequentemente	Frequentemente	Jamais	Jamais	Jamais
Polícia Militar	Raramente	Raramente	Jamais	-	Frequentemente

Os tipos mais frequentes de furto são de motocicleta, de gado, no comércio e em residência. Quanto aos roubos, os mais citados foram de motocicleta e a estabelecimento comercial. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude foram mencionadas as fraudes financeiras ou comerciais. As principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas são: em situação doméstica, brigas de bar e decorrente de conflitos por propriedades. Já as causas assinaladas para os homicídios dolosos foram: em situação doméstica, em conflitos de vizinhos e por alcoolismo. Dentre os crimes sexuais, consideram-se que os três mais frequentes em Normandia são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, o estupro ou atentado ao pudor de mulheres adultas e a exploração sexual infanto-juvenil. Dirigir sem habilitação apareceu como a mais frequente dentre as outras ocorrências comuns no município. Já as situações registradas que comparecem com maior frequência no Conselho Tutelar são maus tratos e abandonos, envolvimento com ato infracional e abuso sexual ou exploração sexual.

Uiramutã

Mapa – Município de Uiramutã e Fronteiras



Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=140070&search=roraima|uiramuta>, acessado em 23 de setembro de 2013.

DADOS GERAIS
Criação do Município: Lei Federal n.º 98, de 17 de outubro de 1995.
Localização: Norte do Brasil (Arco Norte)
Área (2010): 8.065,564 km ²
Fronteiras: Venezuela, Guiana e municípios de Normandia e Pacaraima.
Acesso aéreo: não informado.
Acesso portuário: não informado.
Acesso viário: sim.
População (2010): 8.375 habitantes
Densidade demográfica: 1,04 hab/km ²
Índice Gini (2010): 0,78
PIB (2010): R\$ 61.427.000,00
PIB per capita (2010): R\$ 7.539,88
IDH-M (2010): 0,453
Gentílico: uiramutansense.

Fontes: Localização territorial, população, densidade demográfica e PIB (Produto Interno Bruto): IBGE. Índices de Gini e de Desenvolvimento Humano (IDH-M): Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD.

Histórico

Único município do Estado que faz fronteira com dois países, Venezuela e República Cooperativista da Guiana, é rico em belezas naturais e lá está localizado o Parque Nacional do Monte Roraima, com o majestoso Monte Roraima. Elevado à categoria de município com a denominação de Uiramutã, pela Lei Federal n.º 98, de 17-10-1995, desmembrado dos municípios Boa Vista e Normandia. Sede no atual distrito de Uiramutã (ex-localidade de vila do Uiramutã aglomerado rural), do município de Normandia. Constituído do distrito sede. Instalado em 13-07-1982. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Diagnóstico da Segurança Pública em Uiramutã

DADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA
População (2010): 8.375 habitantes
Homicídios (2012):
Instituições de segurança: Polícia Militar e Conselho Tutelar.
Taxas: não se aplica

Instituições de Segurança Pública

Polícia Militar

Segundo o representante entrevistado da instituição de segurança pública, existe uma delegacia de Polícia Militar na cidade, porém ela está em reforma. Por conta disso, não há nenhum policial militar no município.

Instituições de Justiça e de Representação da Sociedade Civil

Recursos Humanos e Materiais do Conselho Tutelar	
População (estimativa em 2012) = 8.764 habitantes	
Homicídios (2012): 0	
	Conselho Tutelar
Unidades	
Efetivo	Conselheiros 5
Qualidade das instalações internas	Conselho Tutelar
	Adequadas
Qualidade da estrutura física das unidades	Conselho Tutelar
	Adequadas

Conselho Tutelar

Existe Conselho Municipal da Criança e do Adolescente no município de Uiramutã. Para o Conselho Tutelar deste município as principais dificuldades encontradas para sua

atuação, são: o excesso de demanda, o que dificulta o atendimento adequado; a falta de entidades para receber crianças e atender famílias; a dificuldade no relacionamento com o poder judiciário; a falta de reconhecimento do Conselho Tutelar pelo poder público; e o despreparo dos conselheiros. Dentre os direitos violados registrados os três tipos mais comuns, são: abandono na escola, envolvimento com ato infracional e exploração do trabalho infantil.

ANEXO

Encontros técnicos e atores dos Órgãos Federais e dos Estados de Fronteira que participaram das discussões e apoio na execução do Projeto

Secretários de Segurança Pública dos Estados de Fronteira

Alexandre Bustamante dos Santos (Mato Grosso)
Paulo Roberto Vital de Menezes (Amazonas)
Marcos Roberto Marques da Silva (Amapá)
Wantuir Francisco Brasil Jacini (Mato Grosso do Sul)
Cid Marcus Vasques (Paraná)
Marcelo Nascimento Bessa (Rondônia)
Francisco Sá Cavalcante (Roraima)
Airton Aloisio Michels (Rio Grande do Sul)
César Augusto Grubba (Santa Catarina)
Ildor Reni Graebner (Acre)
Luiz Fernandes Rocha (Pará)

Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal

Maria Alice Nascimento Souza

Diretor-Geral da Polícia Federal

Leandro Daiello Coimbra

Interlocutores da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, Secretários Executivos dos Gabinetes de Gestão Integrada Estaduais, Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Coordenadores das Câmaras Temáticas de Fronteiras

Participantes

Alberto da Paixão Nascimento (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre)
Almir Lopes de Souza (Secretário Executivo do GGI-E no Estado do Acre)
André Luiz Glanert (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Rondônia)
Ary Renato Oliveira da Silva (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amazonas)
Átila Wanderley da Silva (Secretário Executivo do GGI-E no Estado de Mato Grosso)
Bernardo Trojan Neto (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul)
Carlos Roberto Sant'ana da Rosa (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Rio Grande do Sul)
Cleaci Gertrudes de Andrade (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira do Amazonas)
Eneas Soares de Freitas (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado de

Rondônia)
Erich Wagner Osternack (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná)
Geraldo Garcia Orti (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso do Sul)
Henua Patrícia Lima Andrade (Secretária Executiva do GGI-E de Roraima)
Jimmy Santana de Carvalho segundo (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Roraima)
Jorge Cajango (Coordenador da Câmara Temática de Fronteira no Estado do Pará)
José Paulo Matias dos Santos (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá)
José Roberto Pereira Damasceno (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará)
Jurandir Pereira Rebouças (Coordenador da Câmara Temática do Estado de Roraima)
Márcio Skovronski (Secretário Executivo do GGI-F no Estado do Paraná)
Marcos Roberto Weber Hübner (Interlocutor da ENAFRON no Estado do Mato Grosso)
Moisés Dionísio da Silva - Inspetor e interlocutor da Polícia Rodoviária Federal
Luciano Walfredo Pinho (Interlocutor da ENAFRON no Estado de Santa Catarina)
Ronaldo Nazareno da Silva Coelho (Secretário Estadual do GGI-E no Estado do Amapá)
Tatiana Klein Samuel (Coordenadora da Câmara Temática de Fronteira do Estado de Santa Catarina)
Valter Godoy Rojas (Secretário Executivo do GGIF no Estado do Mato Grosso do Sul)

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais Ocasão: I Encontro Técnico da Pesquisa, Brasília – DF, 23 de fevereiro de 2012

Participantes

Virgina Toniatti – Embaixadora e Assessora Internacional/MJ
João Luiz Pereira Pinto – Embaixador Diretor do DAS – I MRE
Everton Lucero – Coordenador-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais - MRE
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO / SENASP
Alexandre Augusto Aragon – Diretor do DFNSP / SENASP
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa / SENASP
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON / SENASP
Marcelo Barros de Oliveira – Coordenador Geral de Inteligência da SENASP
Oslain Campos Santana – Diretor de Combate ao Crime Organizado da PF/MJ
Luis Felipe de Barros de Oliveira – Receita Federal / MF
Waltoedson Dourado de Arruda - Receita Federal / MF
Rodney Portilho – Departamento de Polícia Rodoviária Federal / MJ
Lorena de Oliveira Lopes – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
José Alberto Maciel Costa – Departamento de Polícia Federal / MJ
Rafael Gomes França – Ministério da Integração Nacional
Suzana Lena Lins Góis – Ministério da Integração Nacional
Danniel Gobbi Franga da Silva – Presidência da República

Thiago Gehre Galvão – Presidência da República
José Carlos Martins da Cunha – Agência Brasileira de Inteligência
Edgar Ribeiro Dias – Agência Brasileira de Inteligência
João Paulo de Freitas Lamas – Agência Brasileira de Inteligência
Thomás Simões Sottili – Fundação Nacional do Índio
Victor Martins Pimenta – Secretaria Executiva do Ministério da Justiça
Arnaldo José Alves Silveira – Secretaria Nacional de Justiça / MJ
André Fagundes – Coordenação Geral de Inteligência da SENASP
Alexandre Herculano – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Flávio Sapha – Ministério das Relações Exteriores
Marcelo Berdet – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Patricia Moellman – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Hernany Bueno – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Gileno Euzébio da Silva – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodrigo Quintino – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP
Rodolfo Farah Valente Filho – Departamento de Políticas, Programas e Projetos / SENASP

Gestores e especialistas dos Órgãos Federais e Estaduais

Ocasão: II Encontro Técnico da Pesquisa, Ministério da Justiça, Brasília – DF, 01 de março de 2013

Participantes

Isabel Seixas de Figueiredo – Diretora do DEPAID
Cristina Gross Villanova – Diretora do DEPRO
Cristina Neme – Coordenadora-Geral de Pesquisa do DEPAID
Cristiane Torisu – Coordenadora de Pesquisa do DEPAID
Raphael Carvalho – Secretaria Executiva do MJ
Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON
Lia Osório Machado – Coordenadora do Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Michel Misse – Coordenador do NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rebeca Steimann – Pesquisadora Grupo Retis – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Luís Felipe Zilli – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fernando Rabossi – Pesquisador NECVU - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Edivaldo Fortunato Pereira – Equipe técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Cléverson Luis Müller – Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Patrícia Moellmann - Equipe Técnica da ENAFRON/DEPRO/SENASP
Antonio Ricardo de Alcântara Lima - Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
Cejana Brasil Cirilo Passos – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas/MJ

Edison Benedito da Silva Filho – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
Joana Akiyo Nemoto – Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
Marcelo Giavoni - Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
Maria Lais do Socorro Chaves Costa – Receita Federal
Mariana Siqueira de Carvalho – Secretaria Nacional de Justiça/MJ
Rodrigo Fracalossi de Moraes - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada
Severino Moreira as Silva – Departamento de Polícia Federal
Stênio Pires Benevides – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Aline Yamamoto – Secretaria de Políticas para Mulheres – Presidência da República
Fernando H. Lima Martins – Departamento Penitenciário Nacional
Márcio Gimene – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Lucicléia S. e Silva – Secretaria Nacional de Justiça / MJ
André Sousa de Sena - Secretaria Executiva Adjunta / MJ
Alberto da Paixão Nascimento – Interlocutor da ENAFRON no Estado do Acre
Sérgio de Jesus Braga – Secretaria de Segurança Pública do Acre
José Paulo Matias dos Santos - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Amapá
Marcos Roberto Fonseca Magalhães – Secretaria de Segurança Pública do Amapá
José Almir Cavalcante Rodrigues – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas
José Camilo da Silva – Secretaria de Segurança Pública do Amazonas
Marcos Roberto Webner Hübner - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso
Tatiana Eloá Pilger – Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso
Geraldo Garcia Orti - Interlocutor da ENAFRON no Estado de Mato Grosso do Sul
Francisco Duarte de Almeida – Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Mato Grosso do Sul
José Roberto Pereira Damasceno - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Pará
Brenno Moraes Miranda – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
Erich Wagner Osternack - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná
Bernardo Trojan Neto - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Rio Grande do Sul
Carlos Roberto Sant’Ana da Rosa – Secretário Executivo do GGIF do Rio Grande do Sul
Enéas Soares de Freitas – Coordenador da Câmara Temática de Fronteira de Rondônia
Antônio Vicente Cocco Cargnin – Secretário Executivo do GGIE de Rondônia
Jimmy S. de Carvalho Segundo - Interlocutor da ENAFRON no Estado do Paraná
Henua Patrícia Lima Andrade – Secretária Executiva do GGIE de Roraima
Luciano Walfredo Pinho – Interlocutor Substituto da ENAFRON no Estado de Santa Catarina
Davi Novelo – Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina

Coordenadores Regionais da Pesquisa

Ocasão: IX Encontro Técnico da ENFRON – Chapecó, Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste – SC, 26 a 28 de novembro de 2013

Participantes

Cintia Liara Engel - Coordenadora de Pesquisa do DEPAID

Alex Jorge das Neves – Gerente do Programa ENAFRON – Cap PMGO

Michel Misse – Coordenador-Geral da Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (NECVU-UFRJ)

Rebeca Steiman– Pesquisadora do Grupo Retis - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís Felipe Zilli – NECVU/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

Fernando Rabossi- NECVU – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brigida Renoldi - NECVU/UFRJ e CONISET

Daniel Hirata – NECVU/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lício Caetano do Rego Monteiro – RETIS/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Naldson Ramos da Costa – Universidade Federal de Mato Grosso

Jânia Perla Diógenes de Aquino - Universidade Federal do Ceará

Wilson José Barp – Universidade Federal do Pará

Raquel Wiggers – Universidade Federal do Amazonas

Adriana Dorffman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

